

**U. PORTO**

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**Seminário**

**Centros  
Históricos:  
Passado  
e  
Presente**

**ACTAS**

**Departamento  
de Ciências e  
Técnicas do  
Património**

**Faculdade de  
Letras da  
Universidade do  
Porto**



# **Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**

## **ACTAS**



# **Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**

**Departamento de Ciências e Técnicas do Património  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Porto 2011**

**Título**

Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente

**Coordenação Editorial**

Manuel Joaquim Moreira da Rocha

**Editor**

Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Departamento de Ciências e Técnicas do Património

**Edição**

Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Biblioteca Digital

**Local de edição**

Porto

**Ano**

2011

**ISBN****Conceção e arranjo gráfico**

Hugo Barreira

**Imagens****Capa, contra-capas e interior**

Pormenores dos Centros Históricos de:

Guimarães

Porto

Bragança

Torres Novas

Viana do Castelo

Santiago de Compostela

**Interior**

Panorâmica do Centro Histórico do Porto a partir do Morro da Sé

# Sumário

## O Evento

Organização e Agradecimentos  
Apresentação  
Programa

## Comunicações/Conferências

### **Página 12**

Centros históricos e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto  
*José A. Rio Fernandes*

### **Página 26**

O Património Artístico do Centro Histórico de Guimarães (sécs. XII a XVIII)  
*António José de Oliveira*

### **Página 39**

El Centro Histórico. La creación de una conciencia cultural. El caso de Santiago de Compostela  
*Juan M. Monterroso Montero*

### **Página 70**

Bragança na Época Moderna. Militares e Eclesiásticos. A rua, a praça, a casa  
*Luís Alexandre Rodrigues*

### **Página 97**

Dialogo com um Centro Histórico: O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte  
*Diana Gonçalves dos Santos*

### **Página 151**

Viana do Castelo. Uma cidade, um rio e o mar, interpretação das dinâmicas urbanísticas  
*Paula Cristina Machado Cardona*

### **Página 165**

Estatísticas de Turismo Urbano. O Centro Histórico do Porto e o Turismo  
*Francisco Dias*

## Artigos Resultantes dos Trabalhos dos Alunos

### **Página 199**

O Papel da História da Arte numa Cidade Património Mundial. Estudo de Caso: o Porto  
*Alda Bessa, Diana Cunha, Diana Loureiro, Hugo Barreira, Mafalda Coelho, Marcos Resende e Maria Melo*

### **Página 206**

Um exercício prático: Estilos, Modas, Formas e Soluções  
*Hugo Daniel da Silva Barreira*

### **Página 221**

Porto, Património Mundial – A Classificação e a Intervenção  
*Liliana Patrícia Vasconcelos Pinto, Teresa Campos dos Santos*

# O Evento



# **Seminário Centros Históricos: Passado e Presente**

**Anfiteatro Nobre  
da Faculdade de Letras  
da Universidade do Porto  
10 a 12 de Março de 2010**

## **Comissão Científica:**

Professor Doutor Agostinho Rui Marques Araújo  
Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas  
Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

## **Comissão Organizadora:**

Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha  
Alunos de Seminário de Projecto I do 1º Ciclo (2009/2010)

## **Coordenação:**

Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

## **Secretariado:**

Sandra Carneiro, DCTP  
Alunos de Seminário de Projecto I do 1º Ciclo (2009/2010)

## **Apoios:**

Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem — Faculdade de Letras da  
Universidade do Porto  
Departamento de Ciências e Técnicas do Património  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Universidade do Porto

## Apresentação

Uma cidade é um todo dinâmico onde as marcas do passado suportam a construção de um futuro que rapidamente se torna presente. Cada cidade tem aquilo que se convencionou chamar de *Centro Histórico*, um local onde a voracidade do progresso poupou as memórias materiais que lhe conferem a identidade.

Por outro lado, a cidade não se fica pelos seus edifícios, é também um local de vivências e de vanguardas. Um local de permanências e movimentos. Podemos também dizer que a cidade tem tanto de utilitário como de emblemático. A cidade é por excelência o local das modas e das sedimentações culturais, científicas e artísticas. São locais referenciais que se procuram para melhor conhecer a identidade de uma região ou país, oferecendo-se como centros de atracção de públicos no mundo da globalização

O tempo não poupa a cidade e os seus habitantes. Como pode este gigantesco organismo alcançar um desenvolvimento que respeite o seu passado e integre o seu *Centro Histórico*? Não deverá ser este mesmo *Centro Histórico* o local onde a vida da cidade também deve continuar a decorrer e, como tal, um produto a desenvolver?

E o que dizer das cidades consideradas Património da Humanidade?

O futuro do *Centro Histórico* pode passar pela aprendizagem da lição do passado e esse trabalho poderá ser feito no presente. Mas não basta teorizar, há que agir e, para tal, será necessário observar, pensar e debater, e acima de tudo concretizar projectos.



### Primeiro Paineil – Centros Históricos Património Mundial

- 9h00 – 9h15 Entrega de Documentação  
Sessão de Abertura
- 9h15 – 9h30 Apresentação do filme “Recado ao Porto” realizado pelos alunos de Seminário de Projecto I do 1º Ciclo  
**José Alberto Rio Fernandes** - Reflexões e inquietações a propósito do que a Humanidade pode desejar do Centro Histórico do Porto  
(Professor Catedrático da FLUP-UP)
- 9h30 – 10h30
- 10h30 – 10h45 Coffee-break  
**António José Oliveira** - O Património Artístico do Centro Histórico de Guimarães (sécs. XII-XVIII)  
(Mestre em Estudos Medievais e Doutorando em História da Arte Portuguesa na FLUP - UP)
- 10h45 – 11h45  
**Juan M. Monterroso Montero** - O Centro Histórico á creación dunha conciencia cultural. O caso de Santiago de Compostela.  
(Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela)
- 11h45 – 12h45
- 12h45 – 13h00 Debate

### Segundo Paineil – O Porto Património Mundial: Projectos e Concretizações

- 14h30 – 15h30  
**Rui Loza** - Contra a "Cidade Museu" o Plano de Gestão de um Centro Histórico Vivo. O caso do Porto  
(Universidade de Aveiro, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana)
- 15h30 – 16h30  
**João Braz Pereira** – Gestão de Área Urbana no Centro Histórico do Porto.  
(Porto Vivo, SRU — Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA)
- 16h30 – 17h45 Apresentação pelos alunos de Resultados do Seminário de Projecto do 1º Ciclo – Porto Património Mundial
- 17h45—18h00 Debate
- 18h00 Prova de Vinho do Porto

## Dia 11

## Programa

### Terceiro Painel – Cidades e Centros Históricos

- 9h30 – 10h30 **Luís Alexandre Rodrigues** - Bragança na época Moderna. Militares e eclesiásticos. A rua, a praça, a casa (Professor Auxiliar Convidado da FLUP – UP)
- 10h30 – 10h45 Coffee-break
- 10h45 – 11h45 **Diana Santos** – Dialogar com um centro histórico - O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte. (Mestre em História da Arte Portuguesa, Doutoranda em História da Arte Portuguesa na FLUP-UP, Bolseira da FCT)
- 11h45 – 12h45 **Paula Cardona** -Viana do Castelo. Uma cidade, um rio e o mar, interpretação das dinâmicas urbanísticas. (CEPESE – Doutorada em História da Arte. Investigadora em exclusividade do Grupo de Investigação Arte e Património do Norte de Portugal)
- 12h45 – 13h00 Debate

### Quarto Painel – Centros Históricos e os seus Públicos

- 15h00 – 16h00 **João Teixeira Lopes** - Centros históricos como espaços públicos: os casos de São Paulo e do Porto (Professor Catedrático da FLUP, Coordenador do Instituto de Sociologia da UP)
- 16h00 – 17h00 **Francisco Dias** – Estatísticas de Turismo Urbano. O Centro Histórico do Porto e o Turismo. (Prof. Associado do Instituto Politécnico de Leiria, Presidente da Associação Portuguesa de Turismologia)
- 17h00 – 17h15 Debate
- 17h15 Lanche

## Dia 12

## Programa

- 9h30 – 11h00 Visita ao Centro Histórico do Porto – Ponto de encontro no Morro da Sé do Porto

# Comunicações / Conferências



# “Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto”

*José A. Rio Fernandes*

(Dep. Geografia da FLUP / CEGOT)

12

---



### **O que é, hoje, um “centro histórico”?**

Os conceitos de centro e de histórico, considerados aqui na sua tradução espacial, têm sofrido um evidente e notório processo de revisão, a que de resto sempre estiveram sujeitos estes e todos os conceitos. No caso, o que importa mais sublinhar é que a transição de uma ideia de cidade monocêntrica, que marcou o discurso funcionalista do urbanismo e neopositivista da geografia, para a verificação de uma cidade afinal mais complexa, levou a repensar a ideia de centro e as condições de centralidade, mesmo que há muito fossem conhecidas (ainda que raramente reconhecidas) as cidades policêntricas<sup>1</sup>. De resto, além do centro entendido como espaço de maior acessibilidade, mais elevado preço do solo e maior especialização e diversidade das actividades, um outro tipo de centro já tinha emergido há muito antes do “centro único”, na coincidência com o espaço que concentrava uma maior carga simbólica e melhor marcava uma história relativamente longa de uma cidade: era o “centro histórico”, por vezes apenas coincidente com o “centro de negócios”<sup>2</sup>. Qualquer destes conceitos está em crise, designadamente o de “centro histórico”, desde logo porque a história atravessa todos os territórios e todos os tempos e não é exequível definir com o mínimo de rigor, o limite temporal ou a quantidade de imóveis a partir do qual um determinado espaço é suficientemente antigo na sua ocupação pelo homem e na importância das marcas que deixou, para ser “histórico”; depois porque estes centros, tal como os centros ditos de negócios ou de comércio, têm também perdido centralidade na cidade expandida e cada vez mais fragmentada e policêntrica, se continuarmos a associar ao conceito de central antes de mais a acessibilidade fácil por parte de um alargado conjunto de pessoas.

Em todo o caso, o espaço de ruas e prédios predominantemente antigos – e mais aquelas que estes – a que chamamos centro histórico<sup>3</sup> é hoje uma parte ínfima de espaços urbanizados de considerável extensão, de uma metrópole explodida, na expressão de um pequeno texto que ficou famoso (WHYTE, 1958). A este respeito note-se que a área definida como Centro Histórico

---

<sup>1</sup> Veja-se por exemplo o caso de Londres, cidade construída a partir da junção de várias administrações, em que cada território manteve sempre a sua relativa autonomia e centro próprio, ou o caso de Paris, Nova Iorque e tantas outras cidades, sobretudo de maior dimensão, o que por si só sempre dificultou a existência de um único grande centro.

<sup>2</sup> Com a expressão “centro negócios” pretende transpor-se a expressão “Central Business District”, com origem nos Estados Unidos, onde a centralidade tem todavia uma conotação mais marcadamente financeira e se associa aí também a um maior desenvolvimento vertical dos edifícios. No caso europeu, expressões como “área central” e “centro tradicional” são também utilizadas para identificar o local de maior densidade de usos.

<sup>3</sup> Continuaremos a usar o conceito de centro histórico, sobretudo por razões de comodidade. De resto, tal como para outros conceitos hoje muito questionados, como os de “urbano” e “rural” (quando muito entendem que a mistura se completou em vários espaços alargados), também a expressão “centro histórico” não encontrou ainda substituto capaz de melhorar a compreensão do território que assim se designa.

do Porto para efeitos de classificação na ICOMOS enquanto Património da Humanidade e que conta com 1796 edifícios, corresponde a menos de 1% da área de 10km de raio habitada por aproximadamente 1 milhão de pessoas. Neste pequeno espaço, residirão apenas 7000 pessoas, de acordo com estimativa de 2008)<sup>4</sup>, valor que é especialmente inexpressivo se considerarmos que o espaço urbano essencial na projecção internacional corresponde ao que é balizado por Braga e Aveiro<sup>5</sup>, onde residem cerca de 1/3 dos portugueses que moram no seu país<sup>6</sup>.

Esta situação, marcada por uma certa irrelevância das áreas mais antigas, do ponto de vista espacial e populacional, não é muito diversa em Braga, Barcelona, Paris e em tantas outras outras cidades europeias que conheceram uma grande expansão ao longo dos últimos dois séculos, o que levou nalguns casos a alargar-se o conceito de centro histórico a espaços maiores, ou a substituí-lo por expressões como “área antiga” ou “espaço consolidado” e de qualquer forma a estender-se o espaço considerado, não sem uma evidente perda do grau de coesão e da qualidade na distinção territorial, como se verificou no Porto, onde o espaço considerado como “Área Crítica de Reabilitação Urbana” para a intervenção sobre o tecido antigo chega à atinge a Rotunda da Boavista e à Rua da Constituição, constituindo um território onde a larga maioria de arruamentos, edifícios e jardins, podendo ser interessante e relevante, tem menos de um século de existência e não possui a mesma força identitária que a maioria dos que ficam no interior do recinto que era cercado pela muralha mandada construir no século XIV por D. Afonso IV.

### **Do velho, ao antigo e do primado do público, às parcerias público-privado.**

Boa parte da abordagem da política urbana e do urbanismo aos tecidos antigos em muitas cidades, ficou marcada ao longo do século passado, pela protecção de alguns imóveis (em regra por via da sua monumentalidade) e pela demolição de muitos outros, com a construção de novos no seu lugar, em muitas pequenas acções individuais, ou por vezes como o resultado de uma acção pública orientada para a renovação de espaços mais ou menos alargados, tendo em vista a adaptação da cidade a novas formas de a habitar, em que a presença do automóvel e as

<sup>4</sup> O total de habitantes e edifícios aqui referidos constam do *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto*, realizado pela Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo”, apresentado publicamente em Dezembro de 2008 e disponível em [http://www.portovivosru.pt/destaque\\_04.php](http://www.portovivosru.pt/destaque_04.php).

<sup>5</sup> Este espaço é um dos dois “arcos metropolitanos” portugueses considerados no Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT).

<sup>6</sup> Curiosamente, o tempo que hoje leva a deslocação de automóvel ou de comboio entre os seus extremos corresponde aproximadamente ao mesmo que levava em meados do século XIX no Porto, a ir do Infante à Foz, antes da introdução do “char-à-bancs” e mais tarde do “americano” e do “vapor”.

acrescidas necessidades de salubridade e conforto terão tido um papel essencial<sup>7</sup>. Entre planos e regras orientadas para a regularização de alinhamentos, uma certa forma de prolongamento do higienismo e dos princípios da livre-circulação do século precedente, conduziram o urbanismo europeu para lá de meados do século XX num esforço que levou ao desaparecimento de muitos imóveis, ruas e lugares dos centros históricos de hoje, a exemplo do que no Porto sucedeu com a área do Largo do Corpo da Guarda, desaparecida para a abertura da ligação ao tabuleiro superior da Ponte D. Luis (Av. Vímara Peres e Av. D. Afonso Henriques<sup>8</sup>), ou no que é hoje o Terreiro da Sé, com a demolição dos prédios que prejudicavam a vista e diminuía a grandeza da Catedral e do Palácio Episcopal<sup>9</sup>.

Desta abordagem marcada pelo optimismo renovador se passou de forma relativamente rápida a uma outra, dominante pelo menos desde os 70, muito mais respeitosa da herança em forma de construções e arruamentos, vistos já no seu conjunto e não apenas isoladamente, como expressão cultural que importa preservar. Neste novo olhar, o “histórico” ganha valor e as mesmas “casas velhas” passam a ser vistas como “imóveis antigos”, verificando-se também que o passado já não precisa de ser tão longo como antes para ser digno de atenção, nem ser necessariamente marcado por sinais do românico ou do gótico, ou possuir a grandiosidade antes associada regra geral apenas a edifícios religiosos ou palácios.

Paralelamente, o turismo urbano, apesar da sua importância há muito em várias cidades do mundo (incluindo em Lisboa), passa a fazer sentir mais a sua presença na generalidade das grandes cidades, especialmente com o alargamento da rede de voos e o seu abaixamento de custo (com destaque para os ‘charter’), o que é mais notável mais recentemente com o aparecimento e alargamento do conceito ‘low cost’ e ocorre ao mesmo tempo que se verifica um contínuo aumento geral do poder de compra e do tempo livre de um número crescente de pessoas. Além do aumento da presença de vários tipos de turistas num maior número de cidades, cedo se verifica também, por parte destes, uma predilecção pelos espaços mais antigos, por contraponto talvez a uma certa estandardização da arquitectura e do urbanismo,

---

<sup>7</sup> Note-se, além da natural diferença entre cidades mais dinâmicas e outras que conheceram uma certa estagnação, que em muitos casos, mesmo nos arruamentos há mais tempo ladeados de construções, é frequente que os prédios datados dos séculos XIX e XX sejam mais numerosos que os anteriores ao século XVIII, como ocorre por exemplo nas ruas de Sant’Ana, Pelames ou Escura, na cidade do Porto.

<sup>8</sup> Por sinal hoje com fraco aproveitamento pelo tráfego automóvel, em resultado da instalação do metro no tabuleiro superior da ponte.

<sup>9</sup> É ainda de lembrar as muitas substituições de edificado e os vários projectos não concretizados por falta de capacidade económica e política, como os que previam a abertura de amplos arruamentos no lugar da Rua da Bainharia e a atravessar o Barredo, ligando a estrada marginal que vem do Freixo (Av. Paiva Couceiro e Av. Gustavo Eiffel) com a que leva ao lado ocidental da cidade (Rua Nova da Alfândega).

sobretudo evidente nas décadas de triunfo do modernismo e da “arquitetura internacional” dos anos 40 a 70 que marcam as cidades europeias, sobretudo nas suas áreas de expansão ou de reconversão mais recente. O turismo veio assim conferir um valor, também económico, ao tecido mais antigo das cidades, além de contribuir para o reforço da auto-estima dos residentes, sobretudo quando tal ocorre em espaços periféricos, tendo por resultante urbanística até, por vezes, intervenções forçadas de uma certa “turistificação” das áreas antigas, com cores e soluções orientadas essencialmente pela vontade de agradar o visitante (de que a área do Pelourinho em Salvador da Baía é talvez o exemplo mundialmente mais conhecido).

Salvaguardadas as diferenças (por vezes notáveis) de cidade para cidade, até pela dimensão desigual dos tecidos antigos e as desiguais capacidades económicas dos países, pode falar-se da situação do centro histórico nos anos 70 e 80 como, regra geral, marcada pela percepção de um grave problema de base territorial, face ao estado deficiente do que se tinha herdado, como resultado de décadas de desvalorização, em contraponto a uma nova importância que era agora atribuída a estes espaços face ao turismo, mas também na perspectiva de uma sociedade mais urbana e mais preocupada com valores culturais. Este é o caso português para a generalidade das cidades, incluindo o Porto que aqui tomamos por referência, numa aparente contradição, já que à perda de centralidade e de importância como espaço de vida da área antiga da cidade por parte dos habitantes da metrópole e da região, se vai contrapor o aumento de uma “centralidade afectiva”, a que não será estranha, além da pressão da procura exterior ao país, a crescente afirmação da multiterritorialidade, com o Centro Histórico do Porto – inscrito na lista dos sítios classificados como Património da Humanidade em 1996 –, a tornar-se num dos lugares mais procurados, mesmo se esporadicamente, pelos muitos suburbanos que com ele estabelecem uma forte relação de pertença e que são muitos mais que os que apenas aí dormem ou exercem a sua actividade profissional<sup>10</sup>.

Na abordagem urbanística ao tecido antigo do Porto ao longo das últimas décadas, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (CRUARB), constituído em 1974, foi da maior relevância na institucionalização de uma atitude de reabilitação e reconhecimento do Centro Histórico do Porto. O CRUARB passou do controlo central para o local e conheceu diversas formas de enquadramento na estrutura municipal, assim como fomentou variadas formas de intervenção, entre o restauro e a renovação do edificado, por vezes até o recurso a um fachadismo quase sempre ajustado ao valor das fachadas e às péssimas

<sup>10</sup> A propósito da multiterritorialidade e da crítica da desterritorialização, ver HAESBAERT (2004).



condições do interior dos imóveis. Com a criação em 1990 da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), a intervenção essencialmente arquitectónica vê-se completada por uma acção de âmbito social, incidindo sobre uma população cada vez mais envelhecida e pobre, em resultado da saída dos mais novos e mais capazes, que adquirem casa própria ou vêem ser-lhes atribuído apoio social no acesso a habitação em conjuntos residenciais afastados da parte mais antiga da cidade (os “bairros sociais”).

Perdura, ainda assim, uma atitude de valorização da identidade que leva a que durante muito tempo se procurasse evitar a multiplicação de bares para estudantes e turistas, assim como que os prédios reabilitados com dinheiro público pudessem ser ocupados a quem antes da sua melhoria residisse fora do centro histórico. Todavia, apesar das boas intenções e das muitas acções, estava instalada, já na passagem do século, a convicção que o CRUARB e a FDZHP não detinham os meios, financeiros sobretudo, mas também regulamentares, capazes de resolver o desfasamento cada vez mais evidente, entre as necessidades (com o alargamento da degradação do edificado, do despovoamento e da desvitalização do tecido económico) e as expectativas cada vez mais altas, na protecção e valorização de um espaço visto como essencial à cidade e não apenas restrito à Ribeira-Barredo ou à frente de rio. Esta constatação vai justificar por parte de uma nova equipa eleita em 2002 para a gestão política da autarquia, a extinção destas duas instituições e a criação da sociedade “Porto Vivo”, aproveitando as potencialidades da lei que, sob pressão sua, o governo faz aprovar, consagrando as “sociedades de reabilitação urbana” (SRU), no quadro de uma nova abordagem política, orientada pela cooperação entre o sector público e o sector privado. As SRU nascem e criam-se – em Porto e em Gaia, como noutros municípios – para serem os agentes “facilitadores” da “regeneração” (conceito entretanto emergente no urbanismo europeu de final do século XX), um pouco à imagem do que havia sucedido nos Estados Unidos, quando, nos anos prósperos dos anos 50 e 60, os principais processos de desenvolvimento urbano foram marcados por parcerias público-privadas. Aí, nas frentes de água como em áreas centrais, e tal como se verificou um pouco mais tarde noutros países europeus, na abordagem a áreas antigas ou outras de alguma forma social e economicamente desvalorizadas, o parceiro privado dominou quase sempre, com o sector público a, principalmente, ‘preparar o terreno’ para o privado (SQUIRES: 275).

Recentemente, a valorização do conhecimento face às economias de escala na produção de riqueza, levou a que território adquirisse uma importância que não tinha no fordismo, nem era especialmente reconhecida pelos teóricos da acumulação flexível, ainda que estes constatassem uma tendência à concentração geográfica do comando da economia nalgumas cidades e em especial nos seus centros (SASSEN, 1991)<sup>11</sup>. Nesta nova perspectiva, as cidades, reconhecidas como os “motores da economia”, procuram atrair os mais criativos<sup>12</sup>, passando a considerar-se de forma muito especial a relevância estratégica dos espaços mais propícios para o encontro e o desenvolvimento da criatividade, assim como para fixar pessoas e actividades capazes de criar valor que, se antes tinham estado essencialmente na base da criação de parques de tecnologia (e suas variantes) em lugares por vezes afastados da cidade, agora sustentam a vantagem da densidade ou espessura institucional da área central das cidades e a vantagem da proximidade a condições que só a cidade “tradicional” pode oferecer (HUTTON, 2009).

Assim, a cidade passa a ser vista, na “viragem cultural da geografia económica” (BARNES, 2001), como um recurso e alguns dos seus lugares como especialmente valiosos face a “... um novo localismo cheio de potencialidades” (AMIN & THRIFT, 2002: 6)<sup>13</sup>. Neste quadro, além do “velho” turismo, outras actividades (ou grupos de actividade) adquirem uma nova força nas economias urbanas e regionais, com destaque para as “criativas”, ditas também industriais<sup>14</sup>, muito ligadas ao cruzamento de “ambientes culturais” específicos, com uma perspectiva cosmopolita e contemporânea. O despertar da cidade, sobretudo da sua área mais consolidada e “histórica”, para um papel bem mais desafiante e relevante que o de mera montra da visita, ou depósito do que o passado acumulou e conservou mais ou menos bem de acordo com uma certa ideia de património, associa-se agora à importância do conhecimento no desenvolvimento<sup>15</sup>, o que leva a que hoje, “a regeneração conduzida pela cultura” seja vista

---

<sup>11</sup> ) Saskia Sassen ficou especialmente conhecida pela relação que estabeleceu entre as alterações vividas pela economia globalizada e o aumento da importância de um número restrito de cidades, a que chamou de globais.

<sup>12</sup> A ideia é especialmente difundida a partir dos “best seller” de Richard Florida, com destaque para a teorização em torno da vantagem competitiva das cidades que atraem elementos da “classe criativa”.

<sup>13</sup> A relação entre as condições do espaço e o desenvolvimento é objecto de estudo há muito, mas ressurgiu e aparece associada à cidade, especialmente em consequência da obra pioneira de JACOBS (1961), com uma enorme proliferação de textos sobre o tema, especialmente nas últimas duas décadas, grande parte dos quais assinados por economistas. Entre os geógrafos que mais recentemente sublinharam o papel do espaço na inovação e desenvolvimento, é de sublinhar de forma particular HALL (1998) e SOJA (2000).

<sup>14</sup> Note-se que aqui, como noutras situações (da “indústria do turismo”, por exemplo) a associação à indústria parece resultado de uma tradução apressada do inglês, já que em regra os estabelecimentos dedicados a actividades consideradas criativas, estão tão ou mais ligados ao consumo e à prestação de serviços que ao fabrico do que quer que seja, sendo todavia de salientar a existência habitualmente de um elevado número de empresas e estabelecimentos em que se verificam continuidades fabrico-venda-serviço.

<sup>15</sup> Fala-se até de “cidades do conhecimento”, mesmo que tal nada acrescente à compreensão da cidade ou do conhecimento, já que as cidades desde sempre foram o principal lugar de conhecimento.

como essencial na estratégia de planeamento territorial nas cidades de quase todos os países (SUDJIC, 2007).

Em consequência, a intervenção sobre o edificado, preocupação maior nos anos 70 e 80, é hoje apenas uma das muitas dimensões da concretização de uma política de base espacial, especialmente orientada para o desenvolvimento e tematicamente alargada. Nesta, o centro histórico (ainda há pouco desvalorizado pelas perspectivas “pós-modernas” e ridicularizado como parque temático do consumo turístico), viu-se de súbito tomado como território essencial à competitividade internacional, no quadro de uma abordagem em que o espaço deixa em definitivo de ser visto como mero suporte ou palco de actores, muito menos cenário de “postal ilustrado”, mas como factor e elemento activo que promove o encontro entre pessoas diversas e destas com as instituições que actuam como agentes de desenvolvimento, potenciando a criação de diferenciação, valor económico, coesão e bem-estar.

Apesar desta evolução na perspectiva face ao território e à cidade antiga, no Porto, o foco parece continuar ainda muito centrado no senso comum europeu dos anos 80/90 e, como se disse, na descoberta dos princípios da política urbana dos Estados Unidos dos anos 60/70. Desde logo, o fim do CRUARB em 2003 e da FDZHP em decreto-lei de 2008 (mesmo se uma comissão liquidatária desta continue a existir), bem como a maior preocupação conferida pela autarquia a alguns dos muitos conjuntos habitacionais construídos por iniciativa pública do Estado, sobretudo nos anos 60 e 70 na então periferia, ditos “bairros sociais”, leva a que se prolongue uma muito clara desvalorização da dimensão social dos problemas no interior da “cidade histórica”. De igual forma, as actividades económicas têm sido esquecidas, vistas que são como dependentes no essencial do livre funcionamento do mercado, apesar de desregulado, ou mesmo regulado de forma inadequada. Na mobilidade, a ausência de estacionamento que sirva os residentes, bem como de transporte público fiável e confortável (como seria o caso do metro ligeiro) que responda adequadamente, ajuda a compreender a prolongada “periferização” do centro, mais ainda se o estacionamento para quem acede não é certo e está sujeito a pagamento. E, como se não bastasse, tem faltado também à visão alargada do desenvolvimento territorial, o reconhecimento do papel essencial da cultura e da criatividade<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Aqui como noutros domínios o papel de alguns protagonistas não pode ser desvalorizado, obrigando a referir elementos que há uns anos seriam vistos como estranhos à reflexão científica. Todavia, não é despiendo para se compreender a desvalorização da cultura no desenvolvimento o facto de esta ser associada pelo Presidente da Câmara ao longo da primeira década do século XXI, essencialmente ao desperdício com subsídios, donde a aposta nesta domínio quase só em espectáculos “populares” de qualidade discutível e evidente falta de criatividade.

Nesta abordagem, extensível por certo à política urbana e ao urbanismo em muitas outras cidades, portuguesas designadamente, convirá reter que as regras de uso de dinheiros públicos não facilitam também as acções concertadas. Por isso, maugrado as orientações do POLIS XXI e a qualidade do instrumento “Parcerias para a Regeneração Urbana” (PRU), construído pelo XVII Governo e que permitiu afectar €20M ao Centro Histórico do Porto e que leva a abordagens mais alargadas e integradas, é impossível investir parte deste dinheiro no domínio da habitação. Ora, tal ocorre quando o dinheiro público com origem em outras fontes que não o QREN é especialmente escasso e se sabe que hoje o mercado de reabilitação da habitação é desinteressante para a iniciativa privada, a menos que seja orientado para estratos com elevado poder de compra. Daí uma certa persistência numa “política de tapete”, pautada por projectos e correspondentes mudanças de perfis e pavimentos em ruas, passeios, praças e jardins, de interesse duvidoso e resultados que chegam a poder ser considerados como, no essencial, nefastos,<sup>17</sup> seja a propósito da Capital Europeia da Cultura (como na área da Cordoaria e Carmelitas), da introdução da rede de metro (Avenida dos Aliados e Avenida de Vímara Peres), ou agora com as PRU e a SRU, em ambos os lados do vale ocupado pela Rua de Mouzinho da Silveira.

Esta tentação de um prolongado triunfo da arquitectura sobre a geografia social e económica das cidades, tem migrado para o edificado, ou seja, do espaço público horizontal para o espaço público vertical, sob várias soluções de um fachadismo discutível, como por exemplo acontece com as transformações em curso no antigo Convento dos Lóios na Praça da Liberdade (antigo banco e futuro hotel), as que foram concluídas em vários prédios para habitação “recuperados”/reconstruídos na Praça de Carlos Alberto, ou nas previstas para a Rua do Bonjardim, entre a Praça de D. João I e a Rua Formosa. Ora, não apenas a dimensão social e económica não é alcançável apenas pelo “embelezamento”<sup>18</sup>, como convirá lembrar que “os dados existentes sugerem que é *naif* esperar uma ‘preocupação moral’ por parte do sector

---

<sup>17</sup> Foi o que ocorreu a meu ver por exemplo na standardização do espaço composto por Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados e Praça General Humberto Delgado, mesmo que bem-intencionada e erudita, no entanto conducente a uma desmemorização do lugar, que sediava as heranças da Praça Nova das Hortas e mais tarde de D. Pedro IV, onde estavam os Paços do Concelho até 1916 (Praça da Liberdade), da “avenida da cidade” (hoje Avenida dos Aliados) com o seu rendilhado de pedras e canteiros tão marcante dos espaços mais nobres do princípio do século passado, e com a praça do “poder” junto ao prédio neo-flamengo da Câmara. Desmemorização foi também o resultado da operação de “limpeza” do Jardim da Cordoaria (oficialmente chamado de João Chagas), primeiro jardim romântico da cidade, e do espaço fronteiro à Cadeia e Relação, inóspito e hoje pouco usados. Lembre-se, por fim, o raro caso dum retrourbanismo mais habitual na Europa Oriental, na Praça de Carlos Alberto, refeita “um pouco melhor do que estava antes”, após ter sido esventrada para a construção de parque de estacionamento e para uma prometida mas pouco entusiasmante intervenção que ficou por fazer.

<sup>18</sup> A propósito do “urbanismo de embelezamento”, vale a pena reler o texto de Peter Hall sobre o “City Beautiful Movement” na sua obra magistral sobre urbanismo (HALL, 2002).

privado na revitalização de áreas desvalorizadas. As decisões de investimento do sector privado são fundamentadas em grande medida no interesse próprio e não na filantropia. A privatização do desenvolvimento urbano significa aceitar uma política de triagem e a concentração nas áreas de maior potencial económico” (PACIONE, 2009: 10).

Por isso, corre-se um sério risco de se reforçar a construção de uma cidade dual, não apenas entre a parte ocidental e oriental, ou entre o velho centro e as ditas novas centralidades, mas mesmo no interior do que chamamos Centro Histórico e na sua proximidade a Norte, dita “Baixa” (FERNANDES, 2005). Assim, prédios junto a ruas e praças recentemente intervencionadas ou a intervencionar no quadro de processos ditos de qualificação ou regeneração, com estacionamento próprio ou próximo, em locais mais vistos e percorridos, tornam-se especialmente interessantes para o investimento privado e acolhem apartamentos e estabelecimentos orientados para a classe média e alta, distinta e culta – os “bo-bo” na abreviatura da sugestiva expressão francesa “bourgeois-bohèmes” (ou “burgueses boémios”) –, enquanto, em lugares próximos, mas já nas “traseiras da cidade”, os edifícios voltados para ruas estreitas e becos inacessíveis por automóvel, persistem nas deficientes condições de habitabilidade que apresentam e continuam a ser abandonados, perdendo-se de ano para ano também residentes e lugares de oferta de bens, serviços e emprego, a par do que resta da auto-estima dos que ficam e da desterritorialização dos que estão apenas em trânsito, numa exclusão de múltiplas dimensões, capaz de gerar o *ghetto* e de acentuar a fama e proveito de “territórios perigosos”.

### **O que temos, face ao que queremos: sugestões.**

No Porto, a SRU “Porto Vivo”, maioritariamente detida pelo Estado Português<sup>19</sup>, tem-se debatido com vários grandes e pequenos problemas, que não apenas o dos desfasamentos entre as necessidades e as expectativas, ou entre os meios e as ambições. Procurando atrair o investimento privado, tenta também reservar um espaço de negociação que permita acautelar (minimamente, pelo menos) o interesse público, parecendo dar sinais de uma evolução que vale a pena acompanhar para uma maior abertura à sociedade e uma maior consciência da complexidade necessariamente associada à intervenção em realidades também complexas, mais ainda quando se tem obrigatoriamente a perspectiva de um processo que não é de curta duração.

---

<sup>19</sup> Ao contrário da SRU de Gaia, por exemplo, onde o capital é inteiramente municipal.

Não é agora o tempo nem o lugar para se fazer uma avaliação, mas existem fundadas expectativas de que novas fontes e formas de intervir no domínio social e em particular da habitação, possam contribuir para equilibrar um pouco as assimetrias que se julga terem sido reforçadas no interior do centro histórico e que aumentaram em vários indicadores de comparação entre as “freguesias históricas” e outras, sobretudo as ocidentais, mesmo para além dos limites municipais. Na certeza que a existência de assimetrias, de vária escala, é imanente à cidade e que a gentrificação habitacional e funcional pode até ser uma oportunidade (tal como a convivência entre público e privado), não se pode deixar de lembrar os riscos que em contextos os mais variados já foram referidos a propósito da substituição de populações em áreas urbanas, ou de uma separação demasiado contrastada entre “ilhas de conforto” e “espaços de abandono e desespero”<sup>20</sup>.

De facto, de um hibridismo social feito de uma real mistura de culturas, formas de ser e viver e entre pessoas diferentes também no poder de compra, pensa-se que residirá parte do sucesso dos centros históricos, vistos como parte integrante da cidade complexa dos nossos dias. Esta mistura potenciará a flexibilidade, para permitir ao território melhor se adaptar aos desafios que lhe venham a ser colocados, na consideração pelo tempo longo, não o da nostalgia de um passado romantizado, mas sobretudo o do futuro, vista a cidade física e social (*urbs e civitas*) num processo de contínua adaptação (e antecipação) dos anseios e expectativas das pessoas, ainda que por certo sem perda dos referenciais arquitectónicos melhor entendidos em cada tempo, como os que melhor projectam o seu tempo no futuro.

Por isso, numa acção política necessariamente feita na base da assumpção de opções, a abordagem dos centros históricos deve considerar que nem todo o passado é transportável para o futuro e também que é necessário, como sempre foi, construir hoje o que no futuro será visto como o passado da época que corresponde para nós ao presente. Porque, “a versão de urbanismo mais rica, subtil e efectiva é a que permite a mutação da cidade com o passar do tempo e não a que congela um bairro numa forma particular” (SUDJIC, 2007: 47), ou que promove as grandes obras, “de autor” ou não, à custa do desaparecimento de partes

---

<sup>20</sup> Sobre o muito tratado tema da gentrificação (ou etilização), vale a pena considerar a dificuldade de estabelecer a dimensão adequada das áreas a analisar, com as assimetrias entre quarteirões, por exemplo, podem ser a “boa mistura” quando vistas na escala do bairro (FREEMAN, 2009), a existência de gentrificadores de vários estratos sociais e culturais, em diferentes momentos e lugares (BOUNDS & MORRIS, 2006) – os condomínios fechados de classe média e média baixa por exemplo são hoje frequentes no Brasil – e ainda a importância dos contextos nacionais face à legislação e à fiscalidade, designadamente, o que no caso português contribuirá para explicar a proximidade de habitações e lojas “trendy” ou “bo-bo”, ao lado de andares e estabelecimentos vazios ou alugados a baixo custo.

significativas do passado<sup>21</sup>. Numa outra escala de tempo, também entre Verão e Inverno, dia de trabalho normal e fim-de-semana, de dia e de noite, se faz o hibridismo da cidade histórica hoje, numa conflitualidade afinal sempre presente entre várias formas de estar na cidade e de fazer cidade nos seus vários tempos que pode e deve inspirar o que alguns elegem autonomizar com a expressão de cronourbanismo<sup>22</sup>.

Num quadro marcado pela diminuição geral da importância das fronteiras, é igualmente essencial considerar-se a forte interação entre várias escalas, a propósito da sobreposição de escalas e da continuação dos territórios, maugrado a importância que hoje não parece menor que no passado, da ideia de cidade e do nome que damos aos espaços que tomamos por lugares, ou dos limites da administração. Por isso, a compreensão do centro histórico implica a consciência da cidade-região de que este é uma pequena mas importantíssima parte e a de que estratégia, planeamento e acção urbanísticas, têm de considerar pelo menos a importância da internacionalização das cidades, a dimensão multi-municipal que marca os ritmos da vida diária dos que a habitam e visitam e, obviamente, as continuidades, que no caso do Porto são especialmente valiosas, por constituírem a velha parte central da cidade (a Baixa), ou por prolongar para Sul, Este e Oeste, o tecido antigo ao longo de ambas as margens de um rio que une muito mais do que separa e promove com o seu espelho de água e encaixe uma observação alargada sobre uma paisagem particularmente plástica e diversa.

Mas o triunfo do hibridismo na cidade contemporânea não se queda pelo tempo e pelo espaço, estando muito presente em muitas das dimensões essenciais dos tecidos antigos, como bem o demonstram os mistos de associação-livraria-café-lugar de eventos culturais, que entre tantas outras soluções animam a cidade antiga, ou os muitos estabelecimentos novos em casas antigas, a vender, de novo, velhos produtos tradicionais. Triunfa ainda nas esplanadas, onde a cadeira em espaço público é sujeita à exploração por privados, entre outros espaços semipúblicos ou privados de uso colectivo que cortam na transversal visões dicotómicas demasiado pobres para abarcar a riqueza da cidade e da sociedade dos nossos dias.

O hibridismo é também social, desejavelmente, se o Porto for capaz de persistir na mistura de ricos e pobres, “tripeiros” “da gema” e imigrantes e todos os demais tipos de migrante e outros

---

<sup>21</sup> Sobre o desaparecimento da cidade, por ansiosa e sempre inacabada renovação, ou por estagnação ver CALVINO (2002) e a propósito da necessidade de muitas e continuadas pequenas intervenções e da necessidade de desconfiarmos da megalomania, recomenda-se PIANO (2003).

<sup>22</sup> Para uma leitura centrada nos tempos dos espaços do Porto, ainda que especialmente direccionada para a compreensão da geografia comercial do espaço metropolitano, ver FERNANDES (2004).

*city-users*, como turistas e estudantes universitários. O hibridismo é ainda, cada vez mais (talvez demais!) de carácter funcional, na medida em que se misturam usos, com lugares de residência a serem simultaneamente lugares de trabalho e de lazer<sup>23</sup>. E o hibridismo faz-se sentir também no fim de uma perspectiva de oposição obrigatória entre os interesses públicos e privados, mesmo que convenha notar que “...se as parcerias público-privadas são a onda do futuro – pelo menos do futuro próximo – é importante reforçar a metade pública do arranjo” (FRUG, 2007: 306) e, não menos importante é articular melhor planeamento e gestão, num outro arranjo em que a gestão deve ser cada vez mais importante face ao planeamento, mesmo quando nos referimos ao planeamento participado, compreendido, aceite e pretendido por parte significativa dos que vivem, usam e visitam o espaço a intervir e gerir.

---

<sup>23</sup> Trata-se, nesta dimensão como noutras, de uma oposição clara às determinações do zonamento e dos princípios da “cidade máquina e radiosa” que marcaram o urbanismo europeu de meados do século, presente no Plano Geral de Urbanização do Porto de 1962 e que, maugrado o regulamento não ter sido aprovado, ainda assim ajuda a perceber a cidade que se fez nas décadas seguintes (das zonas central e industriais, dos parques verdes ocidental e oriental e das vias rápidas, túneis e viadutos).



## Bibliografia

- AMIN, Ash; THRIFT, Nigel (2002) *Cities: reimagining the urban*, Blackwell.
- BARNES, Trevor (2001) Rethorizing economic geography: from the quantitative revolution to the 'cultural turn', *Annals of the Association of American Geographers*, 91, pp. 546-565.
- BOUNDS, Michael; MORRIS, Alan (2006) Second wave gentrification in inner-city Sydney, *Cities*, vol. 23, No. 2, pp. 99-108.
- CALVINO, Ítalo (2002) *As Cidades Invisíveis*, Edições Teorema.
- FERNANDES, José A. Rio (2005) *Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia*, in Vitor Oliveira Jorge (coord.) *Conservar para quê?*, FLUP/ DCTP / CEAUCP / FCT, pp. 213-230.
- FREEMAN, Lance (2009) Neighbourhood diversity, metropolitan segregation and gentrification: what are the links in the US? *Urban Studies*, 46(10), pp. 2079-2101.
- FRUG, Gerald (2007) Designing government, in Ricky Burdett & Deyan Sudjic (eds), *The endless city*, Phaidon, pp. 298-306.
- HAESBAERT, Rogério (2004) *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, Bertrand Brasil.
- HALL, Peter (1998) *Cities of tomorrow*, Blackwell, 3ª ed. (1ª ed. 1988).
- HALL, Peter (1998) *Cities in civilization: culture, innovation, and urban order*, Weidenfeld & Nicolson.
- HUTTON, Thomas A. (2009) Trajectories of the new economy: regeneration and dislocation in the inner city, *Urban Studies*, 46 (5&6), pp. 987-1001
- JACOBS, Jane (1969) *The economy of cities*, Vintage Books.
- PIANO, Renzo (2003) La médecine dont les villes ont besoin, c'est l'homéopathie, pas la chimie, in Frédéric Edelmann (coord.) *Créer la ville: paroles d'architectes*, éditions de l'Aube, pp. 216-224.
- SASSEN, Saskia (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press.
- SOJA, Edward (2000) *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*, Blackwell.
- SQUIRES, Gregory D. (1991) Partnership and the pursuit of the private city, in Susan Fainstein and Scott Campbell (eds) *Readings in urban theory*, Blackwell, pp. 266-290.
- SUDJIC, Deyan (2007) Theory, policy and practice, in Ricky Burdett & Deyan Sudjic (eds), *The endless city*, Phaidon, pp. 32-51.
- WHYTE, William (1993) *The exploding metropolis*, University of California Press (1ª ed. 1957).

# “O Património Artístico do Centro Histórico de Guimarães (sécs. XII a XVIII)”

*António José de Oliveira*

26

---

(Mestre em Estudos Medievais e Doutorando em História da Arte Portuguesa na FLUP-UP)



O “sítio” e a “situação” do velho casario aglomerado em torno do espaço intramuros de Guimarães, conserva um riquíssimo património mercê dos acontecimentos históricos ligados ao poderio real e eclesiástico, da posição privilegiada do cruzamento de estradas, que desde cedo permitiu o aparecimento de uma próspera comunidade de mercadores e enfim não menos importante, o aspecto sociológico de ter uma “elite” com certo poder político e económico no noroeste de Portugal.

Todos estes factores contribuíram para que desde muito cedo, mesmo antes da afirmação da Nacionalidade se desenvolvesse a urbe vimaranense, cuja importância se estendia muito para além do âmbito local, tornando-se mesmo um dos mais importantes aglomerados do Entre-Douro-e-Minho.



Foto 1 – Vista aérea do centro Histórico de Guimarães (Câmara Municipal de Guimarães - 2001)

Como não poderia deixar de ser, o próspero crescimento do aglomerado atraiu à vila um número crescente de habitantes dos mais diversos ofícios e estratos sociais que obviamente imprimiram uma fisionomia característica à estrutura urbana, mas que cuja tipologia própria se reflecte na existência de um dedalo de ruas medievais confinadas numa malha urbana estreita, que nos oferecem muitas vezes a surpresa de desembocar em praças monumentais ou em espaços valorizados com edifícios de mole imponente construídos em época posterior já no século XVII e XVIII, em que as edificações de estilo Barroco e Rococó se destacam no meio do apinhado casario medieval.

O núcleo urbano do centro histórico de Guimarães que desde cedo foi importante, não é de estranhar que tenha atraído uma diversidade de artesãos e mestres de diversos ofícios, que para além de contribuírem por iniciativa própria ou por outrem para a transformação e enriquecimento do património construído, deram uma feição peculiar à morfologia urbana do burgo, não apenas em relação à tipologia das construções, mas também a ruas inteiras, onde surgem ligados aos diversos mesteres.

Nesta cidade podemos ainda hoje, constatar o labor artístico de mestres oriundos de diferentes locais do noroeste peninsular, que encontravam um desenvolvimento construtivo bastante significativo nesta urbe, que lhes possibilitava manter em laboração toda a sua vasta oficina que compreendia aprendizes, obreiros e oficiais.

O burgo vimaranense, nascido na centúria de Novecentos, quando a condessa Mumadona Dias aí decide construir um mosteiro, foi fortalecido, no final do século XI, quando D. Henrique e sua mulher D. Teresa aí se estabelecem como detentores do Condado Portucalense, e o velho cenóbio dá, mais tarde, origem a uma Colegiada. Seu filho, D. Henrique, conquista em Guimarães o direito ao trono do condado e do reino que haveria de ser Portugal.

O burgo, nascido no século X sobre o culto divino a O Salvador e a Santa Maria, cedo elege como sua protectora Santa Maria de Guimarães, que, com o correr dos anos e a devoção dos homens, passa a designar-se Nossa Senhora da Oliveira.

A actual cidade de Guimarães, vila até 22 de Junho de 1853, desenvolveu-se à volta de dois pólos geradores e aglutinadores, o castelo e a Colegiada (cuja origem se detecta no início da centúria de 1100), demonstrando vivacidade para ser auto-suficiente, e se fundiram por ordem de D. João I, em 1389. É à sombra do castelo e do mosteiro, que nascem os dois focos de povoamento organizados como resposta às solicitações de protecção religiosa e defensiva do burgo e das populações vizinhas.

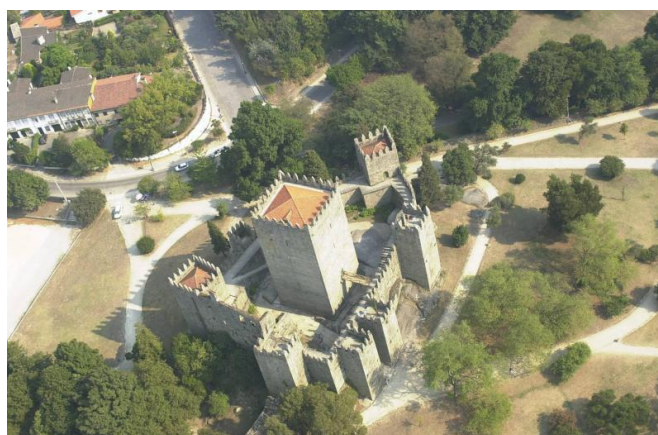


Foto 2 – Vista aérea do Castelo de Guimarães (C.M.G. – 2001)



Nesta vila bipolar e policêntrica, começaram-se a organizar vários eixos de circulação, através da abertura de arruamentos e construção de edifícios, que se aí foram estruturando.

No século XIV, D. João I manda construir uma nova igreja cujas obras no templo e no claustro ainda decorrem no primeiro quartel do século XV; também neste período, e por intercessão do mesmo rei se inicia a edificação da casa da Câmara. No claustro da Colegiada constrói-se a capela da Confraria do Serviço (1419-1421); no Largo da Igreja da Oliveira, edifica-se o padrão em honra da Batalha do Salado. Dá-se início à construção da residência senhorial do 1º Duque de Bragança e a várias casas sobradadas no miolo do burgo. No século XVI, a Colegiada é ampliada com a construção de uma torre na sua fachada principal aí se instalando a capela tumular dos Pinheiros. Um filho destes, D. Prior da Colegiada no 1º quartel do século XVI, renova o claustro da Colegiada.



Foto 3 – Vista área Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (C.M.G. – 2001)

A vila de Guimarães transformara-se na Idade Média, num grande centro religioso, aonde afluíam imensos romeiros e peregrinos. Todo este afluxo de gente teria provocado a construção de hospitais, albergarias e estalagens nas proximidades da igreja de Santa Maria, para o recolhimento e agasalho de todos aqueles que aí vinham em romagem. Por exemplo, a Confraria do Serviço de Santa Maria, inicia em 1540, operou um processo de ampliação do seu hospital localizado no Adro de S. Paio. Trata-se de um processo de vitalidade e de ampliação do seu hospital numa tendência contrária de fusão e uniformização dos serviços de assistência

hospitalar numa só instituição que muitas vezes eram tutelados pelas Santas Casas de Misericórdia.

Desde os finais do século XIV, está devidamente documentada em Guimarães, a presença de mestres pedreiros provenientes de reinos ou regiões peninsulares, para além das fronteiras de Portugal, como Castela, Biscaia e Galiza.

Com as obras de reconstrução da igreja de Santa Maria, patrocinadas por D. João I em agradecimento pela vitória em Aljubarrota, ao mestre pedreiro João Garcia de Toledo coube a direcção do estaleiro, no qual colaboraram pedreiros galegos. Estas obras iniciaram-se a 6 de Maio de 1387, tendo sido concluídas em 1400 quando se realizou a sagração do altar-mor do templo. Em 1392, ao mesmo tempo que executava esta empreitada, o mestre toledano trabalhou nas obras do chafariz da Praça, recebendo 800 libras do concelho.

Após a morte de João Garcia, segue-se um interregno de testemunhos da presença em Guimarães de pedreiros oriundos de outras zonas da península. Desde os finais do século XV, que a actividade de mestres biscainhos no Minho está devidamente conhecida. Porém, torna-se necessário avançar até ao século XVI, para reencontrarmos dois mestres biscainhos a exercer a sua actividade em Guimarães. O primeiro testemunho é assinalado pela presença de João de Castilho, o mais importante mestre pedreiro natural da Biscaia, que durante o primeiro quartel do século XVI trabalhou em várias localidades do Noroeste de Portugal: Vila de Conde, Braga e Guimarães. Nesta última vila, arrematou a construção de uma ponte.

Em 1540, temos conhecimento da existência de outro pedreiro biscainho que contrariamente a João de Castilho estava estabelecido nos arrabaldes de Guimarães. Trata-se de João Fernandes Biscainho morador na rua de Santa Luzia, que arremata as obras de pedraria referentes à remodelação e ampliação do hospital da Confraria do Serviço de Santa Maria, localizado no adro de S. Paio, pela quantia de 5000 reais.

No século XVII e durante a centúria seguinte, a morfologia urbana da vila de Guimarães sofre alterações significativas, particularmente no levantamento e remodelação de edifícios religiosos e civis. As entidades que patrocinaram este surto construtivo foram: Cabido da Colegiada, mosteiros mendicantes, conventos femininos, Ordens Terceiras (S. Francisco e S. Domingos), Misericórdia, irmandades, para além de uma clientela nobre. Destaca-se também o mecenato do arcebispo D. José de Bragança que aqui fixou residência (1746-1748). Todos estes encomendadores favoreceram a laboração de destacados mestres oriundos de Barcelos, Braga, Porto e da Galiza. A actividade arquitectónica nessa época em Guimarães desenvolveu-se em

três grandes áreas: imóveis construídos de raiz; conclusão de programas construtivos anteriores; e acrescentamento de estruturas barrocas nos edifícios medievais.

Ao longo de todo o século XVIII, assistimos, quer na fase barroca e posteriormente no período rococó, à liderança em termos artísticos, do Porto, Braga e Guimarães, na época os principais aglomerados populacionais e centros da actividade económica do noroeste português. Não admira pois que, em Guimarães e no seu termo surgissem várias oficinas com uma intensa actividade num meio em constante animação. Neste contexto, a documentação conhecida aponta para o afluxo de mestres originários de outras localidades para a arrematação e concretização das empreitadas, facto que permitia manterem em laboração toda a sua vasta oficina que compreendia aprendizes, obreiros e oficiais. Além disso, é necessário ter presente, que muitos destes artistas arrematavam as obras de pedraria e talha em sociedade, originando assim que muitas das obras de pedraria e talha existentes em Guimarães fossem o resultado de um complexo trabalho de parceria entre mestres do mesmo ofício. Assim se compreende a grande quantidade de pedreiros, carpinteiros, escultores, entalhadores, ensambladores, pintores, ourives e oleiros residentes na vila e seu termo e, os que para aí se deslocavam para a feitura de encomendas.

Durante a centúria de setecentos e a primeira metade de oitocentos, e no que diz respeito aos domínios da arquitectura, da talha e pintura, figuras como Pantaleão da Rocha, António Gomes, Filipe da Silva, Manuel da Costa Andrade, Miguel Francisco da Silva, José Álvares de Araújo, Manuel Álvares de Araújo, Domingos Francisco Vieira, António José Pereira de Santa Ana, João do Couto Teixeira, João Pereira Cardoso e Luís Pinto Leitão, Manuel Luís e Manuel da Costa, António Pereira, Domingos da Costa, João Moreira Bouça, Bernardo José da Silva, Manuel Fernandes da Silva, André Soares, Fr. José de Santo António Vilaça, Carlos Amarante, Manuel Moreira da Silva e Luis Inácio de Barros Lima exerceram o seu saber na vila. Essa importante obra, por vezes executada em parcerias estabelecidas com mestres locais, aportou uma determinante mais-valia à formação empírica destes artífices. Deste modo, a mobilidade dos artistas e artífices permitiu às oficinas locais um contacto com a obra de outros mestres e arquitectos, ou seja, uma aprendizagem técnica e uma transmissão do saber adquirido em longas práticas oficinais que, dando continuidade a velhos discursos ou introduzindo novos, se materializou nas encomendas, sujeitas, também elas, a esta apertada rede de clientelismo.



Foto 4 – Talha da igreja do Convento do Carmo, entalhada por José Álvares de Araújo

Simultaneamente entre os mestres criavam-se estreitas redes de solidariedade relativas a sociedades e parcerias, trespases de obras, fianças e ligações familiares, que vão desenvolver no seu interior, atitudes e orientações que são aceites pela maioria. Estas malhas moldavam os comportamentos individuais contribuindo assim para a coesão dos artistas e para uma melhor comunicação entre eles.

Apesar dessa concorrência, que foi também uma aprendizagem, as inúmeras encomendas laicas e eclesiásticas de Guimarães permitiram que na vila e no seu termo se desenvolvessem, ou fixassem com carácter de maior ou menor permanência, oficinas que respondiam a essas solicitações. Na obra de talha, várias famílias alcançaram uma notável projecção. Pedro Coelho, escultor e entalhador juntamente com seu genro Miguel Correia na freguesia rural de S. João de Gondar. O mestre entalhador Ambrósio Coelho com oficina na freguesia de Santa Cristina de Serzedelo que executou vários trabalhos desde Viana de Castelo, passando pelo Bom Jesus de Matosinhos, até ao mosteiro de Arouca. Ao longo de duas gerações, os Correia Vale executaram programas de talha concebidos por conceituados artistas, abalaçando-se simultaneamente à concepção de obras de talha, de pedraria e de arquitectura, como aconteceu com tantos outros mestres entalhadores. Dessas realizações, destaquemos a execução em 1763 da fachada de Santo António dos Capuchos pelo mestre entalhador António da Cunha Correia Vale. José António da Cunha, terá sido, como o tio, um dos mais notáveis mestres entalhadores de Guimarães nas décadas de setenta e oitenta do século XVIII.



Responsável igualmente por riscos para obras de talha e de arquitectura, muitos deles desenvolvidos para o cabido vimaranense, esta sua incursão por outras disciplinas terá alcançado algum êxito, tendo desenhado a fachada da igreja da Ordem Terceira de S. Domingos em 1784.



Foto 5 – Fachada da Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos

Na pedraria encontramos um mestre canteiro galego Vicente José de Carvalho radicado na freguesia de Fermentões (arrabaldes de Guimarães) onde mantém uma oficina, que se prolongará no tempo através do seu filho.



*Foto 6 – Casa dos Lobos Machado, obra dos mestres pedreiros galegos Amaro José Farto e Vicente Carvalho*

A vila de Guimarães, desde os finais do século XIV até ao século XVIII, organizava-se a partir de um núcleo ordenador do espaço urbano, a Praça de Santa Maria da Oliveira, de onde irradiavam as principais artérias – rua de Santa Maria e rua dos Mercadores – que, por sua vez, geravam com as suas ramificações uma malha urbana extremamente interessante. Com as suas portas, as suas praças, os seus terreiros, e seus rocios, Guimarães apresenta-nos uma articulação intra e extramuros que, em grande parte, subsiste até à actualidade.



*Foto 7 – Praça de Santa Maria da Oliveira*



*Foto 8 – Rua de Santa Maria*

Neste contexto urbano iremos encontrar disseminadas pelo casco histórico inúmeros expressivos exemplares de arquitectura civil e religiosa, quer da fase gótica, quer da barroca e rococó. Mas outros testemunhos encontramos, nas suas diversas expressões: a arte da talha; a imaginária; a pintura; a azulejaria; a ourivesaria; a organaria; o mobiliário e a paramentaria.

Esses espécimes, resultantes de encomendas pontuais ou integrados em vastos programas decorativos, traduzem a importância económica, política e religiosa de Guimarães. Mas valem também como testemunhos de percursos artísticos: das clientelas e dos artistas, em particular, e da vila de Guimarães em geral, e da forma como estes se articularam no espaço geográfico do Entre-Douro-e-Minho. Memória da passagem de cónegos e prelados da Colegiada, de abades, prioras, de juizes de irmandades e de ordens terceiras, de nobres e de provedores da Misericórdia, esses exemplares contam-nos ainda outras histórias: de ostentação, de riqueza, de gosto, de devoções particulares e até de rivalidades, nomeadamente com a Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Este importante capítulo de valorização artística de Guimarães, constitui-se assim como um testemunho de uma produção regional com características determinadas por cruzamentos vários, mas também de um universo mais vasto, cujas fronteiras ultrapassam o contexto de Guimarães. Falamos da arrematação de encomendas por artistas exteriores a Guimarães, reveladoras da flutuação do gosto e da importância de outros centros artísticos, designadamente dos actuais concelhos de Barcelos, de Braga, do Porto, de Santo Tirso e de Vila Nova de Famalicão e da mobilidade de artistas com os quais penetraram na vila novos discursos artísticos.

Todos estes encomendadores favoreceram a laboração de destacados mestres pedreiros, entalhadores, douradores e pintores oriundos do noroeste de Portugal, que exerceram a sua actividade em Guimarães, para onde foram chamados para conceber ou dar corpo a empreitadas de maior ou menor envergadura, para as quais a clientela rica reivindicava qualidade e prestígio.

Estas obras de talha, por vezes executadas em parcerias estabelecidas com mestres vimaranenses, aportaram uma determinante mais-valia à formação empírica destes artistas, permitindo deste modo às oficinas locais um contacto com a obra de outros mestres e oficiais.

Ao longo de vários séculos assistimos ao evoluir de um importante burgo. Hoje, os seus espaços dão vida a outras vidas, alguns laicizaram-se, têm outras funções mas, o espírito do lugar ali permanece, protegido e recuperado.

Este centro histórico conseguiu atravessar o tempo mantendo viva a mensagem do seu passado, possibilitando a todos aqueles que o percorrem atentamente, constatar o labor artístico de mestres locais, e de artistas oriundos de diferentes locais do noroeste português e da Galiza.

## Bibliografia

ALVES, Natália Marinho Ferreira – “José António da Cunha Correia Vale”. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Dir. José Fernandes Pereira, Coord. Paulo Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1989, pp. 515-516

BARROCA, Mário Jorge – “O século de Mumadona”, in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp. 16-17

BARROCA, Mário Jorge – “O século dos dois condados”, in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p. 21

BARROCA, Mário Jorge – “O século de D. Afonso Henriques”, in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, pp.26-27.

DIAS, Pedro – *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença (1410-1540)*, Coimbra, Epatur-Edições portuguesas de arte e turismo, 1982.

36

---

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Duas vilas de um só povo”, in *Mil anos a construir Portugal, catálogo*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2000, p.39

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - “Um percurso por Guimarães medieval do século XV”, in *Patrimonia. Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 1, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 9-16.

FERNANDES, Isabel Maria; OLIVEIRA, António José de – “Ofícios e mestres vimaranenses nos séculos XV e XVI” – in *Revista de Guimarães*, nº 113/114, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2003/2004, pp. 43-210.

GONÇALVES, Flávio – “A talha na arte religiosa de Guimarães” in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 4, Guimarães, 1981, p. 337-366.

GUIMARÃES, Alfredo – *A arte em Portugal Guimarães monumental*, Porto, Marques Abreu, 1930.

MILHEIRO, Maria Manuela – “A visita do arcebispo D. José de Bragança a Guimarães e Terras Transmontanas”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (nº1), Braga, Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho, 1995, pp.5-12.

OLIVEIRA, António José de – “A actividade de artistas portuenses em Guimarães (1685-1768)”, sep. *Museu*, nº 11, 4ª série, Porto, Círculo Dr. José Figueiredo, 2002.

OLIVEIRA, António José de – “A actividade de entalhadores, douradores e pintores do Entre-Douro-e-Minho em Guimarães (1572-1798)”, in *VII Colóquio Luso-Brasileiro de História de Arte: artistas e artífices e a sua mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, Actas, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 69-91.

OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de mestrado em História e Cultura Medievais apresentada na Universidade do Minho, Braga, 1998, pp.247-257 (policopiada).

OLIVEIRA, António José de; SOUSA, Lígia Márcia Cardoso Correia de – “Fragmentos da vida e obra de Pedro Coelho, mestre escultor e entalhador de S. João de Gondar (sécs.XVII-XVIII)”, in sep. *Mínia*, 3ª série, nº 4, Braga, ASPA, 1996.

OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Amaro José Farto, pedreiro galego na arquitectura vimaranense do século XVIII”, in sep. *Revista de Guimarães*, vol. 107, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1997.

OLIVEIRA, António José de; OLIVEIRA, Lígia Márcia Cardoso Correia de Sousa – “Mestres pedreiros portuenses em Guimarães (1734-35): sua actividade no convento de Santa Rosa de Lima”, in *I Congresso sobre a Diocese do Porto – Tempos e Lugares de Memória, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Actas, Porto/Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 2002, vol. 1, pp. 297-328.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – “Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII”, *VII Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros*. Actas, Cáceres/Olivença, 1993, pp.143-155.

SANTOS, Manuela de Alcântara – “Para uma biografia do mestre escultor e entalhador Ambrósio Coelho”, in *Mínia*, 3ª série, vol. 3, Braga, ASPA, 1995, p. 133-155.

SERRÃO, Vítor – “A arte. Guimarães na diáspora renascentista”, in *D. Manuel e a sua época nas colecções do Museu de Alberto Sampaio*, coord. por Isabel Maria Fernandes, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/ Instituto Português de Museus/ Museu de Alberto Sampaio, 2001, pp. 10-11.

SERRÃO, Vítor – “As oficinas de Guimarães nos séculos XVI-XVIII e as colecções de pintura do Museu de Alberto Sampaio”, in *A colecção de pintura do Museu de Alberto Sampaio séculos XVI-XVIII*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1996.

António José de Oliveira – O PATRIMÓNIO ARTÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES (SÉCS. XII-XVIII)

Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, pp. 26 a 38.

SMITH, Robert C. – *André Soares, arquitecto do Minho*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

SMITH, Robert C. – *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 2 vols.

# “El Centro Histórico. La creación de una conciencia cultural. El caso de Santiago de Compostela”\*

*Juan M. Monterroso Montero*  
(Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela)

\*Esta estudio se enmarca en la línea de investigación sobre destinos turísticos cuyo aliciente principal es el patrimonio cultural, vinculado al proyecto “Creación del mapa de recursos patrimoniales de los cascos históricos medios de Galicia” (código: 09TUR008210PR, investigadora principal: Begoña Fernández) al cual pertenece el autor. Forma parte del grupo de investigación GI-1097 “Proyectos y estudios sobre Patrimonio Cultural. Iacobus” del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Santiago de Compostela.





## I. La creación de una conciencia cultural.

La reflexión sobre la importancia de los centros históricos dentro del marco definido por el patrimonio cultural es amplia y abundante. Desde el dictado de la primera de las cartas internacionales, Atenas 1931, hasta la actualidad son muchos los artículos que han centrado su interés en este aspecto hasta el punto de crear una verdadera tradición normativa que, de ser el caso, merecería la elaboración de un texto refundido<sup>24</sup>. No es este el momento de llevar a cabo dicha labor que, sin embargo, debería ser objeto de un análisis detallado puesto que las precisiones, matizaciones y correcciones introducidas en estos últimos ochenta años definen la tendencia de una cultura patrimonial que ha ido arraigando con mayor o menor fortuna en todos los países del globo<sup>25</sup>.

Para nuestros intereses nos basta con recordar el texto del artículo 8 de la *Carta de Cracovia* de 2000:

“Las ciudades históricas y los pueblos en su contexto territorial, representan una parte esencial de nuestro patrimonio universal y deben ser vistos como un todo, con las estructuras, espacios y factores humanos normalmente presentes en el proceso de continua evolución y cambio. Esto implica a todos los sectores de la población, y requiere un proceso de planificación integrado, consistente en una amplia gama de intervenciones. La conservación en el contexto urbano se puede referir a conjuntos de edificios y espacios abiertos, que son parte de amplias áreas urbanas, o de pequeños asentamientos rurales o urbanos, con otros valores intangibles. En este contexto, la intervención consiste en considerar siempre a la ciudad en su conjunto morfológico, funcional y estructural, como parte del territorio, del medio ambiente y del paisaje circundante. Los edificios que constituyen las áreas históricas pueden no tener ellos mismos un valor arquitectónico especial, pero deben ser salvaguardados como elementos del conjunto por su unidad orgánica, dimensiones particulares y características técnicas, espaciales, decorativas y cromáticas insustituibles en la unidad orgánica de la ciudad”<sup>26</sup>.

De ella, a continuación aludiremos a otros artículos de la citada carta y a otras normas internacionales, se debe subrayar la definición de la ciudad histórica dentro de un contexto territorial, como parte de un espacio físico humanizado, del cual no puede ser separada y sin el que no podrá ser comprendida. Ese territorio humanizado forma un todo en el que evolución, cambio y permanencia tienen que ser asumidos como componentes indispensables e indisolubles. Consecuencia de ello no es factible interpretar la ciudad como una suma de edificios y monumentos aislados o como un elenco –más o menos afortunado- de hitos, por el contrario es un “conjunto morfológico, funcional y estructural” integrado dentro de un territorio concreto. Su comprensión pasa, por tanto, por entender cada una de estas facetas en relación con las demás, habría que añadirle una cuarta la dimensión transversal, común a todas ellas, la humana; aquella que le da consistencia, profundidad y sentido.

---

<sup>24</sup> En un texto de estas características, en el ámbito jurídico, se procede a refundir todas las normas jurídicas de igual rango que han sido dictadas de forma aislada y sucesiva y regulan una misma materia. El objeto de un texto refundido es facilitar el conocimiento de la regulación de una materia en concreto ya que supone, normalmente, la derogación de las normas refundidas. López Sánchez, M.A., Galve Sauras, J.C., et al.: *Diccionario jurídico*. Elcano (Navarra). Editorial Aranzadi. 2004. p. 120.

<sup>25</sup> Cfr.: VV.AA.: *Repertorio de textos internacionales del Patrimonio Cultural*. Cuadernos. XIV. Sevilla. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. 2004.

<sup>26</sup> *Carta de Cracovia 2000. Principios para la conservación y restauración del patrimonio construido*. Art. 8.



Es esa dimensión humana la que nos permite entender que la ciudad histórica termine por configurar un paisaje cultural para sus habitantes y aquellos que la visitan. Un paisaje circundante que también puede ser definido en términos culturales:

“Los paisajes como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada a través de diferentes sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico. Son el testimonio de la relación del desarrollo de comunidades, individuos y su medio ambiente. En este contexto su conservación, preservación y desarrollo se centra en los aspectos humanos y naturales, integrando valores materiales e intangibles. Es importante comprender y respetar el carácter de los paisajes, y aplicar las adecuadas leyes y normas para armonizar la funcionalidad territorial con los valores esenciales. En muchas sociedades, los paisajes están relacionados e influenciados históricamente por los territorios urbanos próximos”<sup>27</sup>.

En él se refleja, del mismo modo que en la ciudad histórica, el sentido de evolución, contacto y cambio provocado por la acción del ser humano. También se integran los valores materiales e intangibles. Son estos los que nos deben recordar que una ciudad histórica no puede ser sólo entendida en términos tangibles o materiales, también es necesario reconocer que existen unos valores intangibles que la convierten en única frente a cualquier otra. Dicho de una manera quizás demasiado simple, recordando y parafraseando de forma excesivamente libre la afirmación del protagonista de *Tiempo de Silencio* de Luis Martín Santos cuando éste afirmaba que existen ciudades tan descabalgadas que no tienen catedral, lo significativo no es que posea o no una catedral, sino todos los valores que van aparejada a ella<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> *Carta de Cracovia...*, op. cit., art. 9.

<sup>28</sup> El texto de Martín Santos es ilustrativo a pesar de su extensión ya que incide, sin mencionarlo explícitamente en ese sentido de lo inmaterial que debe nutrir a cualquier ciudad: “Hay ciudades tan descabalgadas, tan faltas de sustancia histórica, tan traídas y llevadas por gobernantes arbitrarios, tan caprichosamente edificadas en desiertos, tan parcamente pobladas por una continuidad aprehensible de familias, tan lejanas de un mar o de un río, tan ostentosas en el reparto de su menguada pobreza, tan favorecidas por un cielo espléndido que hace olvidar casi todos sus defectos, tan ingenuamente contentas de sí mismas al modo de las mozas quinceñas, tan globalmente adquiridas para el prestigio de una dinastía, tan dotadas de tesoros -por otra parte- que puedan ser olvidados los no realizados a su tiempo, tan proyectadas sin pasión pero con concupiscencia hacia el futuro, tan desasidas de una auténtica nobleza, tan pobladas de un pueblo achulapado, tan heroicas en ocasiones sin que se sepa a ciencia cierta por qué sino de un modo elemental y físico como el del campesino joven que de un salto cruza el río, tan embriagadas de sí mismas aunque en verdad el licor de que están ahítas no tenga nada de embriagador, tan insospechadamente en otro tiempo prepotentes sobre capitales extranjeras dotadas de dos catedrales y de varias colegiadas mayores y de varios palacios encantados -un palacio encantado al menos para cada siglo-, tan incapaces para hablar su idioma con la recta entonación llana que le dan los pueblos situados hacia el norte a doscientos kilómetros de ella, tan sorprendidas por la llegada de un oro que puede convertirse en piedra pero que tal vez se convierta en carrozas y troncos de caballos con gualdrapas doradas sobre fondo negro, tan carentes de una auténtica judería, tan llenas de hombres serios cuando son importantes y simpáticos cuando no son’ importantes, tan vueltas de espalda a toda naturaleza -por lo menos hasta que en otro sitio se inventaron el tren eléctrico y la telesilla-, tan agitadas por tribunales eclesiásticos con relajación al brazo secular, tan poco visitadas por individuos auténticos de la raza nórdica, tan abundantes de torpes teólogos y faltas de excelentes místicos, tan llenas de tonadilleras y de autores de comedias de costumbres, de comedias de enredo, de comedias de capa y espada, de comedias de café, de comedias de punto de honor, de comedias de linda tapada, de comedias de bajo coturno, de comedias de salón francés, de comedias del café no de comedia dell’arte, tan abufaradas de autobuses de dos pisos que echan humo cuanto más negro mejor sobre aceras donde va la gente con gabardina los días de sol frío., que no tienen catedral.

Es preciso, ante estas ciudades, suspender el juicio hasta un día, hasta que repentinamente -o quizá poco a poco aunque esto apenas es creíble- tome forma una cosa que adivinamos que está presente y que no vemos, hasta que esa sustancia que se arrastra ahora por el suelo se solidifique, hasta que los que ahora ríen tristemente aprendan a mirar cara a cara a un destino mediocre y dejen vacías las grandes construcciones redondas o elípticas de cemento armado para recogerse en la intimidad estrecha de sus casas.

Es este el momento de recordar que la *Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*, define éste como:

“... los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas -junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana”.<sup>29</sup>

De nuevo, como se puede constatar en el texto, son la comunidad, el grupo e, incluso, el individuo aislado los que determinan la identificación de un bien como parte de su patrimonio cultural. Son éstos los que lo hacen susceptible de ser interpretado<sup>30</sup>. De hecho, es la explicación necesaria para entender de un modo pleno el preámbulo de la *Carta de Cracovia* donde se cede la responsabilidad del reconocimiento del patrimonio cultural propio a la comunidad<sup>31</sup>.

Por este motivo, si fuera necesario definir un código ético para el historiador del arte que debe enfrentarse con una realidad compleja y diversa como la de la ciudad histórica, éste tendría que incluir necesariamente declaraciones como las siguientes<sup>32</sup>:

El papel fundamental del historiador del arte es el conocimiento del patrimonio cultural en beneficio de las generaciones presentes y futuras. El historiador del arte contribuye a la percepción, a la apreciación y comprensión del patrimonio cultural en lo que se refiere a su contexto ambiental, a sus características físicas e importancia, a su contexto histórico y a su valor cultural.

El historiador del arte pondrá en valor, defenderá y respetará la importancia estética, histórica y espiritual y la integridad física del patrimonio cultural confiado a su estudio, conocimiento y, si fuera el caso, cuidado.

Éste en colaboración con otros colegas profesionales implicados con el patrimonio cultural, tendrá en cuenta los requisitos de su uso social a la vez que preserva el patrimonio cultural<sup>33</sup>.

---

Hasta que llegue ese día, con el juicio suspendido, nos limitaremos a penetrar en las oscuras tabernas...” Martín Santos, L.: *Tiempo de silencio*. Madrid. Bibliotex. pp. 10-11.

<sup>29</sup> *Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial*. Art. 2.1.

<sup>30</sup> “Los elementos inmateriales de un lugar con valor patrimonial, tales como las tradiciones culturales y espirituales, los cuentos, la música, la danza, el teatro, la literatura, las artes visuales, las costumbres personales y la gastronomía deben identificarse e incluirse en su interpretación”. *Carta Icomos de Ename. Para la interpretación de lugares pertenecientes al patrimonio cultural*. Tercer borrador revisado. 5 de julio de 2005. Art. 3.5. pp. 10-11.

<sup>31</sup> “Cada comunidad, teniendo en cuenta su **memoria** colectiva y consciente de su pasado, es responsable de la identificación, así como de la gestión de su patrimonio. Los elementos individuales de este **patrimonio** son **portadores** de muchos valores, los cuales pueden cambiar en el tiempo. Esta variabilidad de valores específicos en los elementos define la particularidad de cada patrimonio. A causa de este proceso de cambio, cada comunidad desarrolla una conciencia y un conocimiento de la necesidad de cuidar los valores propios de su patrimonio”. *Carta de Cracovia...*, op. cit., preámbulo.

<sup>32</sup> VV.AA.: *Indicadores par la evaluación del estado de conservación de Ciudades Históricas*. Cuadernos. IX. Sevilla. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. 1999.

Es esta visión multidisciplinar, de carácter colaborativo<sup>34</sup>, pero también de ruptura de los límites impuestos por las estructuras académicas y profesionales la que ha permitido entender la ciudad como ese todo donde morfología, estructura, función y cultura, forman una unidad homogénea<sup>35</sup>. Es gracias a esa visión polivalente cómo podremos reconocer los valores de autenticidad que conservan nuestros centros históricos<sup>36</sup>.

## II. Mapas mentales, permanencias en plano y continuidades morfológicas...

Como se ha dicho en el epígrafe anterior, cualquier ciudad posee una dimensión urbana que, desde nuestro punto de vista, trasciende la mera organización morfológica y estructural, ésta es el resultado de la interacción de múltiples factores que actúan dentro de un marco espacial limitado pero también dentro de un marco temporal abierto. Con esta especificación se quiere subrayar cómo una ciudad histórica es el resultado de la acción humana en un entorno construido –un paisaje artificial y humanizado<sup>37</sup>- determinada por las circunstancias sociales, económicas, históricas y culturales por las que ha tenido que pasar.

Decir, como afirmaba Bonet Correa en uno de sus estudios sobre la ciudad de Santiago de Compostela<sup>38</sup>, que ésta viene definida desde su origen como “locus sagrado” no se puede entender como un mero giro literario; en el trasfondo de esta alusión a la condición de Compostela como “locus sancti iacobi” se condensa la certidumbre de que se está pensando en una ciudad de peregrinación, que en ella todo gira y se ordena en torno al sepulcro del Apóstol, que ese primer núcleo<sup>39</sup> seguirá determinando muchos de los aspectos urbanos y morfológicos de la ciudad. También supone la definición de una continuidad histórica, de hecho no está de más recordar, como hace Rossi en términos generales, que Santiago es una ciudad que con el paso del tiempo ha adquirido conciencia y memoria de sí misma<sup>40</sup>. Esto implica, siguiendo el planteamiento realizado por el arquitecto italiano, que en cualquier ciudad histórica existe un

---

<sup>33</sup> Para el enunciado de estas declaraciones se ha tomado como referencia los artículos 1, 5 y 6 de las *Directrices Profesionales de E.C.C.O.: La profesión y su código ético*. Confederación Europea de Organizaciones de Conservadores-Restauradores Bruselas. 2002.

<sup>34</sup> González Moreno-Navarro, A.: “Patrimonio Arquitectónico. Lo que el viento no se llevó”, en *Catalogación del Patrimonio Histórico*. Cuadernos. VI. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. 1996. pp. 16-27.

<sup>35</sup> Cfr. los estudios recogidos en Castillo Oreja, M.A. (ed.): *Ciudades históricas: conservación y desarrollo*. Debates sobre Arte. 10. Madrid. Visor-Argentaria. 2000.

*Terminología para definir la conservación del patrimonio cultural tangible*. Resolución que se presentará a los miembros del ICOM-CC durante la XVª Conferencia Trienal. Nueva Delhi, 22-26 de septiembre de 2008.

<sup>36</sup> “Autenticidad: Significa la suma de características sustanciales, históricamente determinadas: del original hasta el estado actual, como resultado de las varias transformaciones que han ocurrido en el tiempo”. *Carta de Cracovia...*, op. cit. Anexo Definiciones. Véase también: *El Documento de Nara en Autenticidad* 1994; García Cuetos, M.P.: *De humilde condición. El patrimonio cultural y la conservación de su autenticidad*. Gijón. Trea. 2010.

<sup>37</sup> Cfr. Nogué, J. (ed): *El paisaje en la cultura contemporánea*. Madrid. Biblioteca Nueva. Col. Paisaje y Teoría. 2008.

<sup>38</sup> Bonet Correa, A.: “La estructura urbana de Santiago de Compostela”, en *Proyecto y ciudad histórica. Primer Seminario Internacional de Arquitectura en Compostela*. Santiago de Compostela. COAG. 1976. pp. 25-38.

<sup>39</sup> López Alsina, F.: *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela. Ayuntamiento de Santiago. 1988.

<sup>40</sup> Es interesante la lectura que aporta Monclús Fraga, F.J.: “Arte urbano y estudios historico-urbanístico: tradiciones, ciclos y recuperaciones”. *3ZU: revista d'arquitectura*. 4 (1995) pp. 92-101.

sustrato –más o menos extenso y profundo- que permanece a través de su estructura, funciones y morfología, que forma parte de los diferentes momentos históricos que se manifiestan a través de la realidad de aquella<sup>41</sup>.

Es por este motivo que se hace sugerente retomar las posturas, rescatadas en parte por Rossi, que habían adoptado Poëte<sup>42</sup>, Hegeman<sup>43</sup> y Lavedan<sup>44</sup>. En especial las de este último que pone dentro de su análisis urbano de Berlín el acento en el concepto de “permanencias en el plano”<sup>45</sup>. Para poder efectuar ese análisis el teórico francés se sirve de fuentes muy diversas; los planos coexisten con otro material iconográfico y conjuntamente son utilizados para realizar una aproximación más global al paisaje urbano que la mera descripción<sup>46</sup>.

Sin aspirar a un análisis tan complejo y profundo como el desarrollado por los autores mencionados, parece sugerente realizar una breve aproximación de estas características a una ciudad patrimonio de la humanidad como Santiago de Compostela. Con el objeto de ser sistemáticos éste se podría organizar a partir de las siguientes categorías: permanencias en el plano, continuidades morfológicas y soluciones urbanas. Todo ello con el objetivo de demostrar que el tiempo, las formas arquitectónicas y la ciudad han terminado por crear una imagen y una conciencia de su propia identidad, asumida de un modo consciente por arquitectos y población; una verdadera iconografía urbana<sup>47</sup>.

---

<sup>41</sup> “La historia urbana parece siempre más satisfactoria, hasta desde el punto de vista de la estructura urbana que cualquier otra investigación sobre la ciudad. La diferencia en la teoría de las permanencias de Poëte y Lavedan está relacionada con la hipótesis de la ciudad como manufactura, la diferencia entre pasado y futuro desde el punto de vista de la ciencia urbana puede ser el significado que hay que dar a las permanencias. La permanencia no significa solo que en este momento se experimenta aun la forma del pasado, que en su forma física asume funciones diferentes, condicionando y funcionando en sí mismo. Los monumentos son una intencionalidad estética hasta ponerlos como un elemento fijo en la estructura urbana. La función es insuficiente para definir la continuidad de los hechos urbanos, no explica ningún fenómeno de supervivencia, una función está siempre caracterizada en el tiempo y en la sociedad, lo que depende estrictamente de ella no puede sino unirse a su desarrollo. Un hecho urbano determinado por una función solamente no es disfrutable fuera de la explicación de esta función (el método de las permanencias lo considera fuera de las acciones presentes que lo modifican), el valor de los hechos reside en su forma, la que participa de la forma general de la ciudad, estos hechos van estrechamente vinculados a los elementos constitutivos de los fundamentos de la ciudad y estos se reencuentran en los monumentos”. Rossi, A.: *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona. Gustavo Gili. 1982. pp. 88-90.

<sup>42</sup> Poëte, M.: *Un vie de cité. Paris de sa naissance á nos jours, 1924-1931* Véase: CALABI, D., «Marcel Poete: pioner of "l'urbanisme" and defender of "l'histoire des villes"», en *Planning Perspectives*, 11, 4, 1996, pp. 413-436.

<sup>43</sup> Hegemann, W.: *La Berlino di pietra. Storia della piú grande citta di caserme d'affitto (1930)*, Milán, 1975. Véase: Monclús Fraga, F.J.: “Arte urbano y...”, op. cit.

<sup>44</sup> Cohen, J.L.: «L'architecture urbaine selon Pierre Lavedan», *Les Cahiers de la recherche architecturale*, 32-33 (1993) pp.157-167.

<sup>45</sup> Oyón, J.L.; Monclús Fraga, J.L., Guàrdia, M.: “Los atlas de ciudades entre la descripción y la comparación: El Atlas Histórico de Ciudades Europeas”. *Ayer*, 23 (1996), pp. 109-134.

<sup>46</sup> “Les plans nous font connaître l'anatomie de la cité. Pour remplir et animer ce cadre muet, il faut avoir recours aux dessins, aux peintures, aux gravures, à tout ce qui peut ressusciter ce qu'on a appelé le paysage urbain. Nous indiquerons ici les principaux types de documents qui nous permettent de prendre connaissance, non plus du tracé des rues, mais de la physionomie d'ensemble de la ville ou des places et des divers quartiers”. Lavedan, P.: *Qu'est-ce que l'urbanisme. Introduction à l'histoire de l'urbanisme*, Paris. Henri Laurens. 1926, p. 201.

<sup>47</sup> Este aspecto ha sido desarrollado por J.M. López Vázquez en diversas conferencias impartidas en encuentros sobre patrimonio como *Diálogos Urbanos...*, 2004, o *Ciudad con paisaje al fondo...* (2010).

Las permanencias en el plano han sido puestas de relieve por muchos autores que, de un modo más o menos directo se han dedicado al estudio de la evolución y transformaciones urbanas de Santiago de Compostela<sup>48</sup>. Baste con establecer una sencilla comparativa entre los planos históricos conservados de la ciudad entre 1595, 1750, 1796, 1886 y 1907-1908<sup>49</sup>.

Si se toma como punto de partida la cartografía de 1595 se puede constatar como Santiago se ha convertido en un espacio totalmente consolidado<sup>50</sup> dentro de la conocida como “almendra”, aquella definida por los límites impuestos por la murallas de la ciudad, todavía visible pero ya inútiles desde un punto de vista funcional<sup>51</sup>. Intramuros se puede constatar la existencia de una ciudad de origen medieval, dominada por calles estrechas y rectilíneas que discurren a lo largo del eje mayor del óvalo; éstas –la Rúa Nova, la Rúa do Vilar, la Rúa do Franco- son las arterias principales de la ciudad, su trayectoria se corta a la altura de la Plaza de la Quintana y la Catedral, cuya situación dentro del espacio físico de la ciudad queda fuera del centro geométrico del plano pero que, sin embargo, se define como el centro simbólico y visual del mismo. Es importante subrayar como la ciudad se divide en dos partes a través de un eje menor que discurre desde la Puerta del Camino, acceso de los peregrinos procedentes del camino francés a Santiago y la Puerta de las Huertas.

Como ya se ha dicho la ciudad se muestra totalmente colmatada por un parcelario de origen medieval, que se organiza a ambos lados de las calles mencionadas. Estos solares, estrechos en su fachada, de gran profundidad, suelen estar unidos por un pequeño callejón. También es fácil identificar algunos de los hitos urbanos más significativos<sup>52</sup>, al margen de la basílica compostelana. Espacios de larga tradición como la Plaza de Mazarelos, la Plaza del Camino, la Plaza de la Quintana, o edificios monumentales como los monasterios de San Paio de Antealtares y San Martín Pinario, el Hospital Real, las iglesias parroquiales de San Benito, Santa María del Camino, San Fiz de Solobio o Santa María de Salomé, ya están presentes en este plano como referente y parte consustancial de la ciudad si bien todavía no están definidos

---

<sup>48</sup> Sobre el urbanismo compostelano véase el estudio de Rosende Valdés, A.A.: *Una historia urbana: Compostela. 1595-1780*. Vigo. Nigratrea. 2004.

<sup>49</sup> El plano de 1595 se conserva en el Archivo General de Simancas; el realizado en torno a 175,0 y el correspondiente a 1886 en el Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos; el de 1796 en el Archivo Municipal de la ciudad; y el de 1907 se corresponde con la restitución realizada por Pablo Costa Buján tomando como base el plano de Laforet, Cánovas y De la Gándara.

<sup>50</sup> Esteban Noguera, J.: *Espacio público. La ordenación urbanística: conceptos, herramientas y prácticas*. Madrid. Electa. 2003. p. 97.

<sup>51</sup> García Iglesias, J.M. (dir.): *Santiago de Compostela. Patrimonio histórico*. Laracha. Xuntanza. 1993. pp. 50-75.

<sup>52</sup> El hito es uno de los cinco concepto de Lynch desarrolla a la hora de hablar de mapas mentales, aquellos que, de acuerdo a nuestra edad, formación, circunstancias sociales y psicológicas, desarrollamos para organizar nuestro entorno. Estos elementos son: los hitos (el obelisco), los caminos (las calles y avenidas), los bordes (el río), las zonas (un sector del centro de la ciudad, por ejemplo) y los nodos (una intersección de calles). Véase, Fumega Piñeiro, Fr.X.: *Vivencias geográficas compostelanas: geografía de la percepción y del comportamiento*. Santiago de Compostela. Tórculo Artes Gráficas. 1993; Escudero Gómez, L.A.: *la imagen de A Coruña, Santiago de Compostela y Ferrol a través de la prensa diaria, estudio de geografía de la percepción*. Santiago de Compostela. Universidad de Santiago. 2000. (Tesis doctoral).

como los conocemos hoy en día. De hecho se podría afirmar que forman parte de nuestro mapa mental sobre la ciudad de Santiago de Compostela<sup>53</sup>.

Prueba de que ese mapa mental existe y, de un modo u otro, ha quedado definido en todos aquellos que vivimos una ciudad histórica como Santiago de Compostela, es que nuestras referencias, los puntos de intersección entre unas calles y otras, suelen definirse a través de hitos monumentales reconocibles por todos. Incluso un elemento tan característico como la muralla que circunvalaba la ciudad sigue estando presente en nuestro imaginario aunque ya no existe. De ahí que en la toponimia y en el callejero se sigan usando los nombres de algunas de las puertas recogidas en el plano de 1595: Mamoá, Mazarelos, Camino, Algalia, Santa Clara, da Pena, San Francisco, de la Huertas o Faxeira.

También es esta la razón por la que el plano de ca. 1750 nos resulte tan semejante al anterior a pesar de haber transcurrido más de una centuria. En él, al margen de la mayor habilidad del cartógrafo y de las transformaciones habidas en las estructuras arquitectónicas, se puede constatar como casi nada ha cambiado. Es cierto que la muralla comienza a diluirse y perder presencia dentro del perfil urbano externo de la ciudad, también se evidencia que se han definido otros lugares de acceso al interior del núcleo urbano a través de puertas menores o que se han plasmado los espacios no construidos; éstos, sin embargo, no consiguen introducir una imagen diferente entre la ciudad consolidada y la ciudad existente<sup>54</sup>.

Lo mismo ocurre en los planos de 1796, 1886 y 1908, realizados respectivamente por Juan López Freire, Enrique Mayer y Pablo Costa Buján. Lo más sobresaliente, al compararlos con los anteriores y, al mismo tiempo, entre sí, es descubrir como Mayer ha introducido un modelo cognitivo procedente del pasado ya que subraya la presencia de una gran muralla con sus correspondientes cubos, elemento del que no queda constancia en el plano de 1796<sup>55</sup>. Con todo, sin muralla material, Santiago de Compostela seguirá siendo una ciudad limitada por esa muralla, transformada con el paso de los años en ronda de circunvalación. Otro ejemplo de cómo la plasmación gráfica, a pesar de su aspiración objetiva, también queda determinada por esos modos cognitivos es comprobar cómo el cambio más apreciable en el espacio urbano de la ciudad en 1886 es la construcción del nuevo mercado de abastos (1870), contiguo a la iglesia de San Agustín y de San Fiz de Solovio, lugar donde en 1796 todavía se mantenía el cementerio, huertas y edificaciones de los Condes de Altamira<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> En realidad el primero en utilizar el término “mapa mental” fue psicólogo de Massachusetts E. C. Tolman en 1948, pero fue Lynch quien lo desarrolló y aplicó a la percepción geográfica de un modo sistemático. Lynch, K.: *La imagen de la ciudad*. Buenos Aires. Infinito. 1966.

<sup>54</sup> Esteban Noguera, J.: *Espacio público. La ordenación urbanística:...*, op. cit., p. 97.

<sup>55</sup> El mapa cognitivo es un sistema de representación multimodal. Sin duda existe una representación análoga o imaginativa de algunas relaciones espaciales; pero además, la información espacial se organiza categorialmente y se ve modulada por esquemas cognitivos. Es flexible y dinámico, es un modo de pensar y resolver problemas en nuestra interacción con el medio. Cfr. Vega, M. de: *Introducción a la psicología cognitiva*. Madrid. Alianza. 1984. p. 50.

<sup>56</sup> Es reseñable que este plano de 1886, incluido en la *Guía Histórica, Artística, Arqueológica y Militar de la Antigua Capital de Galicia. Santiago de Compostela*, escrita por B. Barreiro de V.V., director de la Revista de Antigüedades, *Galicia Diplomática*, se organiza a través de XII grandes apartados que siguen la antigua distribución de las parroquias, “cuyo número de orden sirve para el de campanadas de incendios en esta forma”: I.- San Félix de so-

Por su parte, el plano de 1908, lo mismo que cualquier fotografía aérea actual<sup>57</sup>, nos demuestra que esa permanencia en el plano se ha prolongado hasta el siglo XXI, creando una imagen mental que, como parte de las señas de identidad de una comunidad, establecen una continuidad entre el pasado y el presente, crean un sentido de pertenencia y respeto que facilita la conservación y protección de la ciudad<sup>58</sup>. En este sentido es significativo como el proceso de ensanche de la ciudad, articulado entre las carreteras de Pontevedra y Ourense, termina por confluír ante la Porta da Mámoa en un vértice romo que no llega a penetrar en los límites del casco histórico.

Aunque no es posible afirmar que exista una relación directa entre la definición de un mapa mental como seña de identidad de una comunidad y las transformaciones morfológicas producidas en la ciudad a lo largo de su historia, es evidente que ambos factores –permanencias en el plano y continuidades morfológicas- son elementos que terminan por construir la identidad de la ciudad<sup>59</sup>.

En el caso de Santiago esa continuidad se ha reflejado en dos elementos fundamentales a la hora de mantener vivo el concepto de ambiente urbano definido por Giovanonni: los volúmenes construidos y el uso de la piedra como material constructivo. Aspectos que en la actualidad han adquirido rango de normativa a través de la definición del Plan Especial de la ciudad<sup>60</sup>.

Si se hace un pequeño repaso de algunas de las intervenciones de finales del siglo XIX llevadas a cabo, así como los procesos de alineación de las calles, se puede constatar cómo estos dos requisitos se mantienen sin dificultad<sup>61</sup>. Ante el mercado de abastos, en la calle de Altamira, los edificios de viviendas no superan la altura del campanario de la cercana iglesia de San Agustín; cuando se realiza el nuevo mercado de abastos, obras de Vaquero Díaz, en los

---

Lobio, II.- San Juan, III.- San Andrés, IV.- San Miguel d'os Agros, V.- Santa María de Salomé, VI.- San Benito del Campo, VII.- Santa María del Camino, VIII.- San Fructuoso, IX.- Santa Susana, X.- Santa María la Real del Sar, XI.- Real Hospital, XII.- Santa María de la Corticela, y Alrededores.

<sup>57</sup> Dalda Escudero, J.L.: "La transformación urbanística de la Ciudad Histórica de Santiago de Compostela", en Carlos MARTÍ (Ed.), *Santiago de Compostela. La ciudad histórica como presente*, Consorcio de Santiago, Ed. del Serbal. 1995. pp. 202-239.

<sup>58</sup> Según la Carta de Cracovia, identidad "se entiende como la referencia común de valores presentes generados en la esfera de una comunidad y los valores pasados identificados en la autenticidad del monumento". *Carta de Cracovia...*, op. cit. Anexo Definiciones.

<sup>59</sup> Según Sainz Gutiérrez, "los instrumentos puestos a punto para profundizar en el conocimiento de la estructura de la ciudad histórica, en particular el análisis morfo-tipológico se convertirán así en el soporte epistemológico de los posibles modos de articular la intervención en el centro histórico, por cuanto el juicio de valor histórico-crítico que debía preceder a cualquier decisión técnica pretendía fundarse en un conocimiento suficientemente contrastado de la *forma urbis*, casi siempre apoyado en una reconstrucción de la misma necesariamente ideal, es decir, detenida en el tiempo". Sainz Gutiérrez, V.: *El proyecto urbano en España. Génesis y desarrollo de un urbanismo de los arquitectos*. Madrid. Col. Kora. Junta de Andalucía, Universidad de Sevilla. 2006. p. 154.

<sup>60</sup> *Plan especial de protección e rehabilitación da cidade histórica*. Texto refundido. Junio 1997.

Cfr. Dalda Escudero, J.L.: "**Plan especial de la ciudad histórica de Santiago de Compostela**", en *Congreso movilidad y calidad ambiental en centros urbanos*. Madrid. Dirección General de Actuaciones Concertadas en las Ciudades. 1995. pp. 189-190

<sup>61</sup> Casas Gil, P.: *Transformaciones urbanas de Santiago entre 1886-1907*. Santiago de Compostela. Universidad de Santiago. 2004. (Tesis de licenciatura inédita).

años centrales del siglo XX, éste mantiene la distribución en planta del antiguo mercado de 1870 e introduce la piedra como material constructivo sustituyendo al hierro y, además, se sirve de una tipología arquitectónica como la planta basilical y las formas del prerrománico asturiano para conseguir mantener un cierto “decoro urbano”<sup>62</sup>.

Del mismo modo, basta con hacer un recorrido por las calles de la Algalia de Arriba y la Algalia de Abajo, para comprobar cómo se han mantenido ciertas tipologías constructivas que, con el paso del tiempo, sólo se han modificado en las soluciones formales de sus balcones y galerías. Se trata de casas de viviendas que, adaptadas al parcelario medieval, se organizan en dos o tres plantas, con dos huecos por planta en la fachada, donde se pasa de la puerta de acceso y una ventana –habitualmente destinada a las dependencias de alguna tienda- en el bajo, a dos ventanas al aire en el piso intermedio y un balcón de madera primero, más tarde de hierro, o una galería después.

Este tipo de vivienda realizado en piedra convive con soluciones que nos aproximan a modelos constructivos más antiguos como es el caso de la utilización de madera y barrotillo en las paredes, de modo que se pasa del gris del granito al blanco del encalado, como ocurre en la Rúa Nova o en la calle de Bautizados. O, incluso, a la solución del desarrollo en altura de la vivienda a través de la utilización de modillones que se proyectaban sobre la luz de la calle<sup>63</sup>.

Incluso en aquellos momentos de la primera mitad del siglo XX en el que el lenguaje modernista irrumpe dentro del espacio urbano del centro histórico compostelano, cuando se podría pensar que este nuevo modo de entender la arquitectura<sup>64</sup> podría cambiar las fisonomía de la ciudad al introducir nuevas formas, materiales y volúmenes, las soluciones adoptadas por los arquitectos del momento siguen manteniendo esa unidad visual con su entorno<sup>65</sup>.

Se podría pensar que esta mayor conciencia urbana coincide con un momento histórico en el que los centros históricos españoles no habían sufrido el impacto de la expansión urbanística que sobreviene a partir de los años 50 y que, junto con la especulación salvaje de las dos décadas siguientes, produjo una profunda transformación en el paisaje de muchas ciudades de la Península<sup>66</sup>. En el caso de Santiago de Compostela se consiguió evitar ese impacto, sobre todo porque se trataba como ya se ha indicado de una ciudad plenamente consolidada, con un escaso margen de intervención; también porque esa conciencia patrimonial se mantuvo viva incluso en esos años críticos. De hecho muchas de las últimas intervenciones mantienen el mismo sentido de continuidad morfológica aplicado a la primera mitad del siglo XX. Algunas de ellas hasta el punto de modificar sustancialmente el lenguaje arquitectónico de su autor.

---

<sup>62</sup> García Iglesias, J.M. (dir.): *Santiago de Compostela...*, op. cit., p. 430.

<sup>63</sup> Ortega Romero, M<sup>o</sup>.S.: “Aspectos urbanísticos del barroco compostelano: voladizos y soportales”. *Revista de la Universidad Complutense*. 85 (1973) pp. 163-187.

<sup>64</sup>

<sup>65</sup> Véase, Troitño Vinuesa, M.A.: *Cascos antiguos y centros históricos: problemas, políticas y dinámicas urbanas*. Madrid. Ministerio de Obras Públicas y Transportes, Secretaría General de Planificación y Concertación Territorial, Dirección General de Política Territorial y Urbanismo. 1992. pp. 53-95.

<sup>66</sup> **Mora Aliseda J., Reis Condesso, F. dos: *Políticas urbanas y territoriales en la Península Ibérica***. Mérida, Junta de Extremadura. Gabinete de Iniciativas trasfronterizas. 2005. pp. 123-140.



Esto es lo que ocurrió con el proyecto de Centro de Arte Contemporáneo de Galicia (CGAC) realizado en 1993 por Álvaro Siza Vieira<sup>67</sup>. Al margen de las consideraciones propias del análisis del proyecto y de su hábil adaptación al solar elegido y el entorno donde se ubica, Siza tuvo que renunciar a su característica concepción blanca de los lienzos murales en beneficio de la utilización de un muro ventilado y autoportante realizado con losas de granito, solución que también había empleado con anterioridad en otras obras. Éste se adaptaba mucho mejor al entorno urbano, del mismo modo que la altura del edificio respetaba los volúmenes circundantes. Por otra parte, Siza resolvió con maestría el diálogo que su edificio debía establecer con el contiguo Convento de Santo Domingo de Bonaval, obra del siglo XIV con importantes intervenciones de finales del siglo XVII y principios del siglo XVIII. Para ello prima el encuadre de la fachada del convento levantando un gran lienzo mural cerrado, apenas abierto en su parte inferior, que actúa de marco del conjunto y, al mismo tiempo, nos permite entrever la arquitectura histórica desde la entrada del Centro. Tampoco se debe olvidar el carácter de cita que posee ese muro en el contexto compostelano, donde este tipo de solución es frecuente como se puede constatar en el muro de cierre del claustro procesional del Monasterio de San Paio de Antealtares o en el cierre del ala de las Oficinas del Monasterio de San Martín Pinario. Igualmente significativo es comprobar como el CGAC ha actuado como factor dinamizador del entorno de los jardines de Bonaval –incluidos en el proceso de reurbanización del proyecto- o en la creación de un nuevo espacio habitacional dentro de la rúa de Caramoniña<sup>68</sup>.

Otro caso semejante, con una resolución más compleja, fue la construcción unos años antes del aparcamiento de San Clemente, cercano a la catedral de Santiago. En esta ocasión el arquitecto elegido para la intervención fue Joseph Paul Kleihues, quien debía atender al encargo original de dotar a la ciudad de un tercer gran aparcamiento subterráneo en el entorno de la almendra histórica, al tiempo que completaría las dotaciones deportivas del contiguo instituto Rosalía de Castro. La ubicación de esta obra entre la ciudad histórica y el Paseo de la Herradura, es decir, en la línea visual del lugar que se ha definido culturalmente como la vista más característica y singular de la ciudad, supuso la modificación de las soluciones correspondiente a los lienzos murales en hormigón del polideportivo, la discusión sobre el modo en que se concebía su cubrición y la altura que éste adquiriría en relación con las casas circundantes<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Cfr., Casabella López, X.: *Alvaro Siza e o Centro Galego de Arte contemporánea de Santiago de Compostela*. Obradoiro, 23 (dec. 1994) pp. 22-26; Siza Vieira, A.: “Centro Gallego de Arte Contemporáneo”, en Montaner, J.M<sup>a</sup>: *Nuevos museos: espacios para el arte y la cultura*. Barcelona. Gustavo Gili. 1990. pp. 181-184.

<sup>68</sup> Fernández, M<sup>a</sup>: “Casas de vanguardia dónde había fábricas-Rehabilitaciones de antiguas tenerías”, en *Debatimos.com*. (Lunes 12 de Octubre de 2009).

[http://www.debatimos.com/portal/index.php?option=com\\_smf&Itemid=29&topic=15499.0](http://www.debatimos.com/portal/index.php?option=com_smf&Itemid=29&topic=15499.0) (07-07-2010, 10:20).

<sup>69</sup> El proceso de renovación urbana de Santiago de Compostela ha sido estudiado con detalle por Dalda Escudero. Dichos trabajos los recapitula en Dalda Escudero, J.L.: “Planes y políticas urbanas. La experiencia urbanística de Santiago de Compostela desde 1988”. *Urban*. 12 (1995) pp. 102-125. En dicho estudio afirma que: “– El que esta revisión se produce sobre un saldo de realizaciones notable. Cuantitativamente, por la entidad de las actuaciones efectivamente ejecutadas, tanto en infraestructura como en dotaciones y suelo. Cualitativamente, por el equilibrio y difusión de las mismas en relación a la planta de una ciudad continua y compacta que ha podido saldar en década y media fuertes déficits anteriores, consolidar su perfil en el conjunto del sistema urbano gallego y proyectar su identidad cultural en los escenarios de la globalización.

Estos dos casos nos demuestran como la ciudad se impone sobre las intervenciones contemporáneas, bien a través de la normativa, bien por medio de la imagen culturalmente consolidada de sí misma, soluciones nuevas y acordes con el respeto al entorno urbano. Eso mismo se debe deducir el fondo de la intervención de la Dársena de la Avenida de Juan XXIII, proyectada por Helio Piñón y Albert Viaplana en 1994. En esta ocasión, es el sentido de fuga perspectiva impuesto por la altura decreciente de la pérgola en dirección al convento de San Francisco y, por tanto, en el punto de confluencia entre esa intervención y la ciudad histórica, la que nos recuerda que Santiago de Compostela es una ciudad compuesta y articulada a través de grandes perspectivas fugadas<sup>70</sup>.

Del mismo modo, la obra de Piñón y Viaplana supuso el principio para la reinterpretación de esta Avenida, realizada en los años setenta con unos criterios urbanísticos muy diferentes a los actuales. Así lo demuestra la reciente construcción de la Biblioteca Municipal Ánxel Casal, ubicada en el solar que quedaba libre entre la Cuesta Vieja y la mencionada avenida; la irregularidad del mismo supuso un reto en el diseño del proyecto que, sin embargo, mantuvo un lenguaje arquitectónico moderno contenido dentro de unos volúmenes marcados por los

---

– El que este proceso se produce consolidando y reafirmando los elementos del modelo urbanístico y territorial de la ciudad, también los logros alcanzados en el plano de la cultura urbanística y arquitectónica. La ciudad hace frente a una nueva fase con un proceso en marcha, con suficiente suelo ordenado y con una experiencia de políticas y políticos asentada.

– Se presentan nuevos escenarios y perspectivas que permiten dirigir la atención del Plan a una nueva generación temática. Por una parte, se dispone de unos antecedentes recientes de planificación sectorial en materia de comunicaciones aeroportuarias, de ferrocarril de alta velocidad y comunicaciones viarias especializadas más ambiciosos. En segundo lugar, proyectos quizá desmedidos como la Ciudad de la Cultura y una mayor atención política local a los problemas de la vivienda y de la actividad económica obligan al Plan a aquilatar un mayor crecimiento residencial y de suelo y a dilatar la planta de la ciudad compacta con nuevos ensanches y extensiones. Relacionada con estas cuestiones, la atención proyectual del Plan se dirige no sólo a perfeccionar los trazados y calificaciones de 1990, sino también, y de modo muy patente, a incorporar al plan urbanístico los temas del proyecto ambiental.” (p. 125).

Otros estudios de este autor vinculados con el tema son: Dalda, J.L., Bardají, E.: “Santiago de Compostela. El Plan Especial”, en *IV Curso sobre Proyectos de recuperación, innovación y transformación en los centros históricos europeos*. Universidad Internacional Menéndez Pelayo, Cuenca, setiembre 1989, en *La Ciudad como Proyecto*. UIMP-MOPU, Madrid. 1991; Dalda, J.L.: “El tratamiento de la Ciudad Histórica en el Plan General de Ordenación Urbana de Santiago”, en *Jornadas de Planeamiento Especial para los Conjuntos Históricos*, 1989. Santiago de Compostela, Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia. 1992; idem, Bardají, E.: “Kulturstadt kultivieren. Masterplan für Santiago de Compostela, 1990”, en *Werk, Bauen + Wohnen*, 9/1992; Dalda, J.L.: “La unidad de proyecto en la ordenación de la ciudad histórica: Santiago de Compostela”, en *Actas del Congreso, Urbanismo y Conservación de ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Asamblea de Extremadura, Mérida. 1993; idem: “El Plan Especial y las Intervenciones Arquitectónicas en la Ciudad Histórica de Santiago de Compostela”. *RUPTURA 2*, Consorcio de la Ciudad de Santiago de Compostela. 1994; idem, Viña, A.: “Santiago de Compostela. Il piano regolatore e il piano di recupero del centro storico”, *CASABELLA 618*, diciembre 1994;

<sup>70</sup> Muchas de estas perspectivas ya se han consagrado como imagen cultural de la ciudad: la plaza de la Quintana y la Torre del Reloj, la plaza de Platerías y la casa del Cabildo, el esconce del claustro en la Plaza de Platerías, la casa del Deán vista desde Platerías, la fachada del Obradoiro en relación con los tres edificios circundantes, etc. Otras son menos conocidas como las que crean la fachada de la iglesia del convento de San Francisco vista desde el callejón de Valdediós, la mencionada plaza formada por el CGAC y el convento de Santo Domingo de Bonaval en las inmediaciones de la Puerta del Camino o la que se forma con la capilla de las Ánimas en Casas Reales.

monumentos colindantes: monasterio de San Martín Pinario y convento de San Francisco de Asís<sup>71</sup>.

Este tipo de intervenciones, en el caso compostelano, tenían presente el espíritu de la Carta de Gubbio, redactada en 1960<sup>72</sup>, pero también reflejan una alternativa a la estrategia de intervención difusa, centrada exclusivamente en las actuaciones en los edificios protegidos, a través de la cual conseguir un efecto “recualificador” de los espacios públicos y la estructura urbana. De ahí que se apueste en dos vías complementarias: el impulso de actuaciones de rehabilitación integrada –tendencia desarrolladas desde la segunda mitad de los años 80<sup>73</sup>- y la búsqueda de obras emblemáticas que renueven el vocabulario arquitectónico de la ciudad<sup>74</sup>.

A estas dos tendencias cabe la posibilidad de añadirle una tercera, la recuperación de espacios dentro de la trama consolidada de la ciudad. Se trata de poner a disposición de la

---

<sup>71</sup> Esta biblioteca aparece entre los referentes recomendados por el Blog A3, en su edición del 2 de septiembre de 2009. ([http://a3-amette-sgbl.blogspot.com/2009/09/referentes-recomendados\\_02.html](http://a3-amette-sgbl.blogspot.com/2009/09/referentes-recomendados_02.html)). (07-07-2010, 10:30).

En palabras de Perea, al explicar el proyecto: “Para su construcción optamos por una arquitectura blanda o de difícil impacto (físico, cultural y perceptivo), que apuesta por un lenguaje constructivo amable y una tipología innovadora argumentada en los requerimientos funcionales y en la evocación de objeto abierto y transparente. Esta opción nos lleva a un proyecto de inmediata comprensión, que llega casi a niveles de precognición desde el exterior. La extremadamente fácil orientación del mismo, así como el control e identificación inmediata de los diferentes servicios del programa, desde su interior permiten al usuario tomar conciencia de un espacio con vocación doméstica, cotidiana y de alta funcionalidad”. Perea, A.: “Biblioteca Pública del Estado en Santiago de Compostela (La Coruña).2008”, en *Andrés Perea. Arquitecto*. ([http://andresperearquitecto.com/img/pdf%20proyectos/Biblioteca-Santiago\\_01.pdf](http://andresperearquitecto.com/img/pdf%20proyectos/Biblioteca-Santiago_01.pdf)) (07-07-2010, 10:45).

<sup>72</sup> La Carta de Gubbio marca el salto cualitativo en los debates sobre la intervención en la ciudad existente pues, frente a las demoliciones sistemáticas, trasladaba las medidas de protección de los monumentos singulares al centro histórico en su conjunto. ANCSA: “Convegno sulla salvaguardia e il risanamento dei centri storico-artistici. Gubbio 17-19 settembre 1960. Dichiarazione finale”. *Urbanistica*, 32 (1960) pp. 66-67.

<sup>73</sup> “Estos programas se conformaban como “planes/proyecto” para el desarrollo coordinado de los múltiples tipos de intervención que conlleva la rehabilitación integrada: actuaciones en la edificación, espacios públicos, el ambiente urbano, las actividades”. Martín, J.L., Pol, F., Sotos, C.: “La plaza Mayor de Madrid y su entorno: un programa para su adecuación arquitectónica”, en POL, F. (ed.): *Arquitectura y urbanismo en la ciudades históricas*. Madrid. MOPU. 1988. p. 106.

<sup>74</sup> El 9 de abril de 2010, el actual alcalde de la ciudad de Santiago de Compostela pronunció las siguientes palabras en la conferencia impartida en el Instituto Cervantes de Roma: “Hemos establecido un diálogo coherente entre tradición y modernidad que nos permite estar satisfechos de legar al futuro una obra ejemplar arquitectónica y ambiental de nuestro tiempo que no choca con el pasado ni lo imita. Los nuevos equipamientos culturales y administrativos como el Museo Galego de Arte Contemporánea o la Facultad de Ciencias de la Comunicación, obras del arquitecto portugués Álvaro Siza; el Colegio de Educación General Básica, obra del arquitecto italiano Giorgio Grassi; las Torres de Investigación de Manuel Gallego Jorreto; el Auditorio de Galicia, obra de Cano Lasso; el Palacio de Congresos del arquitecto Alberto Noguerol; el polideportivo San Clemente y el aparcamiento subterráneo anexo, aportaciones del arquitecto alemán Joseph Paul Kleihues; el Multiusos Fontes do Sar, de los catalanes Arenaza y Pujol; o el Estadio de San Lázaro, obra de Fernández-Albalat; son algunas de la realizaciones modernas, obras de carácter público a las que se han sumado otras de iniciativa privada o de fundaciones, que son objeto de admiración por parte de quienes nos visitan y, además de estar interesados por la huellas del pasado, gozan con los buenos ejemplos de los estilos del presente. A los que en un futuro inmediato sumaremos la apertura del gran complejo arquitectónico de la Ciudad de la Cultura, diseñada por el arquitecto americano Peter Eisenman”.

Véase además el informe emitido el 26 de junio de 2002 sobre *Protección y rehabilitación de la ciudad histórica e integración con su entorno natural*. (Santiago de Compostela, España). (<http://habitat.aq.upm.es/bpes/onu02/bp205.html>) (07-07-2010, 11:00).

ciudadanía, bien de un modo directo bien de forma indirecta, zonas que habían sido abandonadas o habían perdido su potencial uso ciudadano.

Uno de los primeros ejemplos, estudiado hace varios años, es el correspondiente a la conocida como Casa de la Balconada de la Universidad de Santiago de Compostela; un antiguo palacio urbano del siglo XVIII, con numerosas intervenciones a lo largo del siglo XIX que terminaron por desvirtuar su aspecto. La universidad compostelana a través de la rehabilitación llevada a cabo por Pablo Costa Buján consiguió recuperar no sólo el edificio sino aportar al interior de la ciudad un espacio verde, semejante a aquellos que aparecían recogidos en el mapa de 1750. Dicho jardín, a pesar de sus reducidas dimensiones, supuso introducir en el corazón de Santiago, a pocos metros de la Plaza de Platerías una zona abierta, sin edificar, aireando y aliviando la presión del área<sup>75</sup>.

Otro caso semejante, más reciente en el tiempo y todavía sin una solución satisfactoria, es el proyecto de Manolo Gallego Gorreto para la construcción del Museo de las Peregrinaciones y la Ciudad de Santiago en el antiguo solar del Banco de España, diseñado por Luis Menéndez-Pidal y Álvarez y finalizado por Romulado de Madariaga<sup>76</sup>. La propuesta inicial, sobre la que Gallego diseña su proyecto, partía del vaciado interior del edificio, respetando las tres fachadas del mismo. El derrumbamiento de la fachada norte, la más próxima a la Plaza de la Quintana, ha supuesto una modificación del proyecto original y, al mismo, ha reabierto en la ciudad la polémica sobre la oportunidad de derribar la fachada principal del banco y retrasar el alineamiento del nuevo edificio para potenciar el arranque de la Torre del Reloj de la catedral compostelana. Una zona tan sensible de la ciudad como ésta necesita una reflexión pausada sobre las medidas a adoptar que, a buen seguro, no pasan por la destrucción de parte de la memoria del ese entorno asumido por muchos de los compostelanos. Además se debe recordar que esta modificación afecta a una de las perspectivas barrocas mejor conseguidas, la formada por la alineación de las antiguas casas donde se encuentra hoy el edificio del Banco del España, el ángulo de la Casa del Cabildo y el desarrollo de la Casa del Deán a lo largo de la Rúa Nueva<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Monterroso Montero, J.M.: "La Universidad y su implantación en el casco histórico compostelano", en *Congreso Ciudades Históricas vivas, ciudades del pasado: pervivencia y desarrollo*. Mérida. Editora Regional Extremeña. 1998. pp. 109-111.

<sup>76</sup> Corral Varela, J.M.: "**La Polémica construcción del edificio del Banco de España en Santiago : peripecias de postguerra**". *Cuadernos de Estudios Gallegos*. 42, 107 (1995) pp. 339-369.

<sup>77</sup> Es esta una polémica abierta que, en cierto modo recuerda a la que se desarrolló a lo largo de la segunda mitad de la década de los años 30 del siglo XX, cuando el objetivo era construir el nuevo edificio del Banco de España. A parte de las valoraciones estéticas y arquitectónicas sobre la calidad del proyecto realizado, es evidente que también se debe valorar la cuestión relativa a la continuidad morfológica del espacio o los problemas que puede causar una intervención demasiado agresiva en un entorno tan delicado como la Plaza de Platerías. Como ya se ha expuesto en varias mesas de debate a lo largo de 2010, es la ocasión para asumir una elección crítica que tiene que estar por encima de intereses personales, corporativos o administrativos.

Es interesante hacer el recorrido por las noticias publicadas en *El Correo Gallego* los días 16 de enero de 2010, 23 de abril de 2010, 5 de mayo de 2010.

También es interesante consultar el blog de la arquitecta y urbanista Teresa Banet. Banet, T.: "La nueva plaza pública de las Platerías de Santiago de Compostela", en *El Blog de Teresa Banet*. <http://tbanet.wordpress.com/2010/04/23/santaigo-banco-de-espana/> (07-07-2010, 11:15)

Si la intervención en la Plaza de Platerías es una oportunidad para la reflexión sobre el destino que quiere asumir una ciudad patrimonio de la humanidad como Santiago de Compostela, la recuperación del espacio situado junto a la iglesia parroquial de San Fructuoso, detrás del actual ayuntamiento de la ciudad, donde desde 1993 se encontraba situado un pabellón de madera de carácter multifuncional, supuso devolverle a la ciudadanía un espacio abierto a la zona de Huertas y al Paseo de la Herradura. Devolverle las vistas al exterior a una ciudad cerrada sobre sí misma. En esta ocasión, la solución urbanística se limita a la creación de un laberinto de boj, de escasa altura, con fuentes y bancos. Como parece evidente, hay una evocación de los laberintos existentes en muchos pazos gallegos de los siglos XVIII y XIX, pero también es una forma de conseguir una evocación histórica de cómo se encontraba esa parte de la ciudad a finales de esa centuria, la presencia de varios cipreses que limitan el perímetro exterior del laberinto coincide con la vegetación que existía en el lugar<sup>78</sup>.

Todos los datos aportados hasta ahora terminan por definir, junto con los hábitos culturales de la población compostelana, una imagen y una conciencia de su propia identidad como ciudad histórica. Tal como ha señalado López Vázquez<sup>79</sup>, es factible hablar de un “sky line” particular de la ciudad, el perfil definido por los diferentes campanarios y torres de San Francisco, San Martín Pinario, la Catedral, San Agustín, el Colegio de Fonseca o Santa María de Salomé<sup>80</sup>.

Este aspecto, sin embargo, sólo se refiere a la imagen superficial y arquetípica de la ciudad, no va más allá de una sencilla panorámica como la que se puede hacer desde el Paseo de la Herradura. En cualquier caso es la imagen por la que la ciudad es reconocida internacionalmente, lo mismo que Nueva York cambió su perfil tras los atentados del 11 de septiembre y Roma tiene asociado su perfil con la cúpula de San Pedro del Vaticano o Florencia con el Duomo<sup>81</sup>. Junto a esa imagen externa debemos subrayar la existencia de una imagen interna, aquella donde los artistas han inmortalizado muchos de los rincones de la ciudad. Pintores y grabadores del siglo XIX o del XX han retratado a la ciudad buscando aquellos encuadres más característicos; hoy en día nosotros podemos hacer el mismo recorrido que aquéllos y descubrir que la esencia del encuadre la mantiene intocada y viva. Es ese sentido de continuidad y permanencia el que le confiere a una ciudad histórica la condición de ciudad viva<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> La inauguración de este espacio tuvo lugar el 8 de marzo de 2010. Véase *El Correo Gallego*. (21-04-2010).

Sobre el carácter problemático de la gestión urbanística véase: Andrés Sarasa, J.L.: “Conflictos y estrategias en la gestión urbanística de las ciudades históricas”. *Papeles de Geografía*, 41-42 (2005) pp. 29-49.

<sup>79</sup> Véase nota 25.

<sup>80</sup> García Iglesias, J.M. (dir.): *Santiago de Compostela...*, op. cit.

<sup>81</sup> En Santiago de Compostela, la construcción de las Torres situadas en las proximidades del Barrio de las Cancelas, tal como se puede ver en la imagen 21, supone una ruptura de ese perfil, al menos en uno de sus puntos más alejados.

<sup>82</sup> “La ciudad humanizada es la ciudad histórica, es la ciudad recreada permanentemente a una escala humana, en una dinámica dialéctica, de destrucción creativa de la ciudad, que recrea un derecho de síntesis: el derecho al desarrollo, el derecho del hombre a rehacerse a sí mismo, lo podríamos expresar también como el derecho a la ciudad que proclamara Henri Lefebvre”. Alguacil, J.: “Reconquistar la ciudad para satisfacer las necesidades humanas”. *Papeles*, 106 (2009) p. 61.

### III. Entre el producto cultural y el espectáculo.

El destino de cualquier ciudad con las características de Santiago de Compostela – ciudad histórica, patrimonio de la humanidad, meta del camino de peregrinación, incorporada a la red de tour-operadores internacionales- es en primera instancia el éxito, la gran afluencia de visitantes-peregrinos y, en cierto modo, el desarrollo de una actividad económica basada en los servicios.

En realidad este perfil trazado a grandes rasgos no le debe resultar extraño a la ciudad ya que, históricamente, se puede definir como una ciudad de servicios, una ciudad de carácter levítico en la que el cabildo catedralicio, las órdenes religiosas, los peregrinos y la universidad han formado el entramado sobre el que se ha mantenido viva hasta la actualidad.

La constatación de que existe una verdadera continuidad histórica en las funciones desarrolladas por Compostela que, se podría firmar sin demasiados prejuicios, se ha ido adaptando a los tiempos, no es suficiente para aceptar que este camino no está exento de riesgos<sup>83</sup>. De hecho Santiago es una ciudad que cuenta con un total de 95.092 habitantes (INE, 2009), de ellos aproximadamente 33.000 son estudiantes universitarios, dato que fija una media de edad centrada entre los 25 y los 40 años. Tampoco se debe olvidar que la ciudad posee la condición de capital de la comunidad autónoma, razón por la que gran parte de los órganos de gobierno y gestión pública tienen su sede en ella.

Estos primeros datos nos permiten vislumbrar que Santiago de Compostela es una ciudad sometida a una gran presión de entradas diarias en ella. Si a eso se le añade la afluencia masiva de peregrinos y turistas durante ciertas épocas del año, en especial entre Abril y Octubre, es posible plantear que existe un riesgo real en la sobreexplotación de los recursos de la ciudad y con ello la pérdida de esos mismos valores que la hacen singular. Sólo el aprovechamiento consciente y sostenible de dichos recursos hará posible que la ciudad no “muera de éxito” y que continúe siendo eminentemente humana<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Recordar que la Carta de Cracovia apunta al respecto: “El turismo cultural, aceptando sus aspectos positivos en la economía local, debe ser considerado como un riesgo”. *Carta de Cracovia...*, op. cit., art. 11.

<sup>84</sup> “También me gustaría hacerles partícipes de las oportunidades de negocio que ofrece Compostela, uno de los tres núcleos urbanos que mueven el motor de la economía de Galicia. Por nuestra ciudad pasa el 85% del turismo que visita la Comunidad Autónoma gallega. Contamos con una red hotelera superior a las 15.000 plazas, además de 5.000 plazas disponibles en infraestructuras específicas para reuniones y congresos, y una oferta gastronómica famosa en toda la península, capaz de satisfacer todos los gustos y todos los bolsillos. Disponemos de un aeropuerto internacional moderno y bien dotado. No obstante una nueva terminal está en proceso construcción y contará con capacidad para mover más de cuatro millones de pasajeros anualmente. Las líneas del ferrocarril de alta velocidad tendrán su terminal en la estación intermodal que comenzaremos a construir próximamente, al tiempo que el trazado de conexión con Madrid y con Portugal avanza para ser inaugurado en el término de tres años. Afortunadamente, la nuestra es una ciudad equilibrada, con excelentes niveles de bienestar y seguridad, pensada para vivir, trabajar y recibir al visitante”. Palabras del actual alcalde de Santiago en la Conferencia del 9 de abril de 2010, Instituto Cervantes de Roma. Véase nota 52.

Sobre los datos estadísticos cfr.:

*Santiago en cifras*. [http://www.santiagodecompostela.org/facendo\\_cidade/facendo.php?txt=fc\\_datos&lg=cas](http://www.santiagodecompostela.org/facendo_cidade/facendo.php?txt=fc_datos&lg=cas) (07-07-2010, 11:30).



Por eso es factible intentar reconocer cuáles pueden ser esos riesgos a los que está expuesta una ciudad como Santiago de Compostela<sup>85</sup>:

Es posible llegar a desarrollar un proceso de “desculturalización” del destino, banalización y pérdida de la autenticidad; en palabras de Monreal se crea una “autenticidad escenificada” o “disneylandización”<sup>86</sup>.

Este proceso tiene como consecuencia otro semejante de aculturación.

La comunidad visitada termina por generar un sentimiento de rechazo tanto hacia los visitantes como hacia los lugares y costumbres que los atraen, según la expresión de Marchant se produce un sentimiento de “pez en un acuario”<sup>87</sup>.

Se produce una mercantilización extrema de las tradiciones que pierden su significado y pasan a ser meros objetos de consumo<sup>88</sup>.

El desapego de la comunidad visitada es directamente proporcional a la decepción de los visitantes que ven frustradas las expectativas de autenticidad ante productos estereotipados derivados de “imágenes culturales idealizadas”<sup>89</sup>.

Estos riesgos, en términos de ciudad histórica y sostenibilidad<sup>90</sup>, hacen necesario pensar en una planificación del turismo que se debe apoyar en tres aspectos tal como señala Pérez Cano:

“1º.- La utilización del medio natural de manera que los impactos negativos puedan ser corregidos sin dejar una huella permanente.

2º.- El diseño y establecimiento de un producto turístico que tenga suficiente aceptación en el mercado para sostener los flujos turísticos a un mismo nivel a largo plazo.

---

<sup>85</sup> A pesar de que insistamos en los factores negativos del turismo, de acuerdo con Monreal, “el turismo no debe ser percibido en sí mismo ni como una panacea respecto a la solución de los problemas del subdesarrollo, ni como una fuerza destructiva que indefectiblemente arrasa con la diversidad y la identidad de los pueblos”. Monreal González, P.: “El turismo como industria cultural. Hacia una nueva estrategia de desarrollo turístico en América Latina y el Caribe”. Documento preparado para el *foro de Ministros de Cultura y Encargados de Políticas culturales de América Latina y Caribe*. Cuenca, Ecuador. Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe de la UNESCO. 6-8 de noviembre de 2002.

También es interesante el texto: Monreal González, P., Padilla Dieste, Cr.: “¿Al demonio con el paraíso?: Repensando la cultura y el turismo en el Caribe insular”, en <http://www.uh.cu/sitios/cat-caribe/images/ficheros/Pedro-Monreal-y-Cristina-Padilla-Al-demonio-con-el-paraíso-Repensando-la-cultura-y-el-turismo-en-el-Caribe-insular.pdf> (07-07-2010, 11:15).

<sup>86</sup> En el epígrafe 1.1. de la *Carta Internacional sobre Turismo Cultural “La gestión del turismo en los sitios con patrimonio significativo”*, 8º Borrador. Asamblea General, Internacional Council on Monuments and Sites (ICOMOS), México, 1999, señala: “1.1 El Patrimonio natural y cultural es al mismo tiempo un recurso material y espiritual y ofrece una perspectiva de desarrollo histórico. Desempeña un papel importante en la vida moderna y el público en general debería tener acceso tanto físico como intelectual y/o emotivo a este Patrimonio. Los programas para la protección y conservación del patrimonio natural y cultural en sus características físicas, en sus valores intangibles, expresiones culturales contemporáneas y sus variados contextos, deberían facilitar a la comunidad anfitriona y al visitante, de un modo equilibrado y agradable, la comprensión y el aprecio de los significados de este Patrimonio”.

<sup>87</sup> Marchant, G.: “Indígenas anfitriones”. *El Coreo UNESCO*. Julio-Agosto de 1999.

<sup>88</sup> En otros lugares se puede crear un mercado negro de antigüedades o bienes del patrimonio artístico.

<sup>89</sup> Toselli, Cl.: “Algunas reflexiones sobre el turismo cultural”. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. 4. 2 (2006) pp. 179.

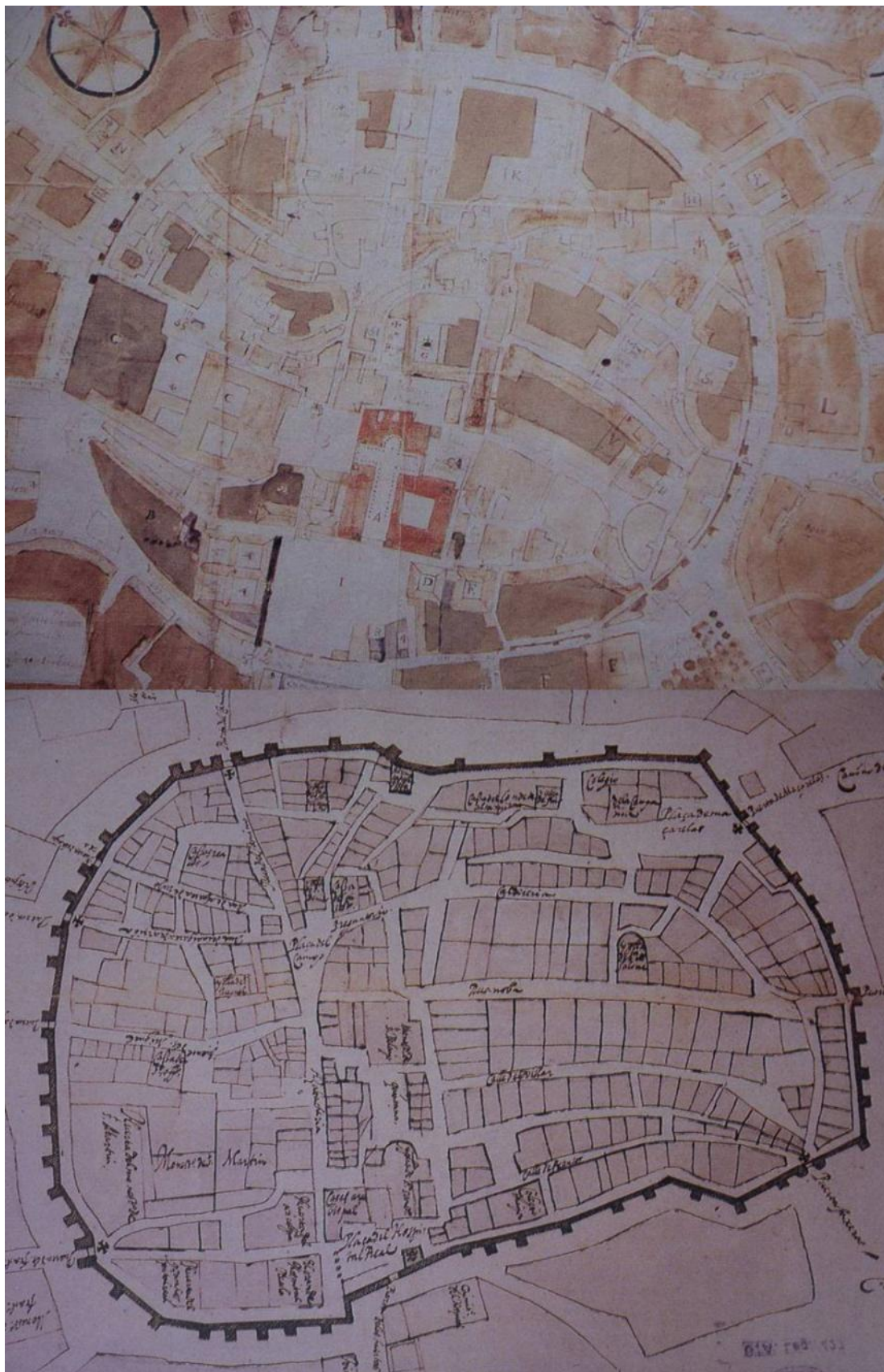
<sup>90</sup> El turismo debe servir para que se produzca una revitalización –recualificación según otros autores- urbana.

3º.- El mantenimiento indefinido de la viabilidad económica del turismo por medio de la adaptación constante al mercado”<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Pérez Cano, M<sup>a</sup>. T.: “Turismo en las ciudades históricas: la ciudad sostenible”. *Boletín de Patrimonio Histórico Andaluz*, 9, 36 (2001) pp. 110-115.





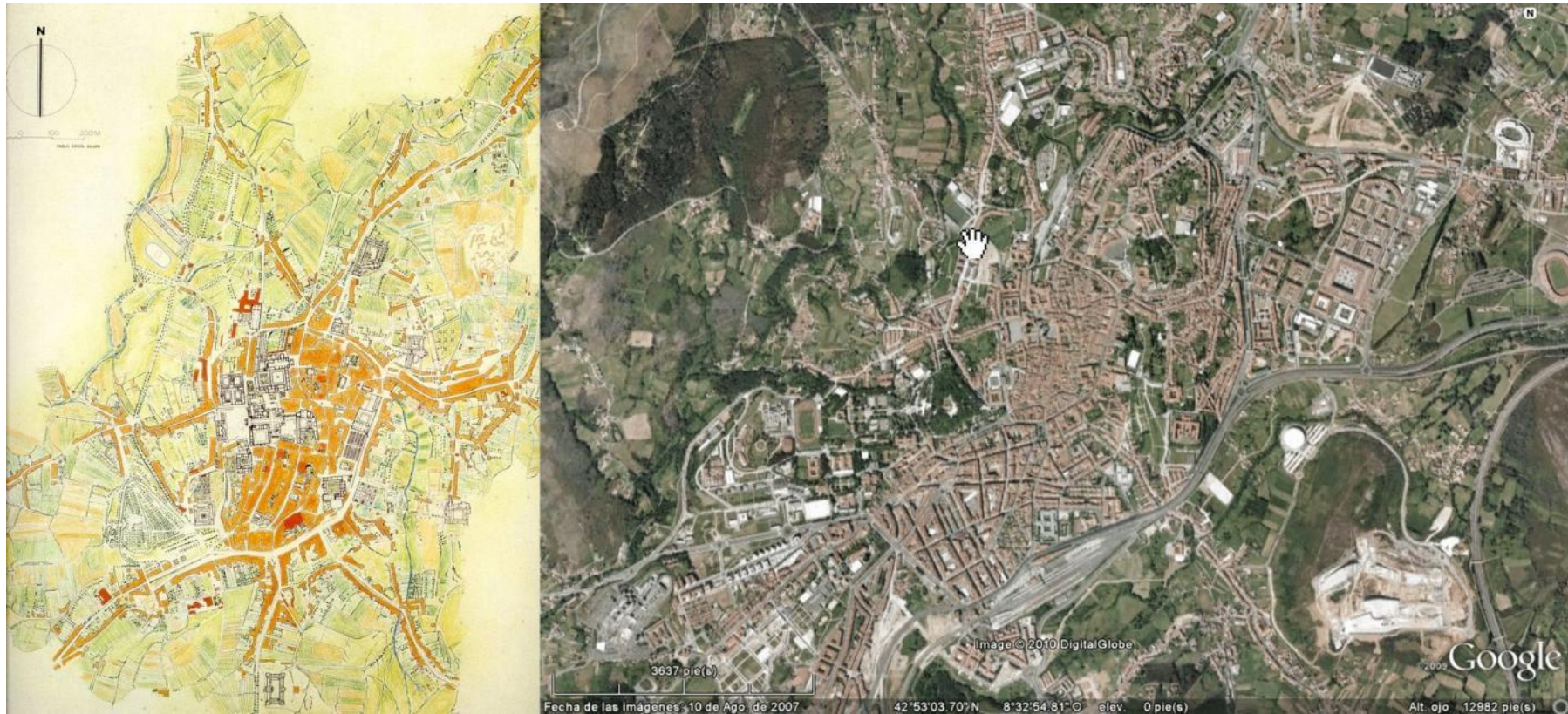
Lám. 1. Planos de la ciudad de Santiago de Compostela. 1595, ca. 1750.





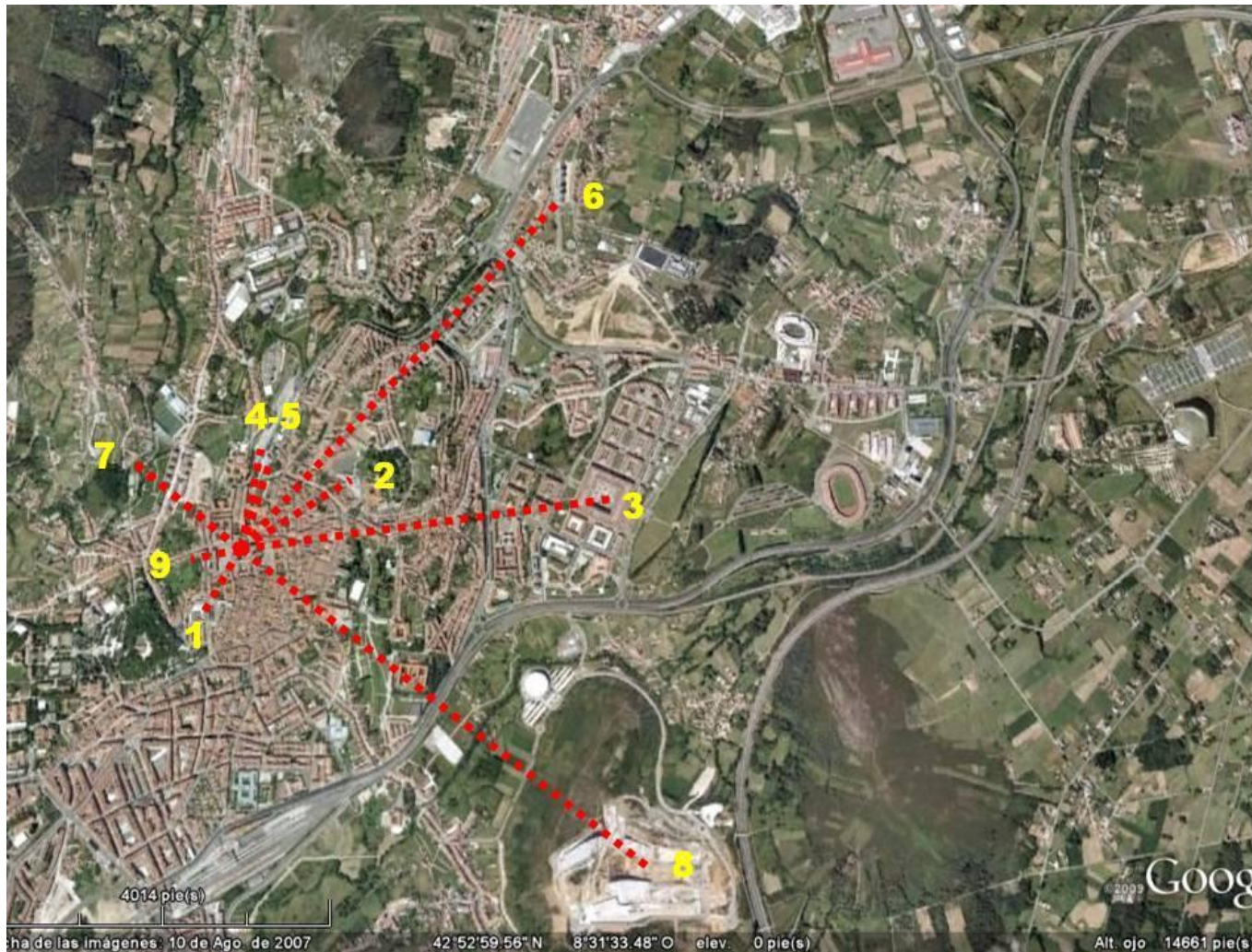
Lám. 2. Planos de la ciudad de Santiago de Compostela. 1886 y 1908.





Lám. 3. Plano de 1908 y vista aérea tomada el 10 de agosto de 2007 (Google Earth)





1. Aparcamiento de San Clemente: 214 m.
2. CGAC: 500 m.
3. Polígono de Fontiñas: 1420 m.
- 4.- Pérgola de Juan XXIII: 340 m.
- 5.- Biblioteca Ánxel Casal: 350 m.
- 6.- Torres de As Cancelas: 1920 m.
- 7.- Residencia Presidencial: 520 m.
- 8.- Ciudad de la Cultura: 1950 m.
- 9.- Laberinto de Boj: 120 m.

Lám. 4. Vista aérea tomada el 10 de agosto de 2007 (Google Earth) y distancias a algunos puntos de interés





Lám. 5. Mercado de Abastos y Casas de Altamira.



Lám. 6.- Calle de la Algalia de Abajo. Alineación de las calles y balcones.



Lám. 7. Solución de viviendas caleadas en la Rúa Nova



Lám. 8.- Vivienda con modillones en la Algalia de Abaixo.





Lám. 9. Vista de Santo Domingo de Bonaval y el cierre lateral del CGAC



Lám. 10.- Vista de Santo Domingo de Bonaval a través de la estructura del CGAC.



Lám. 11. Cubierta del polideportivo del Instituto Rosalía de Castro. Zona de SanClemente



Lám. 12.- Pabellón poliportivo del Instituto Rosalía de Castro. Cierre lateral.





Lám. 15. Pérgola de la Avenida de Juan XXIII



Lám. 16.- Biblioteca Ánxel Casa. Avenida Juan XXIII.



Lám. 17. Solar en construcción del antiguo Banco de España. Plaza de Platerías



Lám. 18.- Proyecto para el Museo de las Peregrinaciones. Plaza de Platerías.





Lám. 19 y 20.- Laberinto de boj. Acto de inauguración.



Lám. 21.- Vista panorámica. A la derecha las Torres de As Cancelas, a la derecha la Catedral de Santiago y la Ciudad de la Cultura al fondo.  
La línea punteada señala la ruptura de la altura y el impacto visual desde el exterior de la ciudad..





Lám. 22.- Vistas panorámicas de Santiago de Compostela. Gil y Camilo Díaz.

# **“Bragança na Época Moderna. Militares e Eclesiásticos. A rua, a praça, a casa.”**

*Luís Alexandre Rodrigues*

(Dep. Ciências e Técnicas do Património da FLUP /  
CEPESE)

## Introdução

Como em muitos outros casos, a formação de Bragança como núcleo urbano participou de um processo repleto de dificuldades, algumas das quais eram muito orgânicas por derivarem directamente do confronto com o poder da natureza. Entre outras, as fomes, mais ou menos frequentes, alimentavam os medos relacionados com a consciência da fatalidade que uma simples doença podia significar. Agruras que também eram acentuadas pela inexistência de uma administração com capacidade para controlar os desmandos de poderes relativamente brutos que beneficiavam da possibilidade de, muitas vezes, poderem agir a seu talante. E à medida que o país se tecia nem sempre era possível resolver o problema da rarefacção populacional. Realidade importante que, procurando conjugar o fomento e a ocupação do território, cedo os monarcas inscreveram no elenco de preocupações gerais. No leque de medidas destinadas a dar alguma consistência ao programa de acção contavam-se as que eram dirigidas àqueles que andavam foragidos à justiça. Ainda em 1454 um diploma régio, publicado pelo Abade de Baçal, agraciando o duque de Bragança e conde de Barcelos, concedia a «todollos omiziados de nosso senhorio e naturaes ataa duzentas pessoas que a villa de Bragamça quizerem vir morar [...] como outros quaesquer que amdarem fora do dito senhorio que sejam naturaes delle como dito he posto que sejam culpados em quaaesquer maleficios». Embora não fossem contemplados os crimes de «treiçam ou aleive», «moedeiro falsso nem sodomitiguo nem a irege» o diploma possibilitava-lhes inteira liberdade de movimentos desde que no curso de um ano residissem na vila e no seu termo durante pelo menos quatro meses. Para tal devia possuir cada homiziado residente na vila «cassa repairada demtro na dita cerqua» - o espaço intra-muros sofria agora a competição dos arrabaldes - prevendo-se que, no caso de se verificar a insuficiência de solos para edificação, alguns pardieiros e campos pudessem ser sesmados. A localização de Bragança «na fromteira amte Purtugal e Castella» e a necessidade de «ser melhor povorada e acrecemtada (garantido) melhor defessa» justificava tais medidas, as quais estavam na linha de outras que repetidamente se aplicaram em toda a extensão do território sempre que o quadro de razões e de objectivos coincidiam. A confirmação por D. João II (1486) e, depois, por D. Manuel I (1496) do conteúdo que nos serviu de exemplo mostra bem a associação entre a graça e a persistente atenção à problemática do povoamento.

Mesmo assim nem sempre era possível controlar a estabilização dos factores essenciais pois, como as águas de um rio caudaloso, podiam assumir dimensões imprevistas e precipitarem as esperanças de um sítio. Era um tempo em que a povoação se caldeava numa relação de grande intimidade com o ambiente local Daí que não fosse coisa rara assistir-se ao

despovoamento de uma localidade ainda antes de se poder cumprir o tempo necessário para se verem surgir os efeitos tenteados pelas medidas destinadas à fixação da gente num dado sítio e região.

Seja como tiver sido, a afirmação do poder em toda a dimensão do território implicou desavenças dos titulares do ceptro com vários caudilhos locais, onde se contavam os beneficiários de privilégios e rendas como os arcebispos de Braga ou os abades da casa beneditina de Castro e Avelãs. Por isso os moradores da vila de Bragança e da área do seu termo tinham em apreço o alcance de um diploma, concedido por D. Afonso III (1253), em que se impedia a permanência nas povoações do representante do monarca mais tempo do que o necessário para o exercício das funções que lhe estavam cometidas. Por outro lado, a imposição aos mesmos moradores de uma quantia em dinheiro também mostra como alguns desenvolvimentos da fiscalidade concorriam para a solidificação de um processo que concorria para o fortalecimento de uma certa identidade. Ou seja, à medida que a administração central se estruturava e adquiria capacidade para dominar certos poderes extravagantes, exercidos por fidalgos e clérigos, também a personalidade jurídica da cidade se impunha ao vasto território que controlava.

### ***Faciendum murum***

Na longa duração, não será despropositada a valorização de algumas citações contidas no texto das Inquirições uma vez que algumas temáticas interessam aos nossos propósitos. Assim, socorrer-nos-emos dos testemunhos de Pedro e de Pedro Vermudes. Chamado a depor no âmbito de certos interesses relacionados com a paróquia bragançana de Santa Maria, o primeiro vizinho afirmaria que o concelho de Bragança arrecadava a terça dos dízimos da igreja para a construção dos muros – *decimis ipsius ecclesiae et concilium aliam tertiam pro ad faciendum murum*. Informação semelhante resultaria do depoimento do segundo inquirido quando se registaram as suas palavras relativas aos usos da paróquia de Santa Maria de Grijó de Parada. Diferentes, mas também com grande alcance, por mostrarem o alargamento do leque de possibilidades contributivas, seriam as palavras de Pedro, morador em Maçãs e freguês de S. João Trasbaceiro, quando afirmou que sobre cada vizinho, cabeça de casal, recaía a obrigação de um pagamento de oito dinheiros destinados à obra da muralha.

Por conseguinte, no ano de 1253 a fábrica dos muros da cidade de Bragança estava em andamento e a empreitada era suportada pelas populações do território concelhio, as mesmas



que carregavam o fardo da prestação de trabalhos gratuitos (anúduva). Constatações que esclarecem como o esforço defensivo se encontra na génese das finanças municipais já que esta temática pertencia ao domínio dos interesses mais importantes para uma comunidade alargada. Por isso a existência da muralha definia, em paralelo com a função defensiva, não somente uma referência regional mas também a existência institucional de uma centralidade que funcionava como garante da personalidade jurídica do aglomerado populacional mais importante da região.

Para além de marcar a paisagem, a linha do seu circuito tornava-se uma dominante no que respeita à organização e hierarquização do espaço urbano pois o estatuto social e económico de cada homem tendia a definir-se em função do sítio em que habitava, no espaço intra-muros, no seu exterior, ainda que à sombra da muralha, e a alguma distância, indicador de laços estreitos com o mundo rural. Eram os dois primeiros vectores que definiam a morfologia da cidade. Compreendendo os desígnios do seu tempo, D. Dinis tentou fixar funcionários e serviços na região de maneira a dar visibilidade às incipientes estruturas do poder central. No Verão de 1286, Afonso Rodrigues, um seu representante em terras de Bragança e de Miranda do Douro, adquiria umas casas com a finalidade de se «metterem [...] no alcaçar de Bragança». Em termos da problemática relacionada com a edificação não sabemos se estava em cauda a obra da alcáçova *a fundamentis* ou se se tratava do acrescentamento do seu edifício de forma a proporcionar melhores funcionalidades e até comodidades ao seu governador ou alcaide. Seja como for, estamos perante um sinal claro de índices de maior exigência administrativa e defensiva. O que não invalida o conjuntural mau estado da muralha até porque se sabe que os representantes da população deram de viva voz conhecimento ao monarca que os muros da vila estavam «derribados e mal parados». Os «agravamentos» que os judeus causavam aos moradores e o repetido esquecimento por parte de algumas aldeias foreiras do rei em pagarem os impostos da tabela, diziam, eram obstáculos que não consentiam o desafogo necessário para se enfrentarem as reparações da muralha. Durante gerações, cuidados desta natureza preocuparam tanto os moradores como as vereações camarárias. E, no entanto, a simples presença da muralha implicava certas obrigações, algumas com uma natureza muito diversa daquelas que configuravam aspectos militares. Por exemplo, a obrigatoriedade dos moradores do espaço intra-muros serem tutores e curadores de menores, mesmo contra a sua vontade. Ora, em épocas em que as epidemias patenteavam frequentemente a crueldade dos seus efeitos, evidenciavam-se os trabalhos e responsabilidades que sobrecargavam os que viviam na

Vila – substantivo usado ainda hoje para referenciar o espaço situado no interior do perímetro da muralha do castelo.

Sob o ponto de vista simbólico, a natureza das faces dos muros que cingiam a cidade era dupla: uma respondia às necessidades de protecção em contexto de crise internacional; a outra compreendia as obrigações de pagamentos pecuniários, o concurso de homens e animais em trabalhos que eram gratuitos e ainda a urgência de «belar e rodar», ocupação que, por turnos, retinha temporariamente os homens do termo na função das guardas e das vigias. Mas enquanto máquina de guerra o que de essencial a estrutura defensiva projectava era o efeito dissuasor. Acima de tudo o castelo era um símbolo de soberania e instrumento da sua afirmação. Razões bastantes para que em todo o espaço nacional que confinava com o território em que se desfaldavam bandeiras de Castela tivesse sido pontuado por estas construções, quase sempre robustas e com o desenho dos seus elementos adaptado ao armamento e às tácticas bélicas de um tempo longo em que o uso da pólvora era ainda muito restrito.

O corpo e solidez eram atributos que concorriam para a ambição de praça inexpugnável. Por isso interessava que o edificado se inscrevesse na paisagem, agora assinalada por uma silhueta que devia ser avistada nas lonjuras como um símbolo de pertença e de coesão de uma comunidade.

D. João I, ao autorizar que parte dos rendimentos do concelho pudesse, ainda que por empréstimo, ser afectada à obra do castelo de Bragança, possibilitou a formação do estaleiro. Corria o ano de 1409 quando os trabalhos foram iniciados mas, como acontece com frequência, pouco tempo depois o empreendimento confrontava-se com obstáculos que interromperam o normal desenvolvimento da obra. Em 1433, quando D. Duarte sustentava o cetro da governação, o martelar dos picos dos canteiros misturavam-se com o lancinante chiar dos carros puxados por juntas de bois que transportavam as pedras, as madeiras, a cal e outros materiais que a obra pedia. De vez em quando, aqui e ali, os homens prestavam atenção às palavras e observações de Diogo Gonçalves, teor, Martim de Paçó, administrador e contador régio em Trás-os-Montes, e ainda de João Cotrim que desempenhava as funções de vedor. Pelas atribuições que lhes estavam cometidas, o papel destes três homens, conhecedores tanto das formas mais adequadas para a defesa da praça e ataque ao invasor como das técnicas construtivas mais eficazes, foi determinante para a definição da imponente volumetria da torre de menagem do castelo de Bragança. Contudo, é bem possível que as formas adoptadas no seu coroamento, sobretudo no que respeita à configuração das guaritas, já apetrechadas com troneiras, apoiadas em consolas e salientes relativamente aos planos dos muros, possam derivar da mesma matriz

que informou os competentes práticos que alçaram alguns dos torreões que disputavam os céus a alguns campanários de igrejas de cidades da vizinha Castela.

Em todo o caso, quando os problemas do financiamento ganhavam maior acuidade sempre as rendas concelhias, na totalidade ou em parte, concorriam para cobrir as despesas. O que não impediu que algumas hesitações tivessem determinado a lentidão no crescimento obra e o seu arrastamento para a regência de D. Pedro. Em 1442, durante a menoridade de D. Afonso V, o regente D. Pedro fazia doação do aglomerado ao conde de Barcelos, tronco da poderosa Casa de Bragança que muito apoiaria a coroa nas conquistas do Norte de África. Poder que, além do senhorio de Bragança, se estendia a muitas e importantes vilas do país, se manifestava na posse de muitos direitos em terras que não senhoreava directamente, na apresentação de benefícios e na faculdade de prover ofícios e várias dezenas de comendas. A constatação desta realidade levou António de Sousa Macedo a escrever em «Flores de Espanha excelências de Portugal» que, tal como César dividia o império com Júpiter, também se podia dizer, sem lisonja, que o Duque dividia o reino com o rei de Portugal. Da substância das rendas, dos direitos que se lhe reconheciam e da capacidade administrativa, derivava o efectivo controlo Casa de Bragança sobre boa parte do país tanto mais que várias Câmaras, incluindo a de Bragança, eram elementos de uma rede de poderes cujo centro efectivo estava Vila Viçosa. Por conseguinte, os funcionários que a Sereníssima Casa enviava em comissão de serviço para a urbe transmontana devem ser enquadrados no âmbito de uma estratégia favorecedora dos interesses de uma centralidade senhorial, apostada em manter interesses próprios e de os fazer repercutir sobre os assuntos locais. Argumentos que não abonam a existência da autonomia municipal bragançana durante a época moderna. De resto, algumas notícias relativas ao desejo de se reformarem alguns equipamentos e edifícios com carácter público e religioso deixam emergir quase sempre as preocupações com a diminuição dos rendimentos por causa de um crescimento na parte das despesas. Pragmatismo que arredava a formulação de um padrão construtivo que pudesse ser associado a um gosto estético predominante na casa ducal.

Como é sabido, D. João II mostrou uma firme disposição em não tolerar ocorrências que pudessem animar os grandes à subalternização do poder régio. Firmemente decidido em demonstrar que as suas ideias sobre a natureza do poder iam além de meros enunciados não vacilou quando se confrontou com situações que entendeu como extremas. Mais do que um homem com privilégios o duque de Bragança era um símbolo que se perfilava adequadamente para as «mostranças» que se desejavam. Por isso, o acto lapidar da sua condenação à morte na praça pública de Évora, quando corria o ano de 1483, seria acompanhado do aparato necessário

para a legitimação da tragédia. Alcandorando-se ao patamar dos exemplos drásticos, esperava-se que iluminasse o pensamento e os gestos de todos, especialmente dos poderosos, antes de esboçarem qualquer lance que pudesse ser entendido como contrário à disposição do poder régio. Ainda a notícia daquela ocorrência monopolizava os comentários de muitos e já a comitiva real cavalgava para a cidade de Bragança onde, de acordo com notícias de Garcia de Resende e Rui de Pina, o monarca ordenava trabalhos de reparação na fortaleza. Um gesto de grande significado pelas dificuldades conjunturais que se viviam e por representar um acto de efectiva suserania sobre uma construção simbólica no território dos Braganças. Ao mesmo tempo, as obras preconizadas para o castelo integravam-se na esfera da governação e levavam o selo de alguém que, por ter participado nas infelizes escaramuças de Toro, conhecia o significado da palavra fronteira.

À realidade da zona fronteira prestou atenção especial o Venturoso. Com efeito, foi por seu alvedrio que Duarte d'Armas percorreu toda a zona raiana, de Sul a Norte, com o fito de reunir a informação necessária sobre a capacidade defensiva desses símbolos de soberania que os castelos representavam. Era uma altura em que qualquer aglomerado com ambições urbanas se orgulhava do comprimento, da robustez das suas muralhas e das capacidades funcionais das suas torres. O escudeiro de D. Manuel I oferecer-nos-ia panorâmicas de cidades e vilas sob a protecção de altaneiros castelos enquanto o rigor da sua atenção pormenorizava aspectos planimétricos de alguns elementos defensivos. Ao findar o extenso périplo, Duarte d'Armas tinha em mãos um álbum coerente cujo interesse ia muito além da perspectiva militar.

Os desenhos, produzidos talvez em 1509, mostram a imponência do castelo de Bragança e a massa poderosa da sua torre de menagem. Apontam uma dura estrutura defensiva, que já integrava uma imponente alcáçova, e registavam a configuração dos panos de muralhas, sendo que em alguns se evidenciava a forma como a força da ruína tendia a fazer progressos. Deste modo o escudeiro do rei e desenhador confirmava o conteúdo de algumas fontes históricas que noticiavam que, pelo ano de 1500, o estado de decadência que ofendia não somente alguns sectores das muralhas mas também a Porta da Vila, aquela que era a entrada principal do recinto defensivo. Cinco anos depois, Lopo de Sousa, conselheiro do monarca e seu alcaide nos castelos de Bragança e de Outeiro, conjuntamente com Álvaro de Chaves, vedor da obra, comandavam a renovação das defesas, atacando a decomposição da muralha e da barbacã, operação exigente que contava com um orçamento próximo dos 153.000 reais e que, pelos repetidos abusos cometidos sobre os trabalhadores, motivou algum descontentamento popular.

Ainda não foi possível esclarecer se os trabalhos nas barreiras da cidade a que alguns documentos aludem referenciam apenas os muros da Vila ou se expressam a vontade de se envolver o casario que, já no exterior do núcleo primitivo, foi escorrendo pelas encostas do castelo e que, progressivamente, passou a organizar-se em função de novas centralidades como as praças de S. João e de S. Vicente. Nas vistas de Duarte d'Armas não se percebe a existência de um novo arco. Contudo, nas imediações da igreja de S. Vicente assinalar-se-ia a presença de uma torre ladeando um monumentalizado portal que, embora inacabado, deixa ver um coroamento ameado. A impossibilidade de avançarmos dados muito precisos sobre este elemento não impede que nos interroguemos se, como parece, seria uma antiga porta da cidade ou uma abertura que não chegou a alcançar o estado de perfeição. Em qualquer dos casos a construção só pode ter resultado de uma tentativa de intervenção urbana que, possivelmente, não chegaria a completar-se. Ainda que se considere obra inacabada, seria este o arco que se sacralizou com a imagem de S. Benito, conforme se conclui da leitura de uma carta escrita em Guimarães em 13 de Fevereiro (?) de 1507, que D. Manuel endereçou ao alcaide-mor, juiz e vereadores da cidade. Na missiva dava-se resposta a certos inconvenientes que os da governança tinham feito chegar ao monarca, especialmente relacionados com prática judicial de se colocarem em exposição no pelourinho os membros talhados e outras partes do corpo dos sentenciados. Considerando-se «que o pelourinho estava junto da povoação e fazia mui grande dano porque a praça era mui pequena e o pelourinho estava junto da porta principal da igreja [...] e tão junto da porta da fortaleza», ordenava O Venturoso que o resultado do acto judicial que implicasse mutilações e conseqüente exposição pública de mãos, pés, orelhas e cabeças cortadas a pessoas, deixasse de se fazer no pelourinho passando para «a porta do arco de Sam Benito que foi porta antiga da cidade no cabo da principal rua do arrabalde».

Em 1580 já a paisagem urbana tinha sido alterada pela materialização dos segmentos de um novo cordão defensivo. E, no mesmo ano, o produto de uma finta depositado na arca da Câmara para a empreitada da ponte de Moimenta seria desviada, depois de obtida a licença régia, para o reforço defensivo da cidade. Algumas destes trabalhos, projectados para abraçarem o casario que já se tinha distanciado do núcleo inicial, acabariam por ser arruinadas pelos cidadãos, num derradeiro gesto de patriotismo, antes do governador da praça de Pueba de Senábria tomar nas suas mãos as chaves do castelo.

### **A recomposição da malha citadina**

Como se sabe, a nova conjuntura política que foi instaurada após 1640 trouxe para primeiro plano a figura do duque de Bragança e futuro rei D. João IV. E com as Guerras da Aclamação, outros protagonistas vislumbraram a urgência de dotar o tecido citadino com meios defensivos capazes de responder adequadamente às inovações introduzidas no armamento. Ainda que uma ou outra vez a acção tivesse sido desencadeada pela pressão popular, destacaram-se D. Gastão Coutinho, do Conselho de Guerra e governador das armas de Entre Douro e Minho, e o sargento-mor de Viana, Martim Velho da Fonseca. Zeloso, este «tratou logo com grande acerto da defesa dos lugares mais importantes [...] da provincia, levantou trincheiras, nomeou lhe capitães, e meteu lhe guarnições». Também Rodrigo de Figueiredo, seu sucessor em 1641, continuaria «em Chaves e Bargaça o trabalho das trincheiras». Mesmo assim, permanecendo algumas razões de insatisfação, os delegados da cidade às cortes de 1653 reclamaram da insuficiência dos meios de defesa e protestaram contra os abusos e humilhações que o sistema dos aboletamentos lhes infligia.

Estávamos num outro tempo, uma era em que tanto os avanços técnicos como a capacidade de alcance das novas armas revolucionavam a maneira de conceber as fortificações. Por isso a generalização do uso da pólvora tornaria obsoletas as construções defensivas levantadas no âmbito de um quadro de referências medieval.

No novo figurino construtivo, ambicionava-se a supressão de todos os ângulos mortos, cujas vantagens, sendo reconhecidas, impulsionaram o estudo e a aplicação prática das possibilidades que a geometria oferecia às novas metodologias que regulavam tanto a fortificação regular como a fortificação irregular. Aos novos princípios, alguns dos quais formavam o corpo principal dos postulados elaborados pela tratadística castrense, e aos conhecimentos dos engenheiros militares estrangeiros, que em número crescente arregimentámos, deve-se, em boa medida, a transformação radical do castelo e das muralhas medievais, agora reformuladas para poderem receber as pesadas bocas de fogo. Percebendo-se a sua inutilidade futura, os castelos e perímetros amuralhados foram olhados de diferente modo. Com efeito, se em algumas localidades os presídios medievais passaram a ser encarados como símbolos de um passado glorioso que complementava o orgulho das gentes também se conhecem vários exemplos de abandono e de destruição em nome de razões e valores de alcance incompreendido por sociedades que alcandoraram as questões do património edificado e dos centros históricos aos cumes da importância.

Seja como for, aquelas razões fizeram que em Bragança se trabalhasse na construção de um novo aro destinado a cingir a totalidade do espaço urbano. Topónimos como Estacada, Fossos e Esplanada - esta designação abrange terrenos que pertenciam à cerca do convento das freiras de Santa Clara – surgiram então e, de algum modo, hoje determinam o carácter dos sítios onde correram aquelas obras. Acções extraordinárias por responderem a circunstâncias excepcionais que faziam confundir os conceitos de soberania e de bem público. Num contexto em que a força do que se considerava ser necessário concedia aos militares uma capacidade dirigente que legitimava a rapidez da acção em que a supremacia do público sobre o privado sancionava o recurso a medidas drásticas como a apropriação de áreas adjacentes que pertenciam aos conventos de Santa Escolástica e de Santa Clara exemplificam. Mesmo a capela de S. Sebastião, apesar do seu padroado pertencer à Câmara, seria derrubada por se encontrar edificada na linha onde se projectava um novo pano de muralha.

Certamente que houve quem tivesse mostrado descontentamento com as decisões da engenharia militar. Mas todos os argumentos esgrimidos por aqueles que viam as suas casas ser demolidas ou pelos proprietários dos Batoques que perderam os moinhos eram vergados pela tirania das traças que assinalavam o percurso das novas barreiras. Importava, sobretudo, levantar obras de defesa e garantir que, em caso de incursão, os elementos invasores encontrassem o campo limpo de obstáculos para, assim, não se poderem ocultar da vista e do controlo das forças apostadas na defesa.

Pelos anos de 1721, Cardoso Borges, antigo sargento-mor e escrivão da Câmara, num texto destinado à Academia de História, recordava que em Bragança «se demolirão cinco ruas inteiramente sendo as principaes a rua de Bragança, e dos Prateiros, que eram as mais povoadas daquele tempo, huas para fazer esplanada ao castelo, e outras para continuar a fortificação».

Em consequência a malha urbana medieval sofreu uma recomposição que se caracterizou pela inscrição na malha citadina de procedimentos extraídos da métrica racional em afirmação, alguns dos quais preconizavam a existência de acessos desimpedidos para com rapidez se alcançarem os pontos mais importantes da muralha. Afinal dava-se seguimento ao modelo que tinha em Luís Serrão Pimentel um os seus principais teorizadores. Outra figura de proa da tratadística nacional, igualmente engenheiro-mor do reino, foi Manuel de Azevedo Fortes o qual, escrevendo já com as luzes do século XVIII acesas, vincava que «das armas se deve tirar a certeza da largura, altura, e comprimento de todas as partes que compunham uma fortificação».

Afinal, foram orientações como esta que, em Bragança, fizeram com que os militares considerassem a presença de «hua eminência que fica respeito desta cidade a Occidente, e na direitura daquella em que esta o castello». Tratava-se do Sardeal, um terreno arborizado que a Câmara costumava arrendar para pastos, e que, por oferecer vantagens posicionais daria assento a uma obra militar que seria delineada como um polígono regular dotado com quatro baluartes e dois revelins. Era o Forte de S. João de Deus, obra nova que avançava em bom ritmo no ano de 1659, quando o Conde de Mesquitela governava as armas desta província, de acordo com a planta e o orçamento efectuados em 1653 por Pierre Gilles de Saint Paul.

Diga-se que a situação da cidade à beira da acidentada linha da raia tornava frequentes as visitas de elementos da engenharia militar. Francisco de Groenemberg, Miguel Lescolle e, mais tarde (1668), Lucas Ferreira Simões são alguns dos nomes que, durante o século XVII, vistoriaram as defesas existentes. E como não era raro que as competências dos engenheiros militares se alargassem à esfera civil e religiosa, não será de afastar a possibilidade de, já na parte final da centúria de seiscentos, Lucas Ferreira Simões ter tido algum papel na concepção do santuário do Santo Cristo de Outeiro.

Pouco depois de 1660, quando os quartéis do Forte de S. João de Deus já estavam capazes de serventia, novos eixos de circulação prolongavam a cidade para o exterior dos antigos limites. Então, à medida que algumas casas roubavam espaço a hortas e cortinhas, a toponímia tradicional via-se acrescentada com designações como «o Canto junto à Caleija que vai para o Forte», o «Beco do Forte», a Rua do Forte e a Rua de S. João de Deus. Ao mesmo tempo o Forte de S. João de Deus passaria a ser encarado como uma das partes constituintes da cidade. Deste modo, pelas relações funcionais e pela percepção das qualidades intrínsecas, as partes «castelo, cidade e forte» passaram a ser vistas como órgãos de um mesmo organismo que, em boa medida, fundava a sua unidade formal no amplo abraço da linha das muralhas e trincheiras. Elemento que também fazia valer as suas características físicas quando, como uma moldura, delimitava um quadro em que tanto o casario particular como os edifícios religiosos se acomodavam ao longo dos arruamentos ou em volta de terreiros progressivamente sujeitos aos padrões da eficácia funcional, civil, militar e religiosa.

Madeira, grandes volumes de terras, cavas, pedra, tudo servia para erguer barreiras que entravassem a progressão do invasor e majorassem as possibilidades dos defensores. Trabalhos hercúleos que reclamavam um esforço financeiro proporcional e em que se destacou o clero tanto pelo contributo financeiro como pelo denodado nacionalismo. É forçoso que a segunda cerca da muralha, mostrando uma epiderme diversificada e uma estrutura alongada



mas sem se elevar muito em altura, não possa ser comparada aos muros de alvenaria que hoje se vêem a rodear o castelo e a Vila que, como se sabe, foram há menos de cinquenta anos objecto de fervorosa reconstrução. Em termos gerais, o cordão que delimitava a urbe, nascia na muralha do castelo, prolongava-se pela Estacada e continuava em terrenos da cerca das freiras de Santa Clara até ao cemitério do Tournal, melhoramento oitocentista que tem a particularidade de assentar a sua parede Sul na linha da antiga barreira. Depois direccionava-se para a proximidade da porta da Rua dos Oleiros (agora Rua Almirante Reis), onde havia uma estacada que protegia a real fábrica da seda – edifício que se situava nas imediações da actual CGD e edifício dos CTT e ostentava no portal os símbolos heráldicos de D. Pedro II, os quais devem ser os que hoje se vêem no portal da capela particular de Santo António do Tournal – corria parcialmente a Rua do Tombeirinho (agora Rua 5 de Outubro) – topónimo que pode perpetuar a memória de uma anta - até inflectir para o sítio onde edificaram a casa do antigo Lactário, na antiga Rua de Fora de Portas (agora Rua Alexandre Herculano), e continuava, contornando as hortas da cerca dos padres da Companhia de Jesus, até ao Postigo dos Batocos. A partir daqui, o seu trajecto quase acompanhava o curso do rio Fervença até à zona do Postigo da Cadeia, na Praça de S. Vicente, continuando sobranceira ao rio e paralelamente à Costa Grande até encontrar novamente o muro do castelo. A descrição, embora sumária, deixa ver que se tratava de um vasto perímetro onde, quando convinha por razões tácticas ou os acidentes da topografia consentiam, se apontavam alguns baluartes, como as boas metodologias da fortificação preconizavam. Era um tempo, não esqueçamos, em que a intervenção na cidade e a tendência para a sua modelação, segundo conceitos informado pela geometria, decorriam da existência de um poder central que se aproximava do absolutismo e que era muito informado pelos valores contra-reformistas.

### **A rua, a praça, as edificações. Os poderes**

A rua e a praça estruturavam o espaço e organizavam as possibilidades de circulação de acordo com os condicionalismos impostos pelo cordão das barreiras de defesa. Na maioria das ocorrências inscritas no plano da normalidade, estes elementos urbanos deviam dar resposta às necessidades de um quotidiano ronceiro que apenas se transmutava nos dias de feira. Outras exigências acautelavam que tanto as ruas como as praças facilitassem os movimentos mais convenientes à estratégia militar, mormente quando as badaladas dos sinos mantinham a

população de sobreaviso perante a marcha do invasor. Dias excepcionais, embora com carácter diferenciado, eram também aqueles em que o calendário impunha uma pausa à áspera labuta do dia a dia para se poder celebrar a festa com os seus prolongamentos nas esferas do sagrado e do profano. A rua e a praça deviam ainda prolongar as naves das igrejas, especialmente naqueles dias em que as palavras inflamadas do pregador, para fazerem sentido, requeriam a apropriação e sacralização do espaço citadino pela comunidade de fiéis. Em alguns destes momentos as preces colectivas podiam ser motivadas por regozijos públicos, mas na maioria dos casos confundiam-se com demonstrações de exacerbada penitência em que o colectivo da cidade afagava a alma e se deleitava na contemplação dos rostos sofridos das imagens de vida exemplar. A voz do púlpito tinha a capacidade de conformar os gestos e o olhar de cada um de modo a que se desse visibilidade ao império de um ambiente místico. E os irmãos das confrarias, todos os homens, especialmente os que ofereciam os ombros ao peso dos andores, sincronizavam os seus passos arrastados com as sonoridades de charamelas e trombetas ou com som confrangedor das campainhas e matracas. Em outras ocasiões, algumas manifestações religiosas deixavam mais campo para as celebrações profanas. Sempre por amor a Deus! Actualmente já não se realiza a procissão de S. Jorge que era uma das principais da cidade. E o Passo contíguo ao chafariz da Praça de S. Vicente é a única capela remanescente dos Passos da Paixão, testemunho de resistência e, ao mesmo tempo, recordação do desrespeito dos homens pelos sinais desta memória colectiva. Num tempo em que as disposições da igreja militante eram avassaladoras e em que ser-se bom comedor de carne de porco equivalia à certificação de um cristão de boa cepa, era frequente que as medidas de polícia se associassem com outras do foro sagrado. Medidas de higiene pública obrigavam a varrer e regar as ruas aquando da realização de procissões importantes como era o caso da do *Corpus Christi* e impunham igualmente o branqueamento das fachadas das casas situadas no trajecto por onde passava o pálido e o ostensório.

As posturas municipais deixam também ver como muitos ofícios se processavam ao ar livre, fazendo da rua ou do quintal, que muitas vezes complementava a casa, a oficina. E muitos foram os litígios gerados por tais práticas ou pelas perturbações causadas pela ocupação do espaço público com a exposição de produtos manufacturados. Nesta medida a rua nunca foi um espaço neutro. Por isso a fisionomia e, sobretudo, a personalidade social e funcional destes eixos sujeitos a factores como a incerteza e a descontinuidade do crescimento urbano sofreria assinaláveis transformações. No tempo das calmas, num mundo em que todos se conheciam, podia saber-se a quem pertencia o jumento ou o cavalo pela poeira que levantava

o seu tropel e uma pequena ventania bastava para formar uma nuvem de poeiras que arrastava fragmentos de palha e de folhagens em decomposição. Mas no resto do ano vários eram os períodos em que as chuvas e nevadas transformavam as ruas e os terreiros em verdadeiros lamaçais, obrigando os moradores a exercícios diversos para poderem escolher o trajecto mais fácil. Era um tempo em que a pavimentação era prática pouco usada e, mesmo nas grandes urbes, os passeios para peões nem sequer constavam da lista de preocupações dos edis. Estes bem ameaçavam com penas os que, sem gritar alto três vezes «água vai», lançavam os despejos para a rua ou aqueles que, nas zonas de curtumes envenenavam o rio com as surradas, ou ainda os que não depositavam os lixos nos locais das montureiras.

Uma multiplicidade de construções caracterizava este quadro já que além das funções residencial, religiosa, política e militar a vida quotidiana exigia a existência de fornos, de celeiros, de palheiros, de lagares, de tinturarias e de cómodos para os animais. No plano individual deve dar-se importância aos quintais porque complementavam a casa como horta, como jardim e lugar de despejos. E, quanto mais recuarmos no tempo, mais os espaços abertos influenciavam a morfologia dos arruamentos das nossas cidades, dominada pela irregularidade organizacional. Assim, muitas das ruas só há pouco tempo, com a construção nos espaços vazios, adquiriram a configuração actual, uma sucessão de volumes cheios. Volumes definidos pelos edifícios de planta acanhada, o que lhes impôs um crescimento vertical, e pelas casas, em número muito menor, compridas e com dois pisos, sendo o andar ritmado pela presença de balcões e, ladeando a prestigante pedra de armas, por uma sucessão de janelas emolduradas por pedras de cantaria. Em Bragança, entre 1762 e 1764, a loja de animais era presença constante em quase todas as habitações que nunca se elevavam acima dos dois andares. Contudo, a maioria das casas só tinha um andar. Neste período, a Rua Direita, que era a artéria mais importante da urbe, era definida por 61 casas com dois andares e 37 de um só sobrado. Salvo raríssimas excepções, a ausência de monumentalidade, a simplicidade de linhas e o escasso investimento decorativo eram as notas dominantes da arquitectura civil sem carácter público.

Também os paramentos das igrejas raramente mostram cedências às propostas de animação dos respectivos alçados. E embora reservem o maior investimento decorativo para a entrada principal a verdade é que, exteriormente, a superfície plana, a secura dos ângulos e a neutralidade das aberturas de iluminação documentam a relativa incapacidade das opções arquitectónicas para modificarem a estática volumetria das edificações. Em ambiente contra-reformista, o maior investimento artístico reservar-se-ia para os interiores onde o brilho do ouro e

a policromia dos retábulos e dos tectos de caixotões e de quadratura afirmavam a estética barroca enquanto maravilhavam os fiéis.

No traçado de cidades com raízes portuguesas não há um único centro mas a implantação sucessiva de largos e terreiros foram dotados ou ganharam capacidade de comandamento sobre as ruas ou sobre a linha de muros ou trincheiras que protegia a urbe. Linha que apenas se interrompia em limitados pontos, as portas e postigos, e ainda assim com desigual importância, para que fosse possível o controlo sobre a entrada e saída de pessoas e bens.

A porta da Rua dos Oleiros e a da Rua do Cabo formavam as duas principais aberturas do grande perímetro defensivo. Ambas dirigiam o transeunte que demandava a cidade para a Praça do Colégio, vasto terreiro onde nasciam as Ruas da Corredoura ou da Carreira, depois chamada do Espírito Santo (a popular Rua de Trás), e a Rua Direita, as quais, correndo paralelas, apontavam a direcção do Castelo, antes de morrerem junto à igreja de S. Vicente que senhoreava a praça do mesmo nome e se abre no sopé da elevação onde pontifica a fortaleza medieval. Por isso o visitante que quisesse demandar a Vila tinha que passar em S. Vicente. O percurso mais directo proporcionava-o a Costa Grande e a Costa Pequena. Se a preferência fosse para caminho mais cómodo, porque com menor declive, o viajante orientar-se-ia para as igrejas de S. João e S. Bento, onde se abria outra praça. Tomando a antiga Rua dos Prateiros encontrava a porta principal do castelo mas se seguisse de S. João para S. Francisco, à sombra da fortaleza, podia entrar na Vila pela Porta do Sol. Deste sítio partia a estrada de ligação com Outeiro e Miranda do Douro.

A praça foi sempre um elemento de diferenciação entre os modelos urbanísticos de tradição clássica e os de outros complexos histórico-culturais. Herdeira da ágora grega e do forum romano, nas nossas cidades sempre andou associada às funções vitais com destaque para as manifestações de cidadania mais emblemáticas.

Na sua evolução, a cidade de Bragança também pode ser analisado em função da praça e da supremacia hierárquica que largos e terreiros vão adquirindo à medida que se consolidavam os movimentos orgânicos da expansão urbanística. Sendo desejável que a sua amplitude espacial permitisse a realização da multiplicidade de funções que, periodicamente, ocorrem numa cidade, também era conveniente que a localização destes largos e terreiros contribuísse para a afirmação de valores de centralidade tão caros à governança, ao sermão, ao pregão e até aos ruídos novos que, na festa, desenredavam a alma de muitos.

Na Vila, na muralha do lado Norte, junto à Torre de Menagem e ao pé da torre dos sinos da Câmara, a capela de Santiago solenizava a praça do mesmo nome. Neste espaço, onde actualmente se ergue o pelourinho, foi onde, durante anos a fio, se encontravam os bragançanos com os moradores das aldeias do termo e gentes de outras partes que aí vinham a mercadejar. A muitos, certamente que o alpendre da capela, cujas colunas se apoiavam sobre os leões que tinham pertencido a um túmulo com estátua feminina jacente, lhes ofereceu abrigo. O templo medieval já não existe mas perdurou a fama das luzidas festas que a nobreza, todos os anos, aí organizava para honrar o patrão dessa antiga paróquia da cidade.

O lento escorrer do tempo, fazendo a cidade extravasar os limites da muralha que protegia o primitivo núcleo urbano, dava consistência à personalidade urbanística dos arrabaldes. Ao mesmo tempo crescia o interesse de compradores e vendedores para, em certos dias, acorrerem ao terreiro onde a alta torre da igreja de S. João Baptista projectava a sua sombra. Sendo certo que as muralhas ofereciam protecção aos que moravam no espaço intra-muros também é verdade que a segurança exigia contrapartidas que, em certos momentos, agravava as dificuldades dos residentes. Então, paulatinamente, iam-se desenhando movimentos que privilegiavam as moradas no exterior das muralhas. Alguns documentos testemunham como os da Vila protestaram contra a importância crescente da Praça de S. João. Protestos que, uma ou outra vez, encontraram acolhimento no seio dos homens-bons, os mesmos que decidiram a aplicação de coimas a todos aqueles que teimassem na sua preferência comercial pelo rossio situado defronte da paroquial de S. João. Era à Praça de Santiago que se deviam dirigir. Decisão que provocou a contestação dos habitantes do arrabalde porque, diziam, além da Praça de S. João ser tão antiga como a cidade também era ancestral costume aí poder vender quem quisesse. Portanto, parece que mais do que a questão económica o que verdadeiramente estava em causa era a definição de uma nova hierarquia espacial no tecido urbano.

Posicionada nas imediações das portas da Vila, em espaço relativamente desafogado, esta praça era tutelada pela igreja de S. João Baptista, uma importante paróquia da cidade que na segunda metade do século XVIII seria colada à Sé, transferida por D. Fr. Aleixo de Miranda Henriques de Miranda do Douro para Bragança. Daquela decisão resultaria a progressiva ruína da igreja que acabaria por de perder. Ornamento da mesma praça era a casa da prosápia dos Teixeiras onde, depois, se fundou a igreja e o convento das freiras de Santa Escolástica. Num dos alçados do tempo ainda se conserva a pedra de armas daquela linhagem e testemunhos dos marcos de algumas janelas do primitivo solar.

Depois de 1685 a praça seria bastante amputada já que, como a anuência do juiz, dos vereadores e do procurador, a cidade consentiu que as religiosas anexassem ao convento «o ditto terreiro». Durante boa parte do século XVIII foi neste espaço que esteve a Casa da Alfândega, organismo que também ocupou umas «cazas» que pertenciam à abadia de S. João Baptista e que se implantavam na Praça de S. Vicente.

A largueza de espaço não era atributo principal da praça que recebia os fluxos provenientes de duas das mais importantes artérias da cidade – Rua Direita e Rua do Espírito Santo – que reorientava para o Castelo ou S. Francisco e que, através do Postigo da Cadeia, comunicava com a Ponte das Tinarias, sobre o Fervença, e garantia o acesso às fontes que forneciam água potável à cidade, aos moinhos, aos tanques dos curtumes e às tinturarias das sedas. Durante muito tempo estas actividades nutriram a economia local e caracterizaram o tecido social desta parte da cidade que, no século XVII, assistiu à formação de novos arruamentos. Durante o século XVI, quando a igreja de S. Vicente sofreu obras de monta, o lance da mudança da confraria da Santa Cruz da capela de Santa Catarina, situada na igreja dos mendicantes, para o templo consagrado ao santo diácono acrescentou importância ao templo e à praça. A confraria do Santo Cristo, como passara a ser designada, converter-se-ia na mais importante da cidade dando ensejo à realização de grandes festejos. E, quando a projecção do culto se mudou para Cabeça Boa, junto a Samil, onde o Bispo D. Luís da Veiga Cabral intentou a fundação de um recolhimento para donzelas, a memória das festas de 3 de Maio continuaria a cativar os feirantes para a Praça de S. Vicente. Por isso as festas do Santo Cristo foram a matriz da famosa Feira das Cantarinhas que, anualmente, se celebra em Bragança. Na mesma igreja estava a milagrosa Senhora de Roncesvales, imagem de roca e de vestir, especialmente venerada pelas parturientes pois nos parto difíceis «mandão que se lhes dem nove toques no sino daquela igreja, o que vai fazer, ou o marido, ou a pessoa mais chegada». Assim, como escrevia Fr. Agostinho de Santa Maria, conseguiam apaziguar os receios que, naquela hora, apertavam os corações.

Por outro lado, a construção de um chafariz em 1746 mostra a importância deste espaço não somente por se tratar do ponto de abastecimento mais importante do perímetro urbano mas ainda porque outras forças sociais pretenderam posicionar esta obra na Praça do Colégio. Ao mesmo tempo, a presença do edifício da cadeia civil e, já em finais da centúria de setecentos ou nos primeiros anos da seguinte, a construção do novo e monumental edifício do Corpo da Guarda Principal comprovam a função de charneira que a Praça de S. Vicente ainda desempenhava. Todavia, nesta altura, aqui e ali, já aflorava a designação de Praça Velha.

Então, a Praça do Colégio, que desde 1619 repartia com a Praça de S. Vicente a faculdade de aí se poder vender peixe, prática que era proibida nos dias de feira, tendia a assumir maior protagonismo tanto mais que funcionava como o ponto de recepção dos viajantes oriundos de localidades como o Porto, Chaves, Vinhais e estrada de Quintela de Lampaças. A presença, desde os meados do século XVI, da igreja e do colégio do Santíssimo Nome de Jesus, administrado pelos padres jesuítas, emprestou-lhe o nome, acrescentou-lhe prestígio e, a par com a casa comprida da fidalguia local que corre no lado fronteiro ao alçado da igreja, modelou-lhe a fisionomia. Durante o século XVII era, juntamente com o Terreiro das Eiras do Arcebispo, espaço amplo que lhe fica contíguo, o toural da cidade por ser aí que acorriam todos os que queriam vender ou comprar gado. Nas ocasiões solenes, também aqui se realizavam algumas das demonstrações festivas como sucedeu nas grandes celebrações de 1622 que se programaram para as alegrias da canonização de Inácio de Loiola e de Francisco Xavier.

Formando um rectângulo, é a zona central do antigo terreiro do Colégio assinalada por uma plataforma escalonada que serve de envasamento a um cruzeiro de fuste espiralado, datado de 1689, que confirma a assumpção no interior do país de algumas fórmulas estéticas caras ao barroco arquitectónico. Substituiu esta obra um outro cruzeiro existente, provavelmente despido de atributos artísticos, mas com uma presença suficientemente marcante para, durante muitos anos, a praça ser nomeada como Praça da Cruz de Pedra. A sua construção, talvez pela mesma mão que participou na fábrica do portal de Santa Maria [mestre Martinho da Veiga (?)], foi paga com recurso ao lançamento de uma finta.

Já antes associámos a vontade de intervir na cidade com medidas racionais à crescente afirmação do poder central. Contando séculos de crescimento orgânico e sem constrangimentos apreciáveis raros foram os casos que deixaram moldar-se pelo figurino ortogonal. Estando a geometria ao serviço do poder, os seus praticantes, quase todos engenheiros militares, materializaram importantes exercícios correctivos. Em consequência, a maioria dos estudos de natureza militar que chegaram ao nosso conhecimento especulam, sobretudo, à volta de concepções relacionadas com o desenvolvimento geométrico dos trabalhos defensivos bragançanos. Obras, adaptadas ao alcance das novas bocas-de-fogo e que, podendo ser batidas à distância, deviam não só recusar o crescimento em altura mas conformarem-se com novas características tais como os perfis rasos e com formas compactas para resistirem aos impactos. Todas estas obras não podiam correr à margem da intervenção na cidade que veria seu desenvolvimento e possibilidades circulação fortemente constrangidas pelos postulados teóricos que a engenharia militar considerasse.

Já noutro lugar demos à estampa e nos referimos a alguns dos estudos de modernização das fortificações da cidade efectuados por engenheiros militares durante o século XVIII. Todavia, não se conhecem testemunhos materiais das contribuições e propostas de homens como António de Aguiar Coelho que, após o seu falecimento em 1733, seria substituído por Rodrigo Sande de Vasconcelos, discípulo do engenheiro-mor do reino Manuel de Azevedo Fortes, nem de Luís Xavier Bernardo, João António de Távora, Francisco Xavier do Rego e Manuel de Sousa Pereira. Mas em 1754, José Monteiro de Carvalho produziu um estudo que, se tivesse sido executado, transformaria muito a área do castelo e boa parte da cidade. A capacidade técnica deste engenheiro militar poderá ser aquilatada pelo facto de, em 1760, já com o posto de sargento-mor, ter sido proposto para suceder ao prestigiado Eugénio dos Santos e de, nove anos depois, ter sido encarregado pelo Marquês de Pombal de proceder às adaptações do Colégio de Santo Antão para aí poder funcionar o Hospital de S. José.

Alguns anos antes, talvez em 1763, o risco saído da mão do capitão-engenheiro italiano Giozé Maria Cavagna ilustrava não somente o estado das defesas bragançanas como assinalava os pontos em que foram profundamente danificadas, em 1762, pelo exército espanhol comandado pelo tenente-general marquês de Cevallos. Na sequência desta ocupação territorial, o engenheiro militar espanhol que acompanhava os invasores debuxaria com grande fidelidade um «plano de la Plaza de Berganza com sus castilhos antiguo, y moderno», planta de grande fidelidade que, no essencial, sistematizava a estruturação de um tecido citadino que poucas modificações sofreria até à segunda metade do século XX.

### **O surgimento de novas perspectivas**

Preocupando-se em inutilizar definitivamente as obras defensivas, dinamitando panos das muralhas e abrindo os ângulos de alguns baluartes, os espanhóis foram capazes de alterar a substância da relação da cidade com as construções que até aí tinham sido olhadas como redutos capazes de oferecerem segurança máxima em momentos de crise aguda. Só que não demoraria muito tempo para o conceito se alterar tanto interna como externamente dado que



tanto a voracidade dos acontecimentos como a inevitabilidade do seu eco evidenciava o cansaço de grande parte das soluções tradicionais e a imanência de uma outra Europa que se anunciava nas metamorfoses de um radicalismo que os teóricos da teoria do direito divino da autoridade nunca suspeitaram. Se internamente tem significado o esmorecimento do poder do poderoso Pombal, no plano externo um fundo temor invadia a alma dos privilegiados do Antigo Regime à medida que se evidenciavam os frutos nascidos da sementeira do novo ideário. Por isso, o que se anunciava em cada Primavera da parte final da décima sétima centúria, ainda que as atmosferas regionais fossem diferenciadas, era o fim de uma época, aquela que os historiadores costumam designar como Época Moderna.

Inúteis para a guerra, que agora se processava noutros moldes, as linhas das muralhas e barreiras tendiam também a ser olhadas como sinais de um tempo de repetidas sujeições, muitas vezes cegas e absurdas, por derivarem da cepa da injustiça em que assentava a ordem social do Antigo Regime.

Em Bragança, na parte final do século XVIII a documentação conhecida deixa ver o surgimento de novos interesses acompanhados por autorizações para a apropriação dos solos até aí ocupados pelas barreiras. Com a particularidade desses chãos possibilitarem, especialmente na Rua do Tombeirinho, a edificação de novas casas.

A tendência para o casario se aproximar paulatinamente do antigo cordão defensivo, o preenchimento dos espaços vazios que continuavam a bordejar as ruas e as adaptações do tecido edificado, como o acrescentamento de mais um piso às casas dos principais eixos viários, davam resposta às necessidades demográficas de uma urbe que continuava a manter uma relação muito estreita com o mundo rural. No essencial, seria esta estrutura urbana que permaneceu quase intocável durante mais de um século, até à altura em que os agudos silvos da locomotiva - a primeira locomotiva chegou a Bragança em Outubro de 1906 - não só alvoroçou os espíritos pelas esperanças no proclamado progresso mas ainda inculcou em todos uma noção, a do tempo regular e preciso que passou a ser determinado, inexoravelmente, pelos ponteiros dos relógios.

A presença da banda de Infantaria 10 na estação ferroviária no dia da inauguração do caminho-de-ferro, mostra a importância que a tropa continuava a manter nesta cidade por razões de ordem económica e também pela continuada capacidade dos seus elementos exercitarem as suas ideias entre o espaço castrense e as poltronas da municipalidade. Uma presença na urbe quase permanente e com objectivos que obrigavam a maior atenção aos ritmos das conjunturas.

Por isso, ainda antes de ter sido assinado o diploma relativo à nacionalização das ordens religiosas, os militares cobiçavam as casas do convento de Santa Clara e das Oblatas do Menino Jesus, no Loreto. Os edifícios das duas instituições religiosas seriam a base de projectos para a edificação de um hospital militar que se desejava maior e com aptidões que escasseavam no existente, levantado no século XVII, no tempo de D. Pedro II.

Sob o ponto de vista urbano, o apaziguamento social e político de meados do século XIX traduzir-se-ia numa maior atenção sobre a rua e a praça pois há notícia da obra do calçamento do Largo das Eiras e da Rua do Passo. Estes empreendimentos corriam em 1854 e eram acompanhados pela vontade de se iluminar a cidade com seis lampiões de azeite que seriam colocados nas Eiras de S. Bento, Rua da Amargura (junto a S. Vicente, depois Rua de S. João), proximidades das Portas da Vila, numa viela da Costa Grande, na Rua do Passo e ainda na Rua dos Ferradores. Preocupações que, alargando-se, analisavam as vantagens de «se evitarem obras deslocaladas, e sem nexos, que muitas vezes tolhem, ou impeçam que se fação de futuro, obras de grande utilidade». Na mesma sessão, datada de 26 de Junho de 1856, consideravam-se ainda outras medidas de gestão urbana que se projectavam nos termos de um hipotético plano urbanístico que devia consignar, a par com o alinhamento das ruas e das praças, a canalização das águas. Seria nesta linha de preocupações que, no Verão desse ano, quando se construía um novo acesso entre a Rua dos Oleiros e o Forte onde estava o quartel de Cavalaria nº 7, se manifestavam orientações urbanas efectivas, registando-se no livro das actas da Câmara como a Rua do Espírito Santo, «huma das melhores da cidade, se acha deformada e deturpada, com a saliência da каза chamada do Corpo da Guarda velho e com o coberto» de outro edifício particular que além de «tolhe(r) a vista da mesma rua» possibilitava a acumulação de lixos. Em 1861, alguns vereadores insistiam na urgência de algumas obras que enfatizavam ambições urbanas: definição e traçado dos arruamentos, abastecimento de água potável, edificação de um novo edifício para sede do município, levantamento de uma carta topográfica da cidade e acessibilidades para as povoações do concelho e dos concelhos limítrofes.

Mas era regra que as perspectivas dos programas municipais não fossem acompanhadas pelos recursos da tesouraria. Daí que o património da igreja que tinha sido nacionalizado fosse muito apetecido. Entretanto, na pacata cidade alguns manifestavam em voz alta as preocupações relacionadas com a higiene urbana, clamando pelas vantagens de desinfectar as ruas, largos e becos, numa altura em que a cólera e o tifo andavam à solta.

O eco de alguns temas nacionais levaram as autoridades locais a solenizarem, em 10 de Junho de 1880, a alteração do nome do largo contíguo à Praça da Sé, o Largo das Eiras do

Colégio, para Praça Camões. Dois anos depois, comemorava-se o centenário do Marquês e, em Maio, a antiga Rua do Terreiro passava a ser designada pelo nome de Marquês de Pombal. A ambiciosa pugna – não de todos - pela linha férrea não distraía a Câmara de lançar mão da cerca e convento das freiras de Santa Clara, espaço para o qual a cidade projectou realizações tão diferentes como uma praça-mercado e uma nova catedral. Atractivo era também o património edificado do convento de freiras de S. Bento, onde o município tentou instalar a sua sede a par com a acomodação de outras repartições públicas e equipamentos como uma estação telegráfica. Em Maio de 1859 o claustro do convento de Santa Escolástica seria desmontado e as suas colunas desbaratadas em outras aplicações.

As várias ocorrências com importância nacional e internacional provocaram o fervilhar das ideologias e a agitação do ambiente político finissecular transitaria para o século XX. Mas localmente o tema do caminho-de-ferro continuava com grande actualidade. Nos primeiros dias do ano de 1905, o engenheiro construtor da linha, Costa Serrão, incentivava a continuação dos trabalhos, promovendo terraplanagens, que foram empreitadas por João Lopes da Cruz, no espaço que se designava Largo de Santo António e Tournal. Então, um ermo onde seria edificada a Estação, cujo prospecto seria, como escrevia um plumitivo local, «d'huma perfeita belleza architectonica». Em simultâneo, apontava-se a necessidade de se rasgar a Avenida, uma nova via capaz de dar «vasante ao movimento que se há de estabelecer entre a estação e Bragança e para que é evidentemente insufficiente a estreita Rua do Conde Ferreira». Embora localizada a escassas centenas de metros da principal praça da cidade, a Praça da Sé, a estação ferroviária era sentida como um corpo relativamente estranho, talvez porque o sítio da sua implantação estava «fora de portas». Parecendo notório o peso da antiga atmosfera urbana, a verdade é que a Avenida foi sendo ladeada, mais de um lado do que do outro, por casario que respondia a um novo surto urbano a que o Estado Novo acabaria por se associar com o programa de uma nova praça, a que não faltava a famosa calçada portuguesa e um decorativo fontenário, monumentalizada com edifícios de risco estudado que davam pública mostra de alguns dos valores assinalados pelo regime em vigor.

## Epílogo

Recentemente, tal como aconteceu em outras urbes, também o espaço público do centro histórico bragançano foi objecto de importantes obras. Trabalhos de requalificação mas

que aqui e ali se traduziram na excessiva valorização do desenho como se o propósito essencial fosse a criação de cenografias destinadas a servir de suporte a um qualquer produto de conteúdo citadino. Há quem note, sublinhando a standardização de procedimentos e a introdução de incompreensíveis condicionamentos à circulação em algumas ruas, peões incluídos, que estes programas também serviram para apaziguamento da má consciência dos poderes que, durante sucessivos anos de inércia, permitiram a penalização do património colectivo formado pelos antigos núcleos das cidades. Desinteresse com alcance social já que nas zonas envelhecidas e abandonadas os residentes eram, na sua maioria, idosos e pessoas de recursos limitados. Mas se pensarmos que grande parte das ruas do centro histórico se caracterizam já por um índice de ocupação muito baixo e que a desertificação tem sido acompanhada pelo encerramento das portas do comércio tradicional adivinhamos a lentidão e as dificuldades do processo de regeneração da parte antiga da cidade.

Embora tardio, este conjunto de atitudes corresponde à ambição de se assegurar a continuidade da própria cidade, mantendo uma vida civil que lhe garanta a sua personalidade nos termos de um quadro vital onde possam surgir soluções que a projectem no futuro. Sem poder furtar-se aos passos da legenda dos deuses e dos heróis, as nossas cidades, a maioria muito antigas, obedeceram durante séculos às linhas de desenvolvimento simbolizadas por Anfião e por Zeto, os míticos filhos de Zeus e de Antíope, justamente aqueles que conquistaram a cidade de Tebas a Cadmos, o seu fundador. Pela sua criação entre pastores e agricultores, Zeto complementava o seu carácter rude com uma grande força. Já a delicada compleição física do seu irmão, Anfião, concordava com uma alma cândida e um temperamento calmo que muito se comprazia no canto e nos acordes da lira de sete cordas que tocava quase incessantemente. Um instrumento de ouro que Apolo lhe tinha ofertado. Perante a urgência das obras da muralha de Tebas nenhum dos dois se escusou ao trabalho. Só que enquanto Zeto despendeu um esforço enorme a transportar e a aparelhar os blocos de pedra extraídos nas montanhas vizinhas para fazer crescer os muros, Anfião alcançava sem custo algum o mesmo resultado pois só com os timbres da sua lira conseguia fazer com que as pedras ocupassem na muralha a posição mais apropriada para que resultasse obra resistente.

Assim, no âmbito das possibilidades orgânicas e criativas das forças da natureza, de que o Homem faz parte, transmitiu-se consistência ao *logos* e organizou-se a realidade dos valores humanos e das suas contradições enquanto fenómenos que, na longa duração, cerziram as cidades e as apetrecharam com instrumentos capazes de se poderem acomodar às sucessivas e variadas provações que as mudanças estruturais comportaram. Porém, na época

contemporânea, as cidades, deixando-se capturar pelas lógicas mecanicistas e funcionais, quebraram as antigas leis dos princípios harmónicos teorizadas por Vitruvius e Leon Baptista Alberti e, simultaneamente, determinaram-se a seguir o partido de Prometeu – o titã que criou o primeiro homem e que o lançou na Terra nu e sem armas mas que lhe deu o conhecimento do fogo. O mesmo que, julgando-se igual às potências divinas, se revoltou contra Zeus. Só que, dominada a afronta, seria acorrentado para sofrer as investidas de uma águia que diariamente lhe devorava o fígado, víscera que, admiravelmente, se reconstituía de um dia para o outro. E, se da condenação faziam parte outros padecimentos como a impossibilidade de poder voltar a escutar a voz humana, o impedimento eterno de vislumbrar um rosto piedoso ou o benefício de merecer a atenção de um gesto consolador, o sofrimento de Prometeu parecendo significar que a propagação do progresso civilizacional só pode ser alcançado à custa da dor humana, também sugere, como se de uma condenação se tratasse, a prisão do Homem ou o seu solitário confinamento aos limites das cidades.

Cada vez maiores, mais frias e desalmadas apesar dos seus ocupantes e utilizadores muito beneficiarem com a progressiva internacionalização da cultura de consumo. Paradigma que inculca a contradição maior entre o fenómeno da estandardização e a diluição da identidade das comunidades com o conseqüente afrouxamento da afectividade nas relações entre os moradores. E também com o incomportável crescimento dos subúrbios das grandes urbes e a eternização dos fenómenos de exclusão social. Importa por isso encontrar formas de se dar relevo às especificidades culturais regionais para se contrariar a tendência para o desenraizamento progressivo das populações e a descaracterização das urbes mesmo quando algumas previsões apontam para que 75% dos viventes do planeta vivam em megapólis dentro de mais ou menos meio século.

A apologia da cidade e dos centros históricos implica um esforço e orientações no sentido de promover a reintegração da política na arquitectura com a ambição de se tecer o seu comprometimento com uma inegável função social. Ao mesmo tempo, importa ter em conta que, no nosso país, grande parte dos moradores das cidades têm as principais referências de vida em ambientes moldados pela ruralidade que, inexoravelmente, foram deixados para trás. Com conseqüências diversas mas quase sempre graves como seja o abandono total de algumas comunidades rurais. Num jornal local («Informativo», 25 de Setembro, 2006), escrevia-se que o Distrito de Bragança tem cada vez mais aldeias fantasmas. Apontavam-se mesmo os nomes de algumas aldeias do concelho de Mogadouro, Santo André, Roca e Quintas de Souto, como

exemplos de povoações sem gente, apenas povoadas pelas memórias do passado pois os últimos habitantes, afirmava-se, partiram nos anos 90:

«não há gente a circular, não há cães a ladrar ou gatos a apanhar sol nos telhados, não se ouve o riso das crianças, as ruas estão cobertas de ervas. (...) As casas estão abandonadas e em lugar de portas há tijolos para evitar a profanação daquilo que em tempos foi um lar».

Falar de cidades é, antes de mais, falar de património. E a questão de saber «o que é que define o Património?», que também ficava bem no início deste texto, pode servir como seu epílogo. Como resposta, socorrer-nos-emos de uma entrevista concedida ao jornal «Público», em 22 de Março de 2005, por Simon Thurley, então presidente do English Heritage. Eis as suas palavras:

«As pessoas. Há dois erros comuns no que respeita ao património. O primeiro é pensar que é sobre edifícios – é sobre as pessoas e o que elas investem nos tijolos. O segundo é pensar que é sobre o passado – é sobre o futuro, o que ficará depois de nós desaparecermos [...]. Por outras palavras, o que é o Património? Aquilo que uma dada geração considera dever ser deixado para o futuro».

## BIBLIOGRAFIA

A.D.B., *Manuscritos Antigos*, vol. V

ALVES, Francisco Manuel – *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Bragança, Tipografia Académica, 1982, XI Tomos (Edição Fac-similada)

BORGES, José Cardoso – *Descrição topográfica da cidade de Bragança*, BNL, Reservados, COD 248

LOPO, Albino dos Santos Pereira – *Bragança e benquerença*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983

RODRIGUES, Luís Alexandre – *A festa como exaltação da cidade*, in «Actas do Congresso A festa em Trás-os-Montes», Bragança, 1995

- *Bragança: da averiguação dos efeitos do terramoto de 1755 às memórias Paroquiais de 1758*, in «Amigos de Bragança», 9ª Série, nºs 2, 3, 4, Bragança, 1995

- *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, 2 vols., Bragança, 1997
  - *A transferência de D. Frei Aleixo de Miranda Henriques para a diocese do Porto e o fracasso do projecto arquitectónico da Sé de Bragança*, de António Stopani Romano, Separata «Actas do I Congresso sobre a diocese do Porto. Tempos e lugares de memória. Homenagem a D. Domingos Pinho Brandão», vol. I, Porto, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão / Universidade Católica – Centro Regional do Porto/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998
  - *O Distrito de Bragança nos séculos XVII e XVIII: a arquitectura religiosa de função paroquial*, in «Portugal Brasil – Brasil Portugal. Duas faces de uma realidade artística», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000
  - *A cidade de Bragança na época Moderna. Defesas e constrangimentos sobre o tecido urbano*, Separata «Actas do colóquio internacional Universo Urbanístico Português (1415-1822)», Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001
  - *Subsídios iconográficos da cultura de massas. As festas realizadas em Bragança pela Companhia de Jesus na sequência das canonizações de Santo Inácio de Loiola e de S. Francisco Xavier*, Separata da Revista «Brigantia», Bragança, vol. XXV, 2005
  - *Antigos mosteiros e congregações do Distrito de Bragança. Subsídios artísticos*, Separata da Revista «Brigantia», Bragança, vol. XXVI, 2006
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de – Santuario Mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, Lisboa, T. V, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1716
- SANTOS, Reinaldo dos – *Plantas e desenhos barrocos*, in «Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes», nº2, Lisboa, 1950



Fig. 1 Bragança (parte Oeste) por Duarte d'Armas



Fig. 2 Bragança. Praça da Sé (c. 1930)



Fig. 3 Bragança. Praça da Sé na actualidade



# “Dialogar com um Centro Histórico: O tecido urbano de Torres Novas à luz da História da Arte”

*Diana Gonçalves dos Santos*

(Mestre em História da Arte Portuguesa,  
Doutoranda em História da Arte  
Portuguesa na FLUP-UP, Bolseira da FCT)



Aceite o convite para vir participar neste Seminário, o desafio da presente comunicação consistiu sobretudo em rever o papel do investigador em História da Arte na gestão dos centros históricos, construindo-se esse exercício à volta de um estudo de caso sobre o tecido urbano de uma cidade média, em franca expansão urbana, da realidade do Centro-Sul de Portugal continental. As ideias que aqui partilharemos têm como base uma investigação que realizámos sobre o centro histórico de Torres Novas, a qual foi desenvolvida no âmbito do trabalho final da *Pós-Graduação em Recursos Patrimoniais*, ministrada nesta faculdade no ano lectivo de 2003/2004.<sup>92</sup>

Passados cerca de seis anos sobre a realização do referido estudo analítico sobre o centro histórico torrejano, foi necessária uma actualização de conteúdos sobre a imagem actual da cidade de Torres Novas e suas políticas de intervenção. Faremos, portanto, aqui uma re-visitação dessa análise sobre o seu tecido urbano antigo, tendo como fio condutor um diálogo que o colocará a falar com o investigador em História da Arte, tendo em vista a indagação do seu percurso evolutivo, o entendimento da sua identidade patrimonial, o diagnóstico dos males de que padece e a procura de soluções com vista à sua salvaguarda e reabilitação.

Não negligenciamos a extrema importância da multidisciplinaridade na gestão eficaz e optimizada dos centros históricos, contudo, olhando as cidades como somatórios de produtos artísticos e os seus tecidos urbanos como objectos artísticos por si só, vemos no investigador em História da Arte um elemento determinante na compreensão da historicidade profunda do fenómeno urbano.<sup>93</sup>

Consideramos a metodologia de investigação da forma urbana, como processo de entendimento da formação da cidade, indissociável da perspectiva metodológica da História da Arte, onde o positivismo, o formalismo e a fenomenologia poderão eficazmente responder às questões essenciais da leitura do tecido urbano: Onde está? Quem é? Qual o seu percurso de vida? Qual o seu *estado de alma*? Neste sentido, entendemos ser esta a base de qualquer leitura interpretativa sobre o fenómeno urbano, bem como de qualquer projecto de intervenção do tipo reabilitativo, conservativo ou requalificativo. Lembramos, contudo, que a esta perspectiva de base devem somar-se, para uma mais profunda leitura do espaço humanizado, as várias ópticas correspondentes às várias disciplinas que podem relacionar-se, directa ou

---

<sup>92</sup> O Centro Histórico de Torres Novas. *Estudo analítico, segundo a perspectiva da História da Arte*. A síntese desse estudo foi publicada num artigo da revista *Poligrafia* [publicação do Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão]: Vd. SANTOS, Diana Gonçalves dos - A Requalificação do Centro Histórico de Torres Novas, segundo a perspectiva da História da Arte. *Poligrafia*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. N.º11/12 [2004/2005], pp.135-162.

<sup>93</sup> ARGAN, Giulio Carlo – *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.73-91.

indirectamente, com a História da Cidade, como a Arqueologia, a Antropologia, a Geografia ou a Sociologia.

Para compreender a origem do fenómeno urbano é incontornável uma leitura à escala geográfica, considerando a sua situação no âmbito nacional e regional e as suas características biofísicas e populacionais, as quais incluirão obrigatoriamente dados geológicos, hidrológicos, fisiográficos, orográficos, climáticos, demográficos.

### **. Onde está? – O suporte geográfico e a organização do tecido urbano de Torres Novas**

Situado no quadro regional do Médio Tejo [Fig.1], o núcleo urbano de Torres Novas insere-se administrativamente no distrito de Santarém e apresenta uma forte dinâmica territorial com os centros urbanos de Tomar e Abrantes, numa primeira esfera, e do Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Alcanena e Ourém, numa segunda esfera.

Essa posição, junto ao curso médio do Tejo, deve ser descodificada num quadro de polarização do espaço que se apresenta activo com alguns dos núcleos urbanos atrás mencionados já desde longa data. Na verdade, a sua origem deve ser entendida no contexto da formação do reino de Portugal, e mais particularmente considerando as opções políticas articuladas com as estratégias de Reconquista e Repovoamento operadas a partir do século XII.

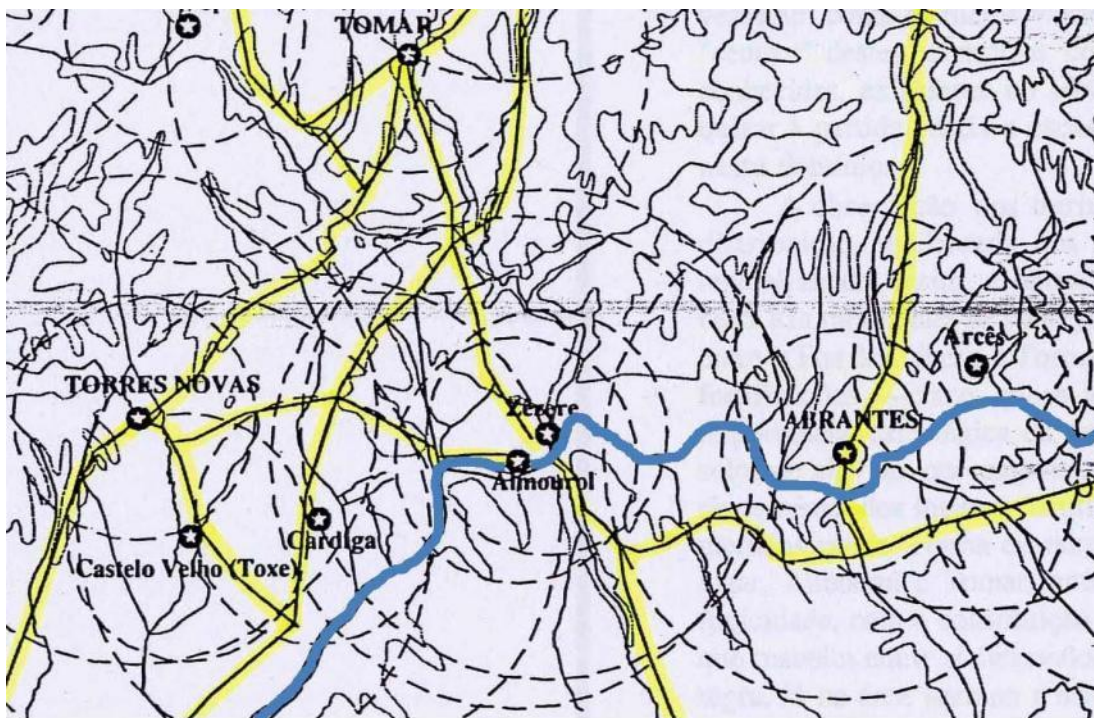
Tendo em vista a defesa efectiva e suficientemente sólida da linha do Tejo criou-se uma estrutura de ocupação humana, em que a constituição de pólos ordenadores do espaço serviria a estratégia de repovoamento tão importante nesse período de consolidação do reino. [Fig.2] Repescando o entendimento do território segundo o esquema triangular Abrantes – Tomar – Torres Novas, em articulação com a vizinha Santarém [a SE], a projecção do termo torrejano à época era secundária, mas polarizava o espaço intermédio entre Santarém e Tomar, devido à sua situação geográfica favorável ao povoamento que incluía uma boa perspectiva agrícola e a ligação oportuna com diversas unidades viárias<sup>94</sup> quer por terra quer por via fluvial [não esqueçamos o facto de o rio Almonda, afluente do Tejo, ser navegável nesses tempos].

---

<sup>94</sup> Veja-se, por exemplo, a proximidade com uma via romana situada a NE da povoação. Existem ainda ruínas de uma via que se julga serem parte da via *Olisipo-Bracara Augusta*: uma via vinda de *Tabucci* [Tancos], que passava junto da *Villa Cardilio* [situada a S da cidade de Torres Novas] e seguia até *Sellium* [Tomar], em direcção a *Aeminium*, e *Cale*.



**Figura 1**  
O território do Médio Tejo a partir do Google Earth  
Imagem de 30 de Outubro de 2006



**Figura 2**  
A dinâmica territorial do Médio Tejo nos tempos da Reconquista com a indicação dos lugares fortificados e principais vias medievais [a amarelo].  
Fonte: CONDE, Manuel S. Alves – *Uma Paisagem Humanizada: O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Cascais: Patrimonia Historica, 2000. Vol.1, p.62.

Ora, se o suporte geográfico, na sua componente física, potencializa a forma urbana<sup>95</sup>, temos as características físicas do território a definirem as características da paisagem e a fornecerem pistas para o entendimento das razões da ocupação humana de uma determinada região, independentemente da sua dimensão. Deste modo, a implantação de um determinado núcleo, quer seja urbano ou rural, faz-se atendendo aos recursos do território, ou seja, tendo em conta as potencialidades que pode oferecer para a vida diária dos seus ocupantes.

A imagem da fortificação torrejana, colocada num ponto destacado, junto da circunvalação natural desenhada pelo rio Almonda, ficando-lhe contígua a primitiva vila, outrora cingida por muros, denuncia claramente que a escolha do local de ocupação pelos primeiros habitantes torrejanos se terá prendido sobretudo com razões defensivas. Se tomarmos a relação com o passado atrás mencionada, nomeadamente, os tempos de Reconquista, esta teoria é reforçada. As condições do terreno assim o ditam. A passagem de um curso de água, a boa defesa dessa passagem, assim como a boa adaptação às condições naturais por parte dos ocupantes terão proporcionado a fixação de população ao longo dos séculos. Torres Novas surge num local alcantilado<sup>96</sup>, próximo a um rio que lhe serve de fosso natural ao mesmo tempo que oferece facilidade no abastecimento de água, dominando um território potencialmente eficaz na obtenção de matérias-primas, não só com fins alimentares, mas também construtivos, tal como revelam as suas características biofísicas [Quadro 1].

#### Quadro 1

Caracterização biofísica genérica

Hidrologia	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Território recortado por uma densa rede fluvial, constituída pelos afluentes do Tejo, e pela rede hidrográfica do rio Almonda</li><li>▪ O rio Almonda apresenta um desnível ao atravessar a cidade com cotas entre os 35-45 metros que vão diminuindo em direcção ao Oeste</li></ul>
Fisiografia	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Relevo suave</li><li>▪ Rede hidrográfica muito ramificada em vales profundos e estreitos, e encostas declivosas que, combinada com questões climáticas, favorece a abundância de zonas onde domina o olival, a vinha, o figueiral</li></ul>
Solos <b>Fig. 3</b> <sup>97</sup>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Junto ao núcleo urbano existência de Fluvissois – depósitos fluviais – que tornam estes solos, de grande espessura e muito férteis, capazes de alimentar o centro urbano</li></ul>
Clima	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Microclima característico devido à proximidade da Serra D’Aire e Candeeiros</li><li>Durante o Inverno: Baixa do teor de humidade/ Baixa de temperatura</li><li>Durante o Verão: Ar muito seco/ Elevação da temperatura</li></ul>

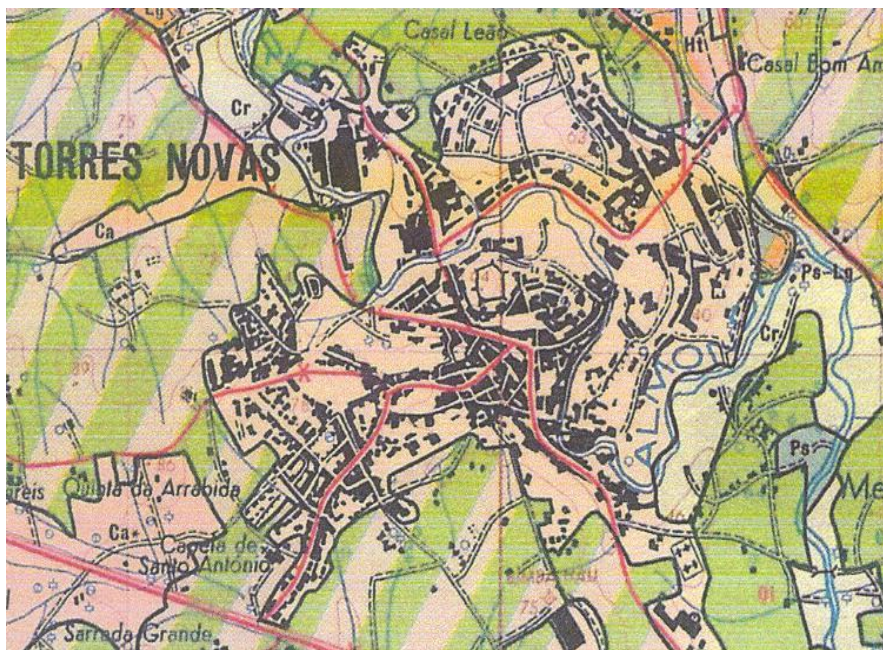
<sup>95</sup> LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Coleção «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas». 2.ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 63

<sup>96</sup> Mais concretamente a 64 metros de altura, em relação ao nível do mar.

<sup>97</sup> Cf. *Atlas do Ambiente*.



	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Precipitação anual: 600-800mm</li> <li>▪ Insolação – N.º anual de horas de exposição directa ao sol: 2400-2700 horas</li> </ul>
Geológica Fig. 4 <sup>98</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Predomínio na região de areias, grés e calcário – o que origina terrenos argilo-arenosos ou argilo-calcários entremeados com solos arenosos</li> <li>▪ Existência de jazidas de tufo calcário [rocha de porosidade elevada e de fraca densidade], inclusivamente próximas ao núcleo urbano [veja-se o topónimo <i>Tufeira</i>]</li> </ul>



**Figura 3**  
**Carta de Solos**  
Ca – Culturas arvenses de sequeiro  
Cr – Culturas arvenses de regadio  
Ht – Culturas hortícolas de regadio  
Lg – Laranjeira  
Ps – Pessegueiro  
Fonte: *Atlas do Ambiente*.  
Escala 1/ 1 000 000



**Figura 4**  
**Carta Geológica**  
MSA – Calcários de Santarém e Almoester  
a - Aluviões  
QAA – Tufos calcários dos Rios Alviela e Almonda

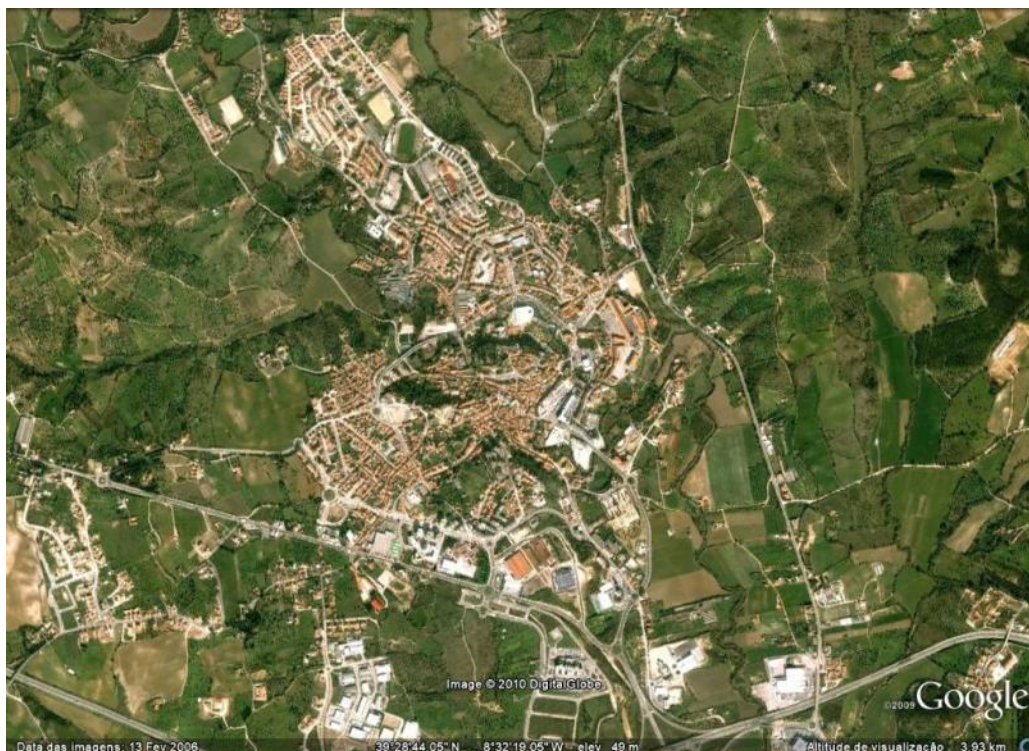
Fonte: *Carta Geológica de Portugal*. Escala de 1/ 50 000.

Sobre o tecido urbano actual de Torres Novas, importa apontar que o seu perímetro urbano vai muito além do que se convencionou chamar de *centro histórico*, vindo a crescer

<sup>98</sup> Cf. ZBYSZEWSKI, G., MANUPELLA, G. e FERREIRA, O. da Veiga – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 27-C. Torres Novas*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal 1971.







**Figura 6**  
O perímetro urbano de Torres Novas na fotografia aérea disponibilizada pelo Google Earth 2006

## Quadro 2

Realizações urbanísticas ou de edificado

potencializadoras de dinâmicas periféricas ao tecido antigo de Torres Novas

<b>Meados Séc. XIX/ Início Séc. XX</b>	Fábrica de Fiação e Tecidos	Zona de periferia, a NO do tecido antigo, na margem esquerda do Almonda
	Escola Conde Ferreira	Limite SO do tecido antigo - Quinchoso
	Escola Prática de Cavalaria	No limite E do centro histórico
	Metalúrgica Nery	Limite NO do tecido antigo, margem esquerda do Almonda
<b>Anos 30-50</b>	Avenida Dr. João M. Azevedo: _ Jardim da Avenida; _ Colégio Andrade Corvo; _ Estação dos Correios	Limite N do tecido antigo, na margem esquerda do Almonda [desde a Ponte do Raro à Ponte da Levada]
	Colégio de Santa Maria	Zona de periferia, a O-SO do tecido antigo, em redor do antigo Convento de Santo António
	Urbanização do Bairro de Santo António	
	Urbanização do Bairro de São Domingos	
	Construção do novo cemitério, transferido do castelo	A S do tecido urbano antigo
	Edifício do Caldeirão – Central Eléctrica	Limite E do tecido antigo, margem esquerda do Almonda
	Campo de Jogos do Almonda Parque	A S do tecido urbano antigo
<b>Anos 50-60</b>	Escola Primária Visconde de São Gião	Zona de periferia, a NO-N-NE do tecido antigo, entre as primitivas vias de ligação a Lapas e Tomar [que partiam da ponte do Raro e da Levada]
	Escola Industrial e Comercial	
	Grémio da Lavoura	Desenvolvimento urbano a partir do eixo perpendicular aberto a meio da actual Avenida 25 de Abril
	Novo edifício do Teatro Virgínia	Limite E do tecido antigo, margem esquerda do Almonda
	Urbanização das Tufeiras _ Jardim Escola João de Deus	Zona de periferia, na margem esquerda do Almonda, a NE do tecido antigo
	Urbanização do Babalhau	Zona de periferia, a O-SO do tecido antigo
	Estádio Municipal	Zona de periferia, a NO-N do tecido antigo



<b>Anos 70</b>	Piscinas Municipais	Limite N do tecido antigo, margem direita do Almonda
	Novo Tribunal da comarca de Torres novas	Zona de periferia, a N do tecido antigo
	Pavilhão Gimno-desportivo junto ao estádio	
<b>Anos 80</b>	Escola Preparatória Manuel de Figueiredo	Zona de periferia, a NO do tecido antigo
	Novo Quartel dos Bombeiros	Limite E do tecido antigo
	Urbanização da Quinta da Silvã	
	Alargamentos de vias rodoviárias _ Avenida Manuel de Figueiredo _ Avenida de Sá Carneiro	Zona de periferia, a NO do tecido antigo
	Urbanização <i>Barobra</i>	
	Escola Secundária Artur Gonçalves	Zona de periferia, a O-SO-S do tecido antigo
<b>Anos 90</b>	Urbanização da zona do Nogueiral _ Nova central de camionagem _ Edifício <i>Almonda Parque</i> – função comercial/habitacional	
	Novo centro de saúde	Zona de periferia, a NO-N do tecido antigo
	Nova Repartição de Finanças	
	Construção do IP6 [actual A23]	Zona de periferia, a S do tecido antigo
	Edifício <i>Açude Real</i> – função comercial/habitacional	Limite E do tecido antigo, margem esquerda do Almonda
	Primeiros hipermercados no perímetro urbano	
	Alargamentos de vias rodoviárias _ Avenida de Sá Carneiro	Zona de periferia, a O-SO-S do tecido antigo
	Novo Hospital, conseqüente encerramento do antigo edifício situado junto à igreja do Carmo	
	Novo Edifício da Escola Profissional de Torres Novas	
<b>Séc. XXI</b>	Alargamentos de vias rodoviárias _ Av. Andrade Corvo _ Avenida 8 de Julho	Zona de periferia, a O-SO-S do tecido antigo
	Construção da Via Circular Interior que ligou a Av. João M. Azevedo ao Rossio de São Sebastião	Limite O do tecido antigo, na margem esquerda do Almonda
	Arranjo das margens do Almonda <i>Jardim das Rosas</i>	Limite N do tecido antigo, na margem direita do Almonda
	Palácio dos Desportos	
	Novo Mercado Municipal	Zona de periferia, a O-SO-S do tecido antigo
	Centro comercial <i>Torreshopping</i>	
	Novas Piscinas Municipais	Limite N do tecido antigo, na margem direita do Almonda
	Retail Park	Zona de periferia, a S do tecido antigo
	Nova Biblioteca Municipal	Limite N do tecido antigo, na margem direita do Almonda

Como momento embrionário da expansão urbana de Torres Novas podemos considerar o seu primeiro período de Industrialização, ocorrido entre 1864 e 1911, onde a par da indústria vocacionada para o mercado local vigorou a grande indústria dedicada aos sectores têxtil, metalúrgico e ainda aos curtumes e ao papel. Nesse espaço de tempo a população do concelho aumentaria cerca de 78%, notando-se uma substancial explosão demográfica junto à viragem do século.<sup>99</sup> A vila torrejana concentraria a maioria da actividade industrial, a par da continuidade da actividade agrícola no restante território do concelho, passando de vila rural a vila industrial. Por consequência, surgiriam novas dinâmicas urbanas na vila, constituindo um sinal exemplificativo dessas alterações a perda de protagonismo da *praça-de-jorna*<sup>100</sup> no fervilhar da vila.

<sup>99</sup> A população do concelho aumentou de 23 282 para 41 432 habitantes entre 1864 e 1911. Os censos de 1890 apuraram 30 041 habitantes, estando activos 2081 indivíduos na indústria, no comércio 519 e na agricultura 7535. Cf. ROCHA, Francisco Canais – *Para a História do movimento Operário em Torres Novas. Durante a Monarquia e a I República (1862/1926)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2009. p. 20.

<sup>100</sup> Local onde semanalmente os trabalhadores rurais ofereciam o seu trabalho à *jorna*. No caso torrejano acontecia no Largo do Paço para os trabalhadores do concelho e no Rossio do Carmo para trabalhadores sazonais oriundos

Algumas notícias recolhidas nos jornais locais, entre 1910 a 1924, revelam conteúdos substancialmente ricos para a percepção de alguns momentos exemplificativos do ritmo de criação das novas periferias da vila. As descrições desses semanários acusam o prolongamento do que acontecera na segunda metade do século anterior: as alterações reportam-se sobretudo a demolições e a novas edificações pontuais de edifícios e pequenos aglomerados de casas, na continuidade do processo de destituição da imagem medieval da vila, da qual as demolições dos arcos da cerca no século anterior e as obras na *Praça dos Paços do Concelho* - iniciadas em 30 de Março de 1909 com o objectivo principal de regularizar aquele espaço, sendo demolidos os velhos *Paços do Concelho*, bem como o pano de muralha da cerca ao qual se encostavam - são sinal emblemático da ortodoxia do desejo de uma imagem moderna da vila.<sup>101</sup>

Em 1910 uma notícia no *Jornal Torrejano* de 20 de Outubro alerta para a necessidade da existência de uma *Planta da Villa* «para por ella [...] nas suas novas construções, se possa ir aperfeiçoando estheticamente», para além disso, refere-se a construção do *Bairro de Santo António* [junto ao Convento de Santo António] como um mau exemplo de intervenção, não só pela sua incorrecta implantação no terreno, mas também pela fraca qualidade dos materiais de construção empregues; mencionam-se também intervenções na *Rua da Levada*, na *Estrada de Santiago* e na *Rua dos Sabugueiros*. [ver Fig.7] Onze anos depois, no jornal *O Almonda* reforça-se a urgência na elaboração da *Planta da Villa* «para em harmonia com essa planta se construírem novos edifícios e obrigar a um alinhamento certo os que precisarem de modificação», mencionando-se nesse contexto o *Bairro de Santo António* como «a maior calinada dos últimos vinte anos» [ver Fig.8], aparecendo também referências à falta de higiene generalizada que atinge as ruas e o rio. [ver Fig.9]

Data de 1924 o derradeiro projecto que viria a alterar o espaço envolvente da vila, abrindo caminho para o seu desenvolvimento a Norte [para além do morro do castelo]. Uma notícia relata o desenvolvimento deste projecto que consiste na construção de uma nova avenida marginal ao rio Almonda, rasgada desde o Rossio do Carmo à Ponte do Ral, documento que inclui uma curiosa carta escrita pelo pintor Carlos Reis dando o seu parecer sobre os projectos para as casas a construir naquela avenida, saídos da mão do arquitecto Henrique de Campos.<sup>102</sup>

---

das regiões das Beiras que vinham para as apanhas do figo e da azeitona. Cf. ROCHA, Francisco Canais – *Ob. Cit.*, pp.27-28.

<sup>101</sup> GONÇALVES, Artur – *Torres Novas: Subsídios para a sua História*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1935. p. 41; ROCHA, Francisco Canais – *Ob. Cit.*, p.29.

<sup>102</sup> Publicada no *Jornal O Almonda* [Ano V, N.º258, p.1] de 28 de Junho de 1924. O artigo intitula-se *Estética Torrejana* e contém a opinião do pintor naturalista sobre a construção da nova avenida marginal, incluindo a transcrição de uma carta redigida por Carlos Reis sobre o assunto e endereçada a Pedro Gorjão Maia Salazar. No

A resposta aos anseios da população sobre um plano de urbanização da vila surgiria na década de 50: em 20 de Janeiro de 1950 é entregue na câmara um plano de urbanização desenhado pelo arquitecto António José de Brito e Cunha, com *atelier* em Lisboa<sup>103</sup>, desenhando-se nesse plano os novos pólos urbanos que constituiriam anos mais tarde a cidade expandida de Torres Novas: *Tufeiras, Nogueiral, Babalhau*, a continuação de *Santo António e Arrábida* e *São Domingos*. Seria este um passo determinante para que se extravasassem os limites da vila, cujo processo de consolidação do tecido urbano parecia ter terminado no século XVIII. Este plano viria a servir de referência [funcionando quase como um instrumento de base] para posteriores projectos urbanos realizados em Torres Novas.

Figura 7

Notícia do *Jornal Torrejano* na sua edição de 20 de Outubro de 1910

AHMTN – Fundo de periódicos



número seguinte, de 5 de Julho de 1924, uma nota dá conta da reacção à carta do pintor publicada no número anterior referindo-se que «causou a melhor impressão e foi sem dúvida o melhor incentivo à Câmara Municipal[...]».

<sup>103</sup> Existem várias informações sobre o desenvolvimento deste projecto nos *Livros de Actas da Vereação* existentes no AHMTN a saber-se: Livro 259 – Sessão Ordinária de 15 de Junho de 1948, Sessão Ordinária de 7 de Setembro de 1948, Reunião Ordinária de 11 de Janeiro de 1949, Reunião Ordinária de 2 de Março de 1949: Livro 260 – Reunião Ordinária de 27 de Setembro de 1949, Reunião Ordinária de 8 de Novembro de 1949, Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 1949, Reunião Ordinária de 2 de Fevereiro de 1950, Reunião Ordinária de 7 de Fevereiro de 1950, Reunião Ordinária de 14 de Março de 1950, Reunião Ordinária de 4 de Abril de 1950, Reunião Ordinária de 10 de Abril de 1950, Reunião Ordinária de 23 de Maio de 1950, Reunião Ordinária de 30 de Maio de 1950.



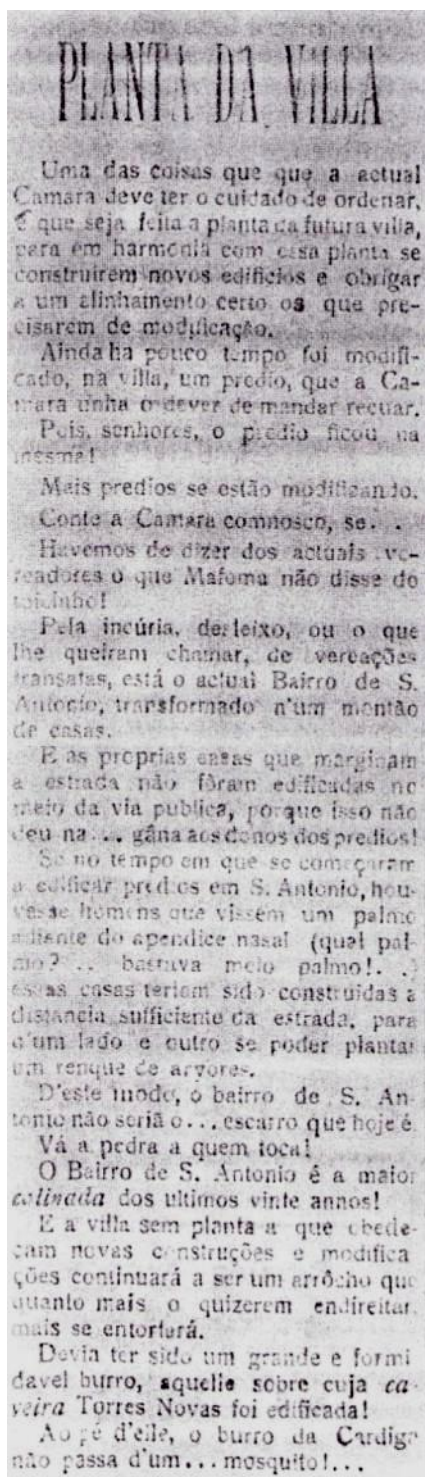


Figura 8  
Notícia do Jornal *O Almonda* na sua edição de 24 de Abril de 1921  
AHMTN – Fundo de periódicos



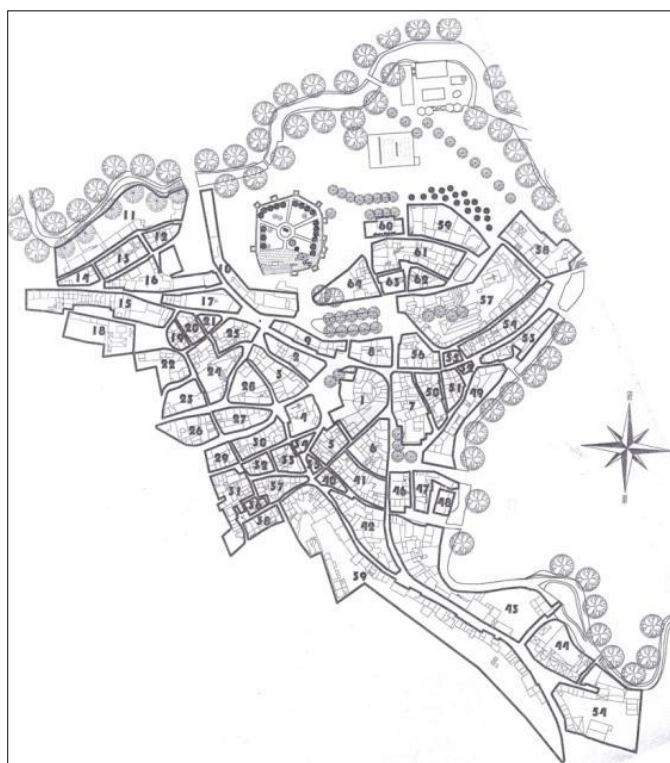
Figura 9  
Notícia do Jornal *O Almonda* na sua edição de 21 de Agosto de 1921  
AHMTN – Fundo de periódicos

Como segunda parte do processo de expansão urbana de Torres Novas, consideramos a proximidade de duas importantes datas como o ponto de viragem de uma nova fase de

desenvolvimento. São elas a elevação de TN a cidade a 8 de Julho de 1985 e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia a 1 de Janeiro de 1986. Na realidade, estes dois factos viriam acelerar o desenvolvimento da expansão urbana de Torres Novas, potencializando o incremento económico necessário para fazer as reformas necessárias na cidade e relançá-la à escala regional e nacional. Várias infra-estruturas em prol dos principais direitos sociais [saúde, educação, habitação...] foram renovadas e até implantadas de raiz na cidade.

Como um dos mais visíveis efeitos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, está a construção na década de 90 do eixo rodoviário do Itinerário Principal 6 [actual A23], que faz a ligação do litoral ao interior do país via A1, e consequentemente a Espanha. Esta importante via rodoviária potenciou em muito o desenvolvimento de Torres Novas, atraindo empresas que aproveitaram a posição estratégica da cidade – pela sua posição central no território nacional e junto a um importante nó rodoviário – como interposto comercial e industrial. Por esta via, presentemente a expansão urbana ocorre na periferia da cidade e junto aos pontos próximos dos nós com a A23 – a Sul e a Oeste – onde se desenvolve uma rede comercial e industrial multipolarizada onde assumem protagonismo vários hipermercados, um centro comercial, um *retail park* e várias indústrias de média dimensão.

Por oposição ao carácter comercial/industrial da última área descrita, surgiu também nas últimas décadas o crescimento urbano pelo aumento do *parque* habitacional na parte Norte da cidade, com o amplo desenvolvimento da urbanização da Silvã em direcção ao lugar de Lapas,



situação que conduziu a que na última revisão do PDM fosse adicionada às quatro freguesias urbanas primitivas de Torres Novas parte do território das freguesias de Lapas e Riachos. [Fig.12]

**Figura 10**  
Planta da área de intervenção do Gabinete Técnico Local, gentilmente cedida pelo Departamento de Administração Urbanística do Município de Torres Novas



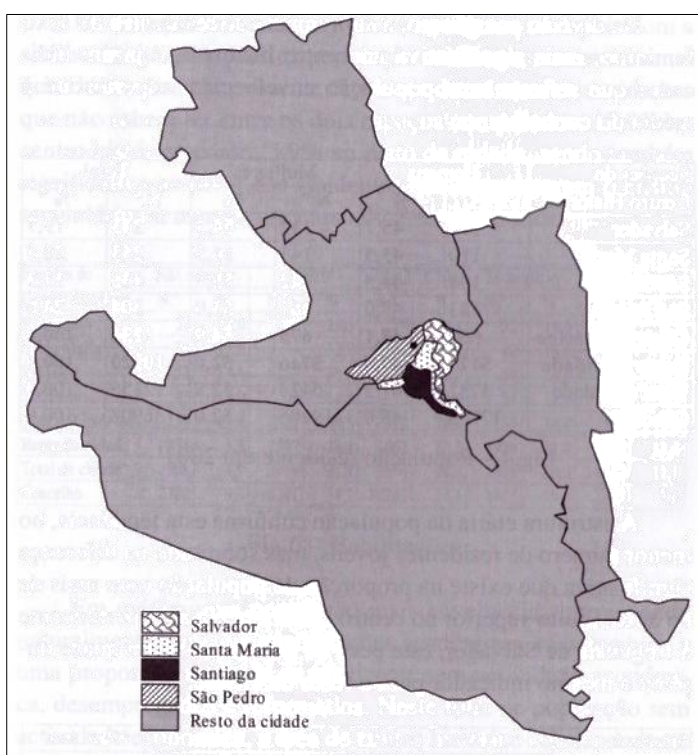
Os últimos censos revelaram uma cidade com 12 156 habitantes, sendo que cerca de 10% vivia no *centro histórico*. Sobre esta parcela central do tecido urbano torrejano detectámos em 2004 duas visões distintas no organismo autárquico, correspondentes ao Departamento de Administração Urbanística [DAU] e à Divisão de Desenvolvimento Económico e Social [DDES], que apresentamos nas Figuras 10 e 11, respectivamente. A situação causou-nos estranheza visto ser esta a instituição com maior e mais sério impacto sobre a gestão do centro histórico, esperando-se de ambos os serviços municipais um papel activo no esforço pelo restauro urbano integrado daquele núcleo. De facto, as áreas indicadas eram consideravelmente diferentes na sua dimensão. Enquanto a planta integrada no *Roteiro* [2003] distribuído pelo Gabinete de Turismo do DDES considerava apenas a zona correspondente à cerca medieval, a planta do Gabinete Técnico Local, que trabalhou sobre alçada do DAU para os centros históricos de Torres Novas e Lapas, abrangia não só esse espaço, como todos os quarteirões correspondentes à ocupação humana consolidada até aos finais do século XVIII.

Quer-nos parecer um infeliz equívoco a perspectiva divulgada pelo DDES, muito redutora por apenas se conter nos limites da antiga cerca medieval, a qual inclusivamente se contradiz ao incluir nesse mesmo *Roteiro* o destaque para alguns monumentos de reconhecido interesse arquitectónico e artístico que constituem, eles próprios, verdadeiras âncoras do primitivo tecido urbano da antiga vila torrejana, função operada desde o século XIII, como veremos seguidamente.



**Figura 11**  
O centro histórico  
no *Roteiro* de Torres Novas  
distribuído pelo Posto de Turismo  
do Município de Torres Novas,  
2003

Consideramos acertada a delimitação definida pelo GTL/DAU, limitando a área do centro histórico a N-E-S pelo curso sinuoso do rio Almonda e a O pelo perímetro da ocupação primitiva da vila cristalizada no Século XVIII, com o Largo de Santo André no seu extremo SO, seguindo-se os bairros de Valverde, Santiago, Anjos, Quinchoso, São Pedro, terminado na margem direita do Almonda, junto a Rio Frio. Revela o entendimento da evolução morfológica da vila torrejana, acusa o respeito pela herança patrimonial que reside naquela parcela do tecido urbano da cidade e entende o percurso evolutivo de Torres Novas, núcleo urbano construído e condicionado por uma diversidade de momentos históricos que lhe conferiram uma imagem única, determinando-lhe a sua identidade.



**Figura 12**

O centro histórico na área do perímetro urbano da cidade de Torres Novas

Fonte: SIMÕES, Jorge Salgado – Donut Urbano ou a dialética da cidade com o seu centro histórico. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. N.º18 (2006). Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. p. 145.

### **. Qual o seu percurso de vida? – Biografia da cidade contada pelo tecido urbano**

Como acabámos de verificar a partir da imagem da cidade é possível traçar linhas evolutivas, dado que elas mesmas reflectem o percurso que o tempo imprime na sua forma urbana. É esse o princípio que põe a cidade a falar de si, que a faz contar as vicissitudes do seu desenvolvimento, revelando-nos o seu percurso de vida.

Numa leitura formal, recursos como a fotografia e o material cartográfico são imprescindíveis e de grande utilidade para o estudo da cidade, não fossem eles instrumentos por excelência da análise da Morfologia Urbana. Para o estudo de caso que presentemente aqui apresentamos revelaram-se também fundamentais para a leitura do objecto de estudo em

questão um conjunto diversificado de fontes para história local que nos permitiram construir sobre bases científicas a perspectiva sobre a evolução urbana de Torres Novas que revelaremos de imediato.<sup>104</sup>

Várias teorias emergem sobre as primitivas origens da ocupação humana de Torres Novas, muitas delas tendo como referências os escritos que fazem a apologia do *antigo*, reflectindo o natural desejo em fazer recuar as origens às mais remotas ancestralidades, referindo as passagens de Gregos [*Neuperagama*], Cartagineses [*Kaispergama*] e Romanos [*Nova Augusta*] por estas paragens. Factos que até à data nunca vieram a ter confirmação material na área onde se ergue hoje a cidade de Torres Novas. Desconhecem-se portanto, os fundamentos das referências à *antiguidade* de Torres Novas presentes no texto da entrada de Torres Novas na *Corografia Portuguesa* [1712]<sup>105</sup> de António Carvalho da Costa, e perpetuadas em obras como a *História de Santarém Edificada* [1740]<sup>106</sup> de Inácio Piedade Vasconcelos, as *Memórias da vila de Torres Novas* [1740] de Francisco Xavier de Arez Vasconcelos, as *Memórias para a história da vila de Torres Novas* [1745-1746]<sup>107</sup> de Luiz Montez Mattoso, as memórias do *Dicionário Geográfico de Portugal* [1758] ou até em *Portugal Antigo e Moderno*<sup>108</sup> [1886].<sup>109</sup>

Campanhas de trabalhos arqueológicos realizadas ao longo dos anos por todo o concelho têm revelado níveis de ocupação desde a Pré-História à Romanização<sup>110</sup>, no entanto, na área

---

<sup>104</sup> Citando algumas delas: *Foral de 1190*; Tombos das confrarias medievais de Torres Novas [1502-1515] fontes publicadas pelo município [COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO VIII CENTENÁRIO DO FORAL DE TORRES NOVAS – *Foral de Torres Novas*, 1190. Torres Novas: CMTN, 1990; LOPES, Leonor Damas; TRINDADE, Margarida Teodora – *Confrarias Medievais da Região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*. Torres Novas: CMTN, 2001]; as Visitas Paroquiais para os séculos XVII e XVIII] também publicadas [PEREIRA, Isaias da Rosa – *Visitas Paroquiais na Região de Torres Novas* (Séculos XVII-XVIII). Torres Novas: Serviços Culturais da CMTN, 1992]; as Memórias Paroquiais de 1758 publicadas para a quase totalidade das freguesias do concelho [LOPES, João Carlos – *Torres Novas e o seu termo no meio do século XVIII*. Torres Novas: Ámago da Questão, 1998] com excepção de Santiago, Salvador e São Pedro, pelo que procedemos à sua consulta em <http://ttonline.dgarq.gov.pt>; Livros de Actas da Vereação [para finais do Século XIX e inícios do Século XX]; jornais locais [para inícios do Século XX] - *Jornal Torrejano* e jornal *O Almonda*; fundo fotográfico do AHMTN.

<sup>105</sup> COSTA, P. António Carvalho – *Corografia portuguesa e descriçam topográfica do famoso reyno de Portugal*. 2.<sup>a</sup> Edição. Braga: Typografia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869.

<sup>106</sup> VASCONCELOS, Padre Inácio da Piedade e – *História de Santarém Edificada*. Volume II. Lisboa: 1740.

<sup>107</sup> Publicadas pelo município: TEIXEIRA, Maria Elvira Marques [apresentação e notas] – *Memórias para a história da vila de Torres Novas [1745-1746]*. Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009.

<sup>108</sup> PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso e irmão, 1886. Volume 9. pp. 619-630.

<sup>109</sup> Vd. LOPES, João Carlos – *Ob. Cit.*, pp.117-135.

<sup>110</sup> Há que destacar as estações arqueológicas da *Gruta do Almonda* e da *Villa Cardílio* [respectivamente] que assumiram destaque no panorama nacional. Vd. *Nova Augusta - Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, N.º 11-Especial Arqueologia (1999).



correspondente ao tecido antigo da cidade os testemunhos de ocupação mais recuados não vão além da Alta Idade-Média, sendo ainda assim pouco expressivos<sup>111</sup>.

Datam do século VIII os primórdios da ocupação muçulmana em Portugal; ocorrendo, a partir daí, uma sobreposição do sistema administrativo muçulmano sobre a organização romana vigente até então, delimitada territorialmente por um vínculo eclesiástico. Neste contexto, a região médio-tagana ficou polarizada em torno da *kura*<sup>112</sup> de *Shantarin*, não existindo para os tempos anteriores às invasões almóadas de 1184-1190 qualquer referência explícita ao povoamento do local onde mais tarde se viria a erguer a vila torrejana.<sup>113</sup> Só com o relato de Ibn Khaldoun, cronista das invasões almóadas do período atrás mencionado, surge *Hisn Torrech*<sup>114</sup> como topónimo associado directamente a Torres Novas. Apesar do que se constata para a cultura material, na toponímia do território torrejano é evidente a influência árabe [p.e. *Almonda*, *Alvorão*, *Alcorriol*, *Alqueidão*, *Alcoroche*], assim como as reminiscências da sua cultura presentes em alguns aspectos etnográficos [principalmente associados à tecnologia hidráulica ao serviço do trabalho agrícola, sendo abundante na região a existência de noras – estando a *tarambola* como uma versão a uma maior escala –, azenhas, picotas].

A estabilidade da ocupação árabe, mantida nos mais de quatro séculos que se apresentam nebulosos sobre o povoamento de Torres Novas, viria a terminar com a reorganização cristã, instalando-se nesta área um clima de insegurança generalizado. A situação é agravada com a instabilidade política no seio da facção muçulmana, despoletada com o desmembramento do califado, e em 1064, o exército cristão de Fernando I atingiria a linha do Mondego. A intolerância religiosa acentua-se e instala o caos nas comunidades dispersas pela península, em especial naquelas situadas na fronteira que dividia cristãos e muçulmanos. Iniciava-se assim um período duro para as populações, predominado pelos avanços e recuos quer dos regimentos cristãos, quer muçulmanos.

No território que viria ser o Reino de Portugal, *Shantarin* e *Al-Ushbuna* apresentavam-se como os mais forte bastiões da linha do Tejo – seriam, pois, estes os principais alvos da

---

<sup>111</sup> Um fragmento de um elemento arquitectónico com decoração visigótica de carácter vegetalista terá sido recolhido no castelo e integra hoje a colecção do Museu Municipal Carlos Reis [N.º Inv. 3489]. Vd. MUSEU MUNICIPAL CARLOS REIS – *Turres. Núcleo permanente de história do concelho*. s.l.: s.n., s.d. De acordo com a publicação de resultados da escavação arqueológica realizada em 2000 nos números 1 e 3 da Rua Tenente Valadim [antiga Rua do Gaiteiro], os materiais recolhidos mais antigos são cerâmicas «que parecem ser de filiação ou tradição islâmica.» Cf. LOURENÇO, Sandra – A Ocupação Medieval na Rua Tenente Valadim, n.os 1 e 3 [Torres Novas]. In *Revista Nova Augusta*. N.º 14. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2002, p.134-135.

<sup>112</sup> O equivalente a distrito. De *kuwar*.

<sup>113</sup> O mesmo se passa com Tomar, para a qual escasseiam vestígios materiais de uma hipotética ocupação árabe.

<sup>114</sup> Cf. CARREIRA, Carlos – Um passado islâmico em Torres Novas (contributos para o seu estudo). *Nova Augusta – Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º18 (2006). p.90.

estratégia de D. Afonso Henriques, que aproveitando o enfraquecimento almorávida, deixou o Condado Portucalense para estender o seu território a Sul. Depois de Coimbra, iniciou as investidas em direcção ao Tejo, precavendo-se com concessões de cartas de foral às povoações mais importantes do ponto de vista estratégico, e, com uma postura ofensiva astuta que consistia em debilitar, a partir de uma zona fora do domínio efectivo dos grandes baluartes defensivos muçulmanos, os circuitos de abastecimento dos pontos fortificados integrantes do sistema defensivo da cidade-alvo. Desta maneira conseguiria, a partir da construção do castelo de Leiria, alcançar as povoações muçulmanas para além da Serra d’Aire, atingindo Santarém em 1147.

Voltando à origem do povoamento do sítio onde se viria a erguer a vila torrejana [Fig.13], consideramos a proposta de Manuel Alves Conde como a mais plausível por considerar a dinâmica territorial em curso na época, comprovada documentalmente pelos dados referentes à construção do Castelo de Tomar, ca.1160, e no Testamento de Afonso Henriques, de Fevereiro de 1179, o qual refere a doação de mil morabitinos aos pobres de *Sanctaren, Aulantes, Tomar, Turres Novas, Ouren, Leirena e Palumbar*.<sup>115</sup> O autor coloca hipoteticamente o estabelecimento da vila torrejana dentro desse intervalo temporal<sup>116</sup>, perspectiva que vai ao encontro da anterior proposta de Maria Helena da Cruz Coelho que considera a reconquista de Santarém em 1147 e as consequentes dinâmicas territoriais, olhando Torres Novas como unidade político-militar surgida por relação com a atalaia da Torre de Toxe.<sup>117</sup> [Fig.2]

---

<sup>115</sup> Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob. Cit.*, p.7.

<sup>116</sup> Cf. CONDE, Manuel S. Alves – *Ob.Cit.*. Vol.1, p.76.

<sup>117</sup> Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob.Cit.* p.7.

### Quadro 3

#### Principais marcos cronológicos

relativos à situação de Torres Novas durante o período da Reconquista <sup>118</sup>

1147	Reconquista de Santarém por Afonso Henriques
1160	Arranque da construção do castelo de Tomar
1179	<i>Turres Novas</i> é citada no <i>Testamento de D. Afonso Henriques</i> Após esta data, as incursões almóadas aumentam de intensidade:
1184	[Povoações da linha fronteira do Tejo sob a forte ameaça almóada]
1186	D. Sancho I derrota as forças árabes em Santarém A fortaleza torrejana é retomada
1190	Torres Novas volta a sofrer ataques almóadas Tomada do <i>Hisn Torresh</i> pelos árabes, segundo <i>Ibn Khaldoun</i> <i>Abu Yaqub al-Mansur</i> toma Torres Novas, por rendição do seu alcaide D. Sancho I derrota novamente as forças árabes: - é reconstruído o castelo - é-lhe atribuída a Carta de Foral

Esta situação de «território de fronteira» perduraria por mais um século. A principal preocupação dos cristãos seria a do reforço e consolidação do povoamento dos baluartes defensivos recém-adquiridos. Um vasto movimento migratório seria iniciado, de modo a consumir o domínio efectivo daquelas terras, dinamizando-as economicamente, estimulando a sua rentabilização. O potencial económico e estratégico [do ponto de vista militar] da região do Médio Tejo estaria comprometido se permanecesse demograficamente deprimida. A migração das populações cristãs, sobretudo vindas do norte, consolidaria a ocupação deste território nos séculos seguintes, mantendo o estatuto de área fundamental na rede defensiva do país.

Quanto ao protagonismo específico de Torres Novas, os conteúdos da Carta de Foral de Sancho I de 1190<sup>119</sup> adivinham já alguns sinais denunciadores da estabilização da emergência do fenómeno urbano, podendo ser visto como símbolo do culminar do processo de ocupação daquele território. Neste importante documento a prescrição de regras para manutenção da ordem pública na vila e no concelho acusa perturbações sociais no seio da comunidade. Em inúmeros aspectos enumerados sobre questões judiciais transparece a defesa pelos valores da família, da casa ou propriedade e do concelho, estando ao mesmo tempo patente o peso do elemento patriarcal na célula familiar. A afirmação do poder do concelho, por meio da sua acção

<sup>118</sup> Cf. MARQUES, A.H. Oliveira, SERRÃO, Joel [Direcção de] – «Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV». In *Nova História de Portugal*. Volume III. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

<sup>119</sup> Documento publicado pelo município: COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO OITAVO CENTENÁRIO DO FORAL DE TORRES NOVAS – *Ob. Cit...*

ao nível da justiça local, está bem evidente nas advertências sobre punições públicas humilhantes a aplicar como castigo para alguns dos crimes praticados. Percebe-se o peso da agricultura pelas tributações aplicadas sobre a terra e meios de produção, e também a afirmação do comércio pela referência à fiscalização das medidas. A organização social seria constituída pela cavalaria-vilã, directamente associada à vocação bélica do núcleo torrejano, colocada no topo da hierarquia por contraposição aos escravos mouros privados, na sua condição de prisioneiros, da plena liberdade jurídica. A restante comunidade era formada por peões que empreendiam as obras e os encargos comuns, papel que constituía a base da vida da comunidade.<sup>120</sup>

O vinco medieval de Torres Novas reconhece-se pela sua estrutura defensiva: o castelo, situado num ponto destacado – como não poderia deixar de ser –, com as suas muralhas e torres, e o que resta das muralhas da antiga cerca. As muralhas protegiam a vila das incursões inimigas, definiam o espaço urbano, delimitando-o do espaço rural e sacralizando-o de algum modo. A partir desse perímetro defensivo, e das respectivas portas definia-se a dialéctica do dentro e do fora, essencial à dinâmica urbana.

Coloca-se a hipótese da alcáçova torrejana ter sido reerguida no século XII, no contexto da Reconquista por consequência da hipotética ruína causada pela incursão almóada de 1184, perspectiva que automaticamente considera a origem da ocupação da vila em data ainda mais recuada. Apesar de todas as vicissitudes, o acastelamento parece manter a configuração do dispositivo militar correspondente ao restauro sanchino nas obras realizadas na Baixa Idade Média e até noutras empreendidas posteriormente.

Construída sobre penha viva, a fortificação foi murada de grossa cantaria, com as suas seteiras, vigias, adarve e alambor, abrindo-se para Sul, pelo arco das casas da Alcaldaria-Mor, em cotovelo franqueado por torres de protecção. Tinha dois postigos, um a Este, de acesso à cerca da vila, e outro a Norte, que a tradição identifica como a *porta da traição*, caindo quase a prumo sobre o fosso natural do rio Almonda. A Este cresceu a Almedina defendida pelos muros da cerca que tinha três portas – o *Arco de Santa Maria*, a Oeste, junto da Igreja de Santa Maria, o *Arco da Praça*, a Sul, junto da *Praça Nova*, e o *Arco do Salvador* ou *Arco da Luz* [acolhia uma imagem de Nossa Senhora Luz], a Este, junto da Igreja do Salvador – as quais seriam os pólos a partir dos quais se dinamizava a actividade da vila. Um postigo<sup>121</sup> era aberto a N permitindo o acesso rápido ao rio, desembocando esse caminho no *Porto dos Surdos* – era esse o *Arco do*

<sup>120</sup> Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz –. *Ob. Cit.* pp.8-11. Documento publicado pelo município: COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO OITAVO CENTENÁRIO DO FORAL DE TORRES NOVAS – *Ob. Cit.*.

<sup>121</sup> GONÇALVES, Artur – *Ob. Cit.*.

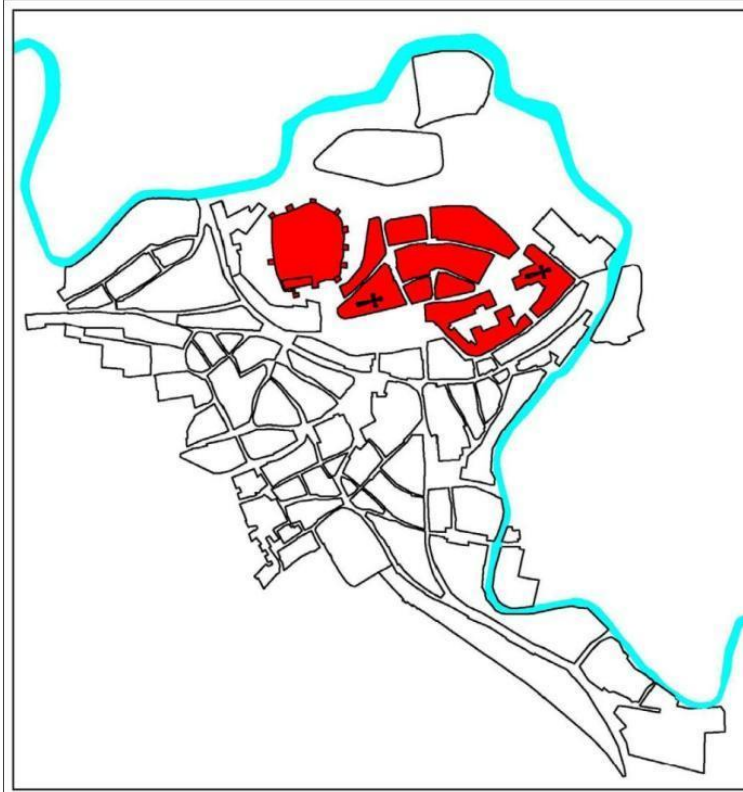
*Vento*, no qual, como seria previsto [simplesmente pela análise de algumas fotografias do antigas existentes no Arquivo Histórico Municipal], tropeçaram na sua estrutura de embasamento as obras de arranjo da envolvente do castelo realizadas recentemente. [Fig.14]

Relativamente à estrutura viária, o principal eixo de organização do tecido urbano do núcleo primitivo da vila era a *Rua Direita da Cerca* [actual Rua General António César de Vasconcelos Correia] – via central que unia as igrejas intramuros de Salvador e de Santa Maria, correspondente sensivelmente à linha de cumeeira do morro do acastelamento e que pelas portas de *Santa Maria* e da *Luz*, comunicavam com o restante território do termo, respectivamente, em direcção ao lugar de Lapas e outros existentes no sopé da serra, e na direcção a Tomar. A partir do *Arco da Luz* [virado a Nascente] ou do *Salvador*, partia a *Ladeira do Salvador* [também outros topónimos associados: *Calçada do Salvador*, *Calçada dos Mogos*, *Rua Direita do Salvador*], arruamento íngreme cuja cota mais baixa terminava junto ao *Arco da Praça*, a partir do qual se iniciava a estrada para Santarém. No sentido perpendicular a essa ladeira, com a qual faz ainda hoje esquina, estava a *Rua de Santa Maria* [nas traseiras da Igreja com o mesmo nome], a qual estabelecia a ligação entre a *Rua Direita da Cerca*, a uma cota mais alta, e o *Arco da Praça*, a uma cota mais baixa. De carácter secundário estavam a *Travessa da Cerca* [também com outros topónimos associados: *Travessa das Moucas* ou *Travessa das Parteiros*], ligando esta o *Largo do Salvador* à *Rua de Santa Maria*, numa linha paralela à da *Rua Direita da Cerca*, a qual é quebrada a meio pela *Travessa do Salvador* que a liga à *Ladeira do Salvador*. [Fig.14]

Apesar da existência do topónimo *Rua Direita*, o conjunto das vias intramuros apresentase plenamente ajustado aos acidentes topográficos do terreno, sendo portanto um traçado orgânico, e por isso mesmo, de pouca regularidade advinda do seu desenvolvimento espontâneo. Destacamos a carência de espaços abertos [constituindo o *Largo do Salvador* o exemplo único] e ainda a diferenciação entre a alcáçova que se afirma no topo do morro sobre penha viva e almedina, num plano inferior, alongando-se pela encosta, voltando-se a Sul, na direcção da zona chã circundada por colinas que num segundo momento do desenvolvimento urbano da vila torrejana viria a ser preenchida por casario.

Vemos portanto os edifícios civis e religiosos a assumirem um papel decisivo na dinâmica urbana da vila, constituindo eles mesmos os pontos definidores de percursos. O edifício civil com mais prestígio neste período é sem dúvida a alcáçova. Quanto aos edifícios de culto, a primeira construção religiosa parece ter sido a Igreja do Salvador, sendo a segunda paroquial a Igreja de Santa Maria, situada junto à Alcáçova. Relativamente às infra-estruturas que serviam esta

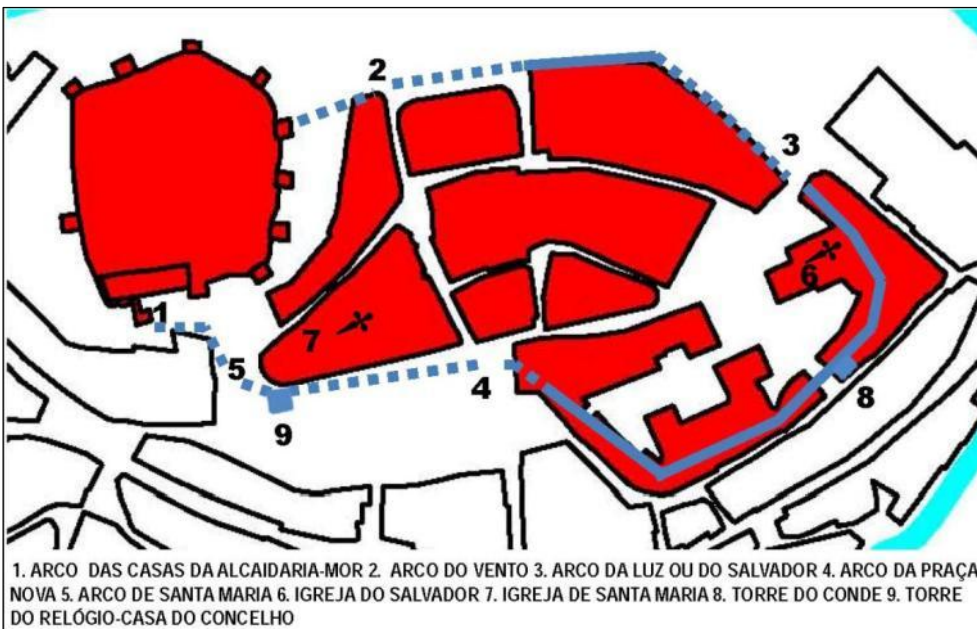
primitiva área urbana, temos a fonte a desempenhar um protagonismo urbano não desprezível [veja-se a *Fonte do Salvador*, que parece ter existido no largo com o mesmo nome] e as pontes extramuros da *Pedrinha* e do *Raal* que permitiam a travessia do rio



**Fig. 13**

A vila de Torres Novas no Século XII

O despontar do fenómeno urbano  
Indicação do nível 0 de ocupação do burgo sobre o tecido urbano actualmente correspondente ao centro histórico torrejano



1. ARCO DAS CASAS DA ALCAIDARIA-MOR 2. ARCO DO VENTO 3. ARCO DA LUZ OU DO SALVADOR 4. ARCO DA PRAÇA NOVA 5. ARCO DE SANTA MARIA 6. IGREJA DO SALVADOR 7. IGREJA DE SANTA MARIA 8. TORRE DO CONDE 9. TORRE DO RELÓGIO-CASA DO CONCELHO

**Fig. 14**

A vila de Torres Novas no Século XII

Com a indicação do percurso da muralha da cerca, estando a cheio a linha corresponde às partes remanescentes

Em finais do século XIII a situação do burgo torrejano apresentaria sinais de uma vocação diferente da verificada no século anterior, afastando-se cada vez mais da índole militar/defensiva para se afirmar como vila comercial. Esta alteração foi factor pontencializador do desenvolvimento urbano da vila, agora mais dinâmica pela sua especialização numa economia de mercado.

Outra fonte existente para a história local torrejana na Idade Média, datada desta época, consiste no arrolamento em 125 itens dos *usos e costumes da vila*, parte dos quais se relacionam directamente com a actividade comercial.<sup>122</sup> É referida a existência de dois almotacés, nomeados mensalmente pelos juízes e concelho, para o controle da actividade comercial, cabendo-lhes inspeccionar pesos e medidas, fixar o preço dos géneros e gerir o espaço urbano no que toca ao uso das suas vias, águas e edifícios - na fonte em causa vem referida a penalização aos que despejassem terra e lixo na via pública. Sobre os bens comercializados é indicado o imposto de portagem sobre aqueles que o fizessem na vila, principalmente os homens de fora, surgindo referências a uma variedade de produtos alimentares ou simplesmente utilitários digno de nota: à época comparavam-se na vila diversas espécies de peixe – quer de rio quer de mar, entre os quais destacamos o cherne, o goraz, o besugo, o cação, o congro, o sável, a enguia, o barbo, mariscos como o berbigão, ostras e caranguejos –, carnes de várias origens – bovina, caprina, suína e até cérvida –, legumes e frutos – castanhas, nozes –, queijo, mel, azeite, unto, vinho, sal, e também têxteis – almocelas, chumaços, panos de lã ou linho –, couros, ferramentas ou armas.<sup>123</sup>

Somando estes dados às informações disponibilizadas pela leitura de um *rol de besteiros do conto* com a mesma cronologia e de dados relativos ao número de tabeliães publicadas por A.H. de Oliveira Marques<sup>124</sup>, e conjugando-os com o facto de, em 1273, D. Afonso III ter criado a feira de Torres Novas, podemos concluir que nesta altura a vila médio-tagana assumia uma dinâmica económica pujante, facto que teria repercussões no desenvolvimento do seu tecido urbano como analisaremos de seguida. Temos pois a actividade comercial como estímulo ao fenómeno urbano.

Passado o período de instabilidade fronteiriça do país, a ocupação da vila torrejana consolidara-se em função de uma economia diversificada com o alargamento de actividades

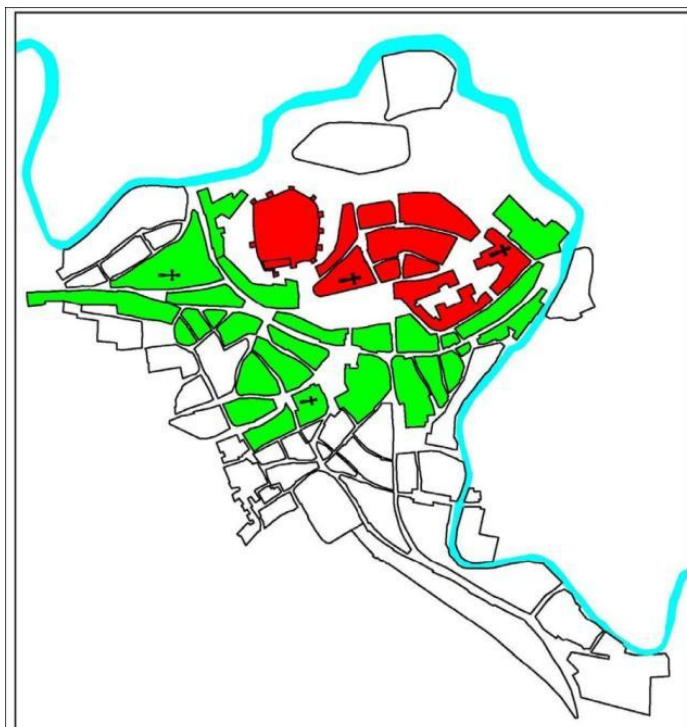
---

<sup>122</sup> Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob.Cit.*, p.11.

<sup>123</sup> *Idem*, p.13

<sup>124</sup> «A População Portuguesa nos Fins do Século XIII» In *Ensaios de História Medieval Portuguesa*. 2.ª Edição. Lisboa: 1980, obra citada por CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Ob.Cit.*. Volume 1. pp.112-118.

produtivas que se viriam a revelar determinantes no pulsar desse aglomerado. Por consequência desta nova dinâmica, o seu núcleo urbano cresceu, extravasando os limites da cerca. Deixando o núcleo primitivo, firmando-se um novo nível de ocupação que nascia no arrabalde, sendo que para este impulso seria decisiva a implantação de duas novas igrejas extramuros: a Igreja de Santiago e a Igreja de São Pedro, respectivamente a SO e O da cerca, para as quais há notícias já em 1259<sup>125</sup>. [Fig.15]



**Fig. 15**

A vila de Torres Novas no Séculos XIII XIV  
Os inícios da ocupação do arrabalde assinalados sobre a malha urbana actual respeitante à área do centro histórico

Nos Séculos XIII e XIV paulatinamente, mesteiros e comerciantes suplantam os limites da cerca ocupando o arrabalde que se expande predominantemente a SO e S do morro da fortificação, em terrenos planos abrigados pelas suaves elevações das colinas do *Babalhau* e *Arrábida* e delimitados pela linha sinuosa do rio Almonda. Ao extravasar a cerca, a malha urbana - partindo do casario que se estabelece pegado ao pano da muralha a S - desenvolve-se a partir da linha do sopé da colina acastelada – sobre a qual se implantava a via de acesso principal às estradas para o lugar de Lapas [e lugares junto à serra] e para Tomar, respectivamente a O pela *ponte do Raal* e *ponte pedrinha* a E. A partir dessa linha espraia-se em função das vias principais da estrada de Santarém, da estrada para os lugares de Zibreira e Alcanena e da estrada para o lugar da Ribeira. A ligação ao rio é definitivamente assumida, principalmente no

<sup>125</sup> Maria Helena da Cruz Coelho e João Carlos Lopes fazem referência uma relação das igrejas do Bispado, datada de 1259, que indica já a existência de quatro igrejas na vila. Vd. COELHO, Maria Helena da Cruz – *Ob.Cit.*,p10 e LOPES, João Carlos – *Ob.Cit.*, p.28.



lado SE, sendo o tecido urbano dessa zona delineado em função dos caminhos que ligavam a cerca à margem do Almonda. Como já foi afirmado, também as novas igrejas de São Pedro, a E, e de Santiago, a SO, terão potenciado o desenvolvimento urbano extramuros, funcionando como pontos estruturantes dos percursos articulados a partir da porta de *Santa Maria* e da *Praça Nova*. [Fig.15]

O espaço aberto da *praça nova* assume-se como nova centralidade na dinâmica urbana da vila, dominando-a a *Torre do Relógio* embebida na muralha da cerca e colocada junto do edifício das *casas do Concelho*, local onde estava também o pelourinho [hoje desaparecido]. A este somam-se as Igrejas de São Pedro e de Santiago e seus respectivos adros, entre os quais se delinearam vários arruamentos denunciadores de uma organização espontânea surgida da formação de percursos entre os dois templos e adaptados às condicionantes naturais advindas da proximidade à elevação do planalto da Arrábida. [Fig.15]

Vêem-se ainda reerguidos os primitivos muros da fortificação. Sofrendo com o duro assédio movido pelas forças de Henrique III de Castela, logo que findas as guerras fernandinas, e tal como sucedeu com outras fortificações do país, D. Fernando manda refazer as muralhas da vila torrejana, concedendo privilégios para os moradores que habitassem a área da cerca [sinal de regeneração urbana intramuros]. Associadas a este feito, duas pedras encontradas numa parede do edifício da antiga alcaidaria subsistem, encontrando-se hoje à guarda no Museu Municipal Carlos Reis: numa estão lavradas as armas da vila e do reino, e na outra, proveniente do Arco do Salvador<sup>126</sup>, uma epígrafe reporta as obras de restauro da muralha da responsabilidade do mestre pedreiro Estevão Domingues<sup>127</sup>.

A vila continuaria a crescer, chegando aos inícios do século XVI já com o seu tecido urbano a ocupar uma área significativa. [Fig.16] Para a reconstituição tecido urbano da vila, no período de transição entre os finais da Idade Média e a Época Moderna, revelou-se fundamental a leitura de textos descritivos dos bens das confrarias de Torres Novas para a mesma cronologia<sup>128</sup>. De facto, nesta fonte detectam-se algumas informações de extrema pertinência para o estudo e análise da morfologia urbana torrejana, dado que revelam diversos elementos que permitem identificar através dos topónimos indicados, confrontações de propriedade e até

<sup>126</sup> De acordo com as *Memórias Paroquiais* para a freguesia de Santa Maria. Vd. LOPES, João Carlos – *Ob. Cit.*, p.270-271.

<sup>127</sup> «O MUI: NOBE:/ REI: DÕ: FERNÃO/ O:MADOU: FAZER:EST/ OBRA:AL PEZ:DE:SA/ NTAREM:IVIZ:POR:/ ELI: E FOI:ACABAD/A:ERA:DE:MIL:E:/IIIª:E:CATORZE:A/NNOS:E:DESTA:OB/RA:FOI:Me:ST:DOIS:P/EDREIRO:Q:EST: E/ Z:E: LAUVROU:». Cf. GONÇALVES, Artur – *Ob. Cit.*, pp.38-39.

<sup>128</sup> Publicados na seguinte obra: LOPES, Leonor Damas e TRINDADE, Margarida Teodora – *Ob. Cit.*.

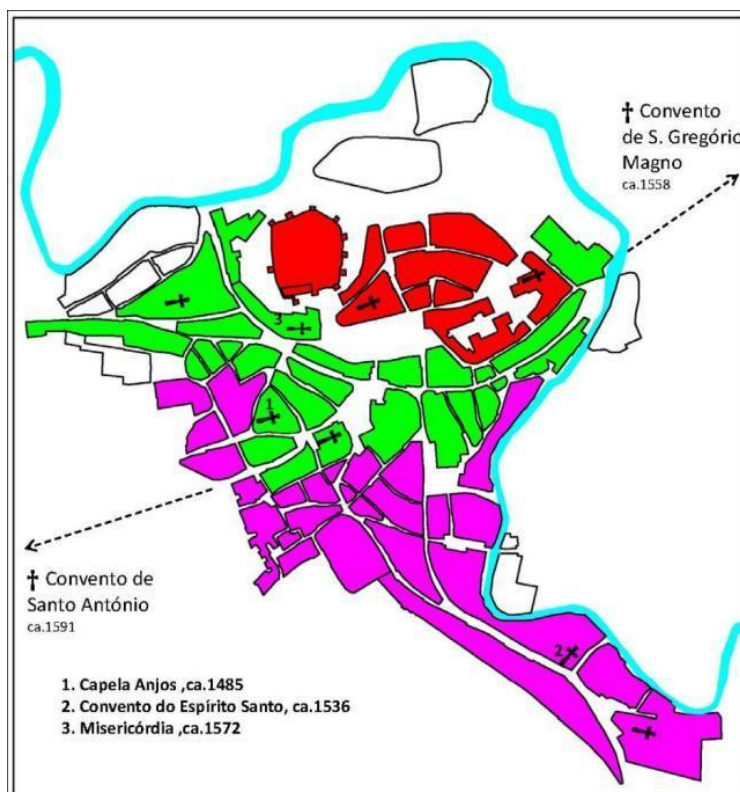
actividades laborais a dinâmica urbana à época. Nos **Quadros 4-13** sistematizamos os dados recolhidos partindo da toponímia mencionada.

É então possível perceber para o período entre 1502-1515 sinais de consolidação do urbanismo de ocupação do arrabalde da vila torrejana iniciado no século XIII. As vias principais de comunicação, os pontos de comércio, as primeiras indicações da existência de uma área periurbana nas zonas ribeirinhas de Santo André e Santo Espírito - para foram relegados os ofícios insalubres [caso dos *pelames* e das olarias, Vd. **Quadros 4 e 12**] -, a constatação da aplicação do modelo prático sócio-profissional [tão comum no fenómeno urbano português de raiz medieval] e até de segregação religiosa [com a Judiaria situada entre Santiago e Valverde, passada a chamar-se *vila nova* cerca de 1502 Vd. **Quadros 6, 8 e 12**] são alguns aspectos passíveis de serem apurados da leitura da fonte citada.

Para além de algumas indicações relativas ao núcleo primitivo da cerca, é essencialmente desenhado o quadro organizativo das propriedades existentes nos principais arruamentos do novo território da vila torrejana correspondente ao arrabalde. Se cruzarmos estes dados com a planta actual de Torres Novas, verificamos a permanência de alguma toponímia que nos ajuda a reconhecer os espaços descritos. Constata-se a sobrevivência dos traçados quando nos confrontamos com a planta actual dessa parcela de território, facto que só por si já justifica o valor patrimonial do conjunto.

O núcleo urbano torrejano de Quinhentos continuou pois a dinâmica urbana traçada desde finais do Século XIII, mantendo a sua organização estruturada no arco da linha do sopé do morro da cerca [entre as pontes do *Raal* e *pedrinha*], com expansão a partir dos eixos viários principais da *rua direita que vay da porta de sanctarem pera a praça* [eixo Norte/Sul, desde o arco da *praça nova a estrada que vem da villa pera Samtarem*, Vd. **Quadros 8 e 13**], da *rua publica* junto com a *Igreja de Santiago e Sancta Maria dos Amjos* [eixo intermédio SO, encaminhando-se para a *estrada que vay pera a zevreira*, Zibreira, Vd. **Quadro 13**] e da *rua publica* alinhada com o terreiro de São Pedro [eixo O, que ligava o centro da vila à estrada para a Ribeira], observando-se, ao mesmo tempo, várias situações de distribuição radial dos arruamentos, nomeadamente na *Portela*, adro de Santiago e Judiaria [*Rua Nova* **Quadros 8 e 12**] - *Rua Nova de Dentro* **Quadro 12**] - *Rua da Regueira de Água* **Quadros 8 e 12**] - *Rua dos Sabugueiros* **Quadros 5 e 8**] - *Rua da fonte de vallverde* **Quadro 12**] - *Rua dos Ferreiros* - *Rua de Santiago*], as quais atestam a consolidação da ocupação humana nesses locais.

**Fig. 16**  
A vila de Torres Novas  
no Séculos XV XVI  
Consolidação da ocupação do  
arrabalde



Os edifícios religiosos das quatro matrizes mantêm-se como infra-estruturas de prestígio, surgindo inclusivamente novos locais de culto como a *Ermida de Santa Maria dos Anjos* [fundada ca. 1485, Vd. **Quadro 6**], a *Ermida do Espírito Santo* [junto à gafaria da vila e onde se viria a instalar o convento de religiosas terceiras com o mesmo nome, ca. 1536, Vd. **Quadro 4**] ou a *Ermida de Santo André* [Vd. **Quadro 4**] junto à porta de Santarém. Outros edifícios de prestígio como as *casas do Concelho* são citados na mesma documentação, como veremos de seguida.

Sobre a cerca referem-se vários quintais, casas sobradas, outras térreas e alguns pardiéis [Quadros 9 e 11], indicando-se as casas do *porteiro do allmoxarifado* Vicente Gonçalves, do *andador* [associado ao caminho de ronda?] e também do albardeiro João Lopes [Quadro 9]. Há ainda menções sobre a *torre do comde* [Quadro 9], abaixo da qual se encostava já uma construção velha.

Para a *Praça Nova* é mencionado um *quintall* e *chão que soyam seer casas*, localizadas no seu *cabo*, *antre o muro* e a *barbacaa da parte de fora contra a dicta praça nova*, e também as *casas da câmara do comcelho*. [Quadro 12]

Encaixada a vila num meandro do Almonda, encontramos inúmeras referências às pontes como pontos de ligação aos restantes lugares do termo torrejano e restante espaço territorial, e

como vias de acesso aos terrenos férteis nas imediações da vila e/ou a infra-estruturas de transformação como lagares ou moinhos. A *ponte pedrinha* e a *ponte da levada*, situadas no limite E da vila, são mencionadas no *tombo dos bens do concelho* de 1503 [ver **Quadro 12**], situando-se junto a estas, a *ponte do Duque*, que servia os moinhos do Duque de Coimbra. Já a *ponte do Ral*, a partir da qual seguia a estrada para o lugar de Lapas e outros junto à serra, revela-se como um interposto urbano dinâmico, reportando o fervilhar de entradas e saídas da vila a situar-se junto dela junto dela a albergaria da Confraria de São Pedro [**Quadro 7**] De facto, a existência de edifícios assistenciais é mencionada, citando-se também a *albergaria* e *ospitall* da Confraria de Jesus situados na *rua direita que vay da porta de sanctarem pera a praça, junto com a regueira* [ver **Quadro 8**] e ainda a *gafaria junto com sancto espirito* [ver **Quadros 4 e 12**] - estruturas estrategicamente colocadas a ladear uma das principais vias da vila.

Referem-se ainda algumas estruturas de cariz utilitário para a população da vila, como é o caso dos moinhos - que aproveitavam a força motriz das águas do Almonda, caso do *moinho de D. Fernando* [**Quadro 4**] - ou de edificações destinadas ao armazenamento de produtos como o *celeiro da Rainha* [**Quadro 13**] ou o *forno de bastiam de llemos* [**Quadro 12**].

A matriz medieval no desenho dos arruamentos da vila é mantida, continuando diminuta a largura dos espaços de circulação de pessoas e mercadorias na área urbana extramuros. O arejamento seria assim parco, facto agravado com a existência de habitações com balcões, sacadas ou passadiços, aspectos que, ainda que em vias de extinção, podemos encontrar em alguns edifícios do actual centro histórico [p.e. habitação no início da Rua de Valverde, à esquerda de quem sobe]. A parcela urbana da vila torrejana é muito heterogénea quanto à tipologia, dada a variedade de referências: *casas térreas, meas sobradadas, casas sobradadas, casa de palheiro, pardieiros, quintais, chãos*. Percebe-se, contudo, a forma do quarteirão o qual resulta da ocupação das estruturas habitacionais no seu perímetro, ficando o seu espaço interior livre para os *quintais* ou *chãos* detrás de cada célula, os quais eram essenciais para a subsistência dos habitantes [com árvores de *fruyto* (figueiras, laranjeiras, nogueiras, oliveiras) e *pedaços de vinha*].

Segundo o *Numeramento de 1527*<sup>129</sup> a vila tinha nesses tempos cerca de 1500 habitantes, correspondentes a 351 fogos. Os dados dos bens das confrarias fornecem interessantes informações sobre a composição sócio-profissional dos seus habitantes, mostrando para o período entre 1502 e 1515 um quadro diversificado constituído por mesterais [tecelões, oleiros, ferreiros, sapateiros, albardeiros, alfaiates, pedreiros, carpinteiros], membros ligados à

---

<sup>129</sup> Publicado por Anselmo Braancamp em 1908. Cf. LOPES, João Carlos – *Ob. Cit.*, pp.21, 30, 47.

administração da vila e seu termo [referenciando-se alguns tabeliães, os porteiros do almoxarifado e do concelho, o requeridor das sisas, o procurador do concelho, o escrivão dos orfãos], membros do clero [sobretudo clérigos], indivíduos pertencentes ou próximos à nobreza local e nacional [alguns fidalgos, escudeiros e criados, mencionando-se o *cozinheiro da rainha dona lianor* (casada desde 1473 com D. João II, vd. **Quadro 4**) e um alfaiate que foy do primcepe dom afomssso (falecido em 1491, **Quadro 12**).

#### Quadro 4

Dados do Tombo da *Gafaria de Torres Novas* [1502]<sup>130</sup>

Referências Toponímicas	Transcrição
«santo spirito» «gafaria»	<p>_[...] Huuas casas Junto com sancto espirito [...] traz aforada em vida de tres pessoas afomssso vaaz tecelam nouo cristãao [...] As quaees casas sam neesta maneira.scilicet. duas casas a dianteira térrea E a de demtro sobradada [...] e a casa de dentro [...]</p> <p>_[...] Huuas casas E quimtall Junto com sancto espírito [...] traz aforadas em vida de tres pessoas antam diaz oleiro morador em esta villa de torres nouas [...] duas casas em que elle viue que he casa diamteira E celeiro. E outra casa onde teem huum forno de cozer louça E em que se serue de seu officio d'oleiro. [...] as comfromtaçooes sam estas. O dicto quintall E a casa do forno partem d'amtre o pouemte E norte com casa E quintal d'aluar'eannes Lobato. E do leuante emtestam as dictas casas no seu dicto quintall E o quintal no Rijo d'almonda. Entestam todas as dictas três casas na dicta Rua de sancto espírito pera homde teem duas portas. [...]</p> <p>_[...] Huua casa terrea E meã sobradada Junto com sancto espirito. Em a quall staa o ospitalleiro [...] Junto com esta staa huua casa em que dormem os pobres [...] E parte do norte com outro quintall da dicta gafaria que ora traz amtam diaz oleiro e do levante com o rijo E pollomes E do sul parte com seruimtija que soya seer dos dictos pellomes que vay amtre este quintall [...] E emtesta do pouemte nas dictas casas E a [sic] na dicta Jgreia de sancto espirito [...]</p>
«santo amdre» «estrada ou caminho que vem de santo espírito pera santo andre	<p>_[...] Huum quintall com aruores E huum pedaço de vinha dentro neelle E huum oliuall Junto com sancto amdre [...] E parte do norte com caminho que vay pera o moinho de dom fernamdo E do luante emtesta no Ryo d'allmonda [...]</p> <p>_[...] Duas casas logo Junto com a sobredicta acerca de sancto André [...] traz aforadas em vida de tres pessoas dioguo pirez allmocreue [...] as quaaes casas huua dellas staa ora em pardieiro E outra cuberta de palha [...] do pouemte emtestam na estrada que vem da sancto espírito pera sancto andre [...]</p> <p>_[...] Outra casa pequena acerca da ermida de samcto amdre [...] a qual lhe dotada pera os gafos [...] E parte do norte com chãao da dicta gafaria que ora traz dioguo munez e do sull com seruintija E quintall também da gafaria que ora traz pero fernamdez cozinheiro da Raynha dona lianor [...] E de diamte contra o ouemte Emtesta no caminho que veem de santo espírito pera santo amdre [...]</p>

#### Quadro 5

Dados do Tombo da *Confraria de Santa Maria do Vale de Torres Novas* [1502]<sup>131</sup>

<sup>130</sup> Cf. LOPES, Leonor Damas e TRINDADE, Margarida Teodora – *Ob. Cit...*, pp.161-176.

Referências Toponímicas	Transcrição
«rua de maria martinz» «quinchouso»	_[...] Huuas casas térreas na Rua de maria martinz junto com a Jgreia de santiaguo [...] E detrás da parte do sul emtestam com quinchouso de Jorge Rodrigues cleriguo E de diante da parte do norte emtestam em a dicta Rua pubrica [...]
«rua dos sabugueiros»	_[...] Huua casa térrea na Rua dos sabugueiros [...] e parte do norte com casa d'alluoro fernamdez escudeiro e do pouente com Rua pubrica E do sul parte com casa de pero diaz leitam allmocreue E do leuamte parte com casas de Joham brás Carpimteiro [...]

## Quadro 6

Dados do Tombo da *Confraria de Santa Maria dos Anjos de Torres Novas* [1502]<sup>132</sup>

Referências Toponímicas	Transcrição
«sancta maria dos anjos»	_[...] Outras casas e quintall Jumbo com a Jrmida de santa maria dos anjos [...] traz aforadas em vida de tres pessoas fernam machado tecellam [...] E o quintal parte do norte com a dicta Jrmida de santa maria dos anjos E do Leuamte com casas da dicta comfraria e quintal de dioguo vaaz E do sull com a Rua pubrica E do pouente com seruimtija da dicta Jgreja [...]
«rua do relego»	_[...] Huua casa na Rua do Relego [...]
«judiaria» «vila nova» «rua direita»	_[...] Huuas casas e logea em esta villa de torres nouas homde soya seer a Judiaria E ora se chama villa noua [...] traz aforadas em vida de tres pessoas simam de britto fidallguo [...] E outras casas logo hy que partem do norte com Rua pubrica que foy Judiaria E do pouente com graniell Garcia nouo cristãao [...] E a dicta logea staa na Rua direita [...]

## Quadro 7

Dados do Tombo da *Confraria de São Pedro de Torres Novas* [1502]<sup>133</sup>

Referência Toponímica	Transcrição
«raal [albergaria]»	_[...] Huuas casas e quintall no Raal que seruem d'allbergaria E sam três casas da porta ademtro [...] E partem do norte E do levante com Ruas pubricas E do pouente com casas de giostem'eannes e do Sull com casas de pero vaaz taballiam E com casas da dicta confraria que ora traz antonio fernamdez escudeiro [...] traz aforadas em vida de tres pessoas fernam machado tecellam [...] E o quintal parte do norte com a dicta Jrmida de santa maria dos anjos E do Leuamte com casas da dicta comfraria e quintal de dioguo vaaz E do sull com a Rua pubrica E do pouente com seruimtija da dicta Jgreja [...]

## Quadro 8

Dados do Tombo da *Confraria de Jesus [antiga dos Lavradores] de Torres Novas* [1502]<sup>134</sup>

<sup>131</sup> *Idem*, pp.179-214

<sup>132</sup> *Idem*, pp.217-255.

<sup>133</sup> *Idem*, pp.275-295.



Referência Toponímica	Transcrição
«valluerde»	<p>_[...] Huua casa de palheiro em esta villa em valluerde [...] traz aforadas em vida de tres pessoas antam martijz cleriguo de missa E beneficiado nas Jgrejas de sancta maria E santiaguo desta uilla por foro [...]</p> <p>_[...] Huuas casas com o seu chaaam detrás dellas em vallverde que ora traz aforadas em fatiota pera sempre pera ele E todos os seus herdeiros E socessores bastiam fernamdez escudeiro aquy morador [...]</p>
«rua dos sabugueiros»	<p>_[...] Outras casas na Rua dos sabugueiros [...] traz aforadas em vida de tres pessoas E porem he Já segumda pessoa ao prazo dioguo mendez pedreiro [...]</p>
«regueira»	<p>_[...] Outra casa logo hy homde chamam a Regueira [...] traz aforada em vida de tres pessoas Esteuam lopez criado d'alluoro collaço [...] E parte do pouemte com elle esteuam lopez. E com o dicto alluoro collaço E com elle dicto esteuam lopez do norte E do leuamte com outra da dicta comfria que ora traz gracia freire nouo cristãao [...]</p> <p>_[...] Outra casa de palheiro na dicta Regueira [...] traz aforada em vida de tres pessoas Garcia freire nouo cristãao [...] E parte do pouemte com Rua pubrica E do norte com esteuam lopez e com aluoro collaço E leuamte com outra casa da dicta comfria que ora traz Joham d'abeull [...]</p> <p>_[...] Outra casa de palheiro na dicta Regueira [...] traz aforada em vida de tres pessoas Joham d'abeull [...] E parte do pouemte com Rua pubrica E do norte com aluoro collaço E com outra casa da cista cofraria que ora traz Garcia freire nouo cristãao. E do leuante com casas d'albergaria E ospital da dicta confraria [...]</p>
«judiaria» «rua noua»	<p>_[...] Huuas casas sobradadas na que foy Judiaria E ora se chama ruanoua que ora traz aforadas em vida de três pessoas Rodrigu'eannes nouo cristãao [...]</p>
«rua direita [albergaria]»	<p>_[...] As casas d'albergaria e ospital que stam na Rua direita [...] As sobredictas casas d'albergaria que stam na Rua direita que vay da porta de sanctarem pera a praça Junto coma rregueira As quaes sam quatro casas da porta adentro conuem a saber huua casa em que a comfria aloja suas novidades [...] E a outra casa em que agasalham os pobres E outra casa da ospitalleira [...]</p>

## Quadro 9

Dados do Tombo da *Confraria do Salvador de Torres Novas* [1502]<sup>135</sup>

Referência Toponímica	Transcrição
«cerca [rua direita]»	<p>_[...] Huum quintal na cerca na Rua direita que vêem do saluador pera sancta maria [...] traz aforado em vida de tres pessoas Joham afomsso casqueiro [...] E parte com casa delle Joham afomsso casqueiro E de toda-las outras partes com heranças da dicta comfria conuem a saber com casa que traz alluoro peixoto E casa que traz vicemte gonçalluez porteiro do allmoxarifado Ea casa que traz o andador E casa que traz Joham lopez albardeiro [...]</p> <p>_[...] Outra casa na dicta cerca[...] Jtem a dicta casa na cerca E na meesma Rua que ora traz aforada em vida de três pssoas Joham lopez albardeiro [...] E parte do pouente com Rua pubrica E de toda-las outras confrontações parte E confromta com quintall E casas da dicta confraria.scilicet. o quintall que traz o casqueiro E entesta na dicta logea [...]</p>
«torre do comde»	<p>_[...] Huum pardieiro abaixo da torre do comde [...] parte do levante com sseruimtija d'augoa E emtesta com seruimtija do muro [...]</p>

<sup>134</sup> *Idem*, pp.299-318.

<sup>135</sup> *Idem*, pp.323-340.

### Quadro 10

Dados do Tombo da *Confraria do São Brás de Torres Novas* [1502]<sup>136</sup>

Referência Toponímica	Transcrição
«adro de santiaguo»	_[...] Huua casa e quintal em esta uilla Junto com o adro de santiaguo [...] A quall casa parte do norte com o dicto adro [...] E do sull com a Rua publica [...]

### Quadro 11

Dados do Tombo da *Capela de Henrique de Sousa* [1503] [o qual tombo he da capeela per nome capeelade Jesu./setuada na igreja de sancta maria d'alcarcoua desta villa de torres nouas] <sup>137</sup>

Referência Toponímica	Transcrição
«sancta maria d'alcarcoua»	_[...]Huum assentamento de Casas sobradas Eoutras terras Jumto com a Jgreia de sancta maria d'alcarcoua desta villa pardieiros defronte das dictas casas [...]E partem do leuamte com Rua publica E do pouemte com o adro da dicta Jgreia de sancta maria [...]

### Quadro 12

Dados do Tombo dos *Bens do Concelho de Torres Novas* [1503]<sup>138</sup>

Referências Toponímica	Transcrição
«vallverde» «regueira» «fonte de valverde»	<p>_[...] Huuas casas E quintall em esta uilla de torres nouas homde se chama vallverde [...] traz aforadas em vida de tres pessoas. aluar'eannes çapateiro [...] E entestam do norte na Rua publica da fonte de vallverde. E do sul com a Regueira [...]</p> <p>_[...] Outras casas E quintall no dicto vallverde [...] traz aforadas em vida de tres pessoas Joham dábeull [...] E partem do leuante com casa do comçelho que ora// traz martim afomssso tecellam E do pouemte com casa que soya seer do comcelho E ora he de fernam dálluarez oleiro E do norte com Rua publica E detrás com a Regueira que vem da fonte de vallverde [...]</p> <p>_[...] Outro quintall no dicto vallverde [...] traz aforado em vida de tres pessoas. aluoro gill ferreiro nouo cristão [...]</p> <p>_[...] Huuas casas e quintall também em vallverde [...] traz aforado em vida de tres pessoas steuam gomçalluez Requeredor das sisas [...]</p> <p>_[...] Outras casas no dicto vallverde [...] que ora traz aforadas E he ja terceira pessoa ao prazo afomss'alluarez allfayate que foy do primcepe dom afomssso que deus teem [...]</p> <p>_[...] Outras casas e quintall no dicto vallverde [...] ora traz aforadas E he ja segunda pessoa ao prazo caterina annes molher que foy de Vasco fernandez tecellam de mantas [...]</p> <p>_[...] Outras casas e quintall em vallverde [...] ora traz aforadas E he ja segunda pessoa ao prazo Jsabell aluarez viuua molher de martim paez Já finado nouo critãao [...]</p> <p>_[...] Huua casa e quintall no dicto vallverde no dicto vallverde [...] ora traz aforada em vida de três pessoas Jorge de goês nouo cristão [...]</p> <p>_[...] Outra casa no dicto vallverde [...] ora traz aforada em vida de três pessoas fernam diaz que foy carniceiro [...] E parte do pouemte com aluar'eannes barberruyuo E do leuamte com fernam gonçallvez pedreiro [...]</p>

<sup>136</sup> *Idem*, pp.343-352.

<sup>137</sup> *Idem*, pp.119-130.

<sup>138</sup> *Idem*, pp.139-158.

«sancta maria dos amjos»	<p>_[...] Huum chãao abaixo de sancta maria dos amjos.[...] traz aforado em vida de tres pessoas pero Rodrigues çapateiro [...]</p> <p>_[...] Huum quintall Jumto com sancta maria dos amjos [...] traz aforado em vida de tres pessoas pedr'eannes que ora he procurador do comcelho [...] O quall quintall staa Jumto com sancta maria dos amjos comtra o Raall E parte dp leuante com chãao do comcelho que traz Joham da mota porteiro do concelho[...]</p> <p>_[...] Huum quintall Jumto com sancta maria dos amjos [...] traz aforado em vida de tres pessoas fernam vieira scudeiro aquy morador [...] E parte do sull com a ermida de sancta maria dos amjos E de toda-lls outras partes com caminhos e sruimtijas do concelho. O qual quintall teem aruores de fruyto [...]</p> <p>_[...] Huum quintall Jumto com a hermida de sancta maria dos amjos [...] traz aforado em vida de tres pessoas Joham da mota nouo cristãao porteiro do comcelho da dicta uilla [...] E parte do leuante E sul com pardieiros casas e quintall dos filhos de pedr'eannes taballiam. E do pouemte com outro quintall do meesmo concelho que ora traz pedr'eannes cabrita. E do norte parte com rua publica do comcelho. E teem três figueiras E huua videira [...]</p>
«lameguo»	<p>_[...] Huuas casas Jumto com cuu lameguo a caram da Rua dirreita [...] traz aforada em vida de tres pessoas afomss'eannes sueyro carpinteiro [...]</p>
«santiagu»	<p>_[...] Huuas chãao abaixo de santiagu Junto com o forno de bastiam de llemos [...] O quall chãao parte do leuante E sul com o dicto bastiam de llemos E do norte como o dicto bastiam de llemos E do norte com Rua publica[...]</p>
«salluador»	<p>_[...] Huua laramgeira E huua figueyra borJacote detrás da Igreja do salluador [...] traz aforada em vida de tres pessoas afomss'eannes Ramos oleiro [...] As quaaes laramgeira e figueyra stam amtre a oussija da dicta igreja E o muro [...]</p>
«santo spirito» «gafaria» «polames»	<p>_[...] Huum chãao que soya seer o curral do concelho allem de santo spirito [...] O quall chaam staa aallem de santo espírito bem a caram do caminho que vay de cima das olarias pera o porto dos gafos [...] E parte do norte com quintall da gafaria [...] E do poente apte com Rua que veem de santo espírito pera samto andre que he amtre o dicto chãao E as olarias E do sull parte com o dicto caminho que vay pera o dicto porto dos gafos E moinho de dom Fernando. E do leuante parte com seruimtaja que vay pera os pellomes [...]</p>
«ponte pedrinha» «ponte da leuada»	<p>_[...] Huum chãao com hua nogurira E outras aruores amtre a ponte pedrinha E a outra ponte da leuada [...] O quall chaam de Junto coma a pomte pedrinha [...] E do sul emtesta na pomte pedrinha E do pouemte parte com o Rijo d'almonda E parte do lleuante com o caminho que vay da pomte pedrinha pera pomte da leuada que he amtre o dicto chãao</p> <p>_[...] Huum chaam bem junto com a dicta pomte pedrinha da parte da villa [...] traz aforado em vida de tres pessoas pero diaz que foy estallaJadeiro [...] Parte do leuante com o rijo d'almonda E do pouemte com o caminho que vay da villa pera a dicta pomte E emtesta do sul no caminho que vay pera os lagares velhos E do norte emtesta com na dicta pomte pedrinha[...]</p>
«castelo»	<p>_[...] Quatro oliueiras com o seu chão detrás do castello [...] parte do norte com andre vaaz barbeiro E do pouemte com herança de sancta maria E do sull com o muro E do leuante com seruimtaja d'ereeos que vay pera as heranças que stam de trás do castello</p>
«praça noua»	<p>_[...] Huum quintall E chãao que soyam seer casas a caram do muro no cabo da praça noua [...] traz aforado em vida de tres pessoas dioguo tabora escudeiro [...] E o dicto quintall [...] estaa todo amtre os muros.scilicet.amtre o muro E a barbaca da parte de fora comtra a dicta praça noua</p> <p>_[...] Huuas casas na praça noua na freguesia de samta Maria [...] traz aforadas em vida de tres pessoas gomçallo fernamdez barbeiro [...] E partem do leuante com casas da câmara d comcelho E das outras partes com chãaos do comcelho.</p>
«bacora»	<p>_[...] Huua travessa homde chamam a bÁCora [...] traz aforado em vida de tres pessoas joham rodriguez escriuam dos horphãaos [...] [parte]do levante com casas de dioguo afomssso Carpinteiro</p>
«cerca [postigo]»	<p>_[...] Dous chãaos na cerca Jumto com o postijgoo [...] huum delles parte do pouemte com caminho pue vay pera o porto dos surdos E do levante parte com elle pero leitam E emtesta do norte com seruidam que vay a caram do muro</p>
«portela»	<p>_[...] Huua seruidam demtro em huuas casas d'aluoro mendez pintor que stam aa portella [...] E parte do pouemte com quintall da igreja de santiagu que ora traz elle aluoro mendez E do leuante com casas de dioguo de Figueiredo tecellam e do norte emtesta em rua</p>

	pubrica que vay pera o Raal e do sull com outra rrua pubrica que vay per baixo dos quintaes que stam a samta maria dos anjos
«rua direita»	_[...] Huuas casas que seruem d'estallajeos na Rua direita acima hum pouco da praça uelha [...] As quaees estallaJees.sam em esta maneira conuem a saber teem logo aa emtrada huua seruidam que veem teer aa Rua direita da praça [...] As quaees casas todas partem do norte com casas de mem Rodriguez escudeiro E do pouemte com quintaees das casas de dom Lopo d'allmeida filho do comde dábrantes. E do leuante com seruimtija de casas E com a Rua pubrica

### Quadro 13

Dados do Tombo da *Capela de D. João Rodrigues Pimentel e Estevainha Gonçalves, Sua Molher, na Igreja de São Pedro de Torres Novas [1515]*<sup>139</sup>

Referência Toponímica	Transcrição
«rua direita do celeiro da rainha»	_[...] huuas casas térreas com hum pedaço de chãao mistiço com ellas na dicta villa na Rua direita do celeiro da Rainha [...] traz aforada em vida de tres pessoas dioguo gil taballiam
«sancta maria dos amjos	_[...] hum chãao com aruores jumto com sancta Maria dos amjos em a dicta villa de torres nouas [...] traz aforado em vida de tres pessoas meestre gomez çelurgiam cristão nouo [...] E [parte] do norte com estrada que vay pera a zeureira E do pouemte parte com seuimtija que vay pera valuerde
«samto amdre» «estrada que vem da villa pera Santarém» «gafaria»	_[...] huua olaria e hum palheiro em a dicta villa Jumto com Samto amdre [...] traz aforada em vida de tres pessoas Rodrg'eannes oleiro [...] A quall olaria parte com outra olaria de sancta Maria de alarcova que ora traz o bernaldo o velho da parte do norte./E da parte do sull parte com casa de Jan'alluarez oleiro E do leuante entesta na estrada que vem da uilla pera santarem E do poente com oliuall da gafaria
«rua de tudo leua»	_[...] huuas casas na dicta villa no Raall na Rua de tudo leua [...] traz aforada em vida de tres pessoas. pero Rodriguez çapateiro
«porto dos gafos»	_[...] Huua lezira [...] que stam junto com a dicta villa de torres nouas ao porto dos gafos
«igreja de sam pedro»	_[...] Asemtamento de casas E quintaees junto com a dicta Jgreia de sam pedro

Anos mais tarde, iniciar-se-ia uma importante sequência de acontecimentos que ajudariam ainda mais ao processo de expansão urbano da vila: em 1536 acontecia a fundação do convento feminino franciscano do Espírito Santo [Ordem Terceira], ocupando a antiga ermida do Espírito Santo<sup>140</sup> no fundo da *rua direita que vem de sanctarem*; em 1558 era fundado o convento masculino carmelita de São Gregório Magno, na margem esquerda do Almonda em terrenos para lá da ponte da Levada, junto à estrada para Tomar<sup>141</sup>; em 1572, a Misericórdia de Torres Novas, instituída em 1534, erigia o seu templo junto da Igreja de Santa Maria<sup>142</sup>; e, em 1591 é

<sup>139</sup> *Idem*, pp.31-104.

<sup>140</sup> Vd. SANTOS, António Mário Lopes dos – *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas [1536-1799]*. Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009.

<sup>141</sup> Vd. SANTOS, António Mário Lopes dos – *O Convento do Carmo*. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia, 2006.

<sup>142</sup> Cf. GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão – *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2003, pp.37-45.

iniciada a construção do convento franciscano masculino de Santo António [Província da Arrábida] no planalto que adoptaria o nome daquela província franciscana como topónimo, junto à estrada para Alcanena e Zibreira.

A chegada das Ordens Religiosas por via da fundação das estruturas conventuais referidas - muito por via da acção mecenática de D. Jaime de Lencastre [filho de D. Jorge de Lencastre, Duque de Aveiro], prior das quatro freguesias da vila e eleito Bispo de Ceuta e primaz de África em 1545 – consolidaria a malha urbana da vila nos pontos onde anteriormente já havia ocupação [em redor da Portela e Espírito Santo] e faria expandir o seu espaço periurbano, criando as novas periferias da Arrábida/Berlé e do Carmo, esta última adquirindo protagonismo em tempos futuros, como veremos de seguida.

De acordo com o que actualmente encontramos no interior dos templos da vila e também tendo em conta as informações que têm vindo a ser recolhidas em alguns estudos recentes, a centúria de Seiscentos na vila torrejana terá sido profícua em obras de reformação nos seus principais edifícios de prestígio, sobretudo nos de função religiosa. Pelos ricos programas decorativos ainda remanescentes, nos quais a dualidade talha/azulejo é uma presença quase constante, e de acordo com os dados das fontes primárias, sente-se o forte dinamismo das obras de remodelação e reorganização dos espaços sacros, estando documentalmente comprovado o papel das várias confrarias da vila como principais encomendadores na celebração de contratos de obra para talha, azulejo, pintura e outros com artistas e artífices locais ou oriundos dos centros de Santarém e Lisboa.<sup>143</sup>

Os dados demográficos ajudam também à leitura da evolução do tecido urbano, sobretudo quando há um intervalo cronológico significativo. Deste modo, e sobre a vila de Torres Novas na Época Moderna tomemos em consideração os indicadores revelados nas *Memórias Paroquiais* de 1758 e confrontemo-los com os que já mencionámos anteriormente do *numeramento* de 1527<sup>144</sup>.

O recenseamento numérico da população realizado nos meados de Setecentos faz estimar que o número de habitantes na vila rondasse os 3500 em proporção aos cerca de 1200 fogos.<sup>145</sup> Projecta-se então que entre ca.1527 e ca.1758 a habitação unifamiliar na vila tenha

---

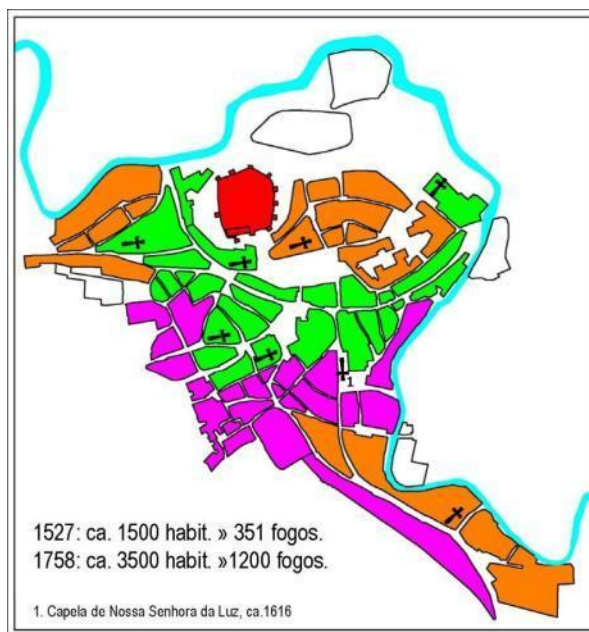
<sup>143</sup> A título de exemplo veja-se a actividade do mestre entalhador Manuel da Silva, de Lisboa, com diversas obras em Torres Novas realizadas entre 1639 e 1695 para as igrejas da Misericórdia e de Salvador. Cf. GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão – A obra do mestre entalhador Manuel da Silva, na vila do Almonda. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 14 (2002). pp. 49-59.

<sup>144</sup> Ver nota 38.

<sup>145</sup> Cf. LOPES, João Carlos – *Ob. Cit.*, p.49.

vindo a duplicar, significando isso a consolidação efectiva da ocupação da vila, facto que deveras acompanha a tendência verificada nos últimos dois séculos.

Outro aspecto relevante é a informação que se pode colher dos dados relacionados com o rendimento de propriedade. Segundo os *Livros da Décima da Estremadura* de 1762 aparecem referências ao *Rossio do Carmo* [no espaço periférico da vila, a E], à *Rua da Levada* [correspondente à linha do sopé da colina amuralhada da vila, desde a *praça velha* até à *ponte pedrinha*], à *Rua do Levatudo* [por detrás de São Pedro, desembocando junto à ponte do *Raal*], à *Rua Direita* [até à *porta de sanctarem*] como os arruamentos com mais fogos colectados, numa preponderância correspondente com os valores dos rendimentos dos prédios.<sup>146</sup>



**Fig. 17**

A vila de Torres Novas  
no Séculos XVII e XVIII  
A cristalização do tecido urbano  
Projecção sobre a malha urbana actual  
correspondente ao centro histórico

Apesar de tudo, pela confrontação da documentação seiscentista e setecentista com o tecido actual, constatamos, sobretudo através das referências toponímicas, que o tecido urbano da vila não se expandiu significativamente. Exceptuando a consolidação da periferia do *Rossio do Carmo*, o que parece acontecer nestes séculos é o preenchimento do espaço disponível na vila desde inícios de Quinhentos. A vila torrejana dos Séculos XVII e XVIII sobrepõe-se maioritariamente à morfologia estruturada desde o século XIII, mantendo portanto o seu traçado medieval.

<sup>146</sup> *Idem*, pp.97.



A par das visitas paroquiais, especificamente dedicadas aos templos religiosos<sup>147</sup>, as *Memórias Paroquiais* de 1758 constituem importantes fontes para o conhecimento de alguns aspectos do edificado de prestígio da vila à época. Vejamos o que revelam.

Nas respostas do pároco de Santa Maria, já publicadas por João Carlos Lopes<sup>148</sup> além da descrição da respectiva igreja matriz, menciona-se o convento do Espírito Santo «*no principio da vila e na rua mais principal dela, para a parte do nascente e tão conjunto ao celebrado rio Almonda que lhe serve de invadiável fosso a seus edificios, apertando por aquela parte de tal sorte as correntes, que ficam às oficinas deste sobranceiras as suas águas*», o convento de Santo António, a casa da Misericórdia [e o seu hospital], a ermida de Nossa Senhora da Luz, a ermida de Santo André *no principio da vila*, o castelo, o bairro da cerca com a sua muralha e respectivas portas, a torre com o *relógio da vila* o castelo e a torre *perto da paróquia do Salvador*. Os párocos das restantes três freguesias repetem a referência a alguns dos edificios descritos, facto que, para além de acusar o seu prestígio no quotidiano da vila, auxilia na sua percepção à época por meio das múltiplas perspectivas que as respostas ao inquérito fornecem. Apresentamos nos **Quadros 14 a 16** as informações principais para o entendimento sobre como eram, o que eram e como estavam as infra-estruturas da vila torrejana de maior prestígio em 1758.

#### Quadro 14

Edifícios de prestígio mencionados nas *Memórias Paroquiais* de 1758<sup>149</sup>

Respostas do Pároco da freguesia do Salvador

**IGREJA DE SALVADOR** [fl.749] «[...] Seu orago he São Salvador e se festeja no dia da admiravel Ascenção de Nosso Redemptor. Esta edificada em hum alto que a faz ser alegre, della se sobe por alguns degraus ate se dar em hum formoso taboleiro calçado de meudo seixo, e delle se sobe para a igreja por hum degrao. He a Igreja so de huma nave com bastante grandeza (antigamente teve tres naves que então devião de ser mumto estreitas), he azulejada com suas portas a principal ao poente e a segunda ao Norte com sua Capella-Mor he abobadada com seus balesores, huma larga e bem feita cimalha com hum magnifico cerco de pedraria lavrada cuja obra pello livro dos obitos da mesma que servio no anno de mil seiscientos [fl.750] trinta e oito consta ser mandada fazer esta Capella Mor pello Prior Diogo Vaz Velles que da Igreja da Villa de [...] foy promovido nesta. As paredes desta mesma Capella mor se observão feitas de pedras lavradas com umbreiras e bazes que pella forma se veriffica terem servido em edificio antigo Nascente das costas da mesma Capella mor em cada huma das partes junto ao telhado se ve um busto ou cabeça de pedra coroada como por modo de coroa ou diadema a maneira dos bustos que se punhao aos Imperadores Romanos tem a capella mor sua tribuna de talha dourada e no arco da mesma tribuna hum painel e nelle pintado com o primorozo pincel do grande Bento Coelho o admirável Mistério da Ascenção que mandou a sua custa fazer o Beneficiado João Dias do Avellar. Da parte da Epistolla lhe fica a sancrestia que foy como já se disse a ermida de São Jorge cuja alem de ser esta

<sup>147</sup> Vd. PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Ob. Cit.*

<sup>148</sup> Cf. LOPES, João Carlos – *Ob. Cit.*, p. 239.

<sup>149</sup> «Freguesia de Salvador/Torres Novas». In *Dicionário Geográfico de Portugal*. Disponível em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>.

sua casa própria teve altar nesta igreja [...]

Da parte do Evangelho [...] a Sanchrestia e a Casa do Despacho da Confraria do Santissimo Sacramento e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a cerventia para o púlpito.

Na capella Mor festejão todos os domingos do anno digo todos os terceiros Domingos do anno [sic] ao Santissimo Sacramento, e fazem com munta grandeza e dipendio e [...] das quarenta horas e [fl.751] festejão ao mesmo Senhor na Dominica Octana infra Corpus Christi com sua Procissão geral Esta Irmandade he munto antiga nesta igreja [...] Tem esta capella mor no arco suas grades de pao preto torneadas que servem de cummungatorio. De fora das grades da banda da epistolla tem hum altar e nelle huma trebuna dourada; e em hum nicho dentro de huma cristalina vidraça huma prefeitissima Imagem de Nossa Senhora com o titulo do Rosario que tem sua confraria que se compõem de Juiz Escrivão outo Mordomos e com grande numero de confrades, e com poucas rendas que ainda e munto os annuaes dos confrades esta Sagrada Imagem festejam os Irmãos em o Primeiro Domingo de Mayo e o Juiz da Confraria em o Primeiro Domingo de Outubro.

Da mesma exta huma capella muito pobre que algum tempo estava funda que instituiu com missa cotidiana Anna Simoa mulher de Diogo [...] Cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa de Sua Magestade e no pedestal do arco tinha o letreiro seguinte Capella de Anna Simoa com Missa Cotidiana por sua alma faleceo em Mayo de 1604.

De fora das grades da parte do evangelho tem [fl.752] hum altar com sua tribuna de talha dourada e neste huma antiga imagem de Santa Luzia que no seu dia se festeja por devotos

Da mesma parte em huma primuroza tribuna de talha dourada esta huma imagem de São Francisco de Paula que mandou fazer o Reverendo Prior António de Macedo e Silva Frey Conventual do Real Convento de Santiago de Palmella Apostolico de sua Santidade, e com esmollas dos fieis se fez esta primuroza tribuna. O santo Resplandece com muntos milagres E no mesmo altar esta huma imagem do principe dos patriarcas São Bento que mandou fazer Jorge de Mesquita e no peito em huma nomina duas reliquias huma de Santa Ana e outra de Santa Maria Magdalena que forão da Serenissima Infanta De que já a Senhora Dona Catherina como consta da autentica que esta no Cartorio e no mesmo altar outra imagem de São Benedicto.

Também nesta Igreja ha a Imagem do Salvador que exta junto ao sacrário E huma do Santissimo Patriarca o Sagrado Espozo da Santissima Virgem Maria o Senhor São Joze.

Tem esta Igreja seu coro, pia bautismal, torre com sinos. He so de huma nave forrada e apaynellada sem ser pintada. [...]

**CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO** [fl.759] «[...] Tem esta villa três conventos ainda que estão em outras freguesias. O mais antigo delles e o Convento do Espírito Santo de Religiozas Terceiras de Nosso Seráfico Patriarca São Francisco Edificado no principio da villa e na sua rua mais principal della e tão conjunto ao Nobre Rio Almonda que lhe servem suas profundas aguas de foso e de ruina para as offinas do mesmo em que fica tão sombranceiro que [...] ao mesmo Convento neste sitio pois edificou a raynha Santa Isabel huma ermida a Terceira divina pessoa o Espírito Santo de quem era em extremo devota e para ella ou conjunto transferio hum Recolhimento de mulheres convertidas que havia na cidade de Coimbra. Nos limites deste ou perto deu principio ao convento Dona Branca Religiosa professa de [...] Padre São Domingos, e tya de Dom Frei [...] de Menezes Arcebispo de Braga no anno de 1536 trazendo consigo [fl.760] quando nelle se recolheu quatro mulheres de exemplar vida a saber Violante da Conceição Maria de Jesus, Jeronima da Costa, e Catherina de Santa Clara, que no prencipio derão obediência aos Religiosos da terceira ordem sendo seu Provincial Frei Mathias. Dona Branca foy a primeira que nelle faleção Em seu lugar ficou Violante da Concepção que deu obediência a Província dos Observantes de Portugal, pedindo outra Religioza por Abbadeça e o Padre Frey Diogo de Andrade lhe deputou lhe assignou a Madre Mecia de Azevedo Religioza exemplar do Mosteyro da Ribeyra de Terceiras no Arcebispado de Braga que com grande satisfação exercitou o cargo em que a seguirão duas preladas insignes Elena de Bayros e Leonor das Chagas. Deste Religioso Convento forão as fundadoras do Convento do Couto digo do Convento de Nossa Senhora da Esperança da Villa de Abrantes de que foy principal fundadora Brites de Jesus natural de Lisboa e sendo recebido este convento em obediência da Província de Portugal pelo Commissário geral Fr. Damião da Torre, e indo para a sua fundação religiosas do convento do Espírito Santo desta Villa e para Abbadeça Leonor das Chagas.

Este religioso Convento se acha na Freguesia da Parochia de Santa Maria. [...]

**CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO** [fl.760] «[...]O segundo Convento he dos Reverendos Padres da Santa observante Província de Santa Maria da Arrábida que deu principio no termo desta villa entre os lugares de Marruas e Liteiros o Duque Dom João, e Supposto o lugar era Solitario se fez menos appetecido por doentio e se trasladou para o Sul desta Villa e della pouco distante em hum sitio que chamao berle, para cuja fundação concorrerão muitos devotos dando fazendas para nelle se edificar e se lhe lansou a primeira pedra na igreja em dezasseis de Fevereiro de mil e quinhentos noventa e hum sendo guardião Fr. Fabião da Culuna e se lhe deu por orago Santo António.[...]»

## Quadro 15

Edifícios de prestígio mencionados nas *Memórias Paroquiais* de 1758<sup>150</sup>

Respostas do Pároco da freguesia de Santiago

**IGREJA DE SANTIAGO** [fl.823] «He orago da dita Igreja o Apostolo Santiago Maior, tem sete altares o maior em que se venera Santiago Maior, Sam João Evangelista e Cristo Ressuscitado Nossa Senhora, e Sam Jozé, emagens de vulto, da parte do evangelho se venera em hum altar Sam Brás emagem de vulto e huma relíquia do mesmo santo, que obra muitos milagres no segundo altar se venera Sam Miguel Arcanjo, e no terceiro a Rainha Santa Isabel ambas imagens de vulto.

Da parte da epistola se venerão no primeiro altar três imagens de vulto Sancta Catherina Doutora, Santa Marta e Santo Amaro, no segundo Altar se adora huma imagem prodegioza de Cristo Crucificado, e no terceiro Nossa Senhora da Consolação, todas Imagens de Vulto.»

[fl.825] «Na dita Igreja de Santiago se venera, a Sagrada Imagem de vulto de Christo Crucificado, com o titulo do Senhor Jesus imagem mui antiga e venerada, e muito milagrosa à qual recorrem a villa, e povos vezinhos, e ainda distantes em todas suas necessidades publicas e particulares recebendo sempre despachos nas suas petiçoens principalmente nas necessidades publicas, e a vezitão frequentemente os devotos todos os dias principalmente nas sextas feiras de todo o anno.

A Imagem e relíquia de Sam Brás que há na mesma Igreja faz e obra repetidos milagres, e um grande concurso na Vespora e dia em que se celebra a sua festa. [...]

**CAPELA DOS ANJOS** [p.824] «[...]Dentro da villa esta a Capella de Nossa Senhora dos Anjos na ademenistração da Caza da Misericórdia que se deu della a favor da venerável Ordem de sam Francisco que a conserva decentemente oranada com três Altares com muitas imagens da mesma venerável ordem.»

**CONVENTO DO ESPÍRITO SANTO** [fl.826] «[...]No terremoto do anno de mil e setecentos e sincoenta e sinco padecerão grandes ruínas os conventos, igrejas e cazas; destas se achão algumas reedificadas e outras não; o convento das religiozas necessita de grandes reparos [...]

135

## Quadro 16

Edifícios de prestígio mencionados nas *Memórias Paroquiais* de 1758<sup>151</sup>

Respostas do Pároco da freguesia de São Pedro

**IGREJA DE SÃO PEDRO** [fls n/num] [...] Tem esta igreja sete altares a saber da parte do Evangelho quatro o altar de Nossa Senhora da Conceição, o altar do Senhor Sam Joze, o altar das Almas, o altar do Senhor Jesus e da parte da epistola dois o altar de Sam Bento o altar de Nossa senhora da Saudade e a capela mor que a sua custa a mandou fazer o Doutor Dom Antonio Pimenta, Prior que foy da dita Igreja. Tem tambem esta igreja quatro capellas todas com capelães efectivos e dois com obrigação de coro: a primeira e mais antiga a do Padre Martins Vaz [ ] que foi na dita Igreja que foy instituida no tempo do Senhor Rey Dom Fernando a segunda a que instituhio Dom João Rodrigues Pimentel, mestre que foy de Avis. A do Senhor Jesus que instituhio o vigário Joze Cardozo e a do Senhor Sam Joze instituhio o Benefeciado João Rodrigues Rogeiro. E há nesta igreja so a confraria das Almas governada por Juiz Escrivão e Thezoureiro, toma conta desta confraria o Provedor da comarca de Santarem e tem dois capelães de mica cotediana. He a dita Igreja de três naves.

**CONVENTO DO CARMO** [...] Esta no distrito da minha Igreja o convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo e seu padroeiro foy o Bispo de Seuta Dom Jayme de Alencastre neto do senhor Rey Dom João o segundo.

**HOSPITAL DA MISERICÓRDIA** [...] Tambem esta no destrito da minha freguesia hum ospital que ademenistra o Provedor e mais irmãos da Mezericordia

**IGREJA DA MISERICÓRDIA** [...] Tambem esta no destrito da minha freguesia a igreja da Mezericordia e pada esta a minha um tostão de foro cada anno por estar situada no lugar onde estava huma ermida que hora anexa da minha igreja. Tem de renda esta caza de Mezericordia três ou quatro mil cruzados pouco mais ou menos que

<sup>150</sup>. «Freguesia de Santiago/Torres Novas». In *Dicionário Geográfico de Portugal*. Disponível em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>.

<sup>151</sup>. «Freguesia de São Pedro/Torres Novas». In *Dicionário Geográfico de Portugal*. Disponível em: <http://ttonline.dgarq.gov.pt>.

tudo gasta em curar pobres e dar esmolos e pagar a oito capelães que tem com obrigação de coro. O templo desta santa casa he so de huma nave mas sumptuoso tem três altares, o altar mor que he de Nossa senhora da Concepção, o da banda da Epistola he do Senhor dos passos o da parte do evangelho do senhor do bom despacho.

**ERMIDAS:** «[...]Há também na minha freguesia cinco ermidas, a de Sam Sebastião a qual se acha arruinada há annos, a Ermida de Sam Domingos a Ermida de São João que esta pertence a comenda de Malta e a Ermida onde se diz missa aos presos que fica defronte da cadeia a qual he de Nossa Senhora do Livramento [...]»

Para 1790 sabemos que a praça nova mantinha a função central assumida nos séculos anteriores, sobretudo pela vocação comercial que detinha, permanecendo nela o pelourinho, *abaixo da frontaria da logea de Francisco Joze tendeiro*, o qual apresentava uma cruz de ferro no cimo rematada por *uma bandeira*.<sup>152</sup>

Nos finais de Setecentos e inícios de Oitocentos a vila vive os primeiros sinais de uma pré-industrialização com a instalação de algumas fábricas junto ao rio: em 1783, um alvará régio licencia a instalação da Fábrica das Chitas de Torres Novas de David Suabe e Henry Menon; de 1797 data a licença dada a Maria Juge para estabelecer na vila uma fábrica de estampania de chitas; de 1818 a 1821 funciona no primeiro lugar onde se implantou a *Fábrica de Chitas*, junto ao rio uma fábrica de curtumes que originaria movimentos de protesto por parte da população da vila relacionados com a poluição que gerava e consequentes «*moléstia e muitos incómodos*»<sup>153</sup>

Voltando a considerar os dados demográficos e avançando no tempo, ao comparar indicadores para a totalidade do concelho datados de 1760 com as congéneres referências incluídas numa acta camarária de 1834 regista-se uma diminuição do número de fogos existentes no território do termo de Torres Novas.<sup>154</sup> Contra os 4392 fogos no concelho indicados por Feliciano Luis Gonzaga em 1760, aquando da sua visita canónica<sup>155</sup>, surge na documentação camarária o número aproximado de 4172 fogos. Constata-se, portanto, que no espaço de sete décadas se regista uma diminuição dos valores relativos à ocupação do território, o que deverá ser explicado pelos factos históricos desenrolados nesse intervalo.

As Invasões Francesas afectariam o território torrejano em 1807, com as tropas do General Junot e em 1810/12, com o General Massena<sup>156</sup> Torres Novas voltaria também a

<sup>152</sup> Dados constantes no processo do Tribunal do Santo Ofício de Rafael Mendes Franco, jovem torrejano de 22 anos, aberto a 3 de Maio de 1790, o qual foi alvo de uma criteriosa análise por Ricardo Varela Raimundo no mais recente número da Revista Nova Augusta publicada pelo Município de Torres Novas. Vd. RAIMUNDO, Ricardo A. Varela – Da «*má indolle, e péssima educação*» ao «*sentir mal da Santa Fé Catholica e Lei Evangelica*»: o processo de Rafael Mendes Franco. Nova Augusta – Revista de Cultura. N.º21 (2009). Torres Novas: Município de Torres Novas, p. 64.

<sup>153</sup> Cf. ROCHA, Francisco Canais – *Ob. Cit.*, pp.39-42.

<sup>154</sup> Cf. SANTOS, António Mário Lopes dos – *Torres Novas nos Finais do Século XIX – Subsídios Históricos*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1994, p.23.

<sup>155</sup> PEREIRA, Isaiás da Rosa – *Ob. Cit.*, pp. 45 – 67.

<sup>156</sup> Cf. GONÇALVES, Artur – *Ob. Cit.*, pp.147-157.

assumir lugar de destaque com a sua participação estratégica nos acontecimentos militares no âmbito das Lutas Liberais que assolaram o país entre 1828 e 1834, os quais atingem a vila e provocam baixas.

Apesar de ainda muitos escassos os dados de apoio à análise da morfologia urbana para esse período, deduzimos que a malha urbana cristalizada desde Setecentos permanecesse a mesma, estando as periferias num estado estacionário. Edifícios de prestígio como os conventos iniciam o seu processo de abandono e consequente descaracterização, já que em 1834 é decretada em Portugal a extinção das Ordens Religiosas.

Para o Convento do Espírito Santo o seu encerramento anteciparia este episódio, sendo extinto logo em 1799, justificando-se a acção pelo pouco rendimento da instituição e crescente endividamento, e dada a *impossibilidade de observância da disciplina regular*<sup>157</sup> Revertendo a sua propriedade para a Misericórdia de Torres Novas, nos tempos que se seguiram à sua extinção o edifício seria utilizado para funções militares [instalado quartel de cavalaria em 1805], sofreria um incêndio em 1811, e, no mesmo ano, por ordem camarária, converteria o seu quintal em local de enterramento dos que pereceriam em resultado da propagação de epidemias que assolavam a vila.<sup>158</sup>

Só a partir da segunda metade de Oitocentos se inverteria a tendência demográfica decrescente – alteração associada à crescente actividade industrial que se implanta na vila – desempenhando papel destacado os têxteis, os couros, o papel, a metalurgia e as actividades agro-industriais. A chegada de infra-estruturas do tipo industrial à vila – processo bem analisado na obra recente de Francisco Canais Rocha incidente no movimento operário torrejano<sup>159</sup> – alteraria a sua paisagem urbana criando novas centralidades no seu espaço periurbano, as quais foram já apreciadas no início desta exposição de ideias.

Associando-se à actividade industrial estavam os transportes e as comunicações.

Em 1893 era inaugurada a linha ferroviária da *Companhia de Caminho de Ferro de Torres Novas e Alcanena* [empresa licenciada em 1887 e surgida da iniciativa do Barão de Matosinhos], a qual ligava a estação de Torres Novas (em Riachos) à localidade de Alcanena, passando pelo centro da vila torrejana no seguinte percurso: *Rua das Freiras – Rua dos Sabugueiros – Rua Nova – Portela – Rua de São Pedro – estrada para a Ribeira*. O seu funcionamento viria a cessar logo em 1896, dados seus múltiplos episódios de descarrilamento e acidentes [acentuados na

---

<sup>157</sup> SANTOS, António Mário Lopes dos – *O Convento do Espírito Santo...*, p.61.

<sup>158</sup> *Idem*, p.69.

<sup>159</sup> ROCHA, Francisco Canais – *Ob. Cit.*

passagem pelas ruas apertadas da vila torrejana] e falhas na gestão financeira da própria companhia.<sup>160</sup>

Segundo a imprensa entre 1907-1910 existem no concelho as estações de Caminho de Ferro de Torres Novas [7 Km da vila] e de Entroncamento [a 7,1 Km], um Serviço de Diligências, um Serviço de *Valores Declarados e Encomendas Postaes, Cobranças de Títulos, Lettras, Obrigações e Vales...*, e o indispensável *Telegrapho*, tendo sua instalação ocorrido na vila em 1893.<sup>161</sup>

A vila torrejana chegaria ao Século XX com uma actividade industrial florescente, alguma dela tirando partido dos recursos da terra, sendo exemplo máximo o figo [sobre a produção de aguardente de figo existiam no concelho «*mais de 509 caldeiras de destilação e na sede uma fábrica importantíssima de laboração contínua...*»<sup>162</sup>]. A par das destilarias, havia ainda as fábricas de tecidos, que só na vila absorviam cerca de 1000 operários – para além da *Companhia Nacional de Fiação e Tecidos*, há notícia das fábricas de João Baptista Vassalo, José Baptista Ramos de Deus e Manuel Caetano da Silva – e também a metalurgia com as serralharias de Manuel da Costa Nery, de António Vassalo e de João Pereira do Canto a empregar dezenas de trabalhadores.<sup>163</sup>

Ainda sobre a vila torrejana dos Séculos XIX e XX e eventuais alterações no tecido urbano, não podíamos deixar de referir um acontecimento ocorrido em Oitocentos, gerador de forte impacto na imagem daquele núcleo urbano: falamos do processo de destituição dos seus traços medievais mais significativos, para o qual consideramos a tomada do recinto do castelo para implantação do cemitério municipal em 1835 como o seu início.

Em sessão camarária de 15 de Outubro de 1836, a Câmara delibera que fosse demolido o pelourinho existente na Praça Nova, alegando que este era defeituoso e obstruía pelo seu volume o espaço exíguo desse recinto.<sup>164</sup> Anos depois, em 1854, demoliam-se duas torres da fortificação e parte do lanço da cortina da muralha entre esses, no seu lado N<sup>165</sup>, colocando-se mais tarde nessa secção um gradeamento de ferro. Dando seguimento a estas campanhas de obras, foram mais tarde referenciados os arcos da muralha da cerca para demolição: em 1860,

<sup>160</sup> Vd. GONÇALVES, Artur – *Memórias de Torres Novas: Novos Subsídios para a sua História*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1937.

<sup>161</sup> In *Jornal Torrejano*. N.º 5. De 25 de Dezembro de 1907. Cf. SANTOS, António Mário Lopes – *Torres Novas nos Finais do Século XIX*, p.130-144

<sup>162</sup> *Idem*, p.132

<sup>163</sup> Vd. ROCHA, Francisco Canais – *Ob. Cit.*

<sup>164</sup> Cf. GONÇALVES, Artur – *Mosaico Torrejano: Miscelânea de Retalhos do Passado e do Presente de Torres Novas para Memoração no Futuro*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1936.pp. 124-125

<sup>165</sup> Segundo os *Livros de Actas da Vereação – Sessão da Câmara de 2 de Agosto de 1854*. fl.135. AHMTN.



destruía-se o *Arco de Santa Maria* por ameaçar ruína; quatro anos mais tarde seria a vez do *Arco do Salvador*; em 1876, apeava-se o *Arco da Praça*, juntamente com parte da muralha que lhe estava contígua; e, em 1883 o *Arco/Postigo do Vento* e parte do muro da cerca eram demolidos. Restava o edifício dos Paços do Concelho, situado na vetusta Praça Nova, encostado à muralha da cerca, junto da torre do relógio – conjunto que viria também a ser demolido, por decisão camarária de 1888, para alargamento daquele recinto, aproveitando o mau estado do edifício que se teria agravado com o episódio do incêndio de 1868 que terá destruído parte das suas dependências. No meio de todos estes apeamentos sobre parte do património edificado de raiz medieval, aconteceriam também as demolições da Capela de Nossa Senhora da Luz [que abriria o espaço do actual Largo D. Diogo Fernandes de Almeida] e também a Capela de Nossa Senhora da Nazaré no Largo do Paço.

Quanto às novas infra-estruturas, ainda que erigidas sobre anteriores parcelas do tecido urbano antigo da vila, para além das oficinas das indústrias já citadas [localizadas predominantemente junto ao rio], destaque para o novo edifício do *Teatro Torrejano* de 1877 – erigido em parte das dependências do antigo edifício do Paço do Duque, no Largo com o mesmo nome, demolido em finais da década de 1960 – e para o notável edifício do mercado fechado no topo da Rua Nova, construção em ferro e vidro, datada de ca.1884. A presença destes edifícios sublinha o protagonismo que o Largo do Paço [pequeno recinto localizado nas traseiras da igreja de Santiago e *praça-de-jorna*] adquire neste último quartel de Oitocentos, formando um conjunto harmonioso com os edifícios erigidos no topo Norte do mesmo largo e na rua da Portela [palacetes de coloridas fachadas azulejadas, rematados por uma panóplia de pequenas esculturas, vasos e urnas, testemunhando o gosto *burguês* dos seus proprietários].

Após estes tempos, não há interferências de maior no tecido urbano da vila na área correspondente à ocupação humana cristalizada desde o Século XVIII. Como indicámos no início, a partir do Século XIX a dinâmica urbana da vila faz-se para além da margem esquerda do Almonda pela estruturação e consolidação de uma rede de novos centros periféricos que paulatinamente conduziriam ao *estado de alma* que encontramos hoje em pleno centro de uma Torres Novas já cidade cujas memórias de vivência passadas se transpõem nas suas artérias urbanas e em parte do edificado que preenche essa rendilhada teia constringida pelos trejeitos serpenteados do Almonda.

### . Qual o seu estado de alma? – Sobre a condição do centro histórico torrejano

O centro histórico torrejano revela-nos actualmente sinais preocupantes de definhamento da sua condição urbana, facto que num primeiro plano transparece na realidade social e económica presente nesse espaço.

Para essa parcela do tecido urbano torrejano a população idosa é quase o dobro da percentagem verificada para a restante área da cidade, e o mesmo se verifica para o grau de habilitações dos seus habitantes, registando-se uma percentagem superior no centro histórico sobre residentes que declaram não saber ler ou uma baixa escolaridade em relação ao verificado na restante área da cidade. Números elevados, proporcionalmente com os verificados na área urbana de Torres Novas em volta do tecido antigo, são apontados para a percentagem de residentes inactivos, desempregados ou reformados.<sup>166</sup> Temos, portanto, uma população envelhecida e empobrecida como uma das marcas de identificação daquele lugar, aspecto que se transforma em factor contrário a um desejado processo de restauro urbano.

No que diz respeito ao edificado, também os números do regime de ocupação dos alojamentos se revelam preocupantes na área correspondente ao tecido antigo de Torres Novas: o número de alojamentos familiares vagos em 2001 foi de 23% contra os 14% do resto da cidade, verificando-se também o forte peso do mercado de arrendamento nessa área contrastando os seus 53,4% com os 27,8% apurados para o tecido urbano das zonas periféricas.<sup>167</sup> Se a estes valores somarmos o mau estado de conservação de grande parte do edificado, o baixo ritmo de renovação da ocupação, o abandono desta área pelo comércio e serviços, encontramos uma situação favorecedora do processo de *suburbanidade* da cidade que, conseqüentemente, acentua a crise do seu tecido antigo enquanto centro vazio.

Como conjunto de construções e espaços abertos moldado pela soma dos tempos, concentrando elementos fundamentais para a definição da identidade colectiva dos autóctones, o centro histórico torrejano demonstra que merece ser encarado como bem patrimonial à escala local e regional e, ao mesmo tempo, acusa ser urgente travar a sua degradação e desvitalização por meio de um concertado plano de restauro urbano integrado<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> SIMÕES, Jorge Salgado – Donut Urbano ou a dialética da cidade com o seu centro histórico. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. N.º18 (2006). Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. pp.145-149.

<sup>167</sup> *Idem*.

<sup>168</sup> Sobre o conceito de *Restauro Urbano Integrado*, associado aos fundamentos do ICCROM [International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property], destacamos a obra *Conservação Urbana e Territorial Integrada* por condensar um conjunto de reflexões analíticas sobre diversos exemplos de intervenções em núcleos históricos, urbanos e rurais, elucidando a importância da sua aplicação efectiva nos processos de gestão, salvaguarda e reabilitação. Vd. PORTELA, Ana Margarida; QUEIRÓS, Francisco – *Conservação urbana e territorial*

Percorrendo as artérias do tecido antigo torrejano percebemos que a massa do seu edificado se apresenta bastante heterogénea, com prédios de várias escalas e volumetrias, diferentes tipologias, distintas dimensões na forma das parcelas, diversos materiais e técnicas construtivas – facto advindo das várias fases de ocupação acontecidas diferentes tempos. [Figs. 18 a 20] A opção por demolir e construir de raiz em vez de restaurar, acontecida num passado recente, teve consequências nefastas para o centro histórico torrejano, principalmente nos casos em que se verifica uma má qualidade do projecto ou nas situações insólitas advindas de obstinações de projectistas numa busca desaustinada pela originalidade ou fixação de uma imagem de marca. [Figs. 21 e 22]

É também evidente um acentuado estado de descaracterização das traças tradicionais de variados edifícios pelas alterações sofridas em intervenções de remodelação parcial ou integral, quer em fachadas quer nos interiores, algumas delas pela utilização de materiais incompatíveis ou esteticamente desadequados, alterações de cotas e de volumetrias. Nas franjas da área definida como centro histórico, junto às zonas de fronteira com o restante território da cidade, nota-se a acentuação destes problemas ou, nos casos em que tal não se verifica, a pressão do edificado contemporâneo sobre o tecido antigo, gerando as desagradáveis situações de clivagem geradas pela diferenciação, em alguns casos abrupta, de cotas, escalas, volumetrias e até de cores. [Figs. 27 e 28]

O problema da ruína/vazio é uma das mais duras realidades. Num acelerado ritmo assiste-se ao desaparecimento de inúmeros edifícios no centro histórico torrejano que devido ao abandono ou incúria dos seus proprietários ruem, deixando verdadeiras feridas abertas no tecido edificado. A gravidade da situação é tal, que no espaço de tempo que passou desde a data de realização do estudo que serviu de base a esta exposição de ideias – entre 2004 e 2010 – desapareceram vários prédios que geraram vazios gritantes na malha urbana, alguns deles com evidente interesse patrimonial à escala local. [Figs. 23 a 26 ]

Há, contudo, alguns sinais de reabilitação. Certos exemplos consumados lançam a esperança sobre um futuro risonho para esta área da cidade. Apesar de ainda longe do ritmo desejado, algumas obras de restauro e conservação de edifícios vão acontecendo, muitas delas devido ao estímulo de programas de apoio à reabilitação de que é exemplo o RECRUA.

Sobre os espaços comuns do centro histórico, aconteceram recentemente várias intervenções a cargo do Município no sentido da sua requalificação, constituindo exemplos as

repavimentações dos principais arruamentos daquele núcleo, a requalificação da Praça 5 de Outubro [2009] ou as obras de recuperação do castelo e sua envolvente [2009] – obras cujo financiamento foi suportado em grande parte por verbas europeias.

Neste âmbito, é importante mencionar que o Plano Estratégico do Concelho de Torres Novas no Horizonte 2015 ou *Plano de Acção Torres Novas.pt*<sup>169</sup> – *Ponte para Todos*, delineado no âmbito do QREN 2007-2013, tem previsto como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento o da *cidade da dinamização cultural*. No conjunto de conteúdos que integram este documento é bem patente a preocupação com o centro histórico de Torres Novas, sendo o projecto *Turris XXI-Cidade Criativa*<sup>170</sup>, elaborado em 2007 [na linha do anterior *Turris XXI-Programa de Requalificação da cidade de Torres Novas para 2001-2004*], um dos que mais se associa à causa, visando a revitalização da cidade torrejana, e em particular do seu centro histórico, *tomando a dinamização museológica e educativa dos seus espaços* como principal estratégia, e apostando nela como *ponto sério de partida para uma verdadeira recuperação do centro histórico* torrejano, *que servirá como motivação acrescida para a implementação da Sociedade de Reabilitação Urbana – SRU*. Outro projecto que aponta também para a futura acção da SRUTN é o projecto *Recuperar é Viver* exclusivamente vocacionado para o restauro urbano integrado do centro histórico torrejano.

Seguindo a mesma linha podemos entender o programa *CHERE – Centro Histórico em Requalificação Estratégica*<sup>171</sup>, destinado a aplicar apoios, prestados nas vertentes urbanas e social, sobre o centro histórico. Para a primeira vertente é indicado que o apoio abrangerá a *recuperação de fachadas e coberturas de edifícios, a recuperação dos interiores com vista a um objectivo definido pelo proponente e aceite pela autarquia e a dinamização do espaço público*. A vertente social assume-se como *especialmente virada para a juventude*, dando prioridade à *promoção da habitação permanente no centro histórico, à promoção das actividades nas áreas da restauração e bebidas, ao reforço do comércio já existente, e ao apoio às actividades inovadoras associadas à tecnologia, artesanato, cultura e turismo*. Nestes dois sentidos, o Município compromete-se a *dar apoio técnico e financeiro a projectos que se insiram no espírito e objectivo do programa*, os quais incluem também incentivos à natalidade pela concessão de um subsídio no valor de 1250 euros por cada recém-nascido às mães que provarem residir há

<sup>169</sup> Disponível em <http://www.cm-torresnovas.pt/pt/conteudos/ProjectosObras/TorresNovasPT/>. Consulta a 05.03.2010.

<sup>170</sup> Disponível em <http://www.cm-torresnovas.pt/pt/conteudos/ProjectosObras/CidadeCriativa/>. Consulta a 05.03.2010.

<sup>171</sup> Disponível em <http://www.cmtorresnovas.pt/pt/conteudos/ProjectosObras/CHERE/CentroHistoricoRequalificacaoEstrategica.htm>. Consulta a 05.03.2010

mais de um ano no centro histórico [à data do nascimento], a criação do cartão municipal do residente no centro histórico [com reduções na utilização de equipamentos e transportes municipais] e facilidade no acesso ao estacionamento [benefícios válidos apenas durante a vigência do programa].

Na última revisão aos instrumentos indispensáveis para o planeamento urbano em Torres Novas - como o *Plano Director Municipal*<sup>172</sup> ou *Plano de Urbanização*<sup>173</sup> - foram já incluídas indicações específicas e concretas sobre a caracterização do território correspondente ao centro histórico, tendo sido elaborado um documento de trabalho orientador das estratégias de intervenção sobre o conjunto. Teve este novo instrumento como base a planta de intervenção do GTL [Fig.10] que adivinhava já uma estratégia em função da unidade *quarteirão*. Segundo o declarado no documento do Plano de Acção *Torres Novas.pt – Ponte para Todos*, o novo documento de trabalho representa a *fase de caracterização, diagnóstico e estudo prévio levados a cabo no terreno*, tendo como principais referências as unidades de intervenção para as quais foi definido o grau e a prioridade da intervenção [aplicadas sobre o edificado, espaços exteriores e vias de circulação] e, num segundo plano, um zonamento por macro-unidades de intervenção cuja delimitação seguiu o que se entendeu como valências associadas às vivências de cada parte, resultando a compartimentação da área nas seguintes divisões: UA. Equipamentos, UB Património, Cultura e Recreio; UC Comércio de lazer, UD Habitação.<sup>174</sup>

É significativa a evolução que constatamos na melhoria e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão por parte da tutela autárquica sobre o centro histórico torrejano. Esperamos agora que a sua aplicação prática considere verdadeiramente todas as vertentes associadas à tarefa, principalmente, que sejam considerados e entendidos os seus problemas e

---

<sup>172</sup> No PDM de Torres Novas, datado de inícios da década de noventa, aferimos uma caracterização na perspectiva do ordenamento – tocando pontos como o uso e aptidão dos solos, a identificação das unidades de paisagem, a demografia ou os factores de degradação ambiental –, uma síntese das directivas da União Europeia relacionadas com essas mesmas matérias, descrições da área urbana – que referem a hierarquia dos aglomerados, áreas urbanas e áreas industriais –, não esquecendo as medições dos perímetros urbanos. Não encontramos nenhuma referência concreta ao centro histórico, e apenas na secção das fichas relativas a servidões e restrições se faz referência ao património local classificado. Todavia, um *Regulamento Relativo a Materiais de Revestimento e Cores a Aplicar no Exterior das Edificações* surgia como anexo, facto que indica alguma preocupação pela uniformização harmoniosa da paisagem urbana.

<sup>173</sup> O Plano de Urbanização, da década de 90 e posterior ao PDM, refere no seu regulamento «a necessidade de garantir a recuperação e a renovação das áreas degradadas», «...de garantir a protecção, defesa e valorização do património artístico, histórico, paisagístico, arqueológico e cultural», e «...de garantir a individualidade da cidade de Torres Novas» – aspectos que acusam já uma maior sensibilidade face aos principais problemas do centro histórico. Este aspecto é ainda mais flagrante se considerarmos que no artigo 3.º, relativo ao *zonamento*, se menciona no ponto 1 alínea a) (respeitante às *Zonas Edificáveis Centrais*) uma *Zona Edificável Central Histórica*.

<sup>174</sup> Vd. *Projecto Recuperar é Viver* no documento do plano de acção de índole concelhia *Torres Novas.pt – Ponte para todos* disponível em: <http://www.cm-torresnovas.pt/pt/conteudos/ProjectosObras/TorresNovasPT/>. pp.82-100

potencialidades. Em jeito de tabela *swot* apresentamos no **Quadro 17** a confrontação desses dois aspectos com soluções que julgamos possíveis quer no âmbito geral quer no patrimonial.

A intervenção no centro histórico terá então que ir além do nível dos pavimentos, da renovação do mobiliário urbano ou dos arranjos paisagísticos com fins puramente estéticos. Essa parte nuclear do território da cidade deve antes ser tomada como um todo, olhando-a como espaço que não prescindia das suas funções primordiais [administrativa, social, económica/comercial, cultural], como local de encontro entre os que aí residem, os que aí trabalham e os que a visitam, sendo por isso necessária uma intervenção urbana que estimule a cidadania e a consciência de uma memória que é de todos.

É pois necessária uma estratégia que inclua todos os que directa ou indirectamente interferem com a dinâmica quotidiana do centro histórico, que os questione, que os escute. Desde os moradores aos proprietários e/ou investidores. Desde os serviços em prol da ordem e segurança [Polícia, Bombeiros] aos serviços autárquicos [especialmente, Urbanismo, Obras e Saneamento, Cultura e Turismo]. Desde as associações/colectividades, aos futuros empreendedores das emergentes indústrias criativas. A estrutura de gestão do centro histórico deve ouvir todos e cada um, devendo ter a obrigação de gerar dispositivos de promoção à participação cívica [pela discussão e debate de ideais] nos momentos de ponderação das escolhas a tomar em cada intervenção.<sup>175</sup>

Em jeito de conclusão, resgatamos as palavras perpetuadas por Fernando Pessoa na nota prévia que redigiu para a sua obra *Cancioneiro*, as quais tomamos como a própria voz deste centro histórico que nos contou tanto do seu *estado de alma*:

*«Todo o estado de alma é uma passagem. Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente uma paisagem. Há em nós um espaço interior onde a matéria da nossa vida física se agita. Assim uma tristeza é um lago morto dentro de nós, uma alegria um dia de sol no nosso espírito. E - mesmo que se não queira admitir que todo o estado de alma é uma paisagem - pode ao menos admitir-se que todo o estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser "Há sol nos meus pensamentos", ninguém compreenderá que os meus pensamentos são tristes.*

*Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo - num dia de sol uma alma triste não pode estar tão triste como num dia de chuva - e, também, a paisagem exterior sofre do nosso estado de alma -*

<sup>175</sup> Regulamento de requalificação do centro histórico de Torres Novas. Disponível em <http://www.cm-torresnovas.pt/pt/conteudos/ProjectosObras/CHERE/>. Consulta em 05.03.2010.



*é de todos os tempos dizer-se, sobretudo em verso, coisas como que "na ausência da amada o sol não brilha", e outras coisas assim. De maneira que a arte que queira representar bem a realidade terá de a dar através duma representação simultânea da paisagem interior e da paisagem exterior. Resulta que terá de tentar dar uma intersecção de duas paisagens.»*



**Figuras 18, 19 e 20**

Três aspectos do edificado do centro histórico torrejano onde é visível a heterogeneidade das edificações  
FA [Fotografias da autora]



**Figuras 21 e 22**

Dois exemplos de acentuada descaracterização do edificado  
FA [Fotografias da autora]



**Figuras 23 a 26**

A ruína/vazio que assola o centro histórico

Em cima, perspectivas de 2004, à esquerda, e de 2010, à direita, sobre uma parcela urbana na Rua Nova.

Em baixo, perspectivas de 2004, à esquerda, e de 2010, à direita, sobre uma parcela urbana na Rua Serpa Pinto

FA [Fotografias da autora]



**Figuras 27 a 28**

A ruína/vazio e a pressão urbana na franja do centro histórico

Topo da rua de Valverde: à esquerda em 2004, à direita na actualidade

### Quadro 17

Diagnóstico sobre o centro histórico torrejano com sugestões para possíveis soluções

POTENCIALIDADES	PROBLEMAS	SOLUÇÕES DE ÂMBITO GERAL	SOLUÇÕES DE ÂMBITO PATRIMONIAL
<p>_ Situação de centralidade em relação a ligações rodoviárias de grande impacto nacional [A23, A1]</p> <p>_ Proximidade a serviços de transporte de grande dinâmica [ferroviários e rodoviários]</p> <p>_ Permanência de alguns equipamentos de serviços [educativos e municipais]</p> <p>_ Boa dinâmica associativa com fins diversos, em particular, recreativos e culturais</p> <p>_ Potencial turístico à escala regional</p> <p>_ Interessantes e diversificados recursos patrimoniais que vão muito além dos imóveis classificados existentes</p> <p>_ Situação de centralidade em relação a importantes pólos turísticos</p>	<p>_ Forte descaracterização do edificado</p> <p>_ Forte aceleração da desertificação ao nível da habitação e comércio</p> <p>_ Problemas de identificação, por parte das entidades com poder de decisão, dos aspectos singulares</p> <p>_ Grande especulação imobiliária no anel em volta desta parcela do tecido urbano torrejano</p> <p>_ Falta de estímulos à população local para o conhecimento do seu património cultural</p> <p>_ Abandono galopante por parte do comércio e serviços</p> <p>_ População envelhecida e empobrecida</p>	<p>_ Maior rigor na avaliação dos projectos de construção ou reconstrução de imóveis, estabelecendo condicionantes ao nível da volumetria, cota em altura, traça dos edifícios, cor</p> <p>_ Manter as funções, residencial, comercial e administrativa que são próprias à vida urbana deste centro</p> <p>_ Incentivar a participação da iniciativa privada no processo do restauro urbano, pela celebração de parcerias</p> <p>_ Implementar dinâmicas culturais que tirem partido dos recursos patrimoniais existentes e das infra-estruturas culturais disponibilizadas, pensadas à escala regional em articulação com os restantes municípios do Médio Tejo</p> <p>_ Estrutura de gestão alargada para além do Departamento de Urbanismo/GGCH no sentido de decisões conjuntas com os proprietários, investidores, comissões de moradores, associações, juntas de freguesia, serviços culturais, Gabinete de</p>	<p>_ Intervir nos edifícios e no espaço urbano de modo a travar a demolição arbitrária de casos que revelem interesse do ponto de vista arquitectónico, numa estratégia centrada na valorização de aspectos singulares</p> <p>_ Impulsionar o estudo do edificado, constituindo uma equipa multidisciplinar que realize um diagnóstico detalhado do seu <i>estado de alma</i>, de maneira a que as conclusões daí advindas sirvam de base à execução de futuras propostas de salvaguarda</p> <p>_ Elaboração de cartas de risco individualizadas para o património arqueológico e arquitectónico</p> <p>_ Desenvolver acções de educação patrimonial com a comunidade local, em faixas etárias para além dos indivíduos em idade escolar</p> <p>_ Se tomado como produto cultural, centrar as acções dos serviços municipais de turismo numa dimensão regional e promover material de apoio ao turismo cultural de qualidade e com base em conteúdos científicos</p>

		Turismo...	
--	--	------------	--

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Atlas do Ambiente. Carta de capacidade de uso dos solos. Escala 1/1 000 000.* Lisboa: SEARN, 1980.
- Atlas do Ambiente. Carta geológica.* Lisboa: SEARN, 1987.
- Atlas do Ambiente. Carta da Hidrografia Continental.* Lisboa: SEARN, 1989.
- Atlas do Ambiente. Insolação.* Lisboa: SEARN, 1987
- Atlas do Ambiente. Temperatura: temperatura média do ar.* Lisboa: SEARN, 1984
- Carta Militar de Portugal. Escala 1/25 000. Folha 329.* Serviço Cartográfico do Exército, 1969.
- Cartas e Convenções Internacionais. Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger.* Lisboa: IPPAR, 1996.
- Nova Augusta - Revista de Cultura.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, N.º 11-Especial Arqueologia (1999).
- COSTA, P. António Carvalho – *Corografia portuguesa e descriçam topográfica do famoso reyno de Portugal. 2.ª* Edição. Braga: Typografia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868-1869
- BICHO, Joaquim Rodrigues – *A Fábrica Grande: Subsídios para a História da Companhia de Torres Novas.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1997.
- *Toponímia da Cidade de Torres Novas.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, s/d.
- CARREIRA, Carlos – Um passado islâmico em Torres Novas (contributos para o seu estudo). *Nova Augusta – Revista de Cultura.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 18 (2006). pp. 87-137.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – O Concelho de Torres Novas em Tempos de Crescimento e Consolidação de um Reino. *Nova Augusta – Revista de Cultura.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 6 - Especial (1992).
- COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DO OITAVO CENTENÁRIO DO FORAL DE TORRES NOVAS – *Foral de Torres Novas de 1190.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1990.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves – Sobre a Casa Urbana no Centro e Sul de Portugal nos Fins da Idade Média. *Arqueologia Medieval.* Porto: Edições Afrontamento. Vol. 5 (1997). pp. 243-265.
- *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média.* Cascais: Patrimonia Historica, 2000. 2 Volumes.
- DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO – *Sistema urbano nacional: cidades médias e dinâmicas territoriais.* Lisboa: DGOTDU, 1997-1999. 3 Volumes.
- FUNDACIÓN DEL PATRIMONIO HISTÓRICO DE CASTILLA Y LEÓN – *La Ciudad Deseada, Valoración Cultural de La Ciudad Histórica, su Evolución sostenible y su Futuro en Ila Previsible Ordenación del Territorio.* Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 1999.
- GONÇALVES, Artur – *Memórias de Torres Novas: Novos Subsídios para a sua História.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1937.
- *Mosaico Torrejano: Miscelânea de Retalhos do Passado e do Presente de Torres Novas para Memoração no Futuro.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1936.
- *Torres Novas: Subsídios para a sua História.* Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1935.



- GREGÓRIO, Paulo Renato Ermitão – A obra do mestre entalhador Manuel da Silva, na vila do Almonda. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 14 (2002). pp. 49-59.
- *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas (1572-1700)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2003.
- Torres Novas – Sinais Urbanos: do medievo ao moderno. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 15 (2003). pp. 117-134.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Coleção «Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas». 2.ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso e irmão, 1886. Volume 9. pp. 619-630.
- LOPES, João Carlos.– *A Confraria dos Lavradores de Torres Novas*. Torres Novas: Digital Texto Publicações, 1993.
- *Torres Novas e o seu Termo no Meio do Século XVIII*. Torres Novas: Âmagô da Questão, 1998.
- LOPES, Leonor Damas e TRINDADE, Margarida Teodora – *Confrarias Medievais da Região de Torres Novas. Os Bens e os Compromissos*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2001.
- LOURENÇO, Sandra – A Ocupação Medieval na Rua Tenente Valadim, N.os 1 e 3 (Torres Novas). *Nova Augusta – Revista de Cultura*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. N.º 14 (2002).
- MANIERI-ELIA, Mario – «Centro Storico: Conservazione E Riuso». In *Il Concetto di Centro Storico*. Milano: Edizioni aAngelo Guerini e associati, 1990.
- MARQUES, A.H. Oliveira, SERRÃO, Joel [Direcção de] – «Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV». In *Nova História de Portugal*. Volume III. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- MATTOSO, José – «Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder». In *Cidade e História. Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Belas Artes. FCG: Lisboa, 1992.
- «A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidade». In *Cidade e História. Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Belas Artes. FCG: Lisboa, 1992.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: INIC, 1990.
- MUSEU MUNICIPAL CARLOS REIS – *Turres. Núcleo permanente de história do concelho*. s.l.: s.n., s.d.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – *Visitas Paroquiais na Região de Torres Novas (séculos XVII- XVIII)*. Torres Novas: Serviços Culturais da Câmara Municipal de Torres Novas, 1992.
- PORTELA, Ana Margarida; QUEIRÓS, Francisco – *Conservação urbana e territorial integrada. Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- RAIMUNDO, Ricardo A. Varela – Da «má indolle, e péssima educação» ao «sentir mal da Santa Fé Catholica e Lei Evangelica»: o processo de Rafael Mendes Franco. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. N.º21 (2009). Torres Novas: Município de Torres Novas, pp.51-70.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*. 4.ª Edição. Lisboa: 1986.
- ROCHA, Francisco Canais – *Para a História do movimento Operário em Torres Novas. Durante a Monarquia e a I República (1862/1926)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 2009.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A Cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

SANTOS, António Mário Lopes dos – *Torres Novas nos Finais do Século XIX – Subsídios Históricos*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas, 1994.

– *O Convento do Carmo*. Torres Novas: Santa Casa da Misericórdia, 2006.

– *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas [1536-1799]*. Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009.

SANTOS, Diana Gonçalves dos – A Requalificação do Centro Histórico de Torres Novas, segundo a perspectiva da História da Arte. *Poligrafia*. Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão. N.º11/12 (2004/2005). pp.135-162.

SIMÕES, Jorge Salgado – Donut Urbano ou a dialética da cidade com o seu centro histórico. *Nova Augusta – Revista de Cultura*. N.º18 (2006). Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas. pp.139-152.

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII. Portugal- Brazil*. Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Maria Elvira Marques [apresentação e notas] – *Memórias para a história da vila de Torres Novas [1745-1746]*. Torres Novas: Município de Torres Novas, 2009.

VASCONCELOS, Padre Inácio da Piedade e – *História de Santarém Edificada*. Volume II. Lisboa: 1740.

ZBYSZEWSKI, G.; MANUPELLA, G.; FERREIRA, O. da Veiga – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 27-C: Torres Novas*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1971.



# **“Viana do Castelo. Uma cidade, um rio e o mar, interpretação das dinâmicas urbanísticas.”**

*Paula Cristina Machado Cardona*

(Doutora em História da Arte. Investigadora em exclusividade do Grupo de Investigação Arte e Património do Norte de Portugal – CEPESE)



Factores de natureza geográfica, económica, social e cultural são pilares de sustentação do desenvolvimento de qualquer núcleo urbano. No caso particular de Viana do Castelo, a determinante geográfica é o Atlântico e o rio Lima, que se assumem como motores vitais do protagonismo económico que este território urbano assumirá e como elementos principais de unidade entre pólos urbanos de proximidade e de ligação intra peninsular e europeia que se expandirá com a conquista de novos territórios continentais.

A esta condicionante geográfica, associam-se outras, essenciais para a leitura e interpretação deste espaço físico: 1 - necessidades intrínsecas da comunidade local – necessidades básicas, acessibilidades internas e externas, serviços; 2 - crenças e valores espirituais que se materializam nos templos, nas infra-estruturas culturais, e nos espaços recreativos.

### **As condicionantes do meio físico: O rio Lima e o Atlântico**

O cais, a barra e a fortaleza, são marcas da paisagem Vianense, os seus complexos processos construtivos e os impactes no fâcies urbano da então Viana do Foz do Lima são testemunhadas por uma significativa base documental assente nas Actas de Vereação municipal, notas tabeliônicas e documentação coeva com destaque para a *Fénix Vianeza*,<sup>176</sup> a *Corografia Portuguesa*<sup>177</sup> e as Memórias Paroquiais, para falar apenas das mais expressivas, que nos abrem as portas para uma corroboração segura sobre o papel do Rio Lima e do Atlântico como pólos em tornos dos quais se definirão as diferentes centralidades urbanas de Viana do Castelo, desde a sua génese até à actualidade.

Sobre o impacte destas infra-estruturas na paisagem urbana o autor da *Fénix Vianeza* regista: “obra tão magestoza (...) que no senhorio de Portugal se não acha semelhante, porque alem de ser muito alto, muito largo, he muito forte, feito todo de pedra d’esquadria (...) que principia do magnifico Convento de São Bento, lavado todo o Lima até se entranhar pelas ondas do Oceano, servindo-lhe de remate hum grande forte, o qual pode jugar oito peças d’Artilharia por ser sua plante espherica”<sup>178</sup>.

---

<sup>176</sup> NORTON, Manuel Artur – *Fénix Vianeza ou Vianna Renascida em o Átrio*” in *Arquivo do Alto-Minho*, 3ª série. Viana do Castelo: 1981, XXVI, Vol. VI, pp. 152-153

<sup>177</sup> COSTA, P.º António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal...* 1ª edição. Lisboa, 1706, p. 189

<sup>178</sup> NORTON, Manuel Artur, “*Fénix Vianeza ou Vianna Renascida em o Átrio*” in *Arquivo do Alto-Minho*, 3ª série. Viana do Castelo: 1981, XXVI, Vol. VI, pp. 152-153

### **A Póvoa Marítima**

A pequena, sumária mas próspera póvoa marítima que junto à foz do rio Lima florescia, antes da outorga do foral Afonsino em 1258, constituiu a primeira centralidade urbana de Viana do Castelo. São Salvador do Adro, assim denominada, era constituída por homens do mar a par de mercadores e almocreves que protagonizavam uma intensa actividade mercantil, tendo por base uma rede de comunicação terrestre e fluvial. As estradas e o rio permitiam acessos rápidos às feiras, como as de Ponte de Lima, Lindoso, Barcelos e Braga, onde se mercavam os produtos agrícolas e têxteis provenientes do interior e expedidos por este pequeno entreposto marítimo. Produtos que eram também escoados para a Galiza, território fronteiriço de contacto permanente e regular que se animava e se estimulava pela rede de almocreves, cuja capilaridade ia até Trás-os-Montes e a Castela.

Esta póvoa marítima, dotada de um porto de mar, construirá no séc. XIII uma pequena igreja, actual Capela das Almas, também conhecida como Matriz Velha, com funções de igreja paroquial até à construção da nova paróquia de Santa Maria Maior no séc. XV. Edifício que de certa forma marca o apogeu que esta comunidade de homens de mar atingirá com a outorga do foral de 1258.

Este foral de D. Afonso III para além de evidenciar a estratégia do monarca para fixar povoamento assume outros contornos de grande importância para esta comunidade, designadamente a autonomia administrativa e o progresso económico, uma vez que a política centralizadora da coroa alivia a pressão do clero e da nobreza sobre esta comunidade que passa a auferir de um conjunto de privilégios e regalias que conduzem por um lado, ao desenvolvimento das estruturas municipais, assentes no Concelho e na Câmara e por outro, a sólidas dotações financeiras provindas de rendas concedidas pelo monarca e receitas próprias, geridas pelo do Município.

Estas dotações financeiras permitiram viabilizar nos séculos XIV e XVII, um conjunto de obras públicas que estão na origem do redimensionamento do burgo e do seu crescimento urbano.

### **A Centralidade urbana nos séculos XIV - XVII**

A segunda centralidade urbana de Viana do Foz do Lima está relacionada com esta conjuntura política e económica e as dinâmicas urbanas assentarão em três vectores:

### 1 - Nova centralidade do burgo

- Fortificação da vila (concluída em 1347) que surge como necessidade de dirimir a vulnerabilidade atlântica do burgo
- Obras portuárias de acostagem
- Definição dos principais eixos viários

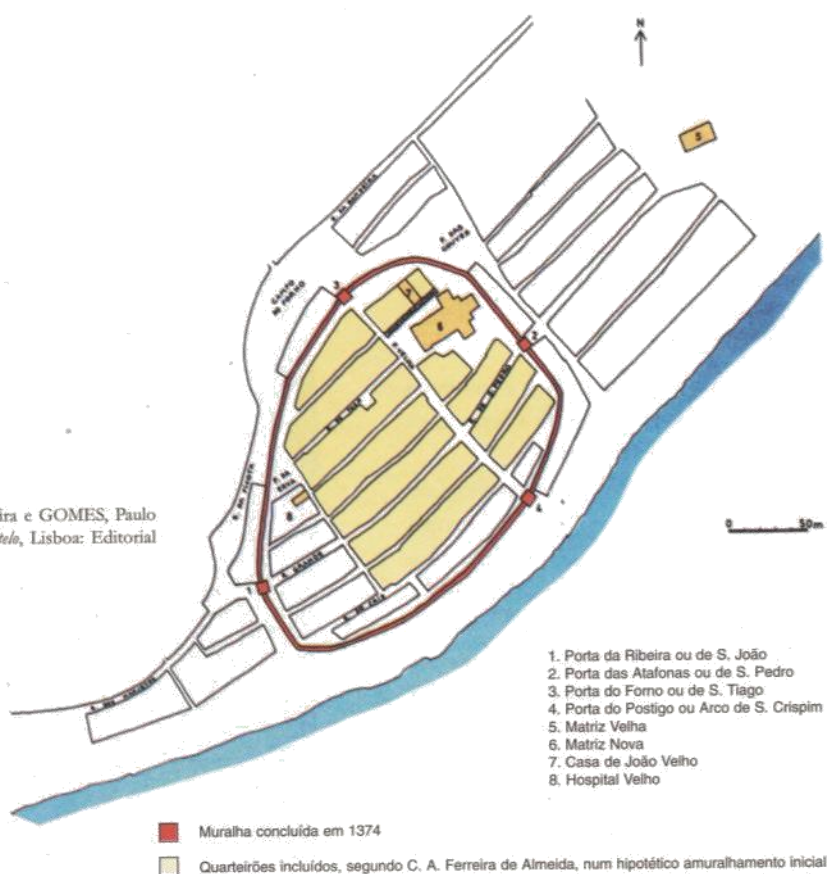
### 2 - Redimensionamento urbano:

- Abertura de ruas e praças
- Construção de chafarizes e fontes
- Edificação de edifícios administrativos, Câmara cadeia e equipamentos destinados à cobrança de impostos
- Fixação da elite social no coração do burgo

### 3 - Aumento da população:

- Aumento de áreas destinadas às actividades comerciais, proliferação de açougues
- Construção do hospital do Velho (1439)

(in CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela – *Viana do Castelo*, Lisboa: Editorial Presença, 1990, p.18)



Com a estrutura urbana definida no séc. XVI, dentro e também fora das muralhas, são rasgadas novas ruas, abertas novas praças e são criados novos locais para feiras e mercados, intensifica-se o abastecimento de água à população com a sua captação e condução para os chafarizes e fontes públicas cuja construção prolifera. Nos alvares do séc. XVI, a Câmara constrói um novo edifício para as suas funções a que se soma a reconstrução em finais do século XVII da cadeia e da alfândega e de outros edifícios relacionados com a cobrança de impostos.



1554 - Chafariz do Campo do Forno. Obra atribuída a João Lopes (pai) e terminada por João Lopes o Moço.



1506 – Construção dos Paços do Concelho. Armas reais – esfera armilar e cruz de Cristo. Armas de Viana - caravela





1698 - Porta Mexia Galvão. Marca a fase de expansão dos Paços do Concelho

O centro do recinto fortificado é completado por um conjunto de obras de carácter e inspiração religiosa, com funções culturais e assistenciais. A referência mais marcante, paredes meias com o edifício municipal é a igreja colegiada de Santa Maria Maior, que em 1439 estaria em construção. Pólo vital da vida religiosa desta população, a colegiada com sete beneficiados, congregará do ponto de vista funcional e organizativo, instituições relevantes como a Mitra Primacial, responsável pela gestão da capela-mor; a Câmara Municipal com responsabilidades construtivas no corpo da igreja e torres sineiras da fachada principal e as confrarias, activas, dinâmicas e com um peso social muito forte por inerência das suas características, actuando ao nível da satisfação das necessidades espirituais e assistenciais dos seus confrades.

Merecedora de igual referência é a igreja da Misericórdia e o seu hospital, datado de 1582 que virá substituir o antigo hospital, ou Hospital Velho, da Praça da Erva de inícios do Séc. XV e que acumulava como função de albergue a mercadores, peregrinos e viajantes.

Uma elite social constituída na sua essência por mercadores banqueiros naturais e estrangeiros de origem diversificada com especial destaque para ingleses, franceses, holandeses e alemães fixam-se, no séc. XVII no burgo conferindo-lhe uma textura cosmopolita. O vigor económico de Viana deste período confirma-se também pela atractividade que exerce sobre estas comunidades estrangeiras.

Marca da presença de uma elite social, empreendedora e empenhada, está plasmada na arquitectura civil de que é exemplo a Casa dos Arcos, construída nas imediações da igreja colegiada de Santa Maria Maior, em 1497, junto à denominada Porta do Postigo, cujo proprietário, João Velho, homem notável da Vila terá feito fortuna e granjeado prestígio social nas campanhas da Guiné. Referem algumas fontes, que nesta casa terá pernoitado D. Manuel I aquando a sua peregrinação a Santiago de Compostela.

Muito próximo da Casa dos Arcos, é também digna de nota a Casa dos Lunas, do séc. XVI, mandada construir por Jácome de Luna que foi provedor da Misericórdia em 1547 e era descendente de um abastado comerciante Galego.



## Sec. XVI – Casa dos Lunas

Dos espécimes de arquitectura civil seiscentista, que ainda hoje subsistem, bem preservados e com dotações funcionais diversificadas no espaço em análise, gostaríamos de destacar o Palácio Carreira/Távora atribuído a Manuel Pinto Vila Lobos e a Casa dos Alpuim, cuja construção é de 1533. Nestes edifícios funciona actualmente a Câmara Municipal de Viana do Castelo.



Esta elite social civil, mas também militar e eclesiástica que se fixa no centro urbano e nas suas imediações, constituiu uma das forças propulsora do desenvolvimento económico de Viana da Foz do Lima. Uma extensa rede de unidades conventuais, igrejas, capelas e ermidas está praticamente definida em finais do séc. XVI e inícios do Séc. XVII com a fundação dos mosteiros beneditinos Santa Ana, em 1510; São Bento, em 1545 e o mosteiro de Santa Cruz da ordem dominicana, em 1566. Em 1561 é construída a capela de São Roque, na estrada de Monserrate. A Santa Casa da Misericórdia activa, em Viana, desde o primeiro quartel do século XV, inicia por volta de 1582 as obras do hospital.

1612 é a data de construção do mosteiro de Santo António dos Capuchos. Entretanto, em 1621, uma nova paróquia, a segunda, é criada com a designação de Nossa Senhora de Monserrate. Os Carmelitas Descalços fundam o seu mosteiro em 1625. Cinco anos mais tarde, em 1630, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho iniciam a construção do convento de São Teotónio. O convento das Recolhidas ou o Recolhimento de Santiago, administrado pela Misericórdia é reedificado em 1663. Por todo o lado reconstrói-se e reedifica-se capelas: a de Santa Catarina, na Ribeira, datada do primeiro quartel do século XVII, a dos Reis Magos, na Bandeira, do mesmo período e a do Bom Jesus do Santo Sepulcro do Calvário, erigida em 1674, em Monserrate, que integrava a via-sacra, onde mais tarde se construiria a capela de Nossa Senhora da Agonia.

O crescimento da vila para poente, no sentido do Atlântico, intensifica-se. À construção da roqueta manuelina em 1502 para protecção de toda a foz e à fundação do mosteiro Cruzio por D. Frei Bartolomeu dos Mártires em 1566 adiciona-se a edificação da paróquia de Nossa Senhora de Monserrate em 1621.

A centralidade Atlântica, consolidar-se-á com o forte de Santiago da Barra cujo início construtivo se situa em 1588, com intervenções sucessivas até culminar na criação, em 1701, por D. Pedro II da Aula de Engenharia chefiada por Manuel Pinto Vila Lobos com o objectivo de formar engenheiros. O sistema defensivo de Viana, assente numa rede de fortes é o testemunho visível do trabalho desta Aula de Engenharia que deixará marcas visíveis na arquitectura civil, pública e privada e também na arquitectura religiosa.

O contacto para a margem sul, que obrigava ao atravessamento do Lima, por barcas ou por pontes de barcas, posiciona o largo de Pombal, nas proximidades do convento feminino de São Bento como um ponto importante da vida da urbe. Uma Ponte de madeira será construída em 1716 e reedificada em 1751.

A conectividade externa de Viana acentuar-se-á com a vinda do caminho-de-ferro e a construção da ponte metálica em 1877 por Gustavo Eiffel e Théophile Seyrig. No espaço onde outrora estivera situado o convento de São Teotónio, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundado em 1631, é construída a estação de Caminho de Ferro, em 1878, projecto da autoria do Eng. Alfredo Soares.

O espaço urbano de Viana expande-se em finais do século XVIII e inícios do século XIX, concretizando-se em 1917 a abertura da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra que cria um eixo de circulação amplo do interior para a frente fluvial e vice-versa, interceptando com o Jardim público, arborizado até à ponte metálica em inícios do séc. XX.



Av. dos Combatentes da Grande Guerra

Este espaço habitado por uma comunidade que mantém um profundo sentimento de identidade e respeito pela herança e legados patrimoniais, impôs-se pelas suas características, (mau grado erros urbanísticos fatais de que é exemplo incontornável o denominado prédio Coutinho), à voragem destruidora da muitas vezes deficitária gestão pública. A integridade do edificado e a humanização do denominado centro histórico possibilitou, recepcionar, incorporar e pôr em prática, de forma colectiva e

participada, entendimentos conceptuais e metodológicos das questões patrimoniais cimentados ao longo dos anos 30 e 90 do século XX:

- **Conceito de bem cultural** – valorização das manifestações e testemunhos mais representativos da actividade humana
- **Evolução dos princípios de conservação e restauro**
- **Alargamento do entendimento das escalas de protecção patrimonial** – de Monumento / Centro Histórico / Território
- **Novas metodologias de intervenção no plano funcional** e desenvolvimento de actividades para a preservação da estrutura social e económica tradicional, impedindo o êxodo das comunidades locais
- Capacidade de resposta aos novos desafios das cidades: identidade cultural, planeamento, combate à *guetização*, capacidade de carga sobre o património por acção do turismo (Carta de Gubbio de 1990)<sup>179</sup>

Na actualidade, o desafio que se coloca aos centros históricos assenta na centralidade urbana e histórica como elemento chave da competitividade da economia urbana – infra-estruturas, comunicações, recursos humanos e administrativos e na projecção internacional dos núcleos urbanos por via da actividade turística.

- Melhor reorganização do património urbano existente
- Menor planificação de novas áreas de expansão
- Percepção do “histórico” e das medidas de protecção passa a abranger as áreas mais antigas da cidade e os conjuntos urbanos de construção mais recente
- Aparecimento de novas centralidades que conectam o local com o global
- Mudança conceptual: de centro histórico para paisagem histórica urbana (Carta Internacional de Viena sobre Património Mundial e Arquitectura Contemporânea, 2005). Conjuga a conservação do património com desenvolvimento urbano.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> AZCONA, Emilio Luque; SMITH, Harry - NOVEDADES Y RETOS EN LA GESTIÓN DE CENTROS HISTÓRICOS DE EUROPA, LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (1980-2005) , in *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 254, 15 de diciembre de 2007

<sup>180</sup> Idem, ibidem



## **Dinâmicas urbanas Sec. XXI**

O Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo, apresentado em 2002 tinha por objectivos:

A manutenção dos elementos mais modestos, que isolada ou agrupadamente constituem marcas importantes da intervenção do homem ao longo dos tempos;

Elementos que traduzem, de uma forma ou de outra, o modo de ser e de estar do homem, contribuindo para a moldagem da paisagem e criando uma estrutura urbanística própria.<sup>181</sup>

Dos instrumentos de acção colocados ao serviço destes princípios, para o caso específico de Viana do Castelo gostaríamos de salientar dois:

**1 - Programa Polis** - Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades de que resultou a concretização dos seguintes projectos:

Parque da Cidade de Viana do Castelo

Anel Viário da Cidade

Ponte Móvel Pedonal

Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA)

Campo da Agonia e parque de estacionamento subterrâneo

Requalificação da Rua João Alves Cerqueira / Largo de Santa Catarina – antiga doca comercial

### **Praça da Liberdade**

Edifícios Administrativos

Tribunal de trabalho, o Registo Civil, o Registo Predial, a repartição de Finanças e o Centro de Emprego. No rés-do-chão, estão já instalados diversos cafés e restaurantes.

---

<sup>181</sup> Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Declaração n.o 248/2002 (2.a série)

A Biblioteca Municipal

O Coliseu de Viana - Pavilhão multiusos com capacidade para 4000 pessoas

## **2 - Programa Recria – Reabilitação de habitação no Centro Histórico**

- 220 casas reabilitadas das 320 casas degradadas cadastradas em 2001
- Viana do Castelo é a quinta capital de distrito (de entre as 18 do Continente) com menos fogos devolutos. (INE)
- Quatro projectos de reabilitação premiados pela qualidade das intervenções

Podemos concluir que este espaço urbano constrói-se, modifica-se, transforma-se, apresenta-se aos seus utilizadores/fruidores como um tecido vivo que absorve os sinais do tempo, refundindo-se e moldando-se, incorporando formas e funções diversas, mas mantendo as marcas ancestrais do homem e da sua cultura pretérita que se mescla com as demandas e as exigências do tempo presente, no qual, o espaço total deve ser entendido em contexto tridimensional, coexistindo com as estruturas físicas, as atmosferas e os valores simbólicos, que lhe confere uma identidade distinta.

## **“Estatísticas de Turismo Urbano. O Centro Histórico do Porto e o Turismo.”**

*Francisco Dias*

(Professor Associado do Instituto Politécnico de Leiria/Presidente da Associação Portuguesa de Turismologia/Membro do GITUR)



## Introdução

O presente texto traduz no essencial uma comunicação subordinada ao tema “Estatísticas de Turismo Urbano. O Centro Histórico do Porto e o Turismo”, apresentada no Seminário “Centros Históricos – Passado e Presente”, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 10 a 12 de Março de 2010.

A primeira parte desta comunicação é dedicada à questão das estatísticas do turismo. Não será exagero afirmar que a estatística constitui a base de legitimação e o fundamento de todos os discursos elaborados a propósito do fenómeno do Turismo. De facto, é nos dados estatísticos que se ancoram os diagnósticos e as conclusões, bem como os argumentos e os juízos, de todos os actores sociais que povoam o campo sociopolítico do turístico: políticos, cientistas, gestores, empresários, etc.

Com o objectivo de desenvolver políticas de turismo eficazes e de monitorizar os investimentos da iniciativa privada e a aplicação de fundos públicos foram criados em todos os países sistemas de estatísticas de turismo (SET), que tendem a implementar a nível nacional as orientações formuladas pela Organização Mundial de Turismo (OMT). O objectivo dos SET é fornecer um conhecimento científico da realidade e disponibilizar informação de carácter prospectivo. E isto é especialmente importante no sector do turismo, atendendo ao seu dinamismo e interacção com outros sectores socioeconómicos.

Segundo as recomendações sobre estatísticas de turismo da OMT, o conjunto de resultados derivados de um Sistema de Estatísticas de Turismo (SET) tem como objectivo permitir um melhor conhecimento da realidade que se pretende representar e medir, e estrutura-se em torno dos seguintes elementos: fontes estatísticas, referências metodológicas e meios instrumentais. Por conseguinte, as operações estatísticas do turismo correspondem ao conjunto dos três elementos seguintes:

- **metodologia estatística:** constituída por todas as funções correspondentes aos conteúdos e recomendações de Estatísticas de Turismo (Nações Unidas, 1993), em que são definidos os conceitos básicos das estatísticas de turismo, assim como as classificações de actividades, os métodos e os procedimentos (nomenclatura, sistemas de informação geográfica, etc.);
- **fontes de informação:** referente à obtenção de estatísticas específicas do sector, obtidas a partir de inquéritos, registos, sensos e sínteses estatísticas);

- **armazenamento e difusão de dados:** recollecção de bases de dados e publicações numéricas.

Segundo Massieu (2000) o conjunto de resultados derivados de um SET tem como objectivos:

- Possibilitar **tomadas de decisões** mais adequadas por parte dos diversos agentes sociais. Se é verdade que há inúmeras circunstâncias em que os decisores não podem esperar pelos resultados de uma investigação rigorosa, é também verdade que só um fluxo amplo e contínuo de informação estatística periódica permite ir formatando um conhecimento da realidade, uma opinião sobre o que está a acontecer e porquê, e não menos importante, uma forma de apoiar, justificar e comparar as medidas a adoptar.
- **Permitir comparações** internacionais que, em muitos casos, têm carácter normativo, sendo o seu cumprimento obrigatório.
- **Servir de base à investigação**, em diversos domínios.

Para que tais objectivos sejam cumpridos, os resultados dos sistemas de estatísticas de turismo devem atender aos seguintes requisitos:

- Serem fiáveis e representarem a parte da realidade que dizem representar (não se desviarem significativamente dela);
- Serem pontuais e rápidos: se se pretende fazer estatística não apenas para a História, mas também apoiar investigações actuais que apoiam a gestão e as tomadas de decisão;
- Serem elaborados regularmente (as estimativas devem ser realizadas segundo um processo sistemático e continuado);
- Serem comparáveis, simultaneamente dentro do mesmo país e entre países, e também ser comparáveis com outras variáveis da actividade económica (comparação inter-regional, internacional e inter-sectorial);
- Serem internamente congruentes, para poderem ser apresentados num contexto macroeconómico reconhecido a nível internacional;
- Serem acessíveis a todos os utilizadores, tanto os resultados obtidos como a forma de os elaborar (aplicação do princípio da neutralidade).

No momento actual, serão as estatísticas do turismo realmente fiáveis e comparáveis? Veremos seguidamente, a propósito do turismo urbano, que o panorama geral das estatísticas do turismo é infelizmente desolador.



## 1. O real estatuto das estatísticas do turismo

Ora, se é verdade a estatística assume um papel fundamental na compreensão dos fenómenos do turismo, na medida em que fornece os dados com os quais se estruturam os quadros de referência conceptuais do turismo, sendo por isso o alfa e o ómega da sua inteligibilidade, é também verdade que a qualidade das estatísticas do turismo é geralmente muito sofrível, atendendo aos inúmeros problemas que se verificam quer na fase de recolha de dados (ausência de critérios uniformes ou recolha parcial de informação), quer no tratamento e na interpretação desses dados.

No entanto, apesar da elevada importância atribuída às estatísticas pelos principais actores sociopolíticos do turismo, e do estado de precariedade dos dados estatísticas do turismo (diferentes critérios e métodos de recolha de dados geradores de informação estatísticas de valor duvidoso e impossível comparabilidade), o que mais surpreendente é facto desta contradição passar geralmente despercebida aos olhos desses mesmos actores. Mais ainda mais preocupante é facto da própria comunidade científica parecer totalmente alheada deste assunto: se tomarmos em consideração a agenda dos congressos científicos e os índices das revistas científicas internacionais, facilmente verificaremos que esta questão continua a ser ignorada pelos investigadores do turismo.

Curiosamente, o maior problema com que se deparam as estatísticas do turismo foi criado pela própria Organização Mundial do Turismo (OMT). Referimo-nos ao carácter ambíguo da definição de turista. Em termos muito sucintos, e evitando historiar o trajecto evolutivo das definições propostas pela OMT, tomemos em conta as definições actualmente em vigor no âmbito desta organização internacional e que servem de quadro de referência aos institutos nacionais de estatísticas:

1. **Visitante:** “toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma actividade remunerada.”
2. **Turista:** “todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas.”
3. **Excursionista:** “todo o visitante temporário que permanece fora da sua residência habitual menos de 24 horas.”

O critério espacial da definição de visitante (“pessoa que se desloca... para *fora da sua residência habitual...*”) não poderia ser mais ambíguo. De facto, **a partir de quantos quilómetros da sua residência habitual uma pessoa pode ser declarada “visitante”?** Como é que esta ambiguidade foi resolvida pelos diferentes Estados? Ou, noutros termos, será que

todos que os sistemas de estatística de turismo dos diversos países adoptaram os mesmos critérios de contabilidade estatística? Segundo Hoerner (2003), nos Estados Unidos as pessoas são consideradas “fora da sua residência habitual” (isto é, “visitantes”) quando ultrapassam as 100 milhas (cerca de 160 km); em contrapartida, o Governo da Canadá assumiu como critério a distância de 40 milhas (aproximadamente 64 km). Em países de pequena dimensão como Portugal, por vezes basta viajar poucos quilómetros para se passar a fronteira...

Em consequência, a própria comparabilidade das estatísticas do turismo é posta em causa. Ao nível das estatísticas do turismo urbano, como veremos, as dificuldades parecem ser ainda maiores.

## 2. Estatísticas de turismo urbano

As cidades que compilam estatísticas de turismo de modo regular têm uma série de vantagens, designadamente:

- Têm consciência do real significado do turismo na respectiva cidade
- São capazes de identificar tendências e fazer previsões
- Partilham informações valiosas a todos os agentes económicos
- Podem comparar o valor do seu turismo com o valor do turismo nacional
- Conseguem obter ganhos de eficiência na gestão dos seus recursos.

170

---

Cumulativamente, a existência de estatísticas comparáveis garante as seguintes vantagens adicionais:

- Permite a cada cidade **avaliar o seu desempenho turístico e compará-lo com o de outras cidades**;
- Permite **evitar diversos erros metodológicos**, quer na recolha quer na interpretação dos dados;
- Permite **evitar mal-entendidos** quando se fazem comparações

No entanto, basta um olhar atento ao *Top City Destinations Ranking* (ver Quadro 1), produzido pelo Euromonitor International com base em dados fornecidos pela OMT, para nos convencermos de que, ao nível do turismo urbano, as estatísticas internacionais, em vez de fornecerem uma representação fiável da realidade, contribuem para a criação de uma representação distorcida dessa realidade.

À luz das estatísticas oficiais, o número de turistas que em 2007 visitam Londres são quase o dobro dos que visitam Paris – um dado que contraria a nossa intuição e o bom senso. De igual modo, segundo o Quadro 1, a cidade de Dublin atrai três vezes mais turistas do que cidades

muito turísticas como Lisboa, Milão, Veneza, Cancún ou Orlando (Flórida), e duas vezes mais turistas do que cidades como Los Angeles, Rio de Janeiro, Berlim, Tóquio ou Cidade do México. Ou seja, o ranking internacional do turismo urbano fere o elementar bom senso, e em vez de servir de base a uma gestão competente dos destinos urbanos pode até induzir em erro os respectivos decisores.

**Quadro 1: Ranking do Turismo Urbano**

Cidades	Ranking	Visitantes (milhões)	Cidades	Ranking	Visitantes (milhões)
Londres	1	15.340	Shenzen	31	2.700
Hong Kong	2	12.057	Ho Chi Minh	32	2.700
Bangkok	3	10.844	Los Angeles	33	2.652
Singapura	4	10.284	Rio de Janeiro	34	2.627
Paris	5	8.762	Cid. do México	35	2.560
Nova Iorque	6	7.646	Berlim	36	2.552
Antalya	7	7.292	Mumbai	37	2.436
Toronto	8	6.627	Tóquio	38	2.422
Dubai	9	6.535	Miami	39	2.341
Istambul	10	6.454	Bruxelas	40	2.328
Roma	11	6.123	Atenas	41	2.300
Barcelona	12	5.044	Buenos Aires	42	2.286
Seoul	13	4.994	San Francisco	43	2.270
Shanghai	14	4.800	Varsóvia	44	2.210
Dublin	15	4.627	Bali	45	2.183
Kuala Lumpur	16	4.403	Budapeste	46	2.119
Pattaya	17	4.387	S. Petersburgo	47	2.100
Meca	18	4.200	Munique	48	2.098
Moscovo	19	4.050	Orlando	49	2.055
Macau	20	3.953	Cancún	50	2.022
Amesterdão	21	3.909	Dili	51	1.920
Pequim	22	3.900	Milão	52	1.914
Cairo	23	3.896	Hangzhou	53	1.900

Praga	24	3.696	Sydney	54	1.869
Viena	25	3.637	Lisboa	56	1.863
Madrid	26	3.404	Ryad	55	1.798
Guangzhou	27	3.300	Veneza	57	1.798
Phuket	28	3.160	Joanesburgo	58	1.739
Vancouver	29	3.127	Florença	59	1.729
Montreal	30	2.736	Las Vegas	60	1.720

**Fonte: Euromonitor International**

([http://www.euromonitor.com/Articles.aspx?folder=\\_Euromonitor\\_Internationals\\_Top\\_City\\_Destinations\\_Ranking&print=true](http://www.euromonitor.com/Articles.aspx?folder=_Euromonitor_Internationals_Top_City_Destinations_Ranking&print=true))

O recurso ao elementar bom senso como forma de aferição dos números apresentados no Quadro 1, faz emergir as seguintes quatro hipóteses interdependentes:

1. As quatro cidades que ocupam as primeiras quatro posições no ranking (Londres, Hong-Kong, Bangkok e Singapura), todas elas com valores excepcionalmente elevados (com valores acima dos 10 milhões de visitantes, e ultrapassando largamente cidades como Paris, Nova Iorque, Barcelona, Madrid, etc.), estão todas situadas em locais onde as acessibilidades rodoviárias e ferroviárias são muito difíceis ou inexistentes, sendo os aeroportos os locais de entrada da quase totalidade dos visitantes/turistas.
2. Nas cidades da Europa Continental e dos Estados Unidos, servidas por óptimas redes de transportes rodoviários e ferroviários, apenas uma parte dos visitantes utiliza os aeroportos como meio de entrada.
3. Nas cidades do primeiro tipo (que dependem quase em exclusivo dos aeroportos) a contagem dos visitantes é feita à chegada nos aeroportos. Em consequência, a contagem dos visitantes/turistas é feita à entrada nos aeroportos, e não nas unidades de alojamento. Inversamente, nas cidades da Europa Continental e nos Estados Unidos a contagem dos visitantes/turistas é feita nas unidades de alojamento e não nos locais de chegada (note-se que no espaço Schengen ou entre Estados norte-americanos nem sequer existem fronteiras físicas).
4. Em resultado, as estatísticas de cidades como Londres, Hong-Kong, Singapura ou Dublin consideram como turistas/visitantes todos os não-residentes que, entrando por um determinado aeroporto, se dirigem a uma determinada zona metropolitana (independentemente de ficarem alojados em hotéis ou em casa de amigos ou familiares); ao

invés, as estatísticas de turismo urbano das cidades continentais da Europa são obtidas a partir das informações fornecidas pelas unidades de alojamento comerciais e estão circunscritas ao concelho onde se situam as referidas unidades de alojamento.

Esta última hipótese é confirmada no estudo “*Definition and Compilation of Tourism City Statistics*” realizado por Ostertag (2007). O autor sugere que se adoptem as recomendações das principais instituições internacionais mais competentes neste domínio (*European Cities Tourism, IPK International e Travel Business Partnership*) e se “corrijam” os valores apresentados pelas cidades do Reino Unido e da Irlanda, dividindo-os por 2,5 (como forma de anular o impacto produzido pela inclusão dos turistas alojados nos subúrbios e dos que ficam em casa de amigos ou familiares).

Ou seja, segundo as principais organizações especializadas em investigação do turismo, **as estatísticas das cidades de Londres, Edimburgo ou Dublin deveriam ser reduzidas pelo factor 2.5, antes de serem comparadas com as estatísticas das cidades continentais de igual dimensão.** Ora, se dividirmos o número de visitantes de Dubim (4,627 milhões) por 2.5, iremos obter justamente o valor que na Quadro 1 é atribuído a Lisboa (1,850 milhões), e neste caso ficaremos bastante mais tranquilos com os próprios números...

### 3. O projecto TourMIS

O projecto TourMIS Com foi criado com o propósito de criar uma plataforma comum para as estatísticas do turismo urbano na Europa. Iniciado em 1982 pelo Turismo da Áustria (Austrian National Tourist Office) e desenvolvido pelo Institute for Tourism and Leisure Studies da Universidade de Viena, este projecto constitui um claro esforço de convergência entre os organismos responsáveis pela colecta de informação estatística ao nível urbano, sendo uma plataforma através da qual as associações e organismos oficiais podem partilhar informação.

No entanto, a compilação de estatísticas no TourMIS depende apenas do envolvimento e da participação voluntária dos responsáveis autárquicos que tutelam o turismo nas cidades aderentes. E, nesse sentido, o TourMIS funciona como uma espécie de Wikipédia das estatísticas do turismo urbano na Europa. No entanto, apesar da sua base voluntarista, o TourMIS conseguiu a adesão de 119 cidades em toda a Europa! Eis as cidades aderentes:

#### Quadro 2: Cidades aderentes do projecto TourMIS

Aachen	Bremen	Ghent	Lubeck	Oslo	St. Polten
Ais-en-Provence	Bruxelas	Gijón	Lucerna	Pádua	Estocolmo
Amsterdão	Budapeste	Glasgow	Luxemburgo	Palma de Maiorca	Estugarda
Antuérpia	Cagliari	Gotemburgo	Lyon	Pardubice	Tallinn
Atenas	Cardiff	Graz	Madrid	Paris	Tampere
Augsburg	Colónia	Hamburgo	Malmo	Porto	Tarragona
Baden-Baden	Copenhaga	Hanover	Manchester	Potsdam	Trier
Barcelona	Corunha	Heidelberg	Mannheim	Praga	Turim
Basel	Dijon	Helsínquia	Marselha	Regensburg	Turku
Belgrado	Dresden	Innsbruck	Metz	Reykjavik	Valência
Bergen	Dublim	Jersey	Milão	Roma	Veneza
Berlim	Dubrovnik	Karlsruhe	Montpellier	Rostock	Verona
Berna	Dusseldorf	Klagenfurt	Mulhouse	Roterdão	Vicenza
Bilbao	Edimburgo	Lausanne	Munique	Saint-Étienne	Viena
Birmingham	Eisenstadt	Leipzig	Munster	Salzburgo	Varsóvia
Bolonha	Florença	Linz	Nice	Saragoça	Weimar
Bona	Frankfurt	Lisboa	Nottingham	Sevilha	Wurzburg
Bordéus	Freiburg	Liverpool	Novi Sad	Sintra	Zagreb
Bratislava	Genebra	Ljubliana	Nuremberga	Split	Zurique
Bregenz	Génova	Londres	Olomouc	St. Gallen	

Fonte: Ostertag (2007)

Obviamente, os grandes projectos transnacionais não podem depender apenas do voluntarismo dos seus membros. Assim se compreende que das 119 cidades aderentes, apenas 66 continuem a fornecer dados ao TourMIS. A partir de 1998, mas principalmente durante a última década, 53 cidades foram deixando de fornecer dados ao projecto TourMIS (ver Quadro 3), assim se gorando a nobre intenção de se criar uma plataforma verdadeiramente europeia capaz de integrar sob critérios comuns a vasta informação estatísticas de um grande número de cidades da Europa. Por exemplo, das três cidades portuguesas aderentes (Lisboa, Porto e Sintra), apenas Lisboa continua a fornecer dados ao TourMIS. Sintra deixou de colaborar a 2001,

e Porto, em 2002 (note-se que em 2001 houve mudanças no poder autárquico dessas cidades, o que poderá explicar as mudanças de orientação a este nível).

**Quadro 3: Cidades que deixaram de fornecer dados ao projecto TourMIS**

Cidades	Dados até	Cidades	Dados até	Cidades	Dados até
Atenas	1999	Karlsruhe	2003	Palma de Maiorca	2002
Baden-Baden	2002	Lausanne	2003	Porto	2002
Basel	2004	Leipzig	2004	Potsdam	2004
Berna	2004	Liverpool	2001	Roma	2004
Birmingham	2003	Lubeck	2003	Rostock	2003
Bolonha	2004	Lucerna	2003	Roterdão	2003
Bordéus	2000	Lyon	2002	Saragoça	2004
Bremen	2004	Madrid	2004	Sevilha	2004
Cagliari	2004	Manchester	1997	Sintra	2001
Colónia	2004	Mannheim	2001	Split	2004
Dusseldorf	2004	Marselha	2000	St. Gallen	2003
Edimburgo	2002	Metz	2004	Trier	2000
Frankfurt	2004	Milão	2004	Turim	2004
Freiburg	2001	Montpellier	2001	Veneza	2004
Génova	2003	Mulhouse	2000	Verona	2004
Glasgow	2002	Nice	2003	Vicenza	2002
Hanover	2004	Oslo	2004	Varsóvia	1998
Jersey	2002	Pádua	2004		

O relativo insucesso do projecto TourMIS - que tentou congregar todas as cidades europeias para, através de um esforço conjunto, criar um sistema de monitorização global do turismo urbano -, é mais um claro testemunho das dificuldades com que se deparam as tentativas de criação de um sistema internacional de estatísticas de turismo, capaz de permitir uma visão de conjunto coerente, baseada em dados comparáveis ou minimamente congruentes.

Em suma, o paradoxo referido inicialmente revela-se mais uma vez neste caso: apesar a sempre apregoada importância das estatísticas do turismo para uma compreensão global do fenómeno turístico e para uma gestão responsável dos seus impactos, as entidades responsáveis ainda



não assumiram como prioridade a criação de um sistema de monitorização dos fluxos turísticos, que possa servir de base às tomadas de decisão dos actores empresariais e que possa servir de referência aos estudos empíricos no âmbito do turismo.

#### **4. Estatísticas de Turismo Urbano: o caso português**

No caso português, as estatísticas do turismo são compiladas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir da informação fornecida pelas unidades de alojamento.

Ora, só por si, a total dependência do INE às informações oriundas do sector do alojamento leva a três grandes distorções, designadamente:

- Adopta-se o pressuposto que os indicadores de alojamento são suficientes para uma compreensão adequada dos fenómenos de mobilidade turística, quando na realidade o consumo turístico extravasa largamente a esfera do alojamento, ocorrendo muitas vezes longe desses locais;
- Por razões que se prendem com a defesa da privacidade, sempre que numa tipologia de alojamento só existe uma única unidade de alojamento no concelho (por exemplo, único hotel de 5 estrelas no concelho), essa unidade está isenta de fornecer dados ao INE;
- Os métodos de registo dos hóspedes nas unidades de alojamento só obrigam ao registo da pessoa que efectuou a reserva. Deste modo, a informação fornecida ao INE corresponde apenas à ocupação/quarto, quando o indicador mais correcto é o que se refere à ocupação/cama.

Note-se que esta última distorção não depende da vontade dos directores das unidades de alojamento, dado que o registo de dados é feito de forma automática através de sistemas de software que observam estritamente os parâmetros que a lei impõe para o registo de hóspedes. Mas, apesar de “legal”, o método de anotação de hóspedes impõe grandes distorções à realidade. Registrando apenas a pessoa que efectuou a reserva, ficam automaticamente de fora todas as pessoas que o acompanham, muitas vezes o(a) companheiro(a), mas outras vezes um grupo inteiro!

Exemplifiquemos esta última distorção a partir do caso concreto dos registos de alojamento num hotel de 3 estrelas (“hotel X”). Trata-se de um hotel que possui no total 37 quartos duplos. Num mês de 31 dias, para uma taxa de ocupação de 100%, este hotel necessitaria de ter um total de 2292 hóspedes/noite. Em concreto, no mês de Março de 2009, foram registados no hotel X um total de 520 hóspedes/noite.

Perante estes dados, a taxa de ocupação/quarto variará entre 22.66% (se a ocupação dos quartos for sempre individual) e 44.34% (para uma ocupação dupla dos quartos, isto é, no caso dos 520 hóspedes ficarem alojados dois a dois).

Ora, nos dados que o hotel X enviou ao INE o valor da taxa de ocupação quarto é de 44.34%, o que significa que o critério adoptado pelo software é o da mera distribuição individual dos hóspedes por quartos, como se todos os hóspedes ficassem alojados sozinhos em quartos individuais. Na realidade, o cenário inverso (ocupação dupla dos quartos) é o que se afigura geralmente mais correcto.

Além disso, como já referimos nem todos os hóspedes são contabilizados, mas apenas o titular da reserva...

À luz do exposto, as estatísticas do turismo urbano afastam-se substancialmente da realidade, e não podem servir sequer como referência para a definição dos critérios de amostragem nos estudos que têm como objectivo aprofundar o conhecimento do perfil dos turistas/visitantes de uma dada região ou cidade.

É por isso que, muitas vezes, o procedimento utilizado nos estudos sobre o perfil de turista/visitante de uma cidade (como é o caso do estudo que seguidamente iremos apresentar) não só não tomam como referência os dados de INE como informação de base para caracterizar o universo e, em função dele, proceder à estruturação de amostras representativas, mas pelo contrário, tenta-se – paradoxalmente – formar uma ideia sobre o universo de turistas/visitantes a partir dos resultados de sondagem baseadas em amostras de conveniência, sem qualquer garantia de representatividade face à estrutura populacional do universo.

## 5. Perfil dos turistas/visitantes da cidade do Porto

Um estudo por nós realizado em 2008 (Barómetro CulTour), no âmbito de uma parceria entre a APTUR (Associação Portuguesa de Turismologia), o ISCET e a ATC/Portotours, permitiu-nos testar algumas hipóteses intuitivas sobre o perfil dos turistas/visitantes da cidade do Porto e adicionalmente conhecer o modo como esses visitantes avaliam o destino Porto a partir das suas experiências concretas.

### 5.1. Metodologia

A recolha de dados deste estudo decorreu no âmbito da unidade curricular de Estudos de Mercado, do curso de Turismo ministrado no ISCET, tendo o trabalho de campo decorrido entre os dias 10 e 30 de Abril, de 2008.

Os objectivos deste estudo foram os seguintes:

- Desenvolver competências de investigação, no domínio dos estudos empíricos;
- Demonstrar a aplicabilidade das competências adquiridas, através da prestação de um serviço *pro-bono* a parceiros do meio empresarial.

Os 52 entrevistadores foram distribuídos aos pares por 26 locais distintos das cidades do Porto e Vila Nova de Gaia: em empresas e instituições associadas da ATC/Portotours (sede da ATC, caves de Vinho do Porto, Museu de Serralves, empresas de animação turística que organizam cruzeiros no rio Douro, entre outras, e ainda junto aos principais monumentos da cidade do Porto – Clérigos, Largo da Sé, Praça da Liberdade, Estação de S. Bento, etc – e nos postos de turismo da CM do Porto). No total foram inquiridos 1180 visitantes/turistas.

O questionário abordava os seguintes aspectos:

- Identificação dos inquiridos:  
(idade, sexo, habilitações escolares, rendimento mensal do agregado, situação profissional, país de residência, nacionalidade e profissão)
- Informações relativas à visita:  
(visitas anteriores à cidade, tipo de atracções visitadas, tipo de férias preferidas, duração da estada no Porto, duração da estada em Portugal, motivo principal da visita, fontes de informação consultadas, pessoas com quem viaja, quando decidiu visitar o local, tipo de

alojamento, como foi feita a reserva do alojamento, transporte usado para viajar até ao Porto, transporte usado na cidade do Porto, como foi feita a reserva do transporte)

- Imagem do destino Porto:

Para conhecer os contornos da imagem do destino Porto, foi pedido aos visitantes que indicassem o seu grau de acordo/desacordo, através de escalas de Likert de 5 pontos, em relação a dez afirmações relativas ao centro histórico (ver Gráfico 20).

Adicionalmente, foi pedido aos visitantes que evocassem espontaneamente:

- a) Três adjectivos que melhor exprimem as qualidades mais notáveis do centro histórico do Porto;
- b) Três vantagens do destino Porto, comparativamente a outros destinos;
- c) Três desvantagens do destino Porto, comparativamente a outros destinos

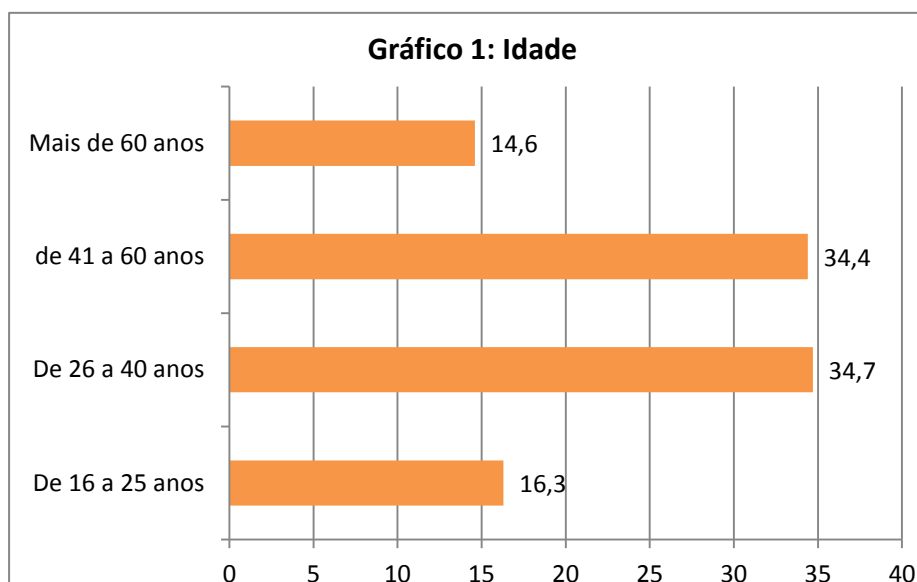
- Avaliação da experiência de visita ao Porto

Os visitantes eram convidados a avaliar sumariamente a sua própria experiência de visita ao Porto através de uma escala de 5 níveis, a variar entre “1 = nada interessante” e “5 = muito interessante”.

## 5.2. Resultados

### 5.2.1. Perfil sócio-demográfico

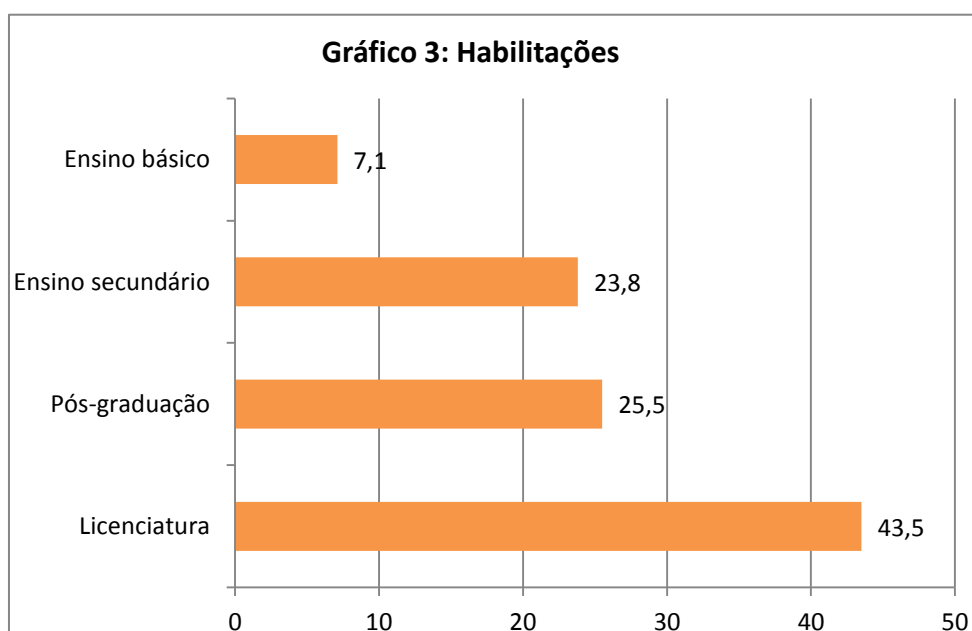
O gráfico 1 mostra que os grupos etários “jovens adultos” e “idade madura” estão em clara maioria (70% do total), comparativamente aos mais jovens e aos mais idosos (estes dois grupos estão quase em igual número e em conjunto perfazem 30%).



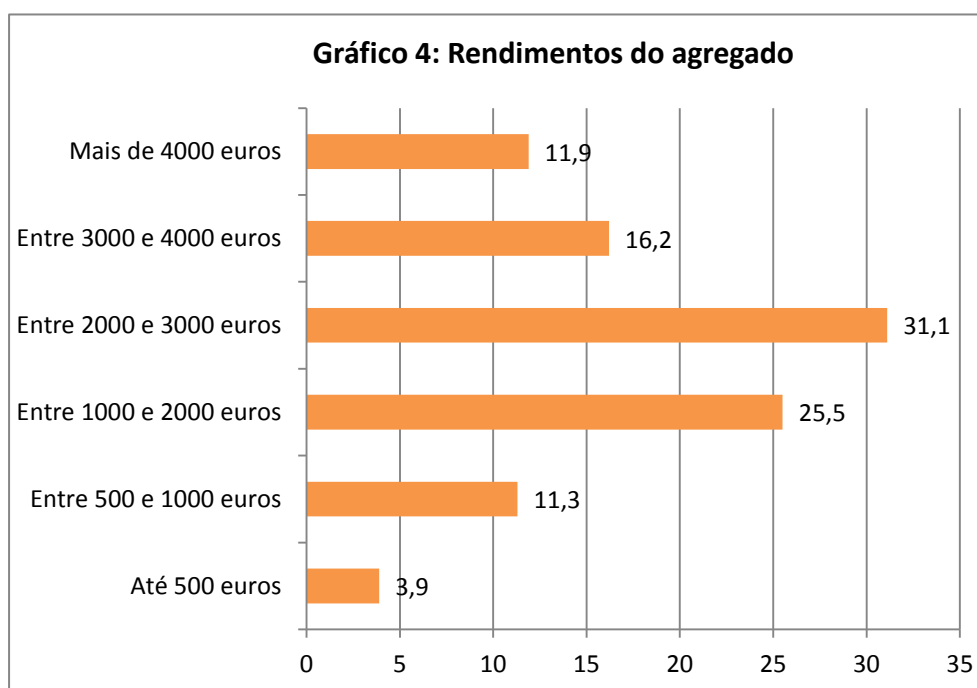
Em consonância com estes dados, o gráfico 2 mostra que os segmentos de estudantes e de reformados são também os menos expressivos entre os visitantes do Porto. Mais de metade são empregados por conta de outrem, e apenas 14,6% são trabalhadores independentes.



Sendo o Porto um destino particularmente vocacionado para o turismo cultural, não surpreende que os níveis de escolaridade na amostra de inquiridos seja maioritariamente constituída por pessoas com licenciatura ou pós-graduação (cerca de 70%) contra aproximadamente 30% que não possuem qualquer diploma universitário.

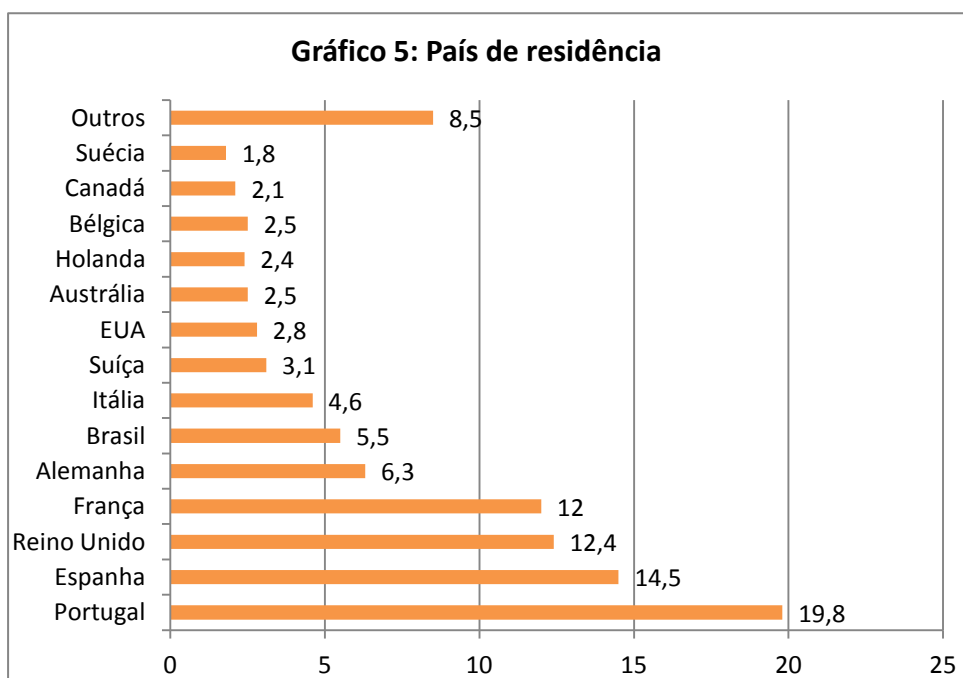


Com a ressalva de que a variável “rendimentos” é difícil de aferir através do método de questionário por questionário, os dados obtidos mostram que um terço dos inquiridos faz parte de agregados familiares cujos níveis de rendimento mensal se situa em torno dos 2 a 3 mil euros. Um outro terço de inquiridos pertence a agregados familiares com rendimentos superiores a 3 mil euros, contra outro terço cujos rendimentos são inferiores a 2 mil euros.

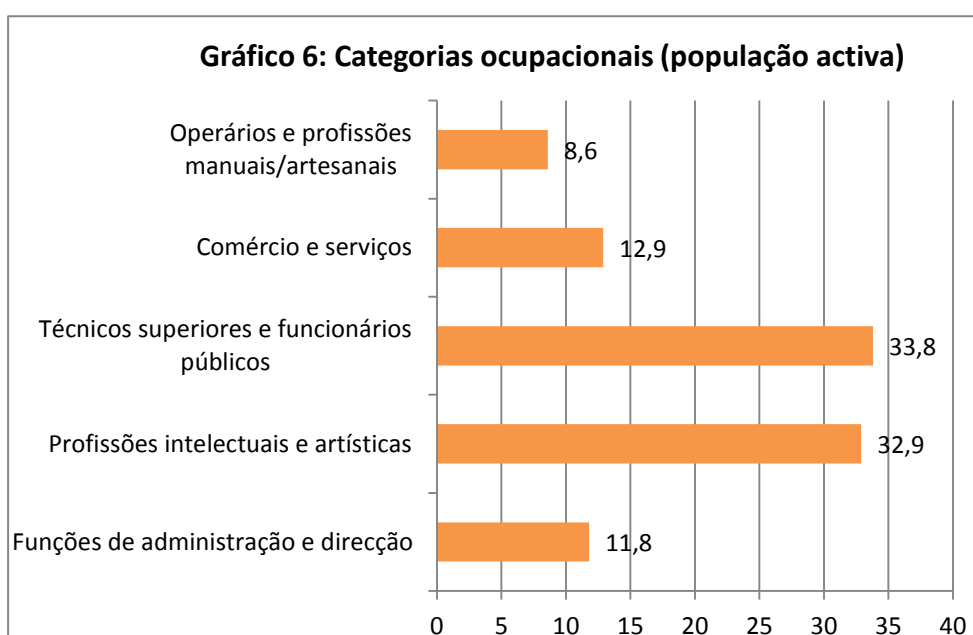


Quanto ao país de residência dos visitantes (ver Gráfico 5), como seria normal há uma quota significativa (19,8%) de visitantes que residem em Portugal. Os residentes em Espanha (14,5%), Reino Unido (12,4%) e França (12%) totalizam em conjunto mais de dois terços dos visitantes (note-se que os dados deste inquérito dizem respeito ao mês de Abril).

Num terceiro patamar figuram os residentes de Alemanha (6,3%), Itália (5,5%) e Brasil (4,6%). Há ainda um grupo de sete países emissores que atingem quotas em torno de 2 a 3%, designadamente: Suíça, EUA, Austrália, Holanda, Bélgica, Canadá e Suécia.



Muito em consonância com o perfil de habilitações escolares, os operários e empregados do comércio e serviços ocupam posições modestas no conjunto das categorias ocupacionais dos visitantes/turistas do destino Porto (20% no total). Quase 80% desempenham funções de administração e direcção (11,8%), trabalham em profissões intelectuais ou artísticas (32,9%) ou são técnicos superiores ou funcionários públicos (33,8%).





### 5.2.2. Perfil comportamental

No âmbito das suas visitas ao porto, os inquiridos referiram que visitaram ou iam visitar monumentos (78%), sítios históricos, incluindo caves de vinho do Porto (71%), museus (61,6%).

As visitas a locais religiosos (39,8%) e galerias de arte (27,7%) surgem em 2º plano.

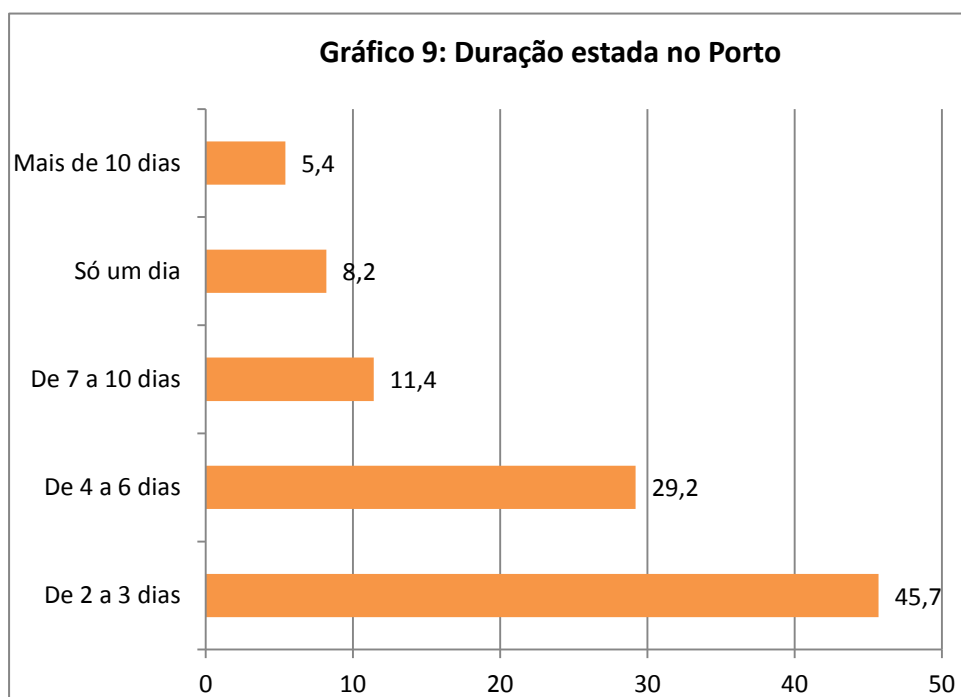
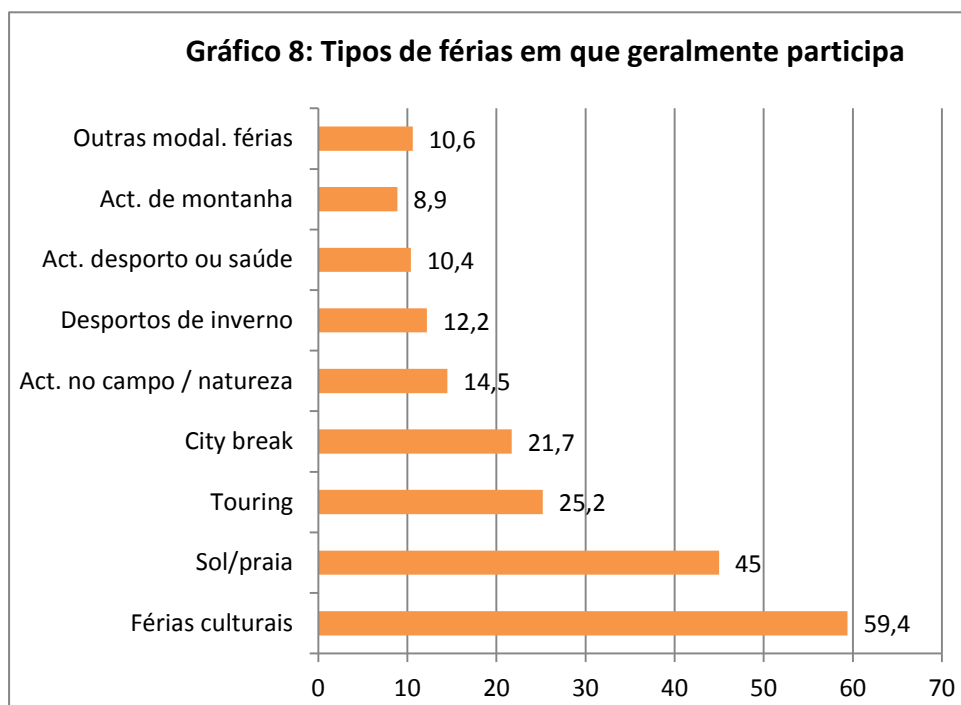
Teatros (11,9%) e feiras/exposições (16,4%) surgem num terceiro nível.

Todas as restantes atracções reúnem intenções de visita inferiores a 10 por cento.



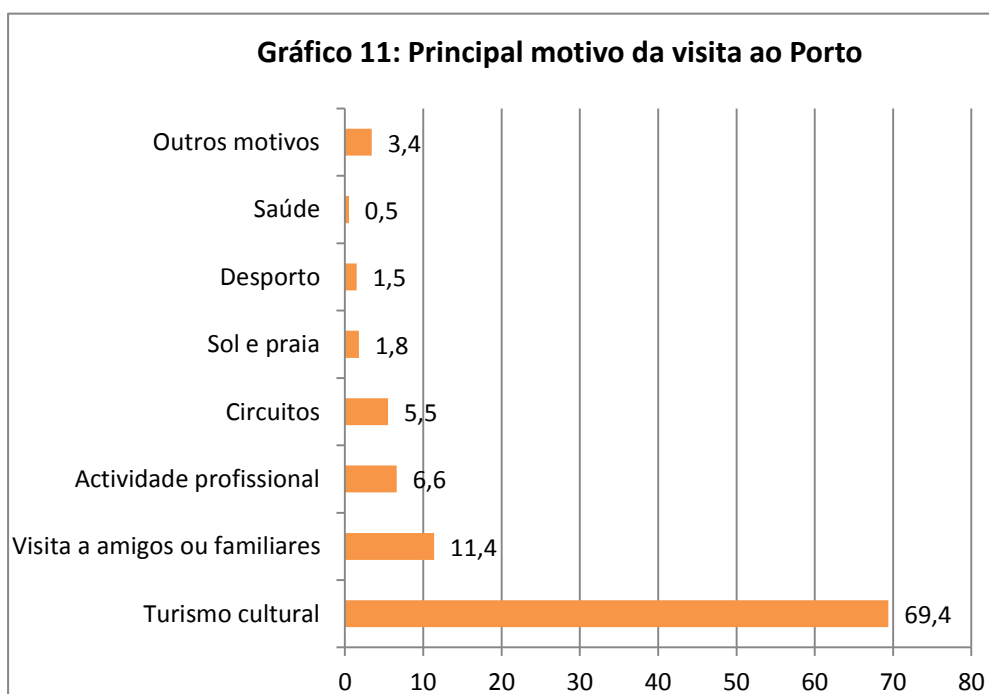
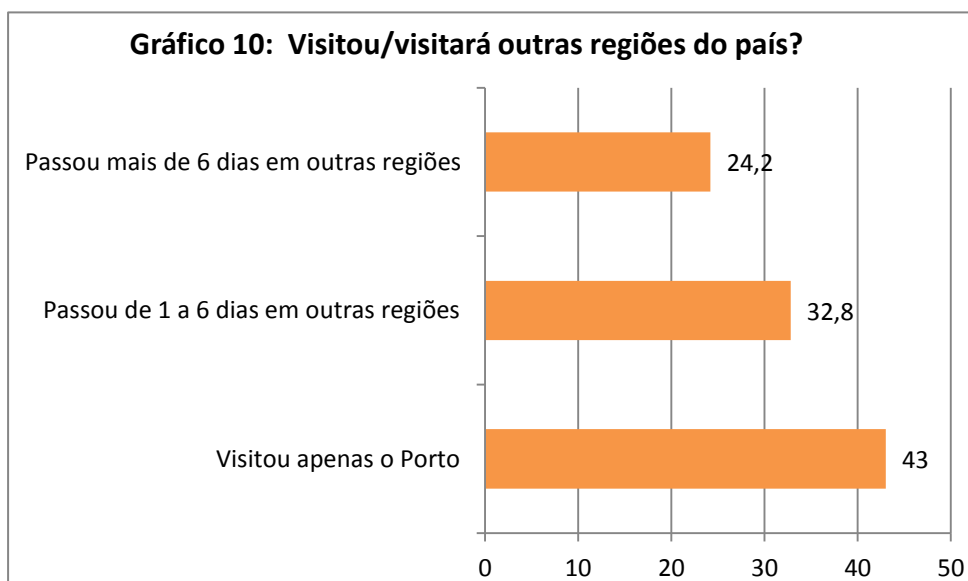
O facto de haver uma grande maioria de inquiridos que rumou ao Porto para ver monumentos, sítios históricos e museus (Gráfico 7) é bastante consistente com a resposta dada à seguinte questão: “Em que tipo de férias geralmente participa?” Como se pode constatar no Gráfico 8, são quase 60% os que afirmam que geralmente participam em férias culturais.

Embora na segunda posição, com 45%, esteja o motivo sol/praias (que em nossa opinião não é incompatível com o turismo cultural), assumem também grande destaque o touring (25,2%) e o city break (21,7%), que são duas formas específicas através das quais se consubstancia a motivação do turismo cultural. Aliás, como nos mostra o Quadro 9, relativo à duração da estada na cidade do Porto, a maioria refere 2-3 dias, o que corresponde precisamente aos conceitos de touring cultural e de city break.



Como mostra o Gráfico 9, o Porto não é um destino para férias de média ou longa duração. No total, mais de metade dos inquiridos permanece na cidade entre 1 e 3 dias (54%), e no total são cerca de 82% os inquiridos que permanecem no Porto menos de uma semana.

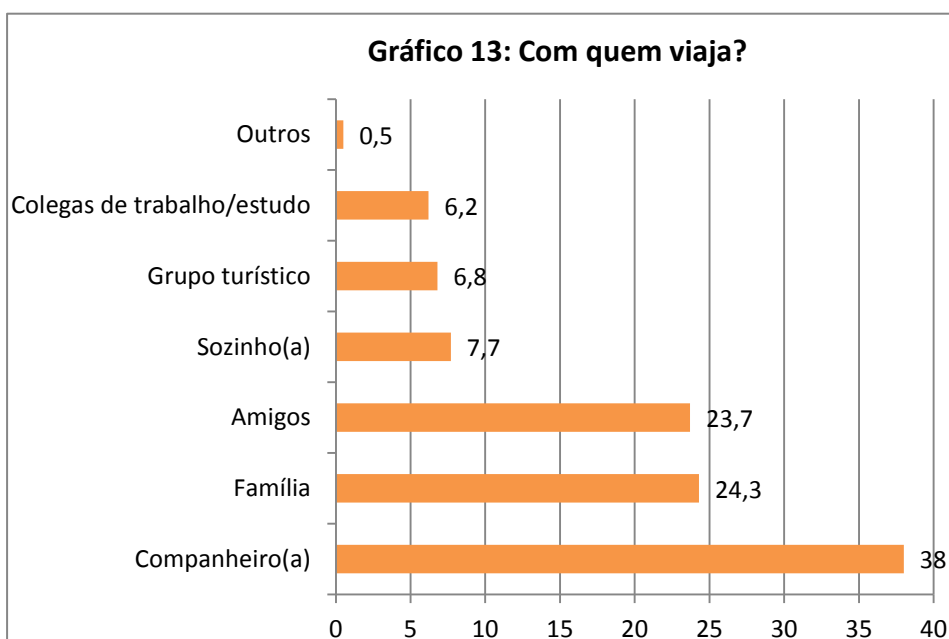
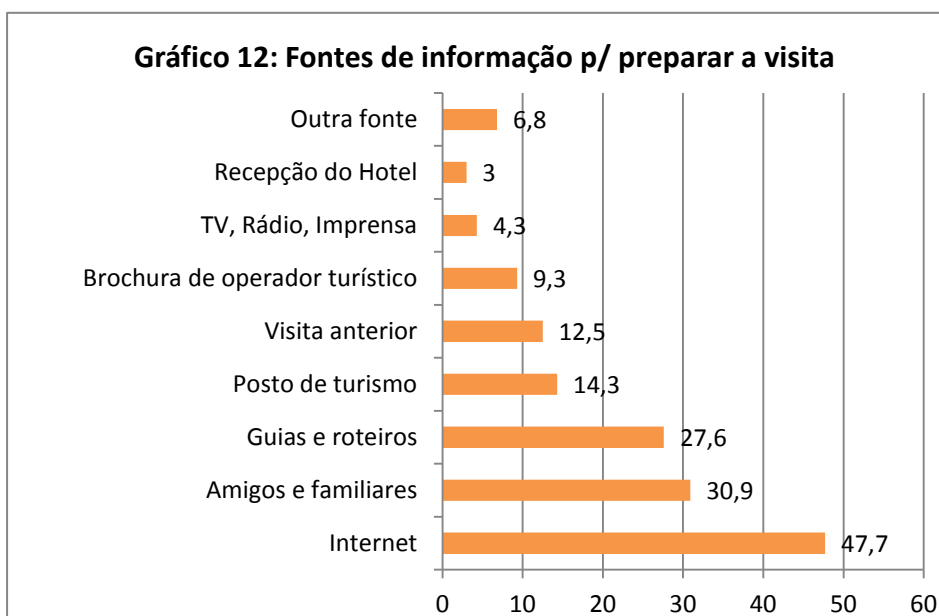
Apesar de ser um destino de visita de curta duração, convém notar que 43% dos inquiridos afirmam que na sua viagem visitaram unicamente a cidade do Porto, o que revela que o destino Porto atingiu um elevado nível de individualização e uma relativa autonomia no contexto dos destinos portugueses. No entanto, uma parte significativa dos inquiridos (57%) visitou outras regiões do país, antes ou depois de realizarem a sua visita ao Porto.



Quanto à motivação específica que norteou a visita ao Porto, quase 70% dos inquiridos referem o turismo cultural. Ora, este dados é consistente com outros já referidos anteriormente: os locais visitados e o tipo de férias em que geralmente participam.

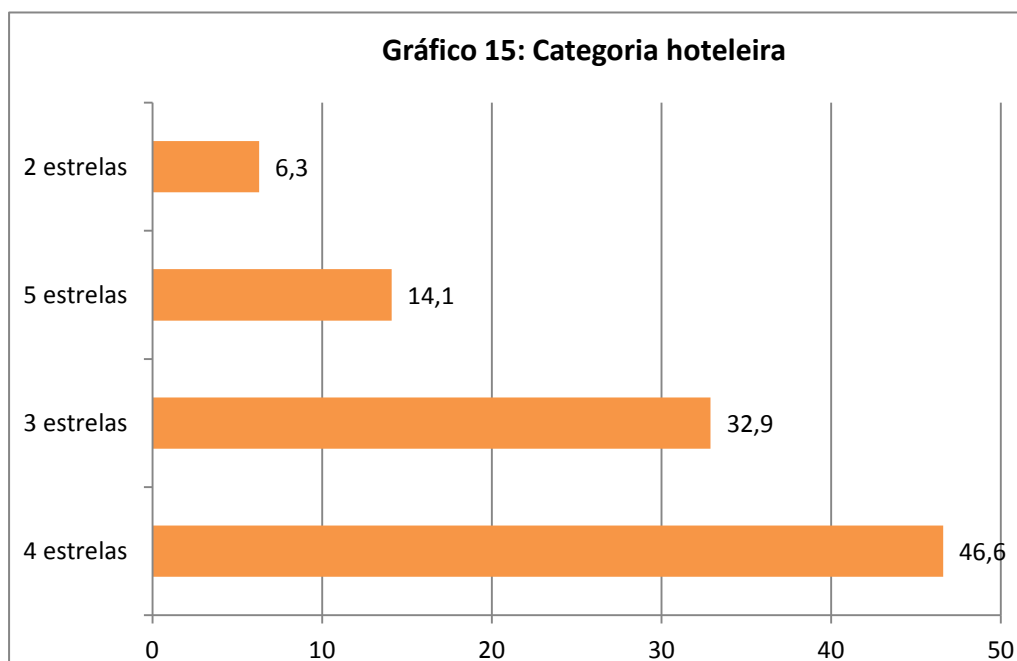
Pode-se pois concluir que o Porto é um destino de turismo cultural, embora muitas vezes inserido em lógicas de city break e de touring cultural.

Quanto às fontes de informação utilizadas para preparar a visita, podemos verificar no Gráfico 12 que a Internet e os amigos e familiares ocupam uma posição hegemónica, deixando pouco espaço a todas as restantes fontes de informação.

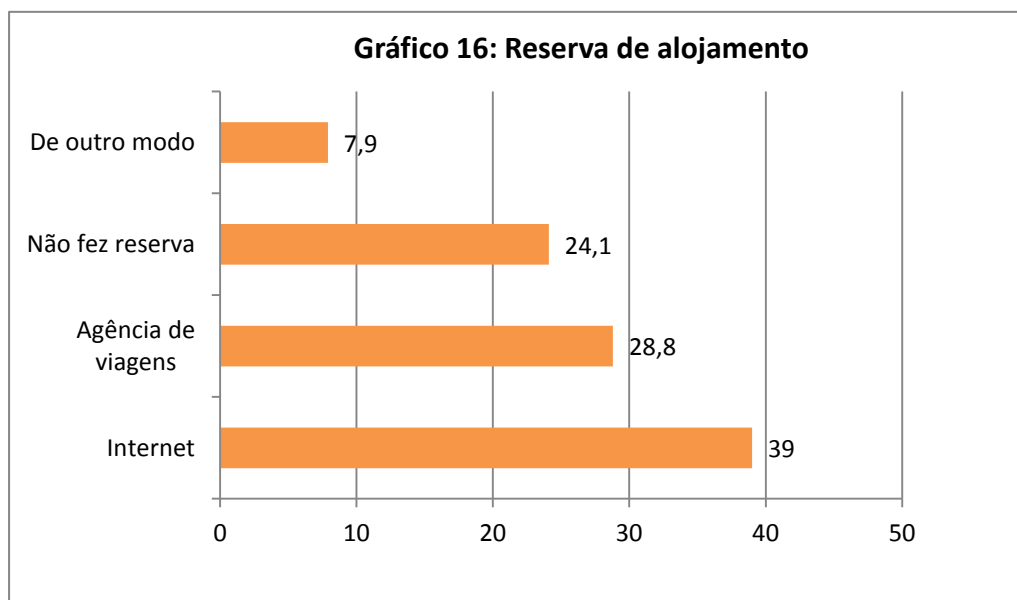


De acordo com os dados apresentados no Gráfico 13, podemos concluir que os inquiridos visitaram o Porto na companhia do cônjuge (38%), de outros elementos da família (24,3%) ou de amigos (23,7%). Foram muito poucos aos que afirmaram que visitam o Porto em grupo turístico, com colegas ou sozinhos.

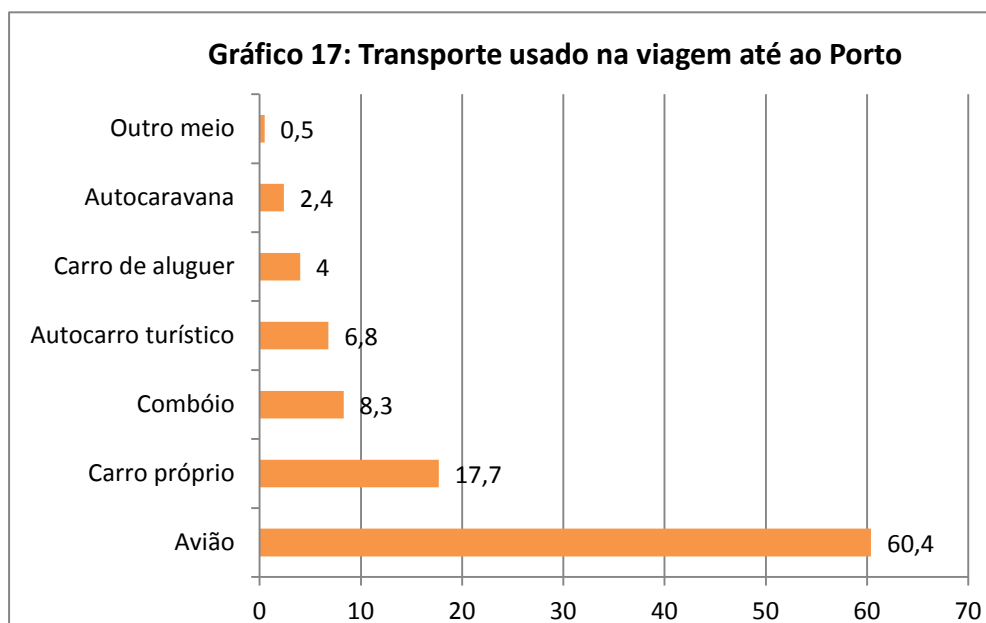
Considerando unicamente os visitantes/turistas que ficam albergados em unidades de alojamento comercial (Gráfico 15), verifica-se que as tipologias de 4 e de 3 estrelas abrangem em conjunto aproximadamente 80% dos casos. Este dado parece consistente com os perfis de rendimentos referidos anteriormente (Gráfico 4).



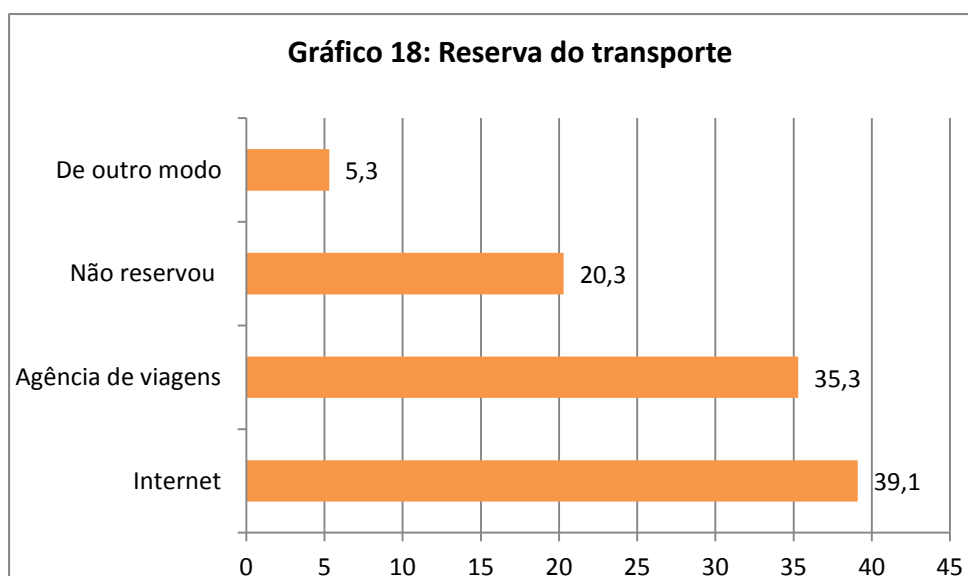
Quanto às reservas de alojamento, vemos novamente que a Internet assume uma posição destaca, surgindo como primeira opção com 39%. O recurso à agência de viagens já só representa 28,8% dos visitantes do Porto.



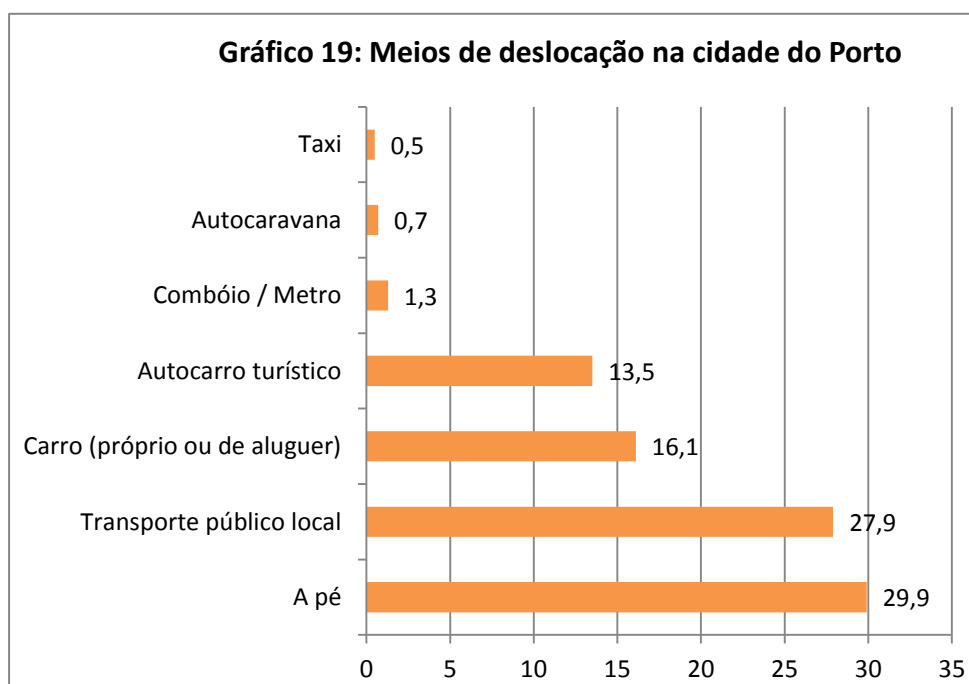
O avião é o meio de transporte mais utilizado no acesso ao Porto (em 60,4% dos casos). A deslocação em viatura própria abrange apenas 17,7% dos inquiridos. O acesso de comboio e em autocarro turístico assume posições bastante modestas, respectivamente 8,3% e 6,8%.



Relativamente à reserva de transporte, verifica-se mais uma vez a importância crescente da Internet. Tal como vimos anteriormente em relação à reserva de alojamento, também em relação à reserva de transporte a Internet foi o meio usado por 39% dos inquiridos, relegando para segundo plano as agências de viagens (35,5%).



Durante as suas deambulações pela cidade do Porto a maioria dos inquiridos indicou que se desloca a pé (29,9%) ou de transporte público (27,9%). Quase todos os inquiridos que se deslocaram até ao Porto em veículo próprio (17,7% do total) continuam esse veículo nas suas deslocações no interior da cidade (16,1% do total). Há ainda um número significativo de visitantes/turistas (13,5%) que utiliza o autocarro turístico para conhecer a cidade.



### 5.2.3. Imagem do Porto como destino turístico

Com vista a tentar aferir a imagem do Porto como destino turístico foi pedido aos visitantes que manifestassem o seu grau de acordo versus desacordo em relação às nove frases apresentadas no Gráfico 20. Pedimos ainda que evocassem espontaneamente os três adjectivos que melhor caracterizam o centro histórico do Porto (Quadro 4) e ainda que identificassem as principais vantagens deste destino (Quadro 5) e as suas principais desvantagens (Quadro 6).

Os inquiridos concordam que “o centro histórico do Porto merece a distinção de Património da Humanidade da Unesco” e também concordam com a ideia de que “o centro histórico do Porto possui marcos que se destacam (murallas, monumentos, panoramas) ”.



Em contrapartida, há três aspectos do centro histórico que merecem baixo grau de apreço da parte dos visitantes, designadamente a ideia de que “no centro histórico a orientação é fácil”, as afirmações segundo a quais “o património está bem preservado” e “a cidade moderna tem uma relação equilibrada com o centro histórico”.



Nota: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo; 3 = nem concordo nem discordo; 4 = concordo; 5 = concordo totalmente

Se quisermos reduzir os aspectos positivos da imagem do Porto a umas quantas ideias simples, podemos afirmar – ancorados na informação apresentada no Quadro 4 – que se trata de um destino Bonito (217 referências), Histórico (150 referências), Interessante (75 referências), Agradável (41) e Acolhedor (29). Estes são os adjectivos que encabeçam uma lista muito variada de elogios que os visitantes dedicam à cidade, tal como se apresenta no Quadro 4).

**Quadro 4: Adjectivos que melhor exprimam as qualidades do centro histórico do Porto**

<b>Adjectivos</b>	<b>N</b>	<b>Adjectivos</b>	<b>N</b>	<b>Adjectivos</b>	<b>N</b>
Bonito/Belo	217	Pitoresco	10	Fantástico	5
Histórico/Antigo	150	Maravilhoso	10	Compacto	5
Interessante	75	Típico	9	Autêntico	5
Agradável	41	Nostálgico	9	Antiquado	5
Acolhedor	29	Encantadora	9	Sombrio	4
Simpático	24	Boa arquitectura	9	Patrimonial	4
Cultural	24	Bem preservado	9	Original	4
Único	22	Imponente	8	Notável	4
Harmonioso	18	Diferente	8	Mal conservado	4
Monumental	14	Calmo	8	Magnífico	4
Tradicional	12	Bom	8	Dinâmico	4
Preservado	12	Espectacular	7	Charmoso	4
Pequeno	12	Diverso	7	Barato	4
Atractivo	12	Hospitaleiro	6	Alegre	4
Amistoso	12	Grandioso	6	Panorâmico	4
Sujo	12	Concentrado	6	Variado	3
Limpo	11	Colorido	6	Popular	3
Tranquilo	10	Surpreendente	5	Importante	3
Romântico	10	Luminoso	5	Extraordinário	3
Rico	10	Fascinante	5		

Relativamente às vantagens do destino Porto comparativamente a outros destinos (ver Quadro 5), os inquiridos realçam as seguintes duas características: “Simpatia /hospitalidade” (146 referências); “Baixo preço / barato / económico” (101 referências).

Num segundo plano, surgem os seguintes atributos: “Gastronomia / restauração” (62 referências); “Vinho do Porto/Caves” (61); “Monumentos / centro histórico” (47); “Clima” (47); “Bons / fáceis acessos” (41).

Relativamente às desvantagens do destino Porto comparativamente a outros destinos concorrentes (Quadro 6), foram identificados diversos aspectos negativos, sendo os seguintes os mais frequentes: “prédios degradados, ao abandono” (74 referências); “Sujidade / lixo / limpeza das ruas” (71); “Trânsito / tráfego intenso e caótico” (61); “Má sinalização / indicações escassas” (44); “Ruas muito íngremes / difícil andar” (37); “Poluição” (29).

**Quadro 5: Vantagens do destino Porto comparativamente a outros destinos turísticos**

<b>Vantagens</b>	<b>N</b>	<b>Vantagens</b>	<b>N</b>
Simpatia / hospitalidade	146	Segurança	13
Preço baixo, barato/económico	101	Facilidade de deslocação	11
Gastronomia / restauração	62	Variedade / muita oferta	10
Vinho do Porto/ Caves	61	Agradável	10
Monumentos / centro histórico	47	Facilidade de comunicação	9
Clima	47	Arquitectura	9
Bons / fáceis acessos	41	Pequena	8
Localização	33	Centro compacto/tudo perto	8
Calmo / Relaxante/ Harmonioso	24	Património	7
Rio Douro	22	Original / autêntico / único	7
Beleza	21	Comercio	7
Cultura	19	Bom serviço	5
Transporte	18	Tradicional	4
Típica	17	Perto do mar/praias	4
Ambiente agradável	16	Interessante	4
Tempo (clima)	14	Facilidades de comunicação	4

Paisagens únicas	14	Centralizado	4
------------------	----	--------------	---

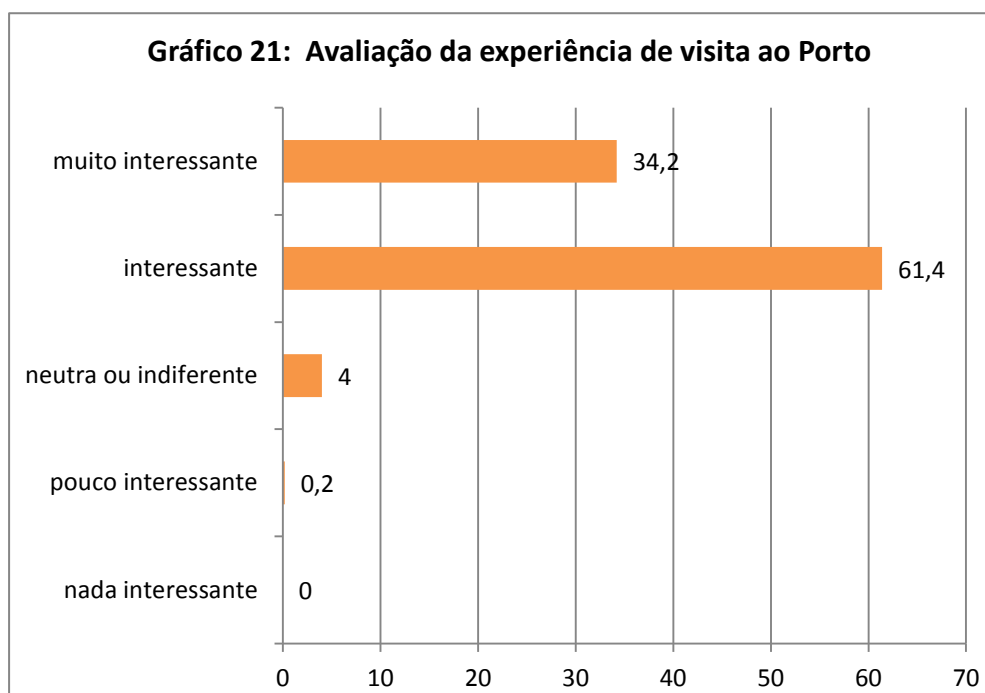
**Quadro 6: Desvantagens do destino Porto comparativamente a outros destinos turísticos**

Desvantagens	N	Desvantagens	N
Prédios degradados, ao abandono,	74	Dificuldades de estacionamento	11
Sujidade / lixo / limpeza das ruas	71	Falta de civismo	10
Trânsito / tráfego intenso e caótico	61	Acessibilidades	10
Má sinalização / indicações escassas	44	Obras	7
Ruas muito íngremes / difícil andar	37	Preços muito caros	6
Poluição	29	Comida	6
Mau clima	27	Pequeno	5
Informação turística escassa ou má	23	Pouca animação nocturna	4
Confusão / desordem / ruído	18	Iluminação	4
Graffiti em excesso	15	Horários / pontualidade	4
Transportes públicos inadequados	13	Zonas verdes	3
Violência / vandalismo / criminalidade	12	Poucos restaurantes vegetarianos	3
Pedintes / pessoas pobres	12	Excrementos de cães	3
Insegurança	12	Guias pouco qualificados	2
Idioma / não falam inglês	12	Outros	54

#### 5.2.4. Avaliação da experiência de visita

Por último, os inquiridos eram convidados a avaliar a sua experiência de visita, numa escala de Likert com 5 opção de resposta: “nada interessante”, “pouco interessante”, “neutra ou indiferente”, “interessante” e “muito interessante”.

À luz dos resultados obtidos, teremos que concluir que quase não existem casos de visitantes insatisfeitos com a sua visita ao Porto. São quase 95% os inquiridos que avaliam positivamente a sua experiência de visita ao Porto: 61,4% responderam “interessante” e 34,2% responderam “muito interessante”.



Pode-se assim concluir que, apesar da degradação do património no centro histórico e de alguma sujidade, entre outros problemas reconhecidos pelos visitantes, a experiência de visita é quase sempre positiva.

### 5.3. Conclusão:

Relativamente ao perfil do turista/visitante da cidade do Porto, os dados mais relevantes são os seguintes:

- Formação escolar: cerca de 70% dos visitantes têm formação superior (licenciados ou pós-graduados)
- Nacionalidade: 70% dos visitantes correspondem a cinco nacionalidades: portugueses, espanhóis, britânicos, franceses e alemães.
- Motivo da visita: 70% dos visitantes assumem que principal motivo da sua visita é o turismo cultural, e referem como principais atracções do destino os monumentos, os museus, os sítios históricos e as caves de vinho do Porto.
- A duração da estada no Porto é em 75% dos casos inferior a uma semana (45% de 2 a 3 dias; 30% de 4 a 6 dias);
- A Internet supera os meios clássicos, seja como fonte de informação do destino (48%), seja como meio de reserva: tanto em relação ao transporte aéreo (39%), como em relação ao alojamento (39%).

Relativamente à avaliação do destino Porto, os resultados mostram que a qualidade da experiência turística é globalmente boa, havendo porém alguns aspectos que merecem a consideração dos responsáveis das duas autarquias (Porto e Vila Nova de Gaia) que gerem as duas zonas históricas do destino Porto. Eis os principais resultados:

Apesar de 95% dos 1180 inquiridos terem afirmado que a sua experiência de visita ao Porto foi “interessante” (61,5%) ou “muito interessante” (34,2%), e de assumirem que o centro histórico contém um conjunto construído harmonioso, são cerca de 20% os visitantes que se queixam do estado de degradação do património e da má qualidade da informação turística, particularmente ao nível da sinalização e dos horários de funcionamento dos serviços.

Convidados a evocar espontaneamente os adjectivos que melhor exprimem as qualidades notáveis do centro histórico do Porto, os termos mais referidas foram:

1. “*bonito, belo ou lindo*” (217 referências);
2. “*antigo, velho e histórico*” (150 referências)
3. “*interessante* (73 citações).

Relativamente às três vantagens do destino Porto, referidas por evocação espontânea, no topo da lista estão os seguintes itens:

1. “gastronomia, restauração, vinho e caves” (123 citações);
2. “simpatia, hospitalidade” (101 casos)
3. “preços baixo, barato, económico” (69 referências).

Finalmente, as principais desvantagens do destino Porto. Foram evocados os seguintes aspectos:

1. Sujidade, lixo, limpeza das ruas (71 queixas)
2. Dificuldades com o trânsito, tráfego intenso e caótico; (61 queixas)
3. Problemas de sinalética, má sinalização, indicações escassas, má qualidade da informação turística (67 queixas)
4. Prédios degradados, abandonados, em ruínas, má conservação do património (74 queixas)
5. Ruas íngremes, declives, dificuldade de andar (37 referências).

Ou seja, os principais problemas identificados pelos turistas são relativos à mobilidade automóvel e pedonal, à limpeza, à recuperação e conservação do património e à informação turística.

### **Bibliografia:**

Euromonitor International

([http://www.euromonitor.com/Articles.aspx?folder=Euromonitor Internationals Top City Destinations Ranking&print=true](http://www.euromonitor.com/Articles.aspx?folder=Euromonitor_Internationals_Top_City_Destinations_Ranking&print=true))

Hoerner, J.-M. ; Sicart, C. (2003). La Science Du Tourisme. Precis Franco-anglais De Tourismologie, Edition Bilingue. Collection Homo Touristicus : Balzac editeur.

Massieu, A. (2000). A system of Tourism Statistics (STS). Scope and Content. In J. John Lennon (ed.) Tourism Statistics: International Perspectives and Current Issues, pp. 3-13.

Mazanec, J.A., ed. (1997) International City Tourism. Analysis and Strategy. Cassel. London.

Ostertag, Johanna (2007) The Definition and Compilation of European City Tourism Statistics, Master Thesis, Vienna University of Economics and Business Administration.

[http://www.ostertag.at/diplomathesis\\_03.pdf](http://www.ostertag.at/diplomathesis_03.pdf)

Wöber, K.W. (2000). Standardizing City Tourism Statistics. Annals of Tourism Research 27(1), 51-68.



Wöber, K.W. (2003) Information Supply in Tourism Management by Marketing Decision Support Systems. *Tourism Management*, 24(3), 241-255.

Wöber, K.W. and Gretzel, U. (2000) Tourism Managers' Adoption of Marketing Decision Support Systems. *Journal of Travel Research* 39(2), 172-181.

# Artigos Resultantes dos Trabalhos dos Alunos



# “O Papel da História da Arte numa Cidade Património Mundial. Estudo de Caso: o Porto.”

*Alda Bessa, Diana Cunha, Diana Loureiro, Hugo Barreira, Mafalda Coelho, Marcos Resende e Maria Melo*  
(História da Arte, FLUP-UP)



Às mais recentes noções de património encontramos directamente associadas a noção de autenticidade, indispensável para uma classificação, e de multidisciplinaridade, necessária à sua valorização. O património artístico de uma cidade, a sua conservação e valorização são alguns dos motores na obtenção do título de Património da Humanidade. Conservar e valorizar significa necessariamente conhecer. As *Cartas* internacionais têm vindo a reiterar esta afirmação.

O conceito de *património*, filho da Revolução Francesa, conheceu um desenvolvimento paralelo à constituição e emancipação da História da Arte como ciência autónoma. Na passagem para o século XX, Giovannoni notara já a necessidade de um esforço pluridisciplinar, que lhe havia sido auferido pela sua formação pessoal e que disseminara pela Itália, com a criação da *Scuola Superiore d'Architettura di Roma* em 1920. Levaria assim mais além as ideias de Viollet-le-Duc, Sitte e Boito, estando claramente à frente do seu tempo.

Com a visão de *património* herdada e desenvolvida a partir do século XIX e com as cartas que começavam a florescer (Carta de Atenas, em 1931) colidiam as ideias dos CIAM (Congresso Internacional de Arquitectura Moderna). Por um lado, temos uma tentativa de entender a cidade histórica como um núcleo a conservar, em maior ou menor grau. Por outro lado, uma visão de “cidade do futuro” que implicaria fazer tábua rasa do passado. Destas colisões ideológicas e da prática nasce, na segunda metade do século XX, uma visão reconciliadora que retoma as ideias de Giovannoni. A cidade começa a ser entendida como um organismo vivo, merecedor de uma dinâmica própria que condiciona a actividade arquitectural no seu seio. Germinavam assim as ideias da articulação dinâmica do tecido urbano, do novo e do antigo, da integração do *monumento* (património) no seu entorno, a *cidade*. De acordo com a Carta de Veneza (1964), a conservação deve ser também articulada com um respeito mútuo e simultâneo pelo antigo e pelo novo. Da mesma maneira, a cidade está imbuída de uma dimensão estética e humana (artística e social), qual unidade patrimonial a uma escala globalizante, tornando-se toda ela património artístico, ou seja, uma obra de arte total.

Se entendermos uma Cidade Património da Humanidade (noção criada pela UNESCO em 1972) como uma obra de arte total, a sua compreensão passa, necessariamente, pela História da Arte. Esta ciência possui uma metodologia própria que lhe permite entender o objecto artístico nas suas diferentes dimensões e, desta forma, valorizá-lo correctamente. A valorização oferecida pela História da Arte permite, por sua vez, entender a cidade como obra de arte total, quando isso não acontece naturalmente. Claro que esta reflexão se aplica a uma cidade classificada maioritariamente pelo seu património artístico. Um conjunto classificado pelo seu

património natural, por exemplo, convocaria outros saberes. As noções anteriores, aliadas ao conceito de *património cultural* (Artigo 1º da Convenção de 1972) trazem novamente à cena a necessidade da multidisciplinaridade.

Se a História da Arte permite estabelecer ligações únicas no entendimento do objecto artístico, quando aplicada à noção de património cultural, ela articula novas abordagens entre as diversas valências, valorizando desta forma a dimensão patrimonial artística. Não podemos desprezar o papel da Etnografia, da Arqueologia, da Arquitectura, da Arquivística, da História (etc.) para o entendimento deste legado.

Entendendo o património como produto, e falando especificamente de património artístico, a História da Arte será uma mais-valia para a sua valorização. Valorizar não passa só por conhecer, passa também por proteger e divulgar. Como havíamos concluído, conservar é um exercício de equilíbrio. No caso do património artístico, a História da Arte será um agente mediador entre as diversas dimensões da sua gestão. Tal como faz a ponte entre o contexto e a valorização estética, a História da Arte permite, quando aplicada ao património, estabelecer as ligações necessárias entre as entidades responsáveis pela conservação e pela divulgação. Ao alargar o seu objecto à dimensão especificamente patrimonial, a História da Arte aprende por sua vez a adaptar as suas metodologias e a prestar um serviço numa nova dinâmica.

Na crise de identidade resultante da globalização, o património representa, como repositório dessa mesma identidade (que o define como legado da Humanidade à luz das cartas), uma mais-valia económica. Podemos e devemos entender o património como um **produto**. Nas novas dinâmicas económicas e sociais, o “produto património” estará sujeito aos rigores do mercado, como qualquer outro. Assim, as acções direccionadas pelo *marketing patrimonial* representam uma dimensão crucial para a sobrevivência do produto, caso este seja bem gerido e divulgado. A História da Arte permite, como também nos diz Vítor Serrão, integrar o património artístico numa visão global dentro das suas especificidades, tudo devidamente articulado com o conceito de “*Gestão Integrada do Património*”.

A História da Arte trabalha a diferentes escalas, estabelece relações e actua no domínio do **valor**, da **memória** e da **imagem**. Já vimos como a noção de valor (ou valores) está intimamente ligada ao património. Do mesmo modo, a memória é imediatamente relacionada com o monumento na sua etimologia e, nos seus mecanismos, inseparável de património. Por fim, a imagem, do *ícone* à *imagem de marca*, a qual é constantemente debatida pela História da Arte no seu percurso.

Pelo que já dissemos, e atendendo às suas valências e metodologias próprias, podemos afirmar que a História da Arte actua sobre o seu objecto de estudo como um agente **agregador**, **valorizador** e **qualificador**. Agrega a informação, colectando fontes e procurando contextualizações; valoriza a informação, interpretando-a e relacionando-a, e qualifica a informação ao produzir um estudo científico dentro das suas especificidades. Estas três valências (e outras mais) aplicam-se directamente à *obra de arte*, que fica inserida numa dinâmica contextual, numa dinâmica artística e para a qual são encontrados ou “certificados” diversos valores. Ao entender o objecto artístico de forma dinâmica, globalizante e polivalente, a História da Arte fomenta também a “queda” dos chavões (do *estilo*) em detrimento da *identidade*, *autenticidade* e *valor*, que, como é sabido, são os “pilares” das noções patrimoniais.

Transcrevendo e aplicando este exercício à dimensão da Gestão Patrimonial, no caso do património artístico, a História da Arte será o agente que **agrega** as restantes *disciplinas* em torno do objecto (arquitectura, engenharia, marketing, comunicação, etc.); **valoriza** as relações entre cada um deles e fornece-lhes os dados necessários para a sua actuação; **qualifica** os “pacotes” que circulam entre as diversas disciplinas, como qualifica o produto final, ao nível da coerência e da validade (que só ela consegue assegurar na sua especificidade) e na certificação que confere como *marca de qualidade*. Assim, na esfera multidisciplinar, a História da Arte, que funciona como a “âncora” ou o fio condutor que acciona a dinâmica da gestão patrimonial, deve exercer a sua função mas deve também saber o seu lugar como parte de uma equipa, valorizando as competências específicas de cada disciplina.

Só através da História da Arte conseguiremos entender a *unidade patrimonial* no seu contexto (físico e cultural) e entender este, por sua vez, na cidade. Esta funciona como unidade patrimonial a uma escala superior, podendo, da mesma maneira, funcionar em sentido inverso e “desconstruir a teia” conforme necessário. Esta dinâmica construtiva assegura uma valorização articulada e globalizante, pois **toda a cidade é uma obra de arte que deve ser entendida no seu aspecto total e nos seus aspectos particulares, e que deve ser gerida de forma cuidada**.

No caso específico do Centro Histórico do Porto, o entendimento da cidade como obra de arte total parece-nos ainda desconhecido das entidades responsáveis pela sua gestão e salvaguarda. O CRUARB promovera dois encontros de peritos sobre a cidade histórica e a sua gestão, em 1997 e em 2002. Através de algumas intervenções presentes nas actas, notámos que a ideia de um entendimento articulado da cidade aparece em *gérmen* no contexto específico da reabilitação. Infelizmente, ficou-se pela teoria e a prática não se utilizou como poderia e muito

menos se desenvolveu. Com a Porto Vivo SRU e o seu seminário intitulado “*Gestão Urbana de uma Cidade Património Mundial*” (realizado no final de 2009 e ao qual assistimos), começou a ser desenvolvido um discurso de “património cultural” e “obras de arte” que não se reflectiu expressamente no programa. Nos mais de dez anos decorridos, as ideias não se desenvolveram e muito menos se aplicaram. Para tal terá contribuído a ausência de profissionais da História da Arte nos quadros técnicos de ambas as entidades que funcionassem como agente agregador. Da mesma forma, o painel de comunicações no seminário de 2009 limitou-se à intervenção em área urbana e aos programas culturais e de divulgação da cidade. Mas como se pode intervir, animar e divulgar aquilo que se conhece marginalmente?

Analisando, ainda que sumariamente, as fichas de edifícios presentes na publicação de 1993 (Processo de Candidatura), apercebemo-nos de um enorme número de incorrecções que teriam sido facilmente evitadas se tivessem sido tidas em conta as últimas publicações realizadas até à data no âmbito da História da Arte. Por outro lado, tal como a leitura de um edifício é feita de formas diferentes por pessoas diferentes, a leitura deste mesmo material terá que ser entendida pelos profissionais e trabalhada de modo a servir os interesses das diferentes etapas da gestão. Tal facto é atestado pela “leviandade” com que são tratadas as informações que integram a bibliografia utilizada, a qual, escassa que era nos recursos necessários, não terá sido utilizada da melhor forma. Tal como aconteceu com as ideias anteriores, esta situação perpetuou-se na última década. Como vimos, a Porto Vivo SRU “recicla” informações do CRUARB, o que não seria nocivo se tal não implicasse a reciclagem de incorrecções e a permanência de abordagens insuficientes.

As informações relativas a “*Turismo, Cultura e Lazer*” presentes no *Masterplan* (2005) apresentam um ambicioso conjunto de propostas. Como concretizar um *Centro de Interpretação da Cidade* sem o recurso à História da Arte? Do mesmo modo, a *Dinamização das rotas turísticas urbanas* não poderá ser feita se lhes faltar a coerência. Dado que, como vimos, a História da Arte permite “legitimar” e “qualificar” projectos na área do património artístico, como elaborar rotas que demonstrem um real entendimento da dinâmica artística da cidade sem o recurso a esta ciência? O último ponto, *Património Religioso, Turismo e Cultura* torna ainda mais flagrante a falta dos recursos da História da Arte. Como espera a equipa valorizar o património religioso se o seu entendimento for feito de forma incompleta? A análise de um edifício feita pela Arquitectura e pela História da Arte é muito diferente, sendo ambas valiosas no seu contributo e indispensáveis para o real entendimento e valorização do património. Não queremos com esta reflexão tirar o mérito à abordagem do arquitecto ou do arquivista, mas tal como o técnico da



História da Arte não possui uma formação que lhe permita projectar ou gerir uma biblioteca, não estará no âmbito da formação dos restantes profissionais fazer o seu trabalho. Poderá ser considerado exagerado comparar o projectar um edifício a fazer o seu estudo no âmbito da História da Arte, mas tal abordagem não teria em conta que o património, como qualquer produto, terá que ter uma qualidade para se impor. Será muito diferente elaborar um produto de divulgação baseado em “terceiras leituras” de bibliografia às quais se juntam recursos multimédia de forma oportuna ou apresentar um produtor elaborado por uma equipa cuja coerência e formação lhe confira as valências necessárias e aquela qualidade endógena (garantida pela sua qualificação) que garanta o seu sucesso no mercado.

Segundo o *Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé*, “não é preciso sublinhar o valor histórico e artístico do Morro da Sé”. Se tal afirmação poderá ser feita com o intuito de atestar o seu enorme valor, aparece completamente invalidada pela ausência de qualquer tipo de estudo que o comprove. À luz de tudo o que foi considerado, como conservar e valorizar (gerir) algo que não se conhece a fundo? No caso específico deste local, o conjunto de transformações sofridas nos anos 30 e 40 é suficiente para iludir o visitante e mesmo o habitante. Mas nada disto parece ser tido em conta nos estudos. Não será que com a distância de mais de meio século não serão estas intervenções, pese embora o seu infeliz resultado, uma nota na História do Porto e do seu património?

Se a informação divulgada no enorme número de projectos presentes no site da Porto Vivo SRU corresponde às principais linhas de orientação das intervenções e se outros estudos não forem tidos em conta (o que não parece longe da verdade à luz das equipas presentes), como espera a Sociedade de Reabilitação Urbana inverter a progressiva desvalorização do Centro Histórico do Porto? Como espera ainda poder organizar um curso de formação para investidores no património do Centro Histórico, se não consegue entender a cidade como uma obra de arte total? Apenas os projectos não são suficientes mas quando estes existem e são bem elaborados e fundamentados, a obra concretiza-se e cativa o investimento pois adquire uma qualidade que não poderá ser negada. Perante o estado desconcertante do Centro Histórico do Porto, das acções das entidades oficiais e dos resultados obtidos na análise da documentação, concluímos que existe um subaproveitamento das potencialidades da História da Arte para a valorização do património artístico, (urbanismo, arquitectura e objecto artístico) da cidade do Porto. A valorização eficiente acciona um mecanismo de salvaguarda da classificação que passa pela rentabilização do património e pela divulgação do mesmo assegurando, assim, a sua manutenção. Tal mecanismo, de acordo com os propósitos criadores da noção de

Património Mundial, passa pelo relevar do património artístico como gerador de *identidade* e passa pela necessária *multidisciplinaridade* em que a História da Arte, na sua especificidade, desempenha um papel fulcral na elaboração de um produto de qualidade e profissional para um visitante do Centro Histórico cada vez mais exigente.

## Bibliografia

- *Porto a Património Mundial: Processo de Candidatura da Cidade do Porto à Classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993. – Livro I.
- *Porto Património Mundial: Processo de Candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO – Livro II*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1998. – Livro II.
- *CRUARB – 25 Anos de Reabilitação Urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000. – Livro III.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; *Património - Riegl e Hoje*. Porto: FLUP, 1993
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; *Património. O seu entendimento e a sua gestão*. Porto: Etnos, 1998
- CHOAY, Françoise; *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime; *O Porto na Época dos Almadás: Arquitectura, Obras Públicas*, Porto: 1988
- RAMOS, Luís António Oliveira; *História do Porto*, Porto: Porto Editora, 2000
- SERRÃO, Vítor – *A História da Arte em Portugal e a consciência do estudo e salvaguarda do Património histórico-cultural*, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009

# “Um exercício prático: Estilos, Modas, Formas e Soluções.”

*Hugo Daniel da Silva Barreira*

(História da Arte, FLUP-UP)

206

---



No seguimento do trabalho de grupo intitulado “*O Papel da História da Arte numa Cidade Património Mundial*”, pareceu-nos oportuno realizar uma demonstração prática das potencialidades desta Ciência. A partir de algumas observações *in loco*, aguçadas por leituras anteriores, entendemos construir uma viagem simulada pelo Porto, exercício cujo fim último era o de *perspectivar* as arquitecturas; note-se que entendemos aqui o *perspectivar* próprio da etimologia e da cultura do Renascimento, ou seja, *ver claramente*.

Como ciência que é, a História da Arte alia o trabalho de campo à pesquisa documental. Em consonância com as novas dinâmicas contemporâneas, com os desafios das questões patrimoniais e com as potencialidades das Tecnologias da Informação, o documento poderá mesmo tomar a forma de um sítio da Internet destinado ao turista que visita a cidade.

Para iniciar este exercício escolhemos a Sé do Porto (Figura 1) e, encarnando o papel de um turista anglófono, resolvemos navegar pela versão inglesa do sítio oficial [www.portoturismo.pt](http://www.portoturismo.pt), e procurar informações sobre o edifício. A descrição seguinte, que citamos no inglês original, é aquela a que mais facilmente se acede:

*“Building of the 12th century, in the **Romanesque style**. In the northern tower a low relief representing a 14th-century vessel symbolises the maritime vocation of the city. The Cathedral went through significant improvements in the **gothic** period and in the 18th century. Inside, the vestry, the cloister, the João Gordo chapel (with a notable gothic tomb), the Chapter House and the Sacred Art exhibition are worthy of mention. The Nicolau Nasoni paintings, the gilt carving altarpiece and the Blessed Sacrament silver altar, are from the **baroque** period.”*

Assinalamos a negrito a profusão de *estilos* com os quais o edifício é conotado. O estilo assumiu um carácter de comodidade para aquele que se aventura nos vocabulários da Arte, no entanto, o seu uso deverá ser muito cauteloso pois, desde há mais de uma década, que a sua *inocuidade* se tornou discutível. Levanta-se, deste modo, a questão da pertinência da utilização “incondicional” dos *estilos* e dos riscos a ela associados.

Consultamos a definição de *estilo* no “*Vocabulário Português e Latino*” de Raphael Bluteau, elaborado na primeira metade do século XVIII, e encontramos um conceito, derivado do estilete com que se escrevia nas tabuinhas, que se encontra muito mais conotado com a literatura. No primeiro quartel do século XIX, o Dicionário de António de Moraes Silva, alivia a conotação extensamente literária do termo e coloca-a em pé de igualdade com outras, entre as

quais “o modo com que se faz alguma coisa”, que Bluteau designava por “modo de obrar”. Estas definições não parecem deixar de relevar o carácter “artificial” da aplicação arbitrária e irreflectida do *estilo* no panorama da criação artística anterior ao século XIX, época que consolidou as designações. Vamos abandonar os estilos, partir para o terreno e atentar na mensagem que os edifícios transmitem, sempre confrontada com aquilo que deles podemos apurar.

A viagem começa num pequeno edifício situado perto das traseiras do Teatro Nacional de São João, trata-se da Capela de Nossa Senhora de Agosto (ou dos Alfaiates) (Figuras 2 a 4). Socorrendo-nos de um outro documento de divulgação, a brochura da autoria de José Fernão Afonso, que se encontra acessível ao público no interior do edifício, percebemos que começou a ser construído nos começos da segunda metade do século XVI e que apresenta “uma transição do tardo-gótico para as novas formulações maneiristas de inspiração flamenga”. O autor refere-se à forma como a abóbada de cruzaria, um exemplar da “engenharia” Gótica, se combina habilmente com a abóbada de canhão da capela-mor, bem como à sua plástica decorativa. Por um lado, não podemos deixar de admirar a forma admirável como os mestres do Gótico resolveram o problema das coberturas com *soluções* que lhes permitem almejar a uma cobertura virtualmente plana; por outro, a hábil combinação de caminhos a serem percorridos pelas forças nas diversas nervuras cria uma agradável e distinta *forma*. Neste caso, podemos observar ainda um conjunto de enrolamentos, fivelas e correias ao longo das nervuras; gramática esta que, quando cruzada com o que escrevera Joaquim Jaime Ferreira-Alves a propósito da arquitectura do Porto, rapidamente se vislumbra como sendo a referida “*inspiração flamenga*”.

Saindo da capela e recuando um pouco, chegamos ao pátio da Igreja do Convento de Santa Clara (Figuras 5 e 6), em cuja Porta Regral, datada de 1697, encontramos um aprofundar dos enrolamentos, correias e ferragens que se combinam com variantes de inspiração vegetalista num imaginário quase “proto-industrial” e altamente geometrizarante que se estende à própria edícula ladeada de aletas que coroa a porta.

Descendo a Rua 31 de Janeiro, chegamos à Igreja de Santo António da Congregação do Oratório (Igreja dos Congregados), cuja cronologia se estende já ao século XVIII. Encontramos as mesmas correias, enrolamentos e fivelas na moldura dos três vãos de iluminação do segundo nível, bem como uma profusão da mesma gramática de enrolamentos nos frontões curvos que coroam os vãos que ladeiam a porta do templo (Figuras 7 e 8). Uma solução muito semelhante pode ser encontrada a coroar o vão de entrada da Igreja do Mosteiro de São Bento da Vitória (Figura 9), próxima paragem da nossa viagem, e cujas extensas campanhas de obras se

prolongaram pelo século XVIII. Para este templo já Joaquim Jaime Ferreira-Alves escrevera, a propósito da nova capela-mor, que nos degraus do presbitério (Figura 10) se encontravam ornamentos derivados de “*gravuras flamengas*”. Encontramos, deste modo, os elementos necessários para que a “*inspiração flamenga*” abandone o carácter etéreo da designação e se corporize nas formas recorrentes que temos vindo a observar.

Dirigindo o olhar para cima, não podemos deixar de contemplar a magnífica cobertura do cruzeiro, cuja abóbada de arestas se combina sofisticadamente com as abóbadas de canhão que cobrem os braços (Figura 11). Esta *solução*, que representa claramente uma opção em relação à cúpula semi-esférica, já utilizada anteriormente na cidade (um dos exemplos será a Igreja dos Carmelitas), só poderá ser entendida como um gosto por este tipo de *forma*. O cruzeiro da Igreja de São Lourenço apresenta também uma abóbada de arestas (Figura 12), embora esta não transmita, na nossa opinião, uma tão grande sensação de harmonia e quietude quanto o exemplo anterior, para que poderão contribuir os quase cem anos que as separam, a julgar pelas cronologias apuradas nos estudos existentes. O templo, cujo corpo se encontra já concluído no primeiro quartel do século XVII mas cuja fachada se estende pelo século XVIII, encontra-se belissimamente estudado por Fausto Sanches Martins, que nos refere as influências italianas (nomeadamente do Tratado de Sérlio) e flamengas (na figura de Hans Vredman de Vries e Dietterling), corroboradas por gravuras dos respectivos tratados. Destacamos os habituais enrolamentos, motivos geometrizes, correias e fivelas em toda moldura do arco cruzeiro e nos caixotões da abóbada da capela-mor (Figuras 13 e 14).

Saídos do edifício, reencontramos os enrolamentos nas cartelas da fachada, secundados por um friso ornamentado por motivos semelhantes aos exemplos anteriores. É curioso constatar que na chamada “Fonte da Rua Escura”, datada do século XVII e transplantada para as proximidades, encontramos cartelas muito semelhantes num conjunto cuja filiação das *soluções* facilmente se adivinha, pese embora o carácter menos erudito das *formas* (Figuras 15 e 16).

Já George Kubler se apercebera desta “*viagem das formas*” flamengas (para utilizar a expressão de Pedro Dias) e da sua disseminação na arquitectura nacional, como nos lembra Carlos Ruão no seu estudo. Toda esta gramática de enrolamentos e formas geometrizes, o “*Rollwerk*”, de clara filiação na tratadística flamenga, combina-se com as matrizes italianas fornecendo um conjunto inesgotável de *formas* e *soluções* prontas a serem adaptadas ou mesmo citadas pelos criadores das novas arquitecturas. Nomes como Cornelis Bos, Cornelis Floris, Pierre Coeck Van Alest foram os primeiros, na viragem para a segunda metade de mil e

quinzentos, a combinarem o imaginário local com as importações italianas. Nomes como os já referidos Hans Vredeman de Vries (1526-1606) e Wendel Grapp, chamado Dietterling (1550-1599) consolidam o trabalho dos seus mestres e criam uma “*ars combinatória*” que fornece alguns dos caminhos para a definição de uma arquitectura de raiz Portuguesa dos séculos XVII e XVIII (Figuras 17 e 18).

Todas estas *formas*, quer as flamengas, quer as italianas, que contribuíram para a sua origem e com elas concorrem, circularam pela Europa através da mais avançada tecnologia da época, a imprensa. Compreender a maneira como a disseminação de *formas* e *soluções* se dá, é compreender a circulação da informação, que já não se encontrava reduzida à circulação de equipas e mestres, através da prática e da observação *in loco*, mas se alargava agora ao “novo” *arquitecto* que estudava os mais recentes tratados e tinha acesso ao circuito de circulação das gravuras.

Alargando o horizonte da nossa viagem e passando àquilo que se designa por Área Metropolitana do Porto, encontramos as mesmas variações de *Rollwerk*, edículas e aletas, na ornamentação da fonte do antigo Convento da Conceição de Leça da Palmeira (cujas ruínas se encontram na actual Quinta da Conceição) (Figura 19), e, alargando ainda mais círculo, nos vãos do Convento de São Francisco em Angra do Heroísmo, na Igreja do Convento de Santa Teresa, em Salvador, ou mesmo na desaparecida igreja da Santa Casa da Misericórdia de Macau. Embora com variantes, estes exemplos, entre tantos outros, não deixam dúvidas da mais ou menos remota filiação com a referida *ars combinatória* e da abrangência da circulação das gramáticas decorativas.

Na nossa viagem encontramos uma *solução* estrutural, a abóbada de arestas, que em tudo parece demonstrar um gosto por este tipo particular de cobertura, e um conjunto de *soluções* plásticas, de inspiração flamenga, que demonstra uma outra disseminação e apego por parte dos praticantes de arquitectura. Não poderemos então dizer que estas *soluções*, e as *formas* que elas originam, constituem uma *moda* na prática da arquitectura da época? Socorrendo-nos das referidas obras de Bluteau e Moraes Silva, chegamos a uma definição de *moda* que se pode resumir como um gosto passageiro ou temporário por determinada indumentária. Não estamos tão longe do campo da arquitectura como se poderia esperar, visto que, mesmo quando derivadas de *soluções* estruturais, encontramos as *formas* escolhidas pelo seu apelo visual, constituindo uma “*roupagem*” que cobre e nobilita as estruturas de raiz italianizante, tal como afirma Carlos Ruão.



Concluimos esta viagem constatando que as inspirações flamengas marcaram as renovações ditas “barroquizantes” de um outro templo, no qual concorreram com outras inspirações, criando mais uma etapa na já longa vida de um edifício marcado por diferente *formas* e *soluções*. Falamos da Sé do Porto, em cujo lanternim podemos observar uma bela abóbada, marco de sofisticação à época em que fora construída, e cuja memória futura tivemos já oportunidade de ver (Figuras 20 e 21).

Comparando a Sé e a sua envolvente na actualidade com o que foram em 1924, antes das renovações empreendidas pelos Monumentos Nacionais nos anos 30 e 40, fará ainda sentido colocar um grande peso na questão do *estilo*? Devemos antes considerar que estamos perante edifícios que, longe do estatismo a que os associamos, conheceram, e conhecem, campanhas de renovação e “actualização” que lhes conferem um carácter eminentemente dinâmico.

Do mesmo modo, será importante informar aquele que chega às imediações de um edifício e se prepara para o apreender como obra de arte, de que aquilo que observa não se resume a um ou mais *estilos*, devendo antes aguçar os sentidos para todo um conjunto de *formas* e *soluções*, reflexos de campanhas sucessivas, frutos de *modas* de época, sejam elas de ornamentação ou de restauro.

Por fim, quando da Vitória contemplamos todo o Morro da Sé (Figura 22) e o vemos como fora antes das intervenções dos anos 30 e 40, será possível ainda duvidar que a cidade seja uma obra de arte total, em que a alteração de uma parte possa ter tanto impacto na composição total como em qualquer obra de pintura, escultura ou arquitectura?

Esta viagem resultou da observação, previamente despertada pelo conhecimento, da obra *in loco* e conduziu-nos ao documento. A partir desta relação simbiótica pudemos partir para novas observações, conhecer novos tipos de documentação, gráfica ou digital, recolhida por nós ou por outros e estabelecer novas relações. Não será o conhecimento, assim obtido e produzido, um suporte ideal para acções de valorização e eficiente fruição da obra de arte? Não podemos esquecer que, como vimos, para compreender eficazmente a Arte teremos que conhecer a História que a contextualiza e entender o fenómeno artístico como o cimeiro legado da mentalidade de uma época. Por outro lado, a obra de arte está sujeita a todo o tipo de transformações, as quais devem entrar na sua História e chegar àqueles que dela pretendem fruir, mesmo que se tivessem traduzido em autênticos actos de vandalismo ou mutilação.

Numa tradução latina de um aforismo de Hipócrates lê-se: “*Ars longa, vita brevis*”, mas, se uma vida pode não chegar para compreender totalmente uma obra de arte, um momento

pode bastar para a destruir para sempre, seja o momento em que cortamos cegamente os laços com o passado, ou o momento em que viramos as costas aos *agons* de abandono do presente.

Bibliografia:

- BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- DIAS, Pedro – *A viagem das formas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – *A nova capela-mor da igreja de São Bento da Vitória*. Douro: Estudos & Documentos, Vol. II (4). Porto, 1997.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime – *Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro*. Revisa ta Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património, I Série, Vol. IV. Porto, 2005.
- MARTINS, Fausto Sanches – *O Colégio de São Lourenço: 1560-1774*. Porto: Faculdade de Letras, 1986.
- RUÃO, Carlos – *Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. Italianismo e Flamenguismo*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Universidade de Coimbra/EN – Electricidade do Norte, S.A., 1996.



Figura 1 – A Sé do Porto e envolvente.



**Figura 2 – Capela dos Alfaiates**



**Figura 3 – Capela dos Alfaiates, pormenor do interior.**



**Figura 4 – Capela dos Alfaiates, vendo-se a abóbada de nervuras.**



**Figura 5 – Porta Regal do Convento de Santa Clara, pormenor.**



**Figura 6 – Porta Regral do Convento de Santa Clara, pormenor.**



**Figura 7 – Igreja de Santo António dos Congregados, pormenor.**



**Figura 8 – Igreja de Santo António dos Congregados, pormenor.**





**Figura 9 – Igreja de São Bento da Vitória, pormenor da porta.**



**Figura 10 – Igreja de São Bento da Vitória, ornamentação da capela-mor.**



**Figura 11 – Igreja de São Bento da Vitória, abóbada do cruzeiro.**

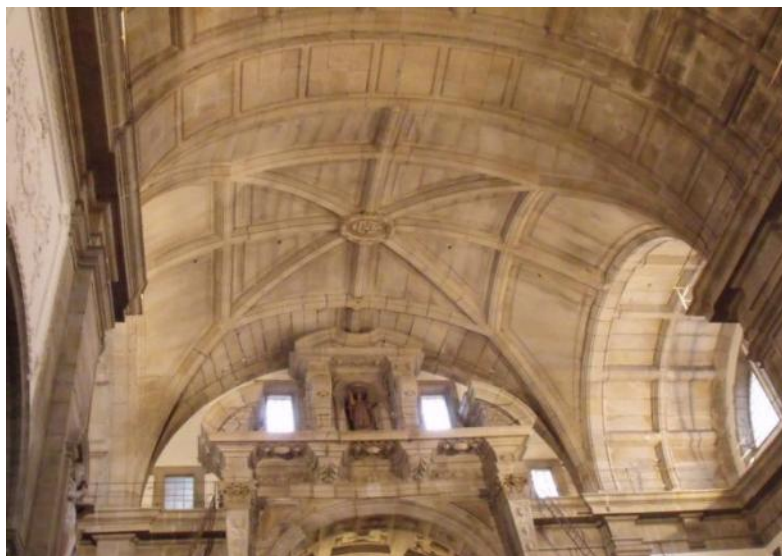


Figura 12 – Igreja de São Lourenço, abóbada do cruzeiro e remate do arco cruzeiro.



Figura 13 – Igreja de São Lourenço, ornamentação do arco cruzeiro.



Figura 14 – Igreja de São Lourenço, pormenor do tecto da capela-mor.





**Figura 15 – Igreja de São Lourenço, fachada.**



**Figura 16 – Fonte da Rua Escura.**



Figura 17 – Frontispício de uma obra de Hans Vredman de Vries, sendo visíveis os *Rollwerk*, <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/vries1620/>.



Figura 18 – Gravura do livro de Wendel Grapp, chamado Dietterling, com uma solução muito semelhante às dos vãos da Igreja de Santo António dos Congregados, <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/dietterlin1598/>.



Figura 19 – Fonte na Quinta da Conceição, Leça da Palmeira.



Figura 20 – Sé do Porto, pormenor de capela do transepto.



Figura 21 – Sé do Porto, lanternim.



Figura 22 – O Morro da Sé visto da Vitória.

# **“Porto, Património Mundial – A Classificação e a Intervenção. Encontra- se o título ‘Porto, Património Mundial’ em risco?”**

*Liliana Patrícia Vasconcelos Pinto, Teresa Campos  
dos Santos*

221

---

(História da Arte, FLUP-UP)



## Introdução

O seguinte trabalho subdivide-se em três partes, caracterizadas pela análise de três organismos relacionados com a intervenção urbana, sendo eles: CRUARB, Porto 2001, SA e o Relatório/Plano de Gestão de 2008. Em todos os capítulos, pretende ser feita uma apresentação do organismo, justificando o seu surgimento e as bases/objectivos que o sustentam; e, além disso, incidir de um modo particular nas finalidades, propostas, projectos e intervenções executadas por cada uma das equipas de trabalho envolvidas nestas empresas. Finalmente, é de grande relevância, fazer um balanço daquilo que foi a actuação, em termos práticos, destas mesmas equipas e, em caso de extinção das mesmas, relevar este factor, incentivando à reflexão acerca do porquê dos benefícios ou prejuízos de tal extinção.

O CRUARB nasce como o primeiro organismo, verdadeiramente vocacionado para dar resposta às exigências e problemáticas que, finalmente, a cidade do Porto parecia ter coragem para enfrentar, depois de décadas de abandono, mas onde o estudo sobre estes problemas urbanos de grande complexidade já tinha sido realizado. Neste sentido, o CRUARB vai representar um esforço contínuo ao longo da sua existência, durante a qual zonas críticas como as de Ribeira/Barredo, da Sé, da Vitória, de Miragaia, entre outras; vão ser intervencionadas. O CRUARB acompanha e tem um papel importante na candidatura e posterior classificação do Porto como Património Mundial, pelo que a legitimidade da sua existência, bem como a utilidade e funcionalidade das suas intervenções, não podem ser questionadas.

Num momento seguinte, tornou-se pertinente abordar o “Porto 2001”, uma vez que é o organismo criado após a extinção do CUARB, desta feita para acolher e organizar o evento “Porto – Capital Europeia da Cultura”, na sua dupla vertente: programação cultural e requalificação urbana. Neste ponto, estabeleceu-se como objectivo entender o funcionamento de todo o processo de preparação do evento, incidindo exclusivamente na perspectiva da requalificação urbana. Numa segunda parte deste capítulo, apresenta-se todos os objectivos e propostas patentes nos projectos realizados pelas equipas seleccionadas para o efeito, deixando para um momento final, a reflexão e balanço geral sobre todo o evento, desde os projectos até à execução. Tais resultados deverão ser entendidos como de pouco impacto, ainda para mais se comparados com os que o CRUARB apresentou, ao longo da sua existência. A extinção da “Porto 2001, SA” deve, também, suscitar alguma reflexão, que deverá ser complementada pela análise final, desta feita, do Relatório de Gestão de 2008.



O Plano de Gestão divide-se em três parâmetros fundamentais - o primeiro relacionado com os valores estratégicos; o segundo relacionado com o plano de acção; e, por último, o terceiro, tratando dois tipos de eixos a ter em conta para pôr em prática os pressupostos que visam a protecção, preservação, valorização e promoção do centro histórico da cidade do Porto. A análise dos três volumes constituintes do Plano de Gestão em causa, focarão, de um modo mais evidente, os objectivos e projectos que, de algum modo, já eram enunciados pelas equipas de trabalho da “Porto 2001, SA”, senão, mesmo, pelo próprio CRUARB. Nesse sentido, deve ser feito um balanço, já não só da qualidade ou pertinência dos projectos, já não só da capacidade de execução dos mesmos mas, mais ainda, reflectir acerca da necessidade de mobilizar mais equipas multidisciplinares e, necessariamente, mais verbas para poder levar a cabo um tão extenso trabalho de reflexão urbana, como representa o Plano de Gestão de 2008 se, afinal, os projectos por executar eram já tantos.

Assim, todo o trabalho é, efectivamente, constituído por três partes que, no entanto, se interligam de um modo, indubitavelmente, harmonioso e cuja linha condutora se prende, claramente, com a questão das extinções contínuas de organismos criados; com a projectação, sem execução prática expressiva; e, principalmente, o risco em que se encontra o título de Património Mundial que o Porto possui. Se no relatório intercalar ficou claro, através da análise de documentos oficiais, que muitos dos pressupostos estabelecidos e muitos dos compromissos assumidos pelo Porto não foram cumpridos e, como tal, o título poderia já estar em risco. Neste relatório final, e através da análise dos três organismos mencionados, torna-se, ainda mais clara, a necessidade de racionalização, que passará pelo entendimento das necessidades prioritárias e urgentes do Centro Histórico, para que os inúmeros projectos pendentes, sejam executados, consoante a pertinência, actual, dos mesmos. Desta forma, e tal como alguns dos relatórios individuais provam, o Porto vive, neste momento, a ameaça de ser uma cidade desigual, com pólos de atracção e outros desertificados, pelo que deverá entender o Centro Histórico como um todo para que a tão ambicionada revitalização económica, quer através do comércio, quer através da habitação, seja feita de um modo eficiente e igualitária, não escolhendo zonas privilegiadas.

A finalidade principal deste trabalho não é, por isso, a mera leitura histórica de organismos, intervenções ou eventos na cidade, no seu passado mais recente, mas sim demonstrar a actualidade da problemática em questão e abrir caminho para algumas das possíveis soluções, encontradas através da sistematização da já longa história de projectos e intervenções ocasionais.

### O CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo)

- Breve contextualização do percurso do organismo

Em Junho de 1974, o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Arq. Nuno Portas, após uma visita ao Barredo e contacto com a população local, convidou o Arquitecto Jorge Gigante a tomar o encargo de Comissário do Governo e a assumir a gestão da renovação urbana da área da Ribeira. A 28 de Setembro de 1974, por despacho conjunto dos Ministérios da administração interna e do Equipamento social e do Ambiente, era criado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo<sup>182, 183</sup>

As funções do CRUARB, que inicialmente se prendiam sobretudo com a reabilitação habitacional de uma zona que se encontrava num estado de degradação imenso, e onde a população residia sem quaisquer condições mínimas de vivência, fizeram-se sentir desde cedo com resultados muito positivos e marcados. Em Agosto de 1975, poucos meses depois da criação do núcleo inicial do organismo, encontravam-se já realojadas no bairro do Aleixo, 192 famílias, o que permitiu libertar 80 parcelas da Ribeira-Barredo. O objectivo era a obtenção dos quarteirões devolutos para se iniciarem as demolições e obras, de forma a acabar com as chamadas “colmeias” existentes em alguns prédios, onde as subalugas exploravam a população pobre.<sup>184</sup>

Apesar deste organismo ter sido inicialmente criado para servir a tão necessária reabilitação urbana da área Ribeira-Barredo, as suas funções foram, com o passar dos anos, tornando-se cada vez mais amplas. O momento da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial<sup>185</sup>, a 5 de Dezembro de 1996, é o ponto fulcral na mudança de estratégia por parte do CRUARB. O organismo foi o grande responsável pela atribuição do galardão à cidade, sendo o seu trabalho reconhecido favoravelmente pela UNESCO. A partir deste momento, a actuação do organismo é transformada. O Centro Histórico do Porto e a cidade, em geral, tornam-se um muito maior desafio, sendo necessário cumprir também perante

---

<sup>182</sup> CRUARB.

<sup>183</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

<sup>184</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

<sup>185</sup> 1993 – A Candidatura do Porto a Património Mundial é publicada na obra “Porto a Património Mundial”. CRUARB. Abril, 1996,. O professor e arquitecto, Álvaro Gomes Ferrer Bayo, da ICOMOS, visita o Centro Histórico do Porto, tirando notas para informar a UNESCO sobre o processo de Candidatura do Porto. 24 de Junho, 1996 – Decisão favorável por parte da UNESCO. 5 de Dezembro, 1996 – O centro Histórico do Porto torna-se Património Mundial.



a UNESCO com a continuidade de um trabalho positivo no Porto a fim de o reabilitar, em vários sectores. Assim, A intervenção do organismo na cidade alarga-se e faz a ligação entre diversas áreas e sectores. O CRUARB não abandona nunca a sua função inicial, mas começa a abarcar mais zonas da cidade, bem como demonstra preocupação em conjugar a reabilitação de diferentes sectores, para a tornar mais atractiva e visitável. As intervenções mostram-se também mais organizadas e com maior visibilidade.

- As Intervenções

As intervenções protagonizadas pelo CRUARB na cidade do Porto podem dividir-se em quatro grandes grupos/áreas: Ribeira-Barredo, Projecto-Piloto da Sé, Operação Miragaia e Operação Vitória. Através da análise sumária destas, é possível perceber não apenas a abrangência das suas acções, mas também os resultados positivos alcançados na Cidade, antes e depois da sua classificação como Património Mundial.

1 - Ribeira-Barredo

Entre 1796 e 1981, foram renovadas na Ribeira e no Barredo dezenas de habitações por ano, estando em 1882 concluída a recuperação dos quarteirões mais degradados. Em 1996, foi apresentado um programa, pelo CRUARB, que procurou articular todos os projectos em curso nesta zona. Este é constituído por 26 acções.<sup>186</sup>

<b>Acções</b>	<b>Estado<sup>187</sup></b>
1 – Recuperação dos pisos superiores do edifício da Rua de Cima do Muro, 5/8	Concluído
2 - Conclusão da obra e entrada em funcionamento de m edifício de ateliers para artistas sobre o túnel da Ribeira	Concluído
3- Posto de recepção de resíduos sólidos do túnel da Ribeira-Barredo	Concluído
4 – Recuperação do pavimento da Rua de Cima do Muro	Concluído
5 – Recuperação das fachadas da Rua de Cima do Muro	Concluído
6 – Reenquadramento do Mercado da Ribeira	Empreitada em curso
7 – Reposição das Escadas das Padeiras	Empreitada em curso
8 – Câmara de grades na praça da Ribeira para interceptar os resíduos sólidos do rio da Vila	Concluído
9 – Arranjo urbanístico do Cais da Ribeira, Praça da Ribeira e Cais da Estiva	Empreitada em curso
10 – Salvaguarda do Património histórico-arqueológico na Ribeira	Empreitada em curso
11- Recuperação de edifícios para o Hotel da Praça da Ribeira	Concluído

<sup>186</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

<sup>187</sup> O estado das acções enunciadas refere-se ao ano de 1999.

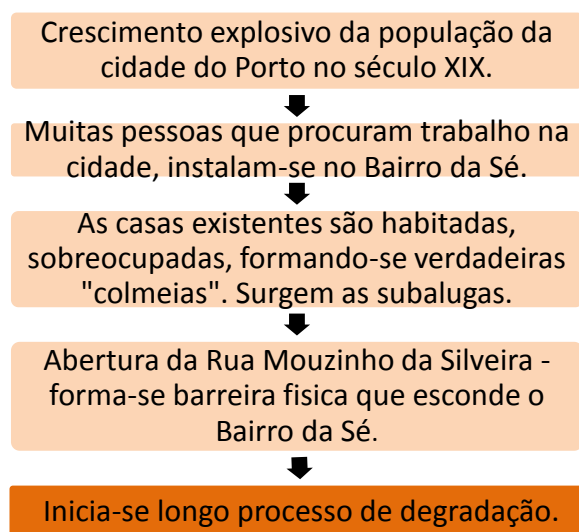
12 – Nova iluminação pública no Cais da Estiva e Muro dos Bacalhoeiros	Concluído
13 – Recuperação de edifícios na Rua dos Mercadores, 2 a 28	Concluído
14 – Recuperação de edifício para novas instalações do CRUARB	Concluído
15 – Recuperação do interior do quarteirão limitado pela Rua Fonte Taurina, Rua da Alfândega, Rua do Infante D. Henrique e Rua de S. João	Em estudo
16 – Obras de remodelação e ampliação do Arquivo Histórico Municipal	Empreitada em curso
17 – Recuperação dos edifícios para habitação e comércio no Muro dos Bacalhoeiros	Concluído
18 – Consolidação e regularização do pavimento do Muro dos Bacalhoeiros	Concluído
19 – Ampliação das instalações do Centro Social do Barredo	Concluído
20 - Recuperação dos edifícios para habitação e comércio na Rua da Reboleira	Em projecto
21 - Ampliação do Centro regional de Artes tradicionais	Concluído
22 – Ampliação das instalações do lar de terceira idade da Associação Social e Cultural de S. Nicolau	Concluído
23 – Conclusão de duas obras de recuperação de edifícios financiadas pelo Recria e início de outras duas	Concluído
24 – Reordenamento do trânsito automóvel em toda a área	Concluído
25 – Iluminação, pintura e reparação do túnel da Ribeira	Concluído
26 – Novas placas de sinalização e toponímicas	Concluído

Balanco das intervenções: 19 obras concluídas (73%); 5 Empreitadas em curso (19%); 1 obra em estudo(4%); 1 obra em projecto(4%).

## 2 – Projecto-piloto da Sé

Este projecto-piloto surge na sequência da degradação extrema desta zona da cidade, e da consciência por parte do CRUARB, desta. O esquema seguinte apresenta uma súmula dos problemas que conduziram a zona a este estado degradado que se observava.<sup>188</sup>

<sup>188</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000



O projecto-piloto urbano do Bairro da Sé é apresentado, em 1993, pelo CRUARB à União Europeia, e, imediatamente aprovado. Trata-se de uma operação fechada, limitada e restrita ao Bairro da Sé, durante apenas 36 meses de duração, limitada à realização de 29 acções, e, também, limitada a um montante financeiro de 1.2 milhões de contos. A equipa que coordenou esta acção era, inicialmente constituída por três técnicos, sendo que depois acabaram por se juntar mais três a esta. O CRUARB esteve sempre por trás deste projecto e desta equipa.

### 3 – Operação de Miragaia

A operação de Miragaia contou com várias intervenções significativas em edifícios e no espaço público. Alguns acontecimentos são de realçar para se entender as alterações e a requalificação que tomou lugar na frente de Miragaia, a cabo do CRUARB. A tabela seguinte, representa os mesmos.<sup>189</sup>

<b>Acontecimentos</b>	<b>Consequências</b>
As obras em Miragaia em 1998	Qualificação do espaço público, dos edifícios municipais, em prédios particulares, no Parque das Virtudes e revitalização económica da zona. É preparada a Rua Nova da Alfândega (FDZHP), são preparadas as ruas de Miragaia e da Arménia (CRUARB). São recuperados três edifícios Municipais e são beneficiados 65 prédios particulares.

<sup>189</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

Cimeira Ibero-americana	Levou a uma intervenção em grande escala, no espaço público e no edificado, na frente de Miragaia. Não justifica todas as obras feitas, mas justifica o momento da sua realização.
Património Mundial/UNESCO (Dez/1996)	Miragaia encaixa-se na área de protecção que derivou da classificação atribuída à cidade. A atitude perante o edificado tinha que respeitar os princípios estabelecidos pela organização. Tudo o que estava já em execução respeitava estas regras.
Porto Capital Europeia da Cultura 2001	O que estava em obras fazia parte do conjunto que o Porto irá colocar à disposição da Europa em 2001. São espaços culturais: o edifício da Alfândega, as casas dos arcos de Miragaia, o Horto das Virtudes, a Cooperativa Árvore e várias colectividades locais.
Reabilitação do Centro Histórico	A freguesia de Miragaia não foi descoberta pelo CRUARB apenas no ano de 1998. Esta insere-se no vasto número de obras que já haviam começado na reabilitação do Centro Histórico do Porto.

### O que ficou depois da Cimeira

- Grande Centro de Congressos na Alfândega.
- Um viaduto sobre o Douro que facilita a circulação em toda a marginal.
- Renovada Alameda Basílio Teles, e arruamentos daqui até ao Largo de S. Francisco.
- Renovada linha de Carro eléctrico.

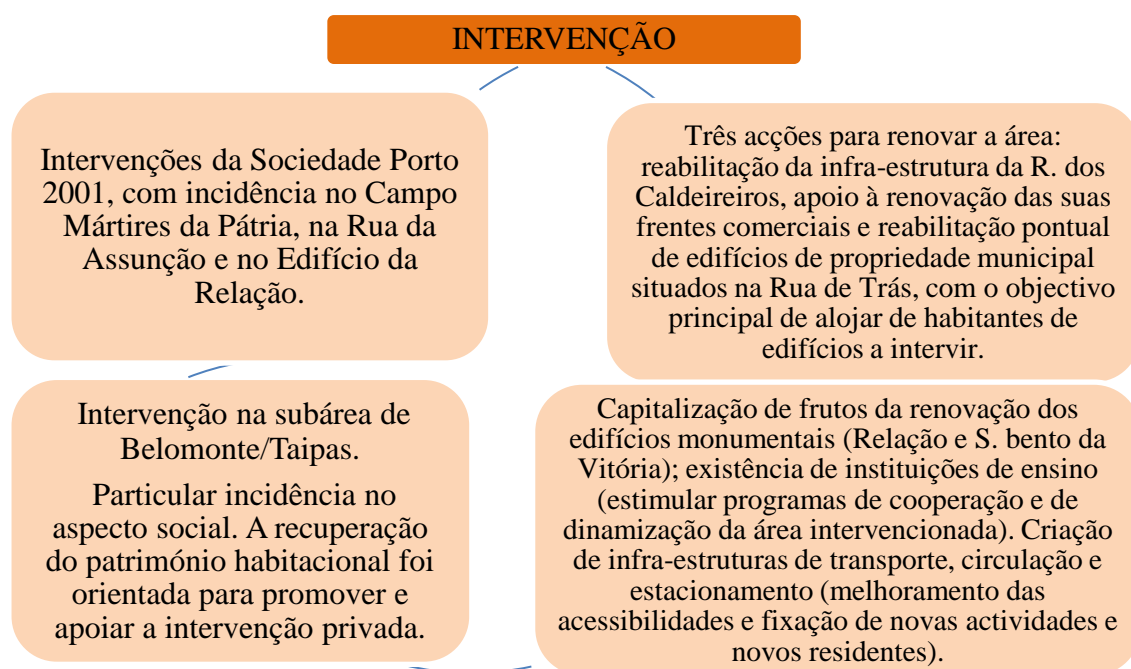
### Miragaia - anos seguintes

#### O que falta

- Casas para recuperar.
- Armazéns para converter;
- Novos parques de estacionamento;
- Um terminal do comboio histórico que irá do túnel da Alfândega até à ponte D. Maria Pia.
- Prolongamento do eléctrico de S. Francisco até S. Bento.
- Marina do Sport.

#### 4 – Operação Vitória

Depois de décadas em que o CRUARB investiu, sobretudo, nas áreas cuja prioridade de intervenção não era minimamente questionável (Ribeira/Barredo, Sé e Miragaia), projectou, por fim, orientar esforços para a freguesia da Vitória.<sup>190</sup>



#### ▪ Algumas conclusões acerca da acção do CRUARB

O CRUARB distinguiu-se por uma muito positiva acção na Cidade do Porto, particularmente no seu Centro Histórico, quer antes, quer após a sua classificação como Património Mundial. As suas intervenções procuraram compatibilizar as questões patrimoniais, habitacionais, urbanas, com a população da cidade, não esquecendo aspectos como as acessibilidades, transportes, dinamização social e cultural, entre outros. As intervenções do organismo foram diversas, como se observou anteriormente, mas bem estabelecidas e programas. Acima de tudo, foram acções. Passaram o domínio do projecto, para serem, de facto, executadas<sup>191</sup>.

O CRUARB preocupou-se em apagar a imagem, enraizada durante décadas, de um Centro Histórico degradado onde não é possível ou não é aliciante investir. Por isto, depois do

<sup>190</sup> A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

<sup>191</sup> Na maioria, estas ultrapassaram o projecto, tal como podemos ver pelas intervenções na zona da Ribeira-Barredo, em que cerca de 73% foram concluídas. O balanço é bastante positivo.

período inicial de requalificação habitacional, CRUARB preocupou-se com a requalificação do património, público ou privado, e em proporcionar uma melhor vivência à população.

O Organismo foi alargando as suas intervenções a outras áreas e sectores na cidade, mas nunca esqueceu o Centro Histórico e a sua importância. Nunca esqueceu as zonas mais críticas da cidade.

Acima de tudo, o CRUARB conseguiu concretizar as suas ideias. Não se perdeu em projectos megalómanos e utópicos, como viria a acontecer com os seus sucessores.

A abordagem à actividade da “Sociedade Porto 2001” pretendeu dar a conhecer os efeitos que a “Porto 2001, SA” obteve, naquilo que foi uma das suas linhas de actuação na altura do evento “Porto Capital Europeia da Cultura”, ou seja, a requalificação urbana.

Neste sentido, foi essencial perceber, por um lado o surgimento e funções atribuídas à “Sociedade Porto 2001”, bem como todo o processo elaborado, desde a candidatura, à preparação do evento passando, naturalmente, pelas intervenções urbanísticas, em termos concretos. Além disso, foi preciso contextualizar o Porto no espaço e no tempo social, isto é, na situação urbanística em que se encontrava, antes da realização e, mesmo, planificação do evento. Só desta forma foi possível projectar o que era necessário e captar as diferenças entre o antes e o depois do “Porto 2001”.

Seguindo este percurso, o trabalho propõe a exposição clara e objectiva das várias finalidades a que se foi propondo a “Sociedade Porto 2001”, por um lado, e as equipas que elaboraram os projectos a pôr em curso, por outro. Numa fase final, deverá ser feita uma avaliação e um balanço de dois aspectos. Numa primeira fase, analisar a qualidade, diversidade, pertinência, dos projectos desenhados e propostos pelas diversas equipas para as quatro áreas de intervenção principais. E, numa fase seguinte, ter em conta o que foi feito em termos práticos e o benefício que tal trouxe para a cidade e, mais ainda, se os benefícios trazidos correspondem às expectativas colocadas no vários documentos, consultas e propostas que a “Sociedade Porto 2001” elaborou. A reflexão sobre o evento deve, por isso, prender-se não só com a amplitude e ousadia dos projectos e fins estabelecidos, mas, principalmente, com o seu cumprimento.

Finalmente, a continuidade do relatório desembocará no Relatório de Gestão de 2008 que, juntamente com o manancial de projectos que as equipas seleccionadas pela “Sociedade Porto 2001” conceberam, tornará, inevitável, uma reflexão crítica sobre a utilidade de projectos que mobilizam equipas multidisciplinares e vastas, comportando elevados custos, e cujo lado prático da sua execução, raramente se fica a conhecer. A análise crítica estará, de um modo

mais definido, expressa na conclusão desta parte do trabalho, uma vez que os projectos, os números e a voz dos cidadãos vai, ao longo do desenvolvimento do trabalho, conduzindo a conclusões claras sobre a ineficácia de certas medidas mas, fundamentalmente, a falta de medidas de qualquer espécie.

Como síntese do trabalho de investigação, cujo processo é descrito nesta introdução, é apresentado o levantamento das principais propostas de intervenção da “Porto 2001, SA” e as respectivas conclusões retiradas destes capítulo do trabalho.

## Zonas de Intervenção

Propostas de algumas equipas de trabalho para as respectivas zonas de intervenção<sup>192</sup>

### Zona de Intervenção: Batalha

**Proposta da equipa de Adalberto Dias** – sentimento prático de gestão e intervenção na cidade.

#### Valores espelhados na proposta

- ✚ “conceito de concentração”;
- ✚ coincidências entre percursos, espaços, programas, serviços e equipamentos;
- ✚ “repor o lugar de encontro”;
- ✚ “acções de articulação” (para o que é novo);
- ✚ percursos de utilização intensiva pedonal em ruas, largos e praças públicas com utilização partilhada por transportes públicos e viaturas ligeiras;
- ✚ rede de circulação com uso partilhado (mecânico/pedonal);
- ✚ novos percursos pedonais em associação com os sistemas existentes;
- ✚ a reposição do eléctrico, restabelecendo a ligação perdida entre os dois grandes núcleos comerciais do Porto;
- ✚ elevador ligando S. Bento à Batalha;
- ✚ entre outros tópicos relevantes;

<sup>192</sup> A informação seguidamente apresentada e sistematizada foi recolhida de: Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. Porto: FAUP, Junho de 2000, pp. 23 a 27



**Proposta da equipa de Paulo Providência** – somatório de projectos arquitectónicos-soluções formais para as áreas-problema (por exemplo, desenho da Praça da Batalha, Estação de Camionagem).

#### Conteúdo da proposta

- ✚ alargamento da plataforma do edifício do Governo Civil e sua ligação por ponte pedonal ao funicular dos Guindais, miradouro das ruas da Madeira e Loureiro;
- ✚ abertura de um percurso pelo interior da muralha;
- ✚ acções de reocupação qualificante da função residencial (vizinhança da Universidade Moderna, Rua do Monte Cativo);
- ✚ criação-reforço de uma rede de sequência pedonais com perfuração de frentes de rua;
- ✚ prolongamento-atravesamento de miolos de quarteirão;

#### **Zona de Intervenção: Área Leste – Bonjardim, a estrada/comunicação fora de muros, e Sta. Catarina.**

232

---

#### **Proposta da equipa Alexandre Alves Costa/Sérgio Fernandez**

À semelhança de outros projectos, esta proposta reflecte a ideia da construção sobre o construído e da emergência de tratamento, manutenção e requalificação do centro urbano. Um dos caminhos a seguir nesta renovação é a cidade abrir-se a novos usos e crescer com eles, numa intervenção contemporânea que saiba aceitar a diversidade estilística e temporal, preservando a sua unidade.

No que diz respeito à modificação, relacionada com o alargamento das acessibilidades ao edificado, vale a pena analisar a ideia base da equipa de José Gigante:

#### **Proposta da equipa de José Gigante** – visão sobre a transformação da estrutura viária.

- ✚ “criação de um sistema articulado de circulações, dominado por uma profunda irrigação da área em termos de circuitos pedonais.”;

**Proposta da equipa Camilo Cortesão/Mercês Vieira** – “reinterpretar os sinais da história do lugar”;

No geral, a proposta desta equipa procura o reordenamento do tráfego; a requalificação do espaço de percurso e estadia pedonais; as relações entre o edificado civil e os equipamentos. Para atingir os propósitos enunciados, a equipa avança com a dotação de infra-estruturas necessárias; com o estabelecimento de regras para a implantação coordenada de acessórios; com a reabilitação e/ou reconversão funcional dos edifícios devolutos; com obras de conservação e requalificação de fachadas.

A equipa de Fernando Távora/José Bernardo Távora sugere a intervenção em bens históricos, reflectindo, no entanto, sobre o problema da intervenção e os fundamentos que o sustentam.<sup>193</sup>

**Proposta da equipa Fernando Távora/José Bernardo Távora – “O projectar é antes de mais conhecer, um conhecer para intervir.”**

#### Finalidades das intervenções

- ✚ libertar o máximo de espaços de utilização preferentemente pedonal;
- ✚ superfície liberta do trânsito mecânico e relacionada com os edifícios mais marcantes;
- ✚ tentar uma nova paisagem urbana constituída por espaços – percursos e alinhamentos visuais, enquadrados e definidos por fiadas de árvores, evocando os espaços da “formosa calçada” e da Alameda de Filipe II -;
- ✚ procura de espaços de apoio aos edifícios projectando, horizontalmente, os seus volumes e prestigiando as suas fachadas;

#### **Zona de Intervenção: Área Oeste – Cedofeita, Mártires da Liberdade, Almada**

**Proposta da equipa Virgínio Moutinho – “ a cultura urbana do Porto tem na rua o principal elemento da sua identidade pois nela se consubstancia o carácter mais evidente do espaço público.”<sup>194</sup>**

A equipa Virgínio Moutinho procurou, ao longo de toda a sua proposta, coordenar e relacionar os vários sectores implicados na requalificação do centro histórico, propondo uma

---

<sup>193</sup> Ver Anexo, Notícias.

<sup>194</sup> Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. Porto: FAUP, Junho de 2000, p.25

atenção global e igualitária a cada um desses sectores, sem impor quaisquer hierarquias. Naturalmente, a situações-problema e áreas particulares que necessitam de uma atenção pormenorizada, para que respondam de um modo mais eficiente, com conforto e funcionalidade às solicitações de uma cidade contemporânea. O restauro do edificado e a sua relação com a área onde se insere deve respeitar a sua matriz tipológica e paisagem original.

A equipa de Domingos Tavares elabora, também, algumas considerações sobre esta área de intervenção:

**Proposta da equipa Domingos Tavares** – sequência de quarteirões alinhados pelas ruas do Breiner e de Miguel Bombarda.

#### Propostas

- ✚ nos interiores de quarteirão, admite, exclusivamente, equipamentos de interesse público residencial (tipo piscina do CDUP);
- ✚ reabilitação da imagem de certas arquitecturas comuns que preenchem as ruas da cidade;
- ✚ intervenções globais nos prédios, conferindo-lhes qualidades perdidas ou renovadas com expressão no seu uso e reflexos na sua solidez;

234

---

**Proposta da equipa Bernardo Ferrão** – “as novas residências um efeito polarizador e simultaneamente recuperador da interessante malha residencial preexistente.”<sup>195</sup>

#### Intervenções

- ✚ acções de higienização no interior dos quarteirões;
- ✚ presença da estrutura verde e promoção da permeabilidade superficial;
- ✚ construção de áreas destinadas à habitação;
- ✚ correcção de fachadas;

**Proposta da equipa Carrilho da Graça/Manuel Ventura** – “a cidade existente comporta-se como cenário passivo para a exaltação da peça arquitectónica.”<sup>196</sup>

#### Ideias e sugestões

---

<sup>195</sup> Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*.  
Porto: FAUP, Junho de 2000, p.25

<sup>196</sup> Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*.  
Porto: FAUP, Junho de 2000, p.26

- ✚ nova ligação pedonal entre a Trindade (elevador) e Cedofeita (Rua do Mirante, Travessa de S. Carlos prolongada no interior do quarteirão frontal);
- ✚ a Praça de Carlos Alberto associada à reconversão do conjunto Palácio do Visconde de Setúbal, edifício contíguo a este, Teatro Carlos Alberto, e o espaço verde do interior do quarteirão onde aqueles se inserem.

Esta proposta aponta indicadores interessantes, no que concerne às estratégias de intervenção/reconversão espelhadas na articulação da edificação (antigo liceu e anexos), espaços de rua ou de praça/largo (Rua do Mirante, Praça Coronel Pacheco), interior de quarteirão na perspectiva de uma reconversão orgânica de morfologia/paisagem/ocupação desta unidade de projecto.

### **Projectos paralelos – Obras prioritárias**

- Ligação do Parque da Cidade ao mar segundo o projecto do arquitecto Manuel Solá-Morales

Este foi um projecto inovador, que tinha como principal finalidade criar uma nova centralidade, além de trabalhar uma área periférica à Baixa – grande enfoque de todos os projectos de intervenção.

- Transformação da zona que medeia o projecto da Praça da Batalha e a Sé, que implicava a Avenida da Ponte e as estações de Metro, nomeadamente, a da Trindade. Responsáveis: Siza Vieira e Souto Moura.

Este foi um dos projectos que mereceu uma atenção mais particular pela relevância que apresentava a todos os níveis. Como eixo estruturante e área central mereceu grande expectativa e empenho.

- Os “Caminhos do Romântico” pela arquitecta Graça Nieto

Neste projecto, o interesse focou-se na zona oitocentista do Porto e no aproveitamento dessas memórias, com o sentido das reavivar e evocar. O esquecimento e negligência a que se julgou estar votado este lugar fez com que se levasse a cabo um projecto que, inicialmente, reflectiu e ponderou sobre as potencialidades e virtudes do espaço em questão. Algumas das características e adjectivos utilizados para definir este lugar foram os seguintes:<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> PEREIRA, Vânia – *Grandes eventos culturais e o desenvolvimento urbano: Porto 2001 – estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2005, pp. 51 e 52

- área sensível;
- essência da cidade;
- secreta, reservada;
- mista num espaço, na sociedade e no tempo;
- convivem, lado a lado, ruralidade e arqueologia industrial;
- convivem, lado a lado, circulação intimista pedestre e grande circulação automóvel;
- convivem, lado a lado, elementos naturais – vegetação,... - e estruturas urbanas – dos pequenos núcleos setecentistas aos grandes equipamentos culturais do século XX;

Na revitalização deste espaço e tentativa de atrair novos visitantes, procurou-se:

- requalificação de todos os percursos entre quintas, definidas pelos muros que ligam a Rua Dona Estefânia à Baixa;
- o redesenho e reposição dos muros;
- a criação de miradouros;
- trabalho paisagístico;
- recuperação das áreas arborizadas e introdução de novas;
- sinalização ao longo das ruelas que se designam por “Caminhos do Romântico”, com pequenas histórias ou curiosidades;
- construção de um parque de estacionamento com 150 lugares, destinado aos visitantes e moradores do Bairro de Vilar, aos visitantes dos museus locais e dos percursos dos “Caminhos do Romântico”;
- requalificação de instrumentos de trabalho, como moinhos, tanques de lavagem e levadas de água, aparentando a imagem original do século XIX;

Objectivos principais desta iniciativa

- disfrutar de percursos mais bonitos;
- criar novos roteiros culturais e turísticos;
- implementação de novos hábitos e novas formas de usufruir da cidade;

Comum a muitas das propostas, foi a ideia de tornar, a cidade cosmopolita, um espaço mais saudável, ecológico, natural e onde a poluição, de um modo geral, fosse atenuada. Tal factor, além de espelhar uma reflexão sobre os problemas ambientais quotidianos, pretendia

tornar o Porto uma cidade mais atractiva ao conseguir reunir os benefícios de um centro urbano movimentado, dinâmico e com muito para oferecer mas, ao mesmo tempo, anular os factores negativos que fazem com que a população se afasta para as periferias onde o excessivo tráfego automóvel – “a ditadura do automóvel”<sup>198</sup> - ainda não chegou. Neste sentido, encontramos várias “propostas verdes”<sup>199</sup>, que procuram dar a cor verde à cidade, como prova o espaço planeado desde a Cadeia da Relação até aos Leões ou, ainda, o projecto que defende tapar a Rua da Galeria de Paris e criar um espaço comercial de luxo, ligando a Rua Cândido dos Reis e Conde de Vizela.

Outras intervenções que podem ser inseridas neste leque são:

- a intervenção na escarpa dos Guindais, com o fim de reactivar o antigo elevador funicular;
- a reabilitação da frente ribeirinha;
- as modificações nos jardins da Cordoaria, do Carregal, do Viriato, de S. Lázaro, entre outros, e que geraram grande polémica;

Transversal a estas operações de requalificação foi o auxílio e mobilização do apoio da Escola de Arquitectura do Porto.

Para além do volume de investimentos, houve, necessariamente, o empenho de várias entidades, tais como: arquitectos, donos de imóveis, promotores imobiliários, Estado, Autarquia, agentes económicos locais, etc.



**Ilustração:** Obras no jardim da Cordoaria.

**Fonte:** PEREIRA, Vânia – *Grandes eventos culturais e o desenvolvimento urbano: Porto 2001 – estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2005, p.53

<sup>198</sup> PEREIRA, Vânia – *Grandes eventos culturais e o desenvolvimento urbano: Porto 2001 – estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2005, p.52

<sup>199</sup> PEREIRA, Vânia – *Grandes eventos culturais e o desenvolvimento urbano: Porto 2001 – estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2005, p.52

Um dos primeiros pontos de análise, na globalidade do evento “Porto Capital Europeia da Cultural” é, efectivamente, o diferente rumo que seguem as críticas à requalificação urbana e à programação cultural. Uma vez que estes dois pólos constituem as linhas mestres de intervenção da “Sociedade Porto 2001”, torna-se, de certa forma, interessante constatar como o Porto foi tão eficiente no cumprimento dos seus objectivos num campo, enquanto num outro deixou pelo caminho uma série de pressupostos.

Se nos centramos nos contributos, esperados, para a projecção interna - reabilitação do espaço público; desenvolvimento cultural da cidade; recuperação do património; revitalização do comércio; obras de requalificação; - concluímos que o Porto foi incapaz de cumprir, na globalidade, qualquer um dos pressupostos a que se dispôs. Além disso, a articulação entre projectos e áreas de intervenção fez com que a execução de, apenas, algumas obras e intervenções esporádicas e dispersas, não tivessem um verdadeiro impacto no todo da paisagem urbana.

Todos os projectos constituíram um esforço partilhado por profissionais de diferentes áreas e proveniências, numa heterogeneidade da qual só se poderia retirar benefícios e proveito. A impossibilidade da execução de todos os projectos até 2001 foi admitida, não obstante o não cumprimento de todas as intervenções, de um modo geral, (mesmo aquelas que estavam prometidas para 2001). Todavia, a história urbana do Porto é marcada por uma série de extinções polémicas, tais como as do CRUARB, da FDZHP e, também, da própria “Porto 2001, SA”, a 30 de Junho de 2002. Com estas extinções, nasce a necessidade de criar outros organismos e, por conseguinte, elaborar novos projectos de intervenção, abandonando, assim, mais-valias muito significativas, muitas vezes, a um passo da execução prática.

Deste modo, fazer um balanço da actuação da “Porto 2001, SA”, no campo da requalificação urbana é, também, enquadrar tal evento e projectos dentro de uma longa história com passado e futuro, no que diz respeito à criação de organismos, extinções dos mesmos e projectos, muitos projectos, nunca postos em prática. Neste sentido, pode, ainda, considerar que o “Porto 2001” agravou a situação urbana portuense, pois contribuiu para a sua desigualdade – pólos de atracção e pólos desertificados -, devido às suas escassas intervenções. Além disso, a revitalização económica não sendo conseguida, prejudicou a vida de muitos comerciantes portuenses, já para não falar da crescente desertificação, no que diz respeito à habitação.

As críticas a estabelecer estão claras ao longo de todo o trabalho, não nos projectos cujos fundamentos base vão directamente ao encontro das necessidades e dos problemas



centrais do Centro Histórico do Porto. No entanto, os balanços feitos pelas instituições, por personalidades envolvidas e pelos agentes competentes deixam, bem claro, que ao nível da requalificação urbana os objectivos não foram, pura e simplesmente, cumpridos. Contudo, numa abordagem mais ampla e global, a complexidade e gravidade da situação acentuasse, isto se tivermos em conta que, em 2008, os mesmos gastos voltam a ser cometidos em projectos que, afinal, já existiam e estão, tão-somente, a aguardar execução.

Projectar uma cidade, ou mais propriamente, intervir numa cidade constituída por várias camadas, por várias Histórias, por várias cidades, obriga a uma leitura muito profunda que, segundo os documentos cedidos pela “Porto 2001, SA”, foi tida em conta pelas equipas trabalhadoras, mas que descuroou nos gastos, tempos de execução, trabalhos necessários nas obras de intervenção a realizar. Este amadorismo obriga a reflectir longamente sobre o urbanismo, a cidade e o acto de projectar, pensando a cidade e as pessoas, sejam elas habitantes, comerciantes, ou turistas.

Portanto, a reflexão de Lina Bo Bardi, parece entroncar nesta linha de pensamento:

“Precisamos defender-nos da invasão de Qualquer... é dever fundamental dos técnicos, dos urbanistas, dos arquitectos, estudar e compreender, no seu profundo sentido espiritual aquilo que se poderia chamar alma de uma cidade; sem essas premissas, uma planificação, um plano de urbanização serão um esforço estéril e, pior, uma colaboração com o rolo compressor da especulação.”<sup>200</sup>

#### Plano de Gestão de 2008

O Plano de Gestão de 2008, elaborado pela Sociedade Porto Vivo SA, surge como uma resposta à necessidade da Cidade do Porto mostrar aquilo que pretende e necessita fazer de modo a responder positivamente às expectativas da UNESCO perante o galardão<sup>201</sup> atribuído, e de forma a conseguir colocar a cidade no percurso correcto a fim de se valorizar nacional e internacionalmente.

Após a extinção do CRUARB, e os projectos da Porto 2001, que falharam na sua maioria como se observou anteriormente, era necessário encaminhar a cidade do Porto para um caminho com menos atropelos, a fim de a reabilitar, e de a tornar atractiva não só para os visitantes, como para a própria população, que acaba por se desacreditar do sucesso do seu

---

<sup>200</sup> Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*.  
Porto: FAUP, Junho de 2000, p.20

<sup>201</sup> Entenda-se o galardão de Património Mundial.

Centro Histórico. Assim surge este Plano de Gestão. O documento compila algumas noções anteriores relativamente a acções passadas na cidade, que importam ser referidas de modo a não se perder aquilo que já foi, de facto, executado. Aponta também para o futuro: novos e ambiciosos projectos para a cidade, em variados sectores, áreas, e direcções.

O Plano de Gestão de 2008 encontra-se dividido em três volumes com objectivos diferentes. A fim de entendermos as intenções da Sociedade Porto Vivo, entidade que tutela, de momento, as acções de reabilitação e requalificação no Porto, efectuamos o levantamento dos principais assuntos mencionados no Plano. A tabela seguinte apresenta os assuntos tratados em cada um dos volumes que formam o Plano de Gestão de 2008.

<b>Volume</b>	<b>Assuntos tratados</b>
I Volume	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Introdução;</li> <li>• Medidas e estudos;</li> <li>• Legislação (internacional, nacional e local);</li> <li>• Estado da Arte;</li> <li>• Sociedade de Reabilitação Urbana – intervenção;</li> <li>• Oportunidades e desafios</li> </ul>
II Volume	<p><b>Projectos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitação do Património construído;</li> <li>• Requalificação dos espaços públicos;</li> <li>• Jardins e espaços verdes;</li> <li>• Mobilidade, conforto e segurança dos utilizadores; tráfico automóvel e parking;</li> <li>• Defesa e promoção do património pelos utilizadores da cidade;</li> <li>• Investimento no turismo;</li> <li>• Estimulo às indústrias criativas;</li> <li>• reforço da importância do rio Douro;</li> </ul>
II Volume	<p><b>Anexos:</b></p> <p><b>Anexo I:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Intervenções entre 1996 e 2005;</li> <li>• Intervenções urbanas;</li> <li>• Infra-estruturas e equipamentos colectivos;</li> <li>• Monumentos/ Património;</li> <li>• Classificação dos edifícios;</li> <li>• Projectos arqueológicos;</li> <li>• Comercio e serviços;</li> <li>• Actividade Cultural;</li> <li>• Turismo;</li> <li>• Iniciativas em áreas protegidas;</li> </ul> <p><b>Anexo II</b></p> <p>Incentivos à reabilitação urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa IHRU instituto da Habitação Urbana e Reabilitação</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa RECRIPH</li><li>• Programa SOLARH</li></ul> <p><b><u>Anexo III</u></b> Mecanismos de preservação</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Direito internacional;</li><li>• Direito Comunitário;</li><li>• Legislação Nacional;</li></ul> <p><b><u>Anexo IV:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Inventários de edifícios;</li></ul> <p><b><u>Anexo V:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Inventários of tile;</li></ul> <p><b><u>Anexo VI:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A cartografia da análise e a proposta;</li></ul> <p><b><u>Anexo VII:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Referências e bibliografia;</li></ul>
--	--

- Algumas conclusões acerca do Plano de Gestão de 2008

Após a análise dos assuntos tratados neste Plano de Gestão da autoria da Sociedade Porto Vivo SA, algumas conclusões podem ser retiradas.

As informações acerca dos projectos e acções passadas são de extrema importância, e, aparecem aqui bem explanadas, e compiladas, fornecendo material precioso para quem pretende conhecer aquilo que tem vindo a ser feito na cidade em geral, e no seu Centro Histórico em particular. Este material parece-nos também indispensável às entidades que trabalham na reabilitação e promoção da cidade, uma vez que o passado não deve ser nunca esquecido: nem as acções já realizadas, nem os motivos que nos levaram a alcançar o galardão de património Mundial. É neles que temos que continuar a trabalhar e a investir.

Os projectos apresentados neste Plano, são de uma abrangência muito considerável. São bastante aliciantes numa primeira leitura, sendo que abarcam diversas áreas e sectores, e preenchem toda a cidade. Mas, serão estes concretizáveis? Aqui reside a nossa maior dúvida. O Porto necessita agir com brevidade. Urge mostrar que a cidade está a caminhar para o futuro, no seu presente. Parece-nos que estes projectos são demasiado amplos e complicados de serem executados numa cidade que, desde há muito, tem vindo a demonstrar pouco sucesso nas suas realizações. Os projectos do Plano de Gestão, fogem, na sua maioria, para a utopia. Não são, na nossa opinião, realizáveis num futuro próximo. E, é neste futuro próximo, que necessitamos agir. Tememos que o destino destes projectos seja o mesmo que aqueles que se realizaram aquando da Porto 2001. A modéstia, clareza e objectividade evidenciadas pelo CRUARB, não se fazem aqui sentir.

É de nossa opinião que, mais importante que a criação de um novo Plano de Gestão, inundado de novos e megalómanos projectos, seria colocar em prática planos mais simples, mas com acções imediatas. Optando-se pela escolha de projectos mais controlados e circunscritos, as realizações seriam bem mais óbvias. Os projectos anteriores, que não foram realizados, também não devem ser esquecidos. Só assim conseguiremos uma continuidade no percurso deste Porto face a um futuro mais promissor. As constantes desistências e novas ideias, fazem a cidade quebrar com aquilo que tem vindo a ser feito, o que, evidentemente, não ajuda no difícil objectivo de colocar as acções em prática.

### **Conclusão**

Ao longo de todo o trabalho foram sendo feitos balanços, reflexões e, mesmo, conclusões acerca de cada parte constituinte do relatório final. Deste modo, procurou-se que, progressivamente, fossem tiradas algumas conclusões, para que o entendimento da linha condutora de todo o trabalho ficasse mais clara. Nesse sentido, a ligação entre os três principais capítulos deve ser uma das preocupações fundamentais, pois o âmbito deste projecto vai mais além da mera enumeração de feitos ou não feitos de instituições ou organismos. Pelo contrário, pretende-se apresentar objectivos, projectos e resultados, apenas na medida em que estes sustentam as conclusões e os balanços efectuados acerca das suas actuações e existência. Se, por um lado, no final de cada parte foi feita uma conclusão relativa aos fundamentos base de cada organismo em causa, nesta conclusão final pretende-se, mais uma vez, deixar clara a articulação entre os três organismos, os pontos comuns e as diferenças, bem como a conclusão final e global, passível de retirar de todo o projecto.

Assim, será inegável que o projecto acaba por opor dois pólos. Se, de um lado, encontramos o CRUARB como organismo capaz e activo, que mesmo não tendo cumprido todos os seus pressupostos foi capaz de, com alguma celeridade e eficácia, intervir em zonas críticas e, principalmente, conduzir o Porto ao título de Património Mundial; encontramos, de outro lado, o Porto 2001 e o Plano de Gestão de 2008 como elementos menos positivos, não em termos de projectos, mas sim da sua execução prática. Além disso, será inegável fazer uma análise mais profunda do Porto 2001 e do Plano de Gestão de 2008. Ambos assentam em pressupostos e objectivos muito semelhantes, apesar de surgirem em âmbitos muito distintos. A verdade é que o insucesso do Porto 2001, na sua vertente de requalificação urbana fez cair em descrédito o próprio organismo “Porto 2001, SA”, bem como todos os projectos executados pelas suas equipas, cuja qualidade não deve ser questionada. Neste sentido, o Plano de Gestão de 2008

pretende, indubitavelmente, constituir uma renovação desse olhar já abordado pelo “Porto 2001” e, além disso, a alteração dos órgãos governativos da Câmara Municipal do Porto procuraram, claramente, neste relatório a afirmação da sua posição, demonstrando uma vontade de renovar e, essencialmente, recriar, recomeçar, incidindo, por isso, na realização de novos projectos. No entanto, é necessário ter em conta os custos envolvidos na monitorização de pessoal para a realização destes mesmos projectos e, se tivermos em linha de conta, a vastidão de projectos de qualidade por realizar, afigura-se-nos, claramente, a inutilidade de criar mais projectos, cujos objectivos e finalidades são, de algum modo, semelhantes, se não mesmo iguais aos já anteriormente executados, nomeadamente pela extinta Sociedade Porto 2001.

Ao longo de todo o trabalho, entende-se que, efectivamente, são muitos os factores e as entidades que actuam e se confrontam nestes projectos, ou seja, muitas vezes a não execução prática deve-se a alguma falta de entendimento entre entidades. No entanto, a verdade é que a sensação final que resta, é que muito trabalho de arquitectos, urbanistas, paisagistas, entre muitos outros profissionais envolvidos ficou aquém do esperado e mesmo do empenho que foi colocado nestes mesmos trabalhos. Se atendermos ao facto do Porto possuir o seu título de Património Mundial em risco, todo este contexto se torna, ainda mais, alarmante, pois sente-se que os esforços pessoais e financeiros foram investidos em projectos que, afinal, não darão o passo mais significativo que é, de facto, a sua execução prática.

O Porto vai subsistindo com bons exemplos de gestão eficiente, inovadora e dinâmica de monumentos e espaços culturais, que procuram novas funções, reabilitar-se e renovar-se, de forma a corresponder a novas expectativas e a públicos mais vastos. No entanto, a questão que permanece é, até quando estes espaços vão ser suficientes para alimentar o título Património Mundial? E, além disso, até quando o Porto achará desnecessário enfrentar este problema tal e qual como ele se afigura? Desta forma, o presente trabalho reveste-se de uma grande importância e valor social, na medida em que constitui um alerta fundamentado acerca dos perigos que a manutenção do título Património Mundial corre, na cidade do Porto. Este não é um alerta gratuito, ou fruto da pura vontade alarmista, mas é, sim, um aviso, cuja razão de ser está, longamente, sustentada, ao longo de todo o projecto. Portanto, neste momento, mais importante do que planear mais projectos e intervenções, será pertinente os organismos e entidades competentes demorarem-se a reflectir acerca da história recente do Porto, principalmente, em termos de urbanismo, para que, entendendo a gravidade do problema actual, sintam a necessidade de agirem termos práticas, abandonando os projectos, e abraçando a sua execução.

## **Bibliografia**

A.a.V.v. – *Porto património Mundial III CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

PEREIRA, Vânia – *Grandes eventos culturais e o desenvolvimento urbano: Porto 2001 – estudo de caso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2005

Porto 2001, SA - *Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. Porto: FAUP, Junho de 2000

Relatório de Gestão de 2008 – Sociedade Porto Vivo ([www.cmp.pt](http://www.cmp.pt))

**U. PORTO**

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

